

Henrique Hamester Pause

ALEXANDRE MAGNO COMO HOMEM-FRONTEIRA:

Virilidade e identidade greco-romana na construção
do monarca macedônio de Plutarco e Arriano



ALEXANDRE MAGNO COMO HOMEM-FRONTEIRA



Henrique Hamester Pause

ALEXANDRE MAGNO
COMO HOMEM-FRONTEIRA:

Virilidade e identidade greco-romana na construção
do monarca macedônio de Plutarco e Arriano



Copyright © by Henrique Hamester Pause
Copyright © 2024 Editora Cabana

Todos os direitos desta edição reservados
© Direitos autorais, 2024

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade de seu autor.

Diagramação, projeto gráfico e capa: Eder Ferreira Monteiro

Edição e coordenação editorial: Ernesto Padovani Netto

Revisão: o autor

Imagem de capa: Alexandre Magno e seu cavalo Bucéfalo, na Batalha de Isso. Mosaico encontrado em Pompeia, hoje no Museu Arqueológico Nacional, em Nápoles. Imagem expandida e modificada com o uso de IA no Adobe Photoshop por Eder Ferreira Monteiro, para a capa do livro Alexandre Magno como homem-fronteira do autora Henrique Hamester Pause, Editora Cabana, 2024.

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Pause, Henrique Hamester

Alexandre Magno como homem-fronteira: virilidade e identidade greco-romana na construção do monarca macedônio de Plutarco e Arriano / Henrique Hamester Pause. – Ananindeua-PA: Cabana, 2024.

P334a

202 p. : il., fotos.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Inclui bibliografia

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-85733-36-6

1. Alexandre, o Grande, 356-323 A.C.. I. Pause, Henrique Hamester. II. Título.

CDD 923.1

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Índice para catálogo sistemático

I. Alexandre, o Grande, 356-323 A.C.



[2024]
EDITORA CABANA
Trav. WE 11, N° 41 (Conj. Cidade Nova I)
67130-130 – Ananindeua – PA
Telefone: (91) 99998-2193
cabanaeditora@gmail.com
www.editoracabana.com

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Anderson Dantas da Silva Brito | UFOB

Dra. Adriana Angelita da Conceição | UFSC

Dra. Ana Zavala | Facultad de la Cultura,
Instituto Universitario – CLAEH. Montevideo, Uruguay

Dra. Camila Mossi de Quadros | IFPR

Dra. Carmem Zeli de Vargas Gil | UFRGS

Dra Cláudia Mortari | UDESC

Dr. Francivaldo Alves Nunes | UFPA

Dra. Juliana Teixeira Souza | UFRN

Dra. Luciana Rossato | UDESC

Dra. Luciana Oliveira Correia | UNEB

Dr. Marcelo Luiz Bezerra da Silva | UEPA

Dr. Márcio Couto Henrique | UFPA

Dr. Sandor Fernando Bringmann | UFSC

COMITÊ CIENTÍFICO

Dr. Adilson Junior Ishihara Brito | UFPA

Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes | UFPA

Dr. Elison Antonio Paim | UFSC

Dr. Marcelo de Souza Magalhães | UNIRIO

Dra. Mônica Martins Silva | UFSC

Dr. Wilian Junior Bonete | UFPel

Dra. Pirjo Kristiina Virtanen | University of Helsinki, Finland

“O Grande Alexandre, o Grande, Alexandre
Conquistou o Egito e a Pérsia
Fundou cidades, cortou o nó górdio, foi
Grande;
Se embriagou de poder, alto e fundo,
Fundando o nosso mundo.
Foi generoso e malvado, magnânimo e cruel;
Casou com uma persa, misturando raças,
Mudou terra, céu e mar,
Morreu muito moço, mas antes impôs-se do
Pujab a Gilbratar?”

Alexandre – Caetano Veloso (1997)

AGRADECIMENTOS

Este livro é fruto os meus estudos e também de minha caminhada enquanto mestrando em História na Universidade Federal de Santa Maria. Durante todo o período do meu mestrado fui exposto a muitos momentos de felicidade, mas também de tristezas, medos e angústias. Em especial a segunda metade desse momento/período de minha vida acadêmica foi marcado pela pandemia de Covid-19 que seifou a vida de milhares de pessoas no Brasil e no mundo, assim como milhares de sonhos, vontades e vivências de tantas outras, inclusive minhas. Porém, os desafios foram vencidos e, tendo chegando ao final desta curta, mas também longa caminhada, me resta agradecer, agradecimento esses que se estendem, agora, a a construção e publicação deste livro.

Inicio agradecendo a Deus e a todos os santos e santas que, por sua divina graça me trouxeram vivo e confiante até o final. Por sempre atenderem as minhas preces e me guiarem para o melhor caminho longe da desesperança e da derrota.

Agradeço muito a minha família pelo suporte sempre presente. Em especial a minha irmã Manuela, ao meu pai Umberto e a minha mãe Greice. Meus três alicerces, minhas inspirações e meus motivadores. Também é preciso lembrar de minhas duas avós Eloá e Neli que, além dos melhores conselhos, ainda mimam este historiador que vos escreve, me transmitindo o maior dos amores.

A minha “segunda família”, ou melhor, a família que eu escolhi ter. Meus amigos e amigas. Meus sentimentos de gratidão e lealdade para com todos e todas. Sempre será eterna a memória de todos os momentos que vocês me levantaram, me aconselharam ou aceitaram as tristezas da vida ao meu lado. Minha homenagem singela é citar vossos nomes para que a História nunca se esqueça: Rozek, Julia C., Julia D., Luiza W., Murilo, João M., Leonardo M., Nathália, Vic, Mariane, Denner, Lisie, Jordana, Alanna, Lorenzo O., Gabriela S., entre tantos outros.

A minha Orientadora, Profa. Dra. Semíramis Corsi Silva. Por ter sido a melhor professora e companheira sempre que possível. Agradeço também aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM.

A Banca examinadora da Qualificação e Defesa de minha dissertação: Profa. Dra. Andrea Lúcia Dorini de Oliveira Carvalho Rossi (UNESP/Assis), Prof. Dr. Fábio Vergara Cerqueira (UFPel) e Prof. Dr. Deivid Valério Gaia (UFRJ), pelo aceite e tempo de participar desses grandes momentos da minha vida.

Ao Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrâneo (GEMAM).
Amigos e companheiros de estudos.

Ao Coletivo de Diversidade Sexual VOE.

A UFSM onde vivi vários anos de minha vida e incontáveis memórias.

A CAPES pelo financiamento da pesquisa que gerou minha dissertação e este livro.

A Arriano, Plutarco e Alexandre sem os quais este livro não seria possível.

PREFÁCIO

A sombra de Alexandre Magno paira de forma inigualável em mais de vinte séculos de História, pronta para ser projetada em novos conquistadores e em suas pretensões imperialistas desde a Antiguidade. Até um termo foi cunhado em latim para se referir a essa projeção, a *imitatio Alexandri*, presente na arte do período helenístico analisada por diversos pesquisadores na atualidade. A mesma atração que Alexandre despertou em governantes, generais, biógrafos, historiadores antigos e variados tipos de artistas, tem despertado a atenção de pesquisadores modernos que não deixaram de usar e abusar da imagem do monarca macedônio. Exemplo disso foram os estudos do alemão Johann Gustav Droysen que cunhou o conceito de helenização, aliando a expansão grega à ideia oitocentista de progresso e civilização e desenvolvendo analogias entre as conquistas de Alexandre e o moderno colonialismo europeu. Outro exemplo bem diferente, mas igualmente interessante em termos de recepção e usos do passado, é o do também alemão Klaus Mann, escritor da primeira metade do século XX que retratou as inclinações homoeróticas de Alexandre a partir de seus próprios interesses na ficção histórica *Alexander: Roman der Utopie*, de 1929.

Tal atração por Alexandre persiste nas escolhas de pesquisadores contemporâneos. Este foi o caso de Henrique Hamester Pause que, após desenvolver sua iniciação científica sobre humor e homoerotismo nos poemas latinos de Marcial (c. 38 – 104), no curso de História da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, se aventurou pelas letras gregas do Império Romano, buscando nas representações de Alexandre Magno feitas por Plutarco de Queroneia (46 – 120) e Arriano de Nicomédia (90 – 146) uma forma de compreender melhor o objeto de pesquisa já iniciado na graduação, a construção da virilidade e o homoerotismo entre os romanos do Principado.

Com um recorte preciso na análise das obras *Vida de Alexandre*, da série de biografias *Vidas Paralelas*, e *Sobre a Fortuna ou Virtude de Alexandre Magno*, de Plutarco, e *Anábase de Alexandre Magno*, de Arriano, Henrique visou compreen-

der como a figura de Alexandre foi desenvolvida enquanto exemplo aos *princeps* Trajano (98 – 117) e Adriano (117 – 138), mostrando o que devia ou não ser feito pelos governantes romanos em termos de performances de gênero, homoerotismo e manutenção de costumes identitários de forma interseccionada. Neste sentido, Henrique levantou a hipótese, que sustentará com métodos historiográficos e uma afinada análise das fontes, de que Plutarco e Arriano mostraram que as conquistas de Alexandre, seu imenso império e suas vitórias, deviam à sua *humanitas*, adquirida pela educação (*παιδεία* – *paideia*), à sua moderação (*gravitas/Σωφροσύνη* – *sôphrosýnê*) e ao seu autocontrole (*ἐγκράτεια* – *enkrátεια*). Ou seja, à sua postura viril e aos seus comportamentos dentro dos costumes considerados não barbarizados.

Como aprendemos com as teorias de Jörn Rüsen, os conceitos usados por um historiador são a base de sua interpretação, são o que identificam a História enquanto um tipo de conhecimento específico. São os conceitos mobilizados em uma narrativa histórica que geram condições de exposição ao serem fios condutores das histórias e das construções de processos temporais de sentido. Conceitos indicam a estruturação geral e elementar da experiência histórica ou, em outras palavras, sinalizam a apreensão interpretativa da história como um todo. Assim sendo, Henrique mobiliza em especial três conceitos para compreender seu objeto de estudo: virilidade, identidade cultural e fronteiras.

Ao lidar com virilidade, a pesquisa aqui presente é remetida diretamente aos debates dos Estudos de gênero. Nas últimas décadas, os Estudos de gênero despontaram como uma área forte, consistente e fundamental na compreensão das dinâmicas sociais e na organização do poder. No Brasil, os estudos de Henrique vem compor parte de um movimento crescente na História Antiga nacional. A partir dos anos 2010, houve um aumento expressivo do número de pesquisas sobre gênero na Antiguidade em nosso país, sendo tais estudos um campo estabelecido que compõem uma parcela significativa das pesquisas de História Antiga atualmente, o que pode ser percebido em publicações de artigos, capítulos de livros, diversos dossiês e livros e na expansão de Simpósios Temáticos em eventos como os organizados pela Associação Nacional de História – ANPUH.

Sobre o conceito de identidade cultural, mobilizado na historiografia mais recente, especialmente a partir de estudos antropológicos e das influências da Antropologia na escrita da História, Henrique busca inspiração nos escritos de François Hartog, Ciro Flamarion Cardoso e em elementos trazidos por mim em minha

tese de doutorado, defendida em 2014 na Unesp/*campus* de Franca. Entende-se, assim, como identidade cultural a representação de si, ou de um grupo, enquanto pertencente a um conjunto de pessoas com valores e características culturais compartilhadas que precisam ser reafirmadas a partir de processos de alteridade.

Neste sentido, cumpre ressaltar que a pesquisa de Henrique no Mestrado, que resulta agora neste livro, fez parte de um projeto maior levado a cabo por mim e pelos discentes membros do Grupo de Estudos sobre o Mundo Antigo Mediterrânico (GEMAM). Trata-se do projeto *Barbaridade: identidades e alteridades em representações do outro por escritores romanos*, contemplado com o Auxílio Recém-doutor – ARD (Edital FAPERGS 01/2017), executado na UFSM entre 2016 e 2022.

Voltando aos conceitos operacionalizados nesta pesquisa, como forma de articular a análise das questões de virilidade e identidade cultural na representação de Alexandre pelos autores escolhidos, Henrique trabalhou com Alexandre como homem-fronteira, seguindo novamente os passos de François Hartog, na obra *Memória de Ulisses: Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga* (2004), ao analisar viajantes do Mundo Antigo, em especial Ulisses. Fazendo isso, Henrique alinhou seus estudos à linha de pesquisa *Fronteira, política e sociedade*, que sua pesquisa fez parte durante o Mestrado no Programa de Pós-graduação em História da UFSM.

Diante do que foi apresentado, temos que nos alegrar com esta publicação que mostra um novo Alexandre, mais um entre os vários que despertaram interesses diversos e que nos falam tanto sobre o momento histórico em que são produzidos. Mas, diferentemente dos demais, este é um Alexandre a partir da ótica dos conceitos historiográficos mais atuais, com rigor metodológico e proficuas leituras acadêmicas sobre Império Romano, gênero e identidade cultural. Portanto, este livro torna-se uma referência necessária para interessados em História Antiga, em especial, mas também para aqueles e aquelas que querem pensar como as construções de identidades são interseccionadas com o gênero e como tais elementos são fundamentais para a estruturação do poder.

Desejo a todas e a todos uma excelente leitura!

Semíramis Corsi Silva

Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU e Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
-----------------	----

CAPÍTULO 1

EM TORNO DE PLUTARCO E ARRIANO, 39

O filósofo Plutarco: obras, trajetória e inserção política.....	38
O militar Arriano: obras, trajetória e inserção política.....	57

CAPÍTULO 2

CONSTRUINDO O GOVERNANTE IDEAL, 77

O <i>vir</i> romano: elementos gerais sobre a construção do cidadão por excelência.....	78
O topos literário do <i>optimus princeps</i>	96

CAPÍTULO 3

ALEXANDRE MAGNO COMO HOMEM-FRONTEIRA EM PLUTARCO E ARRIANO, 111

O Alexandre de Plutarco.....	112
O Alexandre de Arriano.....	150

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
---------------------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	190
---------------------------------	-----

SOBRE O AUTOR.....	201
--------------------	-----

INTRODUÇÃO

Este livro é fruto de minha dissertação de mestrado, que leva o mesmo título. Tudo o que está escrito aqui é resultado de mais de 3 anos de pesquisa acadêmica séria, produzida em uma universidade pública no interior do Estado do Rio Grande do Sul. A estrutura deste livro segue o mesmo da dissertação o que será visível, desde o início, quando a introdução é dividida em Tema, Estado da Arte, Quadro teórico e metodológico e uma apresentação dos capítulos que vem a seguir.

TEMA

Alexandre III ou Alexandre Magno ou, ainda, Alexandre, o Grande, é um dos personagens mais conhecidos da Antiguidade. Apresentando-se como uma figura que atravessou diversos períodos históricos, Alexandre é constantemente lembrado. Alexandre nasceu em Pela, capital do reino da Macedônia, por volta de 356 a.C., sendo filho de Filipe II, rei da Macedônia, e de Olímpia, princesa de Épiro. O monarca pertenceu, assim, à Casa Argéada, que governou a região da Macedônia de 808 até 309 a.C. O reino da Macedônia era um “Estado” de descendência dos povos jônios, os mesmos que colonizaram Atenas, localizado nas proximidades da Hélade. Os macedônios, no entanto, eram considerados semibárbaros pelos gregos¹. Alexandre foi um grande conquistador, expandindo o Império Macedônio tal como o pai havia iniciado com a conquista da Grécia.

¹ A criação do conceito de bárbaro (βάρβαρος – *barbaros*) se deu entre os antigos gregos pela não compreensão das línguas faladas pelos povos da antiga Anatólia, que soavam para eles como um balbuciar de uma criança. Temos essa característica na *Iliada* e na *Odisseia*, obras de Homero. Entretanto, será apenas no século V a.C., na obra de Heródoto, que teremos definida a ideia de bárbaro denotando um sentido de alteridade, ou seja, a figura do *outro* em relação a tudo aquilo que não era grego/helênico em termos políticos e culturais. O estabelecimento dessa ideia de alteridade no período de Heródoto foi especialmente importante pelo seu contexto histórico, as Guerras Médicas, em que a autonomia das cidades-Estado gregas esteve ameaçada pela invasão do Império Persa (Hartog, 2004). Todavia, mesmo entre os próprios helênicos, havia aqueles que eram chamados de bárbaros ou semibárbaros por se diferenciarem em algumas características.

Alexandre invadiu o Império Persa Aquemênida e quebrou o seu poder em uma série de batalhas. Seu império se estendeu do mar Adriático ao rio Indo, passando pelo Egito e pela Grécia.

Sobre os usos da imagem do monarca, logo após a morte de Alexandre, Ptolomeu I, rei do Egito, amigo e companheiro de guerra do macedônio, se utilizou de sua imagem para legitimar seu poder no Egito e ampliá-lo como sucessor do rei dos macedônios. Outro exemplo de uso ligado à imagem de Alexandre é o chamado Sarcófago de Alexandre, que leva esse nome por conta das representações feitas do conquistador em seus frisos e não porque comportava o corpo de Alexandre em si. Descoberto em 1887, o sarcófago foi construído entre 320 e 306 a.C. pelo último rei de Sídon, Abdalônimo, colocado no poder pelo próprio Alexandre em 333 a.C. (Stewart, 1993, p. 294 *apud* Biazotto, 2016, p. 20). Assim, como podemos perceber, Alexandre tornou-se uma figura de legitimação de poder e modelo de conquistador, herói e rei para as monarquias que sucederam ao seu vasto império.

No contexto romano, esta mesma figura histórica foi muito utilizada, como, por exemplo, quando colocada em comparação a personagens de poder na Roma do Principado². Vários imperadores se utilizaram da figura de Alexandre, seja por meio de elementos textuais, como a literatura, ou nas fontes materiais, como em moedas, bustos e estátuas. No entanto, é preciso destacar que, em um primeiro momento, ainda no período republicano, o Senado romano se colocou contra comparações de qualquer tipo com o macedônio, o que acabou sendo abandonado no período do Império (Ceausescu, 1974 *apud* Vizentin, 2007, p. 3). A *imitativo Alexandri*, termo usado para tratar das comparações dos romanos com o monarca macedônio, pode ser percebida no período republicano em seus usos por Cipião, o Africano, segundo nos conta Tito Lívio (*Histórias de Roma*, XVIII, 39). Pompeu e Júlio César também fizeram usos da figura do monarca (Vizentin, 2007, p. 4-7).

No entanto, é entre os imperadores, já com Augusto (27 a.C. – 14 d.C.), que temos uma valorização maior da figura de Alexandre em Roma. Será Augusto

² O período de nossas fontes são os séculos I e II d.C., ou seja, o chamado Principado Romano, período anterior à oficialização do cristianismo. Essa fase da tradicional separação da História Romana, entre Monarquia, República e Império tem início, como nos apresenta Norma Musco Mendes (2006, p. 22), “com o crescimento do Império Romano durante o período republicano que, gradualmente, faz Roma se transformar numa cosmópolis, ultrapassando os limites institucionais e espaciais característicos das cidades-Estado clássicas, principalmente, diante da prática de concessão da cidadania romana.” O Principado, enquanto modelo político fundado por Otávio Augusto após a morte de Júlio César, é caracterizado pela construção de um novo sistema político, com diferenças do antigo sistema republicano, com a concentração de poder na figura do *princeps*, mas mantendo as elites como sua base material e as ideias da *res publica* ampliadas para o conceito de *Imperium* (Mendes, 2006).

que introduzirá Alexandre de forma oficial como um rei “civilizado” que conquista as terras bárbaras (Quaranta, 1998, p. 34). Acreditamos que o uso do monarca macedônio por Augusto e consequentemente pelos demais imperadores, foi resultado do desenvolvimento do culto imperial, elemento importante para a manutenção do Império Romano, mas sempre ambíguo em relação ao *mos maiorum*, um dos pontos que exploraremos neste trabalho³.

Portanto, de Augusto até Alexandre Severo (222 – 235), todos os imperadores estabeleceram ligação com o modelo alexandrino de alguma maneira. Calígula (37 – 41) e Nero (54 – 68) também promoverão a *imitativo Alexandri*, considerada, no entanto, de forma caricatural e extravagante pelos escritores da época. Com Trajano (98 – 117), a figura de Alexandre será usada novamente, mas considerada pelos escritores de maneira racionalizada, onde o mito deixa de ser apenas um componente da mentalidade romana e passa a atingir a imagem do poder imperial (VizentinI, 2007, p. 8)⁴.

Podemos, então, perceber como a figura de Alexandre esteve presente na vida cotidiana, no poder e no imaginário do Principado, se tornando uma fronteira de ligação entre os dois mundos, grego e romano e um padrão para tratar elementos sobre o mundo do *outro*, conquistado pelo monarca, o mundo bárbaro. Em resumo:

[...] o mito de Alexandre foi largamente associado às pretensões políticas de generais e chefes de Estado, com partidos e propostas muito diferentes, legitimando o poder pessoal e projetos expansionistas. A literatura nesse sentido, particularmente do século I, teve um papel de grande importância, pois endossou essas pretensões políticas recriando e retransmitindo o discurso produzido pela aristocracia, provedora de governantes tanto romanos como provinciais (Ziegler, 2009, p. 13).

Percebendo a importância que Alexandre teve no contexto romano, o objetivo central desta pesquisa é compreender a figura do monarca macedônio como modelo para imperadores romanos em termos de virilidade e identidade cultural nos escritos de Plutarco de Queroneia (46 – 120) e Arriano de Nicomédia (90 – 146). Portanto, objetivamos analisar como esses dois escritores gregos, inseridos nas estruturas de poder do Império Romano, constroem suas representações do

³ Enquanto *mos maiorum* podemos entender “um conjunto de regras de conduta morais e políticas não sistematizadas, mas que eram transmitidas no seio da aristocracia tradicional” (Lemos, 2012, p. 2).

⁴ Essa questão dos escritores do Principado considerarem diferentes formas de uso da imagem de Alexandre pelos imperadores tem relação com o *topos* literário do bom imperador, tema que desenvolveremos no segundo capítulo.

monarca macedônio projetando elementos culturais gregos em consonância com as tradições romanas, em especial com a construção da virilidade, do *vir* romano, o cidadão das elites por excelência.

Objetivamos, também, perceber as diferenças entre os dois autores, Plutarco e Arriano, e as semelhanças no que tange às representações de Alexandre. Ou seja, nosso foco não será a figura do Alexandre histórico em si, mas sim a tentativa de construção de um determinado Alexandre, na busca de um modelo de monarca ideal pelos dois escritores. O momento de escrita desses dois autores, os séculos I e II d.C., foi um contexto de extremo debate acerca da valorização da identidade grega em Roma e da consequente diferenciação entre o *nós* e o *outro*, o que pode ser visto em reafirmações do que é ser grego por diversos autores em Roma, bem como nos afastamentos do mundo bárbaro da cultura greco-romana das elites que governavam o Império⁵.

Além disso, durante o Principado, sempre esteve aberto o debate sobre o próprio regime político imperial e sobre quem estava mais apto para se tornar imperador ou, na visão de Plutarco e Arriano, quem estava mais preparado e instruído para tal cargo. Para tanto, é necessário analisar os postos políticos, o local social dos autores estudados e a relação dos mesmos com imperadores romanos. Em especial, acreditamos que Plutarco e Arriano direcionam seus escritos aos imperadores Trajano (98 – 117) e Adriano (117 – 138), respectivamente.

É importante frisarmos que tanto Trajano como Adriano serão os primeiros imperadores provinciais a governarem o Império. Por mais que o imperador Vespasiano (69 – 79) já pertencesse à uma elite provincial italiana, a ascensão de um membro da elite provincial originário da Hispânia (atual Espanha), ou seja, de fora da Itália, é marcada como parte da chamada revolução social por Ronald Syme (1982) e/ou revolução cultural por Wallace-Hadrill (2008), que se inicia com Augusto (27 a.C. – 14 d.C.) a partir da inserção dos “homens novos”. *Marcus Úlpius Trajanus*, ou apenas Trajano, nasceu em 53 d.C., originário de uma família senatorial da província da Bética. Sua ascensão ao trono teria se dado por indicação e adoção “espontânea” do imperador Nerva (96 – 98) que assumira após a queda do imperador Domiciano (81 – 96). Tal questão nos é contada assim por Plínio, o Jovem, em seu *Panegirico de Trajano* (*Pan.* 9, 5) que minimiza a estratégia política de Nerva de ganhar um herdeiro que continha popularidade e apoio das legiões

⁵ Definiremos a seguir o que estamos compreendendo como cultura/identidade cultural greco-romana das elites.

romanas, visto que Trajano, na época comandava tropas na Germânia (Gaia, 2020, p. 186). Já *Publius Aelius Hadrianus*, ou Adriano, nasceu em 76 d.C. e era também originário da Hispânia. Desde sua juventude, Adriano esteve presente junto às campanhas militares de Trajano recebendo magistraturas e cargos administrativos em Roma (José, 2016, p. 136). Sua ascensão ao trono imperial romano, porém, é marcada por rumores acerca de sua real adoção pelo imperador Trajano pouco antes de sua morte, durante as campanhas contra os partos e de uma possível influência da imperatriz Plotina (Gaia, 2020, p. 193).

Sabendo disso, temos como hipótese que Plutarco e Arriano podem estar dialogando com seu próprio contexto na representação de Alexandre. Acreditamos, então, que nossos autores projetam Alexandre como uma espécie de *homem-fronteira*, um governante capaz de unir elementos culturais da paidéia grega⁶ e da virilidade romana, fundamentais na criação de uma cultura greco-romana das elites governantes. Alexandre seria assim, um exemplo a ser seguido independentemente das origens em si do governante.

O conceito de *homem-fronteira*, portanto, será fundamental em nossa pesquisa. Tal conceito foi estabelecido por François Hartog (2004) que, ao analisar inúmeros viajantes do Mundo Antigo, percebeu que as identidades culturais também têm fronteiras e essas são vistas na medida em que se constrói o outro, ou seja, o diferente. Cada um dos viajantes analisados por Hartog na longa duração, demonstram as mudanças e reformulações no interior da cultura grega (Hartog, 2004, p. 19). Alexandre é um deles e, portanto, por si só é uma fronteira, ou melhor, um *homem-fronteira*. Conquistador do mundo conhecido, Alexandre foi onde outros tinham ido apenas em relatos mitológicos e, com isso, promoveu o contato do que ele representava (o mundo grego) frente a um novo mundo (os persas/o mundo bárbaro), que precisava ser entendido.

Portanto, Alexandre cria uma fronteira móvel, marcada pela comunicação entre ambas as partes que repercutem na criação de encontros culturais, mas também de reafirmações de identidades e alteridades, elementos esses que vão ser usados por Plutarco e Arriano, no contexto romano, ao colocarem Alexandre como esse

⁶ O termo paidéia é traduzido, comumente, por educação e pode ser melhor entendido, segundo Margarida Maria de Carvalho (2010, p. 24), enquanto um conjunto pedagógico de ações que visavam guiar, tanto politicamente, como filosoficamente e religiosamente, aqueles que, sendo cidadãos, deveriam ser preparados a ocupar os mais altos cargos políticos-administrativos do governo imperial romano. Sendo assim, quando Plutarco e Arriano, cada uma a sua maneira, refletem sobre a paidéia de Alexandre, ambos estariam pensando suas próprias concepções sobre paidéia, a partir do lugar social de cada um.

homem-fronteira que ainda permite diferenciar o rei moderado, filósofo e conquistador (portanto grego) do efeminado, fraco e impulsivo (o bárbaro).

FONTES E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DAS FONTES

Sabemos que as fontes sobre Alexandre contemporâneas à sua vida foram perdidas. No entanto, temos acesso a elas, pelo menos em parte, pois serviram de base para as biografias e análises de historiadores posteriores como Diodoro Sículo (90 – 30 a.C.), autor da obra *Biblioteca Histórica*, e Quinto Cúrcio Rufo (século I d.C.), autor da única narrativa em latim sobre Alexandre de nome *História de Alexandre*⁷. Ambos utilizaram a obra de Clitarco⁸ como fonte e exploraram a violência, as ações premeditadas, o descontrole e a falta de *humanitas*⁹ no rei macedônio, sendo as duas obras bem críticas à imagem e reputação do monarca. Porém, para este livro, focaremos nossa análise na visão de dois autores gregos do século I e II d.C., Plutarco e Arriano, de forma comparativa. Deste modo, embora haja muitas representações materiais de Alexandre em diversos suportes e com diferentes temáticas, como a caça, alusões a divindades e cenas de batalhas (Biazotto, 2016, p. 24), assim como temos um campo literário fecundo para estudo, optamos pela escolha dos escritos *Vidas Paralelas* e *Sobre a Fortuna ou Virtude de Alexandre Magno*, de Lúcio Méstrio Plutarco e da obra *Anábase de Alexandre Magno*, de Lúcio Flávio Arriano Xenofonte¹⁰.

⁷ Segundo Henrique Modanez Sant’Anna (2011, p. 11), as fontes para estudo da vida de Alexandre na Antiguidade se resumem nas obras de cinco escritores romanos: Arriano de Nicomédia, Diodoro Sículo, Justino, Quinto Cúrcio e Plutarco. Esses são responsáveis por nos fornecerem não só o acesso às histórias e façanhas de Alexandre, como também o que possivelmente foi escrito e relatado sobre ele logo após sua morte, pois hoje já temos conhecimento de que as fontes contemporâneas a Alexandre se perderam.

⁸ Clitarco viveu em meados do século III a.C. Sobreviveram apenas fragmentos de sua obra original, preservados em textos de outros autores, especialmente nas obras de Eliano e Estrabão (Prandi, 2012, p. 15-22).

⁹ Com o fim das Guerras Púnicas, a partir dos séculos III e II a.C., foram criadas condições para o compartilhamento de ideias e costumes entre os povos conquistados. A cultura grega foi, sem sombra de dúvidas, a mais incorporada pelos romanos; a língua grega tornou-se o idioma da expressão, do pensamento e dos homens de letras (em especial nas partes orientais); e a *paideia* (que pode ser traduzida como educação) ganhou um conceito equivalente, *humanitas*, sendo inserida no modo de vida romano sem ferir os ideais éticos e morais que já estavam estabelecidos. O termo *humanitas*, no contexto romano, é usado para distinguir o homem “selvagem” e grosseiro do homem “civilizado” e instruído. Em resumo, a *humanitas* é mais um “mérito que uma característica universal”, adquirida por meio da boa educação (Ziegler, 2009, p. 44-45). Esse conceito será aprofundado ao longo da dissertação.

¹⁰ Nesta dissertação, utilizamos as seguintes traduções das fontes principais da pesquisa: *Vidas Paralelas*, de Plutarco, tradução grego/espanhol publicada pelo Editorial Gredos e edição bilingue grego/inglês publicada pela Harvard University Press. Para a obra *Sobre a Fortuna ou Virtude de Alexandre Magno*, usamos a tradução grego/português da Editora da Universidade de Coimbra/Annablume, a tradução grego/espanhol da Editora Gredos e a edição bilingue grego/inglês publicada pela Editora Harvard University Press. Para a *Anábase*, de Arriano, usa-

Plutarco tem suas publicações reunidas no *Catálogo de Lâmprias*, organizado por seu filho, no qual são atribuídas mais ou menos duzentas e vinte e sete obras de autoria plutarquiana. De todas, cento e trinta não resistiram ao tempo. As que sobraram foram divididas em dois grandes volumes: as *Vidas Paralelas* e as *Obras Morais e de Costumes (Moralia)*. As *Vidas*, como é costumeiramente abreviado o título das *Vidas Paralelas*, são uma coletânea de 23 pares de biografias, ou melhor, de obras com o intuito biográfico, sendo que apenas 22 pares chegaram até nós nos dias de hoje. É dentro das *Vidas Paralelas* que se encontra a *Vida de Alexandre*, na qual Plutarco coloca Alexandre em comparação ao general romano Júlio César. As *Vidas* consistem em vinte e três pares de biografias mais quatro vidas isoladas nas quais o autor sempre descreve a vida de um grego ilustre e a vida de um romano ilustre, cuja carreira apresenta alguns pontos semelhantes com o grego comparado (Harvey, 1998, p. 404). Ao final das *Vidas*, Plutarco deixava sempre um breve resumo de comparação entre os dois personagens apresentados. No entanto, esse resumo nas *Vidas* de Alexandre e Júlio César, infelizmente, foi perdido. O texto *Sobre a Fortuna ou Virtude de Alexandre*, segunda obra em análise aqui, pertence às *Obras Morais e de Costumes* ou *Moralia* e tem como principal objetivo apresentar as razões pelas quais as conquistas e glórias alcançadas pelo general macedônio não tiveram relação com a Fortuna. O êxito de Alexandre, nessa obra, se deve, segundo Plutarco, à sua formação filosófica, herdada de Aristóteles e cultivada por sua curiosidade.

Já sobre a obra *Anábase*, de Arriano, sabemos que a mesma fazia parte de um conjunto de obras escritas pelo historiador sobre o general macedônio. A *Anábase* está escrita em sete livros que relatam os empreendimentos militares do rei macedônio, seguida pela *Indiké*, concebida como o livro oito da obra anterior e também *Os acontecimentos após Alexandre*, caracterizado como um tratado de dez livros sobre os Diadoques (Leme, 2008, p. 11). Nessa obra, Arriano busca a escrita de uma *História Magistra Vitae de Alexandre*, considerada por ele ainda não escrita, a exemplo dos escritos de Xenofonte (430 – 355 a.C.). A partir disso, se percebe a busca pela exposição da Paideia do rei macedônio, ou seja, a valorização da sua formação educativa como líder enquanto discípulo de Aristóteles.

mos a tradução grego/espanhol publicada pelo Editorial Gredos e a edição grego/inglês publicada pela Harvard University Press. As traduções de citações de toda documentação, assim como do material bibliográfico utilizado, das línguas modernas para o português, são nossas. Recorremos aos termos gregos quando necessário, usando as edições bilíngues.

Nossa escolha por esses autores e seus escritos sobre Alexandre foi, de certa forma, pensada por já termos trabalhado alguns elementos do contexto em que estiveram inseridos em nosso Trabalho Final de Graduação¹¹, desenvolvendo, portanto, algumas leituras sobre as políticas dos imperadores aos quais Plutarco e Arriano estavam relacionados, Trajano e Adriano. Portanto, de certa maneira, o trabalho de mestrado apresentado neste livro dará continuidade a aspectos do estudo iniciado na Iniciação Científica. Além disso, cumpre mencionar que acreditamos que seja possível que Plutarco e Arriano conceberam o monarca macedônio em relação aos *princeps* romanos de seu contexto, percebendo-o enquanto possuindo ligações identitárias e construindo pontos de ligação entre a fronteira do mundo grego e do mundo romano¹².

Sobre nossos autores, em linhas gerais, sabemos que Plutarco foi um autor grego, mas cidadão romano, nascido na região da Beócia. Sua obra é uma fonte de conhecimento dos costumes greco-romanos, pois nela se descortinam o cotidiano e o modo de vida do período (Ziegler, 2009, p. 12). Arriano de Nicomédia, também grego, era nascido na província da Bitínia, também era cidadão romano e, ao contrário de Plutarco, que escrevia biografias, escrevia histórias.

As obras de Plutarco, *Vidas Paralelas* e *Sobre a Fortuna ou Virtude de Alexandre Magno*, bem como a *Anábase de Alexandre Magno*, de Arriano, têm construções sobre elementos de gênero bem estabelecidos, mesmo frente a um personagem ambíguo como foi o do rei macedônio em relação a elementos de virilidade e homoerotismo. Assim sendo, é nessa mesma ambiguidade que os escritores reforçam o que é masculino e o que é feminino, o que é viril e o que é efeminado, o que é “civilizado” e digno de um homem que possuía a *humanitas* latina e o que é

¹¹ Com o título *O sexo, o gênero e o humor em Roma*: rindo da passividade e da efeminação com os epigramas de Marcial (século I d.C.), o trabalho de conclusão de graduação, defendido em 2018 na Universidade Federal de Santa Maria, analisa como os escritos de Marcos Valério Marcial, autor de maior destaque no gênero literário do epigrama e que viveu entre 40 e 104 d.C., se inseriu na sociabilidade da elite romana e ali fez críticas aos vícios e faltas de conduta moral, como práticas homoeróticas e elementos de falta de virilidade do cidadão romano. Apesar de abordar elementos tão problemáticos, destacamos que os mesmos foram escritos em uma época de perseguição aos poetas pelos imperadores Flavianos (69 – 96), em especial pelo imperador Domiciano (81 – 96) que, após a morte de Marcial, cairá em desgraça e será difamado na dinastia seguinte, os Antoninos (96 – 192), imperadores que irão favorecer os escritos de homens como Plutarco e Arriano.

¹² Nossa pesquisa se insere na área de concentração História, Poder e Cultura, proposta pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFSM, dentro da linha de pesquisa Fronteira, Política e Sociedade. Uma vez que nos propomos a pensar que as construções dos escritos antigos sobre Alexandre estão diretamente ligadas a questões de poder e identidade cultural.

bárbaro e selvagem, aquele que possuía a *ferocitas/ἀγριότης – agriótes*¹³. Portanto, tais obras nos permitem pensar tanto elementos de virilidade articulados ao poder romano, como questões sobre a construção de uma identidade cultural, uma vez que os autores colocam Alexandre como modelo de virilidade, romanidade e helenidade frente aos bárbaros. Ou seja, como uma espécie de “modelo civilizatório”. Assim, buscaremos entender como dois homens originários das elites provincianas se colocaram frente ao poder de Roma, em uma Grécia conquistada, escrevendo em tom moralizador e educador, não só para a aristocracia da cidade de Roma, mas para os imperadores, pensando aqui a escrita como forma de poder e ação no mundo romano.

Diante disso, vemos como o mito de Alexandre adquiriu um valor pedagógico frente ao Império Romano, visto que o Principado já havia passado por maus exemplos de governantes¹⁴, conforme a visão da aristocracia da qual estes autores faziam parte. Portanto, acreditamos que Alexandre foi colocado como figura de exemplo pelos autores a serem estudados frente aos *princeps*, servindo ao que se devia e não devia fazer quanto se é governante, mostrando que, tudo o que ele conseguiu, seu imenso império e suas vitórias, se devia a sua educação (*paideia*) e sua moderação e autocontrole ao seguir as normas de gênero e fazer bons usos dos prazeres¹⁵.

Além da análise documental, é fundamental que façamos um estudo sobre a bibliografia existente acerca de Alexandre e, ainda, sobre seus usos, influências e presença no contexto romano, ou melhor, que façamos um *estado da arte* de nosso objeto de pesquisa. Cumpre destacar que essa bibliografia é vasta e se refere a um conjunto de leituras anteriores, já realizadas, que dão base e perspectiva para

¹³ Na obra *Vidas* de Plutarco, mais precisamente na *Vida de César* (Plut. *César*, XXXIX, 3), é encontrado o termo ferocidade/feroz (*ἀγριότης – agriótes*) e insensibilidade (*ἀπάθεια – apátheia*), se referindo aos inimigos de César que possuíam um comportamento/espírito de besta (*θηρίον – thērion*). Todos termos são usados direcionados aos bárbaros, ou melhor, aqueles que são selvagens e possuíam uma vida que não era “civilizada” e que são enfrentados e combatidos por César. Tal equivalência é percebida na *Vida de Pompeu* (Plut. *Pompeu*, LXX, 4).

¹⁴ Como, por exemplo, o imperador Domiciano, último dos Flavianos, que chegou a receber a *damnatio memoriae*, ou seja, à danação de sua memória, que consistia no apagamento de sua imagem e memória pública, processo realizado pelos romanos por decreto do Senado (PAUSE, 2018, p. 35). Podemos perceber a *damnatio memoriae* na obra *Vidas dos Doze Césares (Vida de Vespasiano*, 1, 1; *Vida de Domiciano*, 23), de Suetônio. O poeta Juvenal, na *Sátira IV*, 75, retrata Domiciano como possuidor de amigos (*amici*) que, em seus encontros com o *princeps*, demonstravam medo e terror. Vale lembrar que Juvenal sofreu dois exílios sob o reinado de Domiciano.

¹⁵ Uso dos prazeres é um conceito definido por Michael Foucault (1998) como a relação dada individualmente sobre a prática sexual e sobre o cuidado de si. Foucault propõe pensar o quanto os usos do prazer sexual na Antiguidade greco-romana estavam ligados a éticas e formas de conduta, relacionadas, por sua vez, não só à imagem social à atuação política do indivíduo, mas também à sua saúde, à temperança e ao bom uso de suas forças vitais.

a produção deste trabalho. Diante disso, optamos por trazer uma análise geral de obras clássicas sobre Alexandre, obras mais atuais e, em especial, o que tem sido produzido pelos brasileiros, enfocando principalmente as relações de Alexandre com os imperadores romanos.

Podemos dividir os escritos sobre o rei macedônio em três grandes momentos. O primeiro refere-se às fontes helênicas (perdidas, como já comentamos), os escritos romanos (dos quais saem nossas fontes) e os escritos medievais. Um segundo momento é o da escrita historiográfica tradicional sobre Alexandre, que se inicia com os estudos de Johann Gustav Droysen (1808-1884). O terceiro e último momento é a revisão historiográfica realizada sobre os usos da figura do conquistador dos persas a partir das mudanças dentro da própria área da História que o percebe, muito mais do que como um conquistador, rei, político e militar, mas como um elemento simbólico amplamente utilizado ao longo da história. Cabe destacar aqui que este livro se insere nesse terceiro momento e que temos muitos estudos brasileiros trazendo luz a esse personagem.

Assim sendo, nós nos focaremos nesses dois últimos momentos da historiografia. Apresentaremos alguns autores da historiografia tradicional sobre Alexandre de forma breve para, em seguida, darmos enfoque acerca de produções historiográficas recentes, em especial àquelas que destacam a presença de Alexandre em Roma no período do Império.

HISTORIOGRAFIA MODERNA SOBRE ALEXANDRE, O GRANDE, E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

Johann Gustav Droysen foi um historiador prussiano considerado o autor do primeiro estudo histórico de caráter científico sobre Alexandre, assim como o divulgador do termo *helenismo*¹⁶ (Prieto; Antela, 2008, p. 265). Droysen terminou seu doutorado em 1831, tendo como título *Über das Königreich der Lagiden unter Ptolemaeus IV. Philomethor* (Southard, 1994, p. 11). A partir daí, começou suas atividades políticas, propondo a unificação da Alemanha sob a centralização da Prússia. Este feito seria base para sua proposta de uso do termo helenismo (Custó-

¹⁶ “Este conceito, embora se refira a sociedades e culturas pretéritas, é de origem moderna e, portanto, possui data e local de nascimento definidos: durante o século XIX, no contexto de unificação do Estado alemão – sob o espectro da Prússia – e reporta-nos aos escritos do historiador Johann Gustav Droysen” (Funari; Grillo, 2012, p. 2).

dio, 2006, p. 236). Em 1833, por fim, Droysen lançou sua obra principal, *Geschichte Alexanders des Grossen*. Tal obra inaugurava, assim, o uso erudito dos termos helenismo, que passa a ser utilizado para se referir à cultura greco-macedônia considerada triunfante por todo um período histórico (Biazotto, 2013, p. 199-120).

A tese central defendida por Droysen é de que Alexandre “teria unificado o Oriente e o Ocidente, preparando o caminho da História frente ao triunfo do deus único” (Prieto; Antela, 2008, p. 265). Temos, portanto, que em pleno processo de unificação alemã (1871), Droysen relacionava seu reino, a Prússia, com a Macedônia antiga. Ou seja, ele encarregava à Prússia a responsabilidade de gestar uma nova época. Além disso, na primeira metade do século XX, tal ideia serviria para justificar o expansionismo nazista sobre outros povos, semelhantes aos que Filipe II e seu filho derrotaram (Prieto; Antela, 2008, p. 265). É possível perceber esses elementos na escrita do próprio historiador prussiano:

Alexandre os encerrou (os conflitos entre Oriente e Ocidente) ao aniquilar o império dos persas, ao conquistar todo o território situado entre o deserto africano e a Índia, ao afirmar a supremacia da civilização grega sobre a cultura declinante dos povos asiáticos. Enfim, ao gerar o helenismo. Seu nome assinala o fim de uma época e o começo de uma nova (Droysen, 2010, p. 37).

Diante disso, Droysen foi o responsável por abrir portas para o estudo sobre quem foi Alexandre, sobre seu grande império e as consequências de sua morte (fragmentação do Império, disputas pela hegemonia local e dominação romana). Assim sendo, vemos que Droysen escreveu extremamente marcado por seus interesses políticos e seguindo a influência de sua contemporaneidade e de seus anseios para a Prússia. O historiador prussiano apresentava, dessa forma, seus escritos históricos sobre o rei macedônio através de uma visão idealizada, tentando entender o personagem pela ótica de sua própria História e de seu tempo.

Outra obra mais antiga, tradicional e clássica sobre Alexandre foi o livro de Pierre Jouguet (1869-1949), *L'impérialisme macédonien et l'hellénisation de l'Orient*, publicado originalmente em 1926. Tal obra apresenta um tom lapidador das teses de Droysen. No entanto, como o historiador prussiano, Jouguet liga a expansão alexandrina pelo continente asiático e, conseqüentemente, as fundações das novas Alexandrias pelo conquistador macedônio, ao seu próprio tempo, uma França imperialista que se fazia presente naquele momento na África e no continente asiático. Como pontua Pedro Paulo Funari (2003, p. 40): “as analogias entre o imperialismo francês

e o macedônico seguramente não estavam longe das preocupações de Jouguet”.

Vale destacar aqui a obra de ficção histórica do alemão Klaus Mann (1906 – 1949), produzida durante a República de Weimar, ou seja, antes da ascensão nazista na Alemanha. Com o título *Alexander: Roman der Utopie*, publicada pela primeira vez em 1929, a obra tem como intuito retratar a vida do personagem histórico Alexandre, o Grande. Tal escrita, porém, ocorre a partir de uma versão pessoal do escritor. Segundo Facundo Nazareno Saxe (2007, p. 676) fica claro que as obras de Klaus Mann, ao longo de toda a sua evolução literária, objetiva formas de expressar a sua liberdade de consciência e buscar por uma identidade que seria consolidada ao redor do tema do homoerotismo. Portanto, o Alexandre dessa obra não gosta de mulheres. Suas inclinações homoeróticas são demonstradas desde a adolescência, criando um novo Aquiles, com seu novo Pátroclo (Heféstion) ao seu lado (Saxe, 2007, p. 674). Tal padrão narrativo não é novo nas obras de Klaus Mann, sendo que o mesmo disserta sobre outros personagens (como Luís II da Baviera, por exemplo), sendo esses passíveis de “dúvidas razoáveis” e de debates históricos acerca de suas “sexualidades” (Saxe, 2007, p. 674). Por fim, cabe destacar que tais textos também se inserem enquanto iniciadores de uma tradição que começava a retomar os debates acerca das questões homoeróticas e que viam na Antiguidade, em especial a greco-romana, um paraíso da naturalização da “homossexualidade” (Saxe, 2007, p. 676).

Também nas primeiras décadas do século XX temos William Woodthorpe Tarn ou *sir*: William Tarn, outro escritor importante sobre Alexandre. Tarn foi um historiador britânico que recebeu o título de *sir*; além de ter sido nomeado *fellow* da *British Academy* por ser considerado uma das maiores autoridades sobre Alexandre e sobre a História do Mundo Helenístico (Biazotto, 2016, p. 30). Suas obras de destaque sobre o tema são *The Hellenistic Age: Aspects of Hellenistic Civilisation* (1923), *Alexander the Great and the Unity of Mankind* (1933) e *Alexander the Great. Vol. 1: Narrative e Vol.2 Sources and Studies* (1948). Nessas obras, Tarn oferece uma interpretação idealista das conquistas de Alexandre como sendo essencialmente impulsionadas por sua visão da “unidade da humanidade”, em consonância com a interpretação de Plutarco, apontado como principal fonte de seus escritos (Martin; Blackwell, 2020).

Como vemos, todas as obras citadas acima são frutos do seu tempo, o século XIX e início do século XX. Estes estudos apresentam elementos claros do paradigma do Estado Nação e das políticas imperialistas das nações europeias, como mostra

Bruno dos Santos Silva (2011). Os novos Estados construídos após os movimentos revolucionários da Europa contemporânea pré-Guerras se viam na necessidade de construção de novas identidades e, conseqüentemente, criações de novos *nós* e *outros* (estes inimigos ou aliados). Além disso, estes historiadores partiam da busca de explicações não só internas como também externas, visto a construção e manutenção de grandes impérios (Britânico, Francês, etc.) na África e Ásia.

Tais perspectivas passam a ser questionadas e criticadas a partir das mudanças que a própria disciplina da História e das Ciências Humanas irão passar no século XX, mais especificamente a partir das décadas de 1950 e 1960. Estas mudanças partem, de forma breve, da configuração de um mundo bipolar, em que a divisão do globo ficara a cabo de Estados Unidos e da antiga União Soviética, acompanhada por uma série de movimentos de independência das antigas colônias na África e na Ásia. “O período de descolonização trará conseqüências políticas, sociais e culturais para um século XX que via o processo de globalização dar seus primeiros passos” (Silva, 2011, p. 61).

Assim, novos rumos dessa historiografia sobre Alexandre podem ser vistos despertando com obras como a de Robin Lane Fox (1946), autor da mais vendida biografia histórica sobre o conquistador. Com título *Alexander the Great*, na obra publicada em 1973, o autor nos apresenta uma obra de prosa linear de quase nenhuma citação direta dos trabalhos e fontes encontradas na Antiguidade sobre Alexandre estas últimas encontradas reunidas no final de seu trabalho (Biazotto, 2016, p. 26).

Outro autor será Pierre Briant, em *Alexandre le Grand*, obra publicada em 1974 e que apresenta tons modestos e introdutórios sobre o monarca macedônio, visto que seu foco de pesquisa é o Império Aquemênida, colocando, então, Alexandre sempre em diálogo e comparação com esses mesmos (Biazotto, 2016, p. 27).

Temos também os importantes escritos de Arnaldo Momigliano, um dos primeiros que, com sua obra *Alien Wisdom: The Limits of Hellenization* (1975), mostrou os limites do Helenismo e do próprio Alexandre, enquanto conquistador. Sua obra tornou-se muito influente nas pesquisas contemporâneas sobre o chamado período helenístico, cada vez mais atentas às inflexões culturais dos nativos na construção de seu quadro social e nos substratos políticos na edificação de seus saberes (Biazotto, 2013, p. 128).

Entretanto, como nos traz Thiago do Amaral Biazotto (2016, p. 27), qualquer estudo sobre Alexandre estaria incompleto sem mencionar Brian Albert

Bosworth, historiador britânico que por muitos anos lecionou na *University of Western Australia* e da *Macquarie University*. Bosworth publicou, em 1988, o livro considerado clássico *Conquest and Empire*, sobre o conquistador macedônio. Nesse estudo é notável a atenção destinada aos aspectos militares, lógicos e de funcionamento do exército de Alexandre. Citamos também outra obra desse autor, publicada uma década depois, em 1996, chamada *Alexander and the East: the Tragedy of Triumph*, com o foco acerca das campanhas de Alexandre na Índia e nas regiões que correspondem atualmente ao Afeganistão.

Mas será Claude Mossé, historiadora nascida em 1924 em Paris e especialista em História da Grécia Antiga, a responsável por uma renovação dos elementos de relato sobre a emblemática figura de Alexandre. No livro *Alexandre, o Grande*, de 2001, Mossé aponta elementos e personagens até então não mencionados nas grandes narrativas historiográficas do século XIX sobre Alexandre, como mulheres e seus generais. No entanto, é importante frisar que Mossé diminui o aspecto de homoerotismo na sua leitura de Alexandre. A historiadora até chega a mencionar uma passagem em que elementos homoeróticos são trazidos à tona durante a narrativa de Plutarco, em suas obras *Vidas* e *Sobre a Fortuna ou a Virtude de Alexandre*¹⁷, porém, demais relações como as relações com Heféstion (esse chamado apenas de “amigo” de Alexandre), assim como demais elementos (como a possível visão/interpretação da efeminização das roupas e costumes persas) são postos em segundo plano, dando mais ênfase as relações entre Alexandre e as mulheres (Mossé, 2004, p. 103-105), como as mulheres da família de Dario e suas duas esposas Roxana e Estatira.

Andrew Stewart, em *Faces of Power: Alexander's Image and Hellenistic Politics*, publicado em 1993, mostra que, por diversas circunstâncias, um tema às vezes considerado bastante explorado como o estudo do rei macedônio pode passar por uma reavaliação. Novo material, novas avaliações de materiais conhecidos e novas aplicações de teoria interpretativa; todos desempenham um papel fundamental na renovação vinda com a obra de Stewart. Grande parte dessa obra se relaciona com as aparições de Alexandre na escultura, na pintura e na cunhagem monetária, principalmente durante o período de sua própria vida até meados do século II a.C. No entanto, Stewart procura enquadrar a compreensão desses retratos em um contexto muito mais amplo sobre Alexandre, formulado e propagado a serviço de suas pró-

¹⁷ Aqui nos referimos a passagens presente tanto na *Vida de Alexandre*, como na obra *Sobre a Fortuna ou a Virtude de Alexandre* onde são oferecidos dois jovens efebos ao rei macedônio por parte do Filoxeno, governador das províncias marítimas (MOSSÉ, 2004, p. 104). Tais passagens serão melhor analisada no capítulo três.

prias ambições imperialistas, bem como das de seus sucessores (Stewart, 1993, p. 6). A documentação é de importância primordial e a mesma é fornecida em abundância em uma série de apêndices que, juntamente com um índice útil e uma farta bibliografia, constituem um terço completo do livro.

Por último, destacamos as publicações de Vicent Barletta, John D. Graiger e Robin Waterfield. O primeiro publicou seu livro em 2010, tendo como título *Death in Babylon: Alexander the Great & Iberian Empire in the Muslim Orient*. Na obra, Barletta tem como objetivo, em suas palavras:

chegar a uma compreensão mais profunda e mais sutil do lugar de Alexandre, o Grande, no projeto mais amplo do Império na Coroa de Aragão, Castela e Portugal, a partir de 1450 (quando Gomes Eanes de Zurara completou sua história da conquista portuguesa de Ceuta) até o final do século XVI, e isso significou navegar para longe de minha própria Astypalaia (como se pode enquadrar o estado americano da Califórnia, apesar de seu status de ex-colônia espanhola) para o redemoinho de ideologias e fantasmas imperiais (Alexandre entre eles) que continuam a assombrar a Península Ibérica (Bartella, 2010, p. X).

Já as obras dos dois últimos autores, *Alexander the Great. Failure The Collapse of the Macedonian Empire* (2014), de Graiger, e *Dividing the Spoils: The War for Alexander the Great's Empire* (2014) de Waterfield, são importantes obras contemporâneas de não-ficção sobre Alexandre e sua expedição.

Em relação às obras que tratam de Alexandre visto no contexto romano, existe uma ampla e vasta historiografia que nos focaremos melhor aqui. Partiremos das publicações de Diana Spencer em *The Roman Alexander* (2002). Nesse livro, o foco é a identidade romana e como os escritores do contexto romano exploram, constroem e modificam sua própria concepção de “ser” ou “não ser” romano a partir da figura de Alexandre. Spencer é responsável, não só por debater o Alexandre greco-macedônio, mas introduzir a todos e todas que lerem seu livro os usos da imagem de Alexandre em Roma. Para tanto, a autora seleciona textos latinos do final da República até a época do imperador Adriano (117 – 138), percebendo a construção de uma série de discursos, várias vezes antagônicos, acerca da figura de Alexandre. Tal livro é basilar em nossa pesquisa porque traz uma vasta bibliografia internacional a ser consultada.

Destacamos ainda a tese defendida por Ana Begoña Cardñanos Martínez, com o título *La imagen de Alejandro en Roma: Desde los Escipiones a los Severo*, defen-

didada em 2016. Neste trabalho, a autora busca preencher uma lacuna que, segundo ela, existe quando se trata no estudo sobre Alexandre no Império Romano. Esta lacuna é a reunião das mais diferentes fontes (escritas e arqueológicas) para poder abordar globalmente a figura de Alexandre em Roma. A historiadora faz um grande esforço, em mais de quinhentas páginas, para trazer desde o que se sabe sobre as biografias mais antigas de Alexandre até uma reunião exaustiva da iconografia grega e romana. Apesar disso, salientamos que a autora chega apenas a conclusões preliminares sobre as relações e comparações entre os diferentes autores e seus contextos e sobre a iconografia.

Em relação à historiografia brasileira, de maneira geral, o debate acerca da figura de Alexandre no Brasil gira em torno da dualidade de interpretações do rei macedônio nas fontes no Império Romano, colocado ora como modelo de bom governante e tendo sua imagem positivada, ora tendo elementos de sua imagem criticados arduamente. Tal historiografia nacional tem em comum, além da figura central de seus escritos, uma tentativa de análise cultural de Alexandre, de seu reinado, da expansão e dos usos posteriores de sua imagem.

Diante disso, temos, primeiramente, os estudos da historiadora Marilena Vizentin que, em uma série de textos, traz Alexandre sendo reinterpretado e usado no contexto do Império Romano para os estudos brasileiros. Seus artigos sobre a temática são: *Primeiras Imagens de Alexandre, o Grande, em Roma* (2007), *Espelhos contrapostos: Alexandre e o modelo de imperador romano* (2009) e *A presença de Alexandre, o Grande entre os Romanos: Tradição textual e fortuna imagética* (2009). Em linhas gerais, Vizentin nos apresenta as primeiras impressões da elite dirigente do Império Romano frente à representação de Alexandre Magno. De Cipião, o Africano, passando por Pompeu, Marco Antônio, Cícero até Júlio César e, adentrando pelo Principado, por Otávio Augusto, Vizentin demonstra os usos que Alexandre recebeu em um período de construção de identidades por membros das elites dirigentes do Império. Assim, conforme a historiadora, Alexandre continuou fazendo parte do imaginário e do poder romano até, pelo menos, o século III. “O mito de Alexandre, o Grande seria, pois, introduzido em Roma como sinônimo de poder e, por muitos séculos, sua interpretação sofreu alterações significativas, pois muitos foram os que dele fizeram uso” (Vizentin, 2007, p. 1). Ainda segundo Vizentin, independentemente de qual tenha sido a época da elaboração desse mito, “sua existência era sensível” a ponto de ter sido introduzida no mundo romano (Vizentin, 2007, p. 2).

Outra historiadora que tratou do tema foi Vanessa Ziegler, que defendeu sua dissertação de mestrado intitulada *Plutarco e a formação do governante ideal no principado romano: uma análise da biografia de Alexandre no ano de 2009*, na UNESP/Assis. A partir dos escritos de Plutarco, Ziegler visa entender como Alexandre se transforma, durante o Principado, em uma figura ideal de governante através da educação e da filosofia. Para isso, a autora se preocupa em destinar um terço de sua Dissertação ao estudo sobre o que teria sido a vida e os comportamentos, em seus vícios e virtudes, do conquistador dos persas, inserindo-o dentro da lógica de um mito imperial romano a partir das buscas e interesses pessoais de Plutarco.

Tal empreitada historiográfica é também o objetivo de André Luiz Leme que, em seu Trabalho de Conclusão de Curso *Ascensão e legitimação de Alexandre, o Grande, na Anábase de Alexandre Magno de Arriano de Nicomédia* (2008) e em sua Dissertação *A estratégia política no principado romano do século II d.C.: a comparação entre Alexandre, o Grande e Adriano segundo a Anábase de Arriano de Nicomédia* (2011), analisa sobre Alexandre nos escritos de Arriano. Para Leme (2011), na obra *Anábase*, o rei macedônio é caracterizado sob perspectivas muito positivas e estas apontariam para a existência, em Alexandre, de virtudes pessoais que são colocadas como modelo de governante ideal, segundo Arriano. Leme busca, então, entender a figura de Alexandre dentro do Principado Romano e os seus usos por parte dos *princeps*, em especial por Adriano.

Por fim, destacamos o já mencionado historiador Thiago do Amaral Biazotto, em sua dissertação intitulada *Sob o signo do Grande-Rei: a barbarização de Alexandre Magno em Diodoro Sículo, Quinto Cúrcio, Plutarco e Arriano* (2016). É objetivo do autor entender como se desenvolve, nas obras desses quatro escritores responsáveis pela preservação da figura de Alexandre dentro do contexto romano, a questão da adesão do macedônio aos protocolos de vestimentas persas. Na duvidade de intenções, ou seja, as razões que teriam levado Alexandre a se vestir e se comportar como um bárbaro, Biazotto discute as ideias universalistas de Alexandre (de união dos povos da *oikoumene*), além de perceber como, a partir da mentalidade romana republicana e imperial, esses mesmos elementos foram entendidos frente aos líderes e imperadores romanos.

De maneira geral, pelo que pudemos ver, os debates historiográficos em torno da figura de Alexandre seguiram desde interesses políticos diretos, como os de Droysen, até tendências historiográficas modernas que não deixam de lidar com re-

lações de poder e força em seu contexto. Trabalhos como os dos brasileiros Vizentin, Ziegler, Leme e Biazotto apontaram para novos debates históricos em torno de elementos de poder e representação, confluências culturais e questões de gênero. Podemos ver também que as pesquisas recentes sobre o conquistador dos persas reflorescem no meio acadêmico a partir de revisões da Nova História Cultural, dos Estudos Culturais e dos Estudos Pós-coloniais, percebendo Alexandre enquanto personagem híbrido, mas marcado por fortes contrastes identitários nas representações.

A análise de uma historiografia sobre determinado assunto nunca é algo fácil de ser feita, ainda mais de temas já tão explorados ao longo de séculos como é a figura do conquistador dos persas. Nosso intuito, aqui, foi lembrar e considerar as mudanças perceptíveis de narrativas adotadas sobre Alexandre, dialogando com aqueles trabalhos que se inserem em construções mais amplas e que trazem consigo elementos gerais sobre Alexandre. Outro ponto importante ao se fazer esse levantamento foi perceber como o tema da construção da virilidade de Alexandre, mesmo em meio a suas práticas homoeróticas, ainda foi pouco explorado nos estudos. Da mesma forma, não percebemos nenhum estudo que articule a questão da virilidade com elementos da identidade greco-romana das elites imperiais. Esses pontos são chaves em nossa pesquisa e ainda carecem de aprofundamento nos trabalhos apresentados anteriormente sobre os usos de Alexandre em Roma. Diante disso, nosso trabalho visa realizar uma análise interseccional que visará articular gênero e identidade cultural, relações de poder e o lugar social dos escritores frente às fontes escolhidas.

A nosso ver, a virilidade é uma característica imprescindível aos cidadãos das elites do Império Romano. A presença de virilidade em um cidadão romano podia ser demonstrada desde relações familiares, cuidados com seu corpo e elementos sexuais, como até em aspectos de suas relações sociais, de sua postura de liderança e de sua participação ativa na vida política. A virilidade estava diretamente ligada aos aspectos físicos (cuidado de si, do corpo, da comida, da aparência, etc.) e comportamentais (domínio de si, liderança, temperança, autocontrole, práticas comportamentais e corporais). Ela participava, então, como característica essencial na manutenção de uma sociedade falocêntrica como a romana, que tinha como uma de suas bases o princípio sexual da atividade *versus* a passividade sexual e social, essa última destinada à condição das mulheres e dos escravos. A virilidade ainda distinguia aqueles que estavam aptos para governar e era sempre associada pelo preparo, ou seja, pela *paidéia*.

A virilidade, demonstrada em maior ou menor medida, na figura de Alexandre, assim como seus aspetos comportamentais (consumo de bebidas alcoólicas, acessos de fúrias, etc.), dentro das fontes, estava inserida como um elemento essencial no debate intelectual do bom governante, podendo ser um tema percebido nos escritos de Tácito, Plínio, o Jovem, Juvenal, Marcial, entre outros autores dos séculos I e II. A virilidade do cidadão greco-romano, segundo nossa perspectiva, é parte importante das mensagens que Plutarco e Arriano querem passar para o seu público leitor.

QUADRO TEÓRICO E METODOLOGIA DA PESQUISA

Apresentados o tema, as fontes escolhidas, assim como o estado da arte sobre o tema e, a partir dele, parte do material historiográfico de apoio, cabe agora passarmos para a discussão relativa à perspectiva teórica-metodológica adotada. Sendo assim, iniciamos afirmando que nosso livro dialoga com os métodos, técnicas e conceitos da Nova História Cultural, sendo que está relaciona aspectos culturais com o poder e o ordenamento social.

O conceito de interseccionalidade será usado na análise de Alexandre presente nas obras de Plutarco e Arriano. Tal conceito, utilizado dentro de análises feitas na esteira dos Estudos Culturais, busca, de forma geral, não privilegiar apenas um aspecto de análise como, por exemplo, questões de classe acima de questões de gênero, ou vice-versa, trabalhando a articulação de gênero, raça e classe. Ou seja, quando se faz uma análise interseccional, percebe-se como essas várias esferas de diferenciação se interconectam na criação das representações¹⁸.

Para compreender melhor essa metodologia, utilizamo-nos aqui o artigo *Des-orientar Cleópatra: um tropo moderno da identidade* (2004), de Ella Shohat, e o artigo *Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras* (2008) de Adriana Piscitelli. Piscitelli (2008) traz, em seu texto, a importância de se enfatizar as interseccionalidades ou, como ela chama, as “categorias de articula-

¹⁸ Observamos que os elementos trazidos nos escritos em análise aqui sobre gênero, questões homoeróticas ligadas à virilidade, construção de identidade cultural e, por fim, elementos de barbaridade e fronteiras culturais são representações da realidade feitas pelos autores. Ou seja, são reflexões que, como acreditamos, partem do real, mas o real é compreendido pelos escritores sob suas óticas. A formulação que aqui compreendemos como representação segue a ideia proposta pelo historiador Roger Chartier (1988), sendo a representação uma espécie de mapa mental no qual o autor organiza a realidade. Desta forma, o conceito de representação serve para a análise do historiador que percebe o documento não como trazendo verdades, mas como carregado de construções culturais e embates políticos, carregado de anseios dos escritores e de lutas de representações.

ção” entre gênero, raça e classe, a partir do estudo de experiências de migrantes brasileiras na Europa. Após apresentar o histórico do debate interseccional, em resumo, a autora nos coloca que compreender essas categorias e articulá-las em determinadas análises é fundamental para destacar os elementos de diferença e desigualdades nas representações e relações sociais (Piscitelli, 2008, p. 266). Já Shohat tem como objetivo o estudo das representações cinematográficas de Cleópatra, dando enfoque na análise dos elementos de sua aparência e de como os mesmos foram usados dentro dos discursos de dominação e das lutas pós-coloniais, colocando a rainha egípcia enquanto uma personagem histórica disputada tanto pelo eurocentrismo como pelo afrocentrismo. Para a autora, assim, é imprescindível notar que o extenso debate moderno sobre a aparência de Cleópatra sugere amplas relações entre elementos de raça, gênero e sexualidade (Shohat, 2004, p. 41), ainda que Shohat não utilize o conceito de interseccionalidade. Dessa forma, articulando esses aspectos em seu estudo, é possível compreender a construção da imagem de um Egito feminino (em amplo acordo com o Orientalismo) e um mundo romano masculino (o Ocidente dominador) nos filmes em torno de Cleópatra.

No entanto, por trabalharem questões modernas, ambas as autoras acima utilizam dos conceitos citados: gênero, raça e classe. Dessa forma, por ser nosso estudo voltado à História Antiga, fazemos ressalvas quanto a esse tripé, considerando o que apresenta Semíramis Corsi Silva no artigo *Identidade cultural e gênero no Principado romano: uma proposta de análise interseccional das representações do imperador Heliogábalo (século III E.C.)* (2018), no qual fica demonstrado que os termos classe e raça não são possíveis de serem usados para a análise de objetos como o nosso, pois estaríamos impondo elementos e classificações contemporâneas de diferenciação àquela temporalidade. Portanto, optamos pelas categorias gênero e identidade cultural, como a antiquista supracitada, articulando tais elementos na análise do Alexandre de Plutarco e Arriano também com os lugares sociais dos dois escritores.

Sobre os conceitos escolhidos para articulação, começemos pelo gênero. Gênero será tomado nesta pesquisa como uma categoria de análise como proposto por Joan Scott (1995). Tal historiadora nos mostrou que usar gênero como categoria de análise é perceber as construções de gênero como elemento constitutivo das relações sociais que significam, fundamentalmente, uma relação de poder. Portanto, pretendemos pensar como as representações de Alexandre em termos de gênero, sua

virilidade e suas práticas homoeróticas, podiam estar relacionadas com as questões de poder que os autores pretendiam negociar. Ou melhor, acreditamos que ao construir Alexandre, nossos autores estão projetando um homem (*vir*) governante ideal por meio de elementos formativos para seus leitores, buscando apresentar comportamentos que visavam convencer retoricamente seu público.

Em relação à ideia de virilidade e seus atributos, partimos, inicialmente, do que é trazido por Michel Foucault em *História da Sexualidade* (1989), ao mostrar que as percepções de elementos de usos dos prazeres para as sociedades grega e romana são muito distintos do que hoje entendemos enquanto comportamentos de homens e mulheres dentro do chamado dispositivo da sexualidade.¹⁹ De maneira geral, Jean-Paul Thuillier, em *Virilidades romanas: vir, virilitas, virtus*, capítulo inserido no livro *História da Virilidade* (2013), parte da explicação de que existia uma virilidade esperada ao homem aristocrata romano (o *vir* romano), cheia de protocolos e esquemas de diferenciações. Tal virilidade se resumia a variados comportamentos, usos de certas vestimentas e até aspectos de pilosidade que aquele homem de elite deveria manter para, então, demonstrar para seu papel viril portador de autoridade. O elemento central disso é que, assumindo esses papéis de gênero, o *vir* romano assumia o papel de ativo, tanto frente às relações sociais, quanto frente à esfera de seus usos dos prazeres.

Em resumo, defendemos em nossa pesquisa que os papéis de gênero são fundamentais para pensarmos relações sociais e de poder dentro do Império Romano e que, ao analisar esses comportamentos, em especial os ditos trejeitos desviantes frente ao que se era esperado, percebe-se que eles estão diretamente ligados ao poder e às noções de identidade. Assim sendo, consideramos que o modelo do *optimus princeps*, o tipo ideal esperado para os imperadores, também comporta padrões de gênero, o que visamos explorar na dissertação.

¹⁹ O filósofo francês Michael Foucault, no primeiro volume de sua obra *História da Sexualidade* (1989), se debruça, entre outros aspectos, sobre o que passamos a entender enquanto dispositivo da sexualidade, em especial após os séculos XVIII e XIX. Nessa obra, Foucault trabalha com as noções de dispositivos, espécie de tática de poder que tem como principal objetivo organizar, configurar e fabricar corpos, almas e populações frente à uma determinada urgência social e histórica (Foucault, 1979 apud Oliveira, 2016, p. 91). A sexualidade, para Foucault, é formada por quatro dispositivos específicos: a histerização do corpo feminino, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatria do prazer perverso (Oliveira, 2016, p. 95). Ao se preocupar com a origem e os debates acerca da sexualidade e do sujeito/indivíduo moderno enquanto sujeito de uma sexualidade, Foucault percebe que se “instaura uma relação entre poder/prazer/saber em que o corpo torna-se objeto de conhecimento (seus segredos biológicos e psíquicos têm que ser revelados)” (Ribeiro, 2006, p. 99). Tudo isso é fruto de uma preocupação das elites governantes e dos Estados em si, visto que “questões como natalidade, fecundidade, entre outras, não podem mais ser negligenciadas, o que significa que o sexo é algo de interesse de governos e de saúde pública e, assim, faz-se necessários investimentos em dispositivos para organizarem essas instâncias” (Oliveira, 2016, p. 93).

Já para o estudo de elementos de identidade cultural, nossa pesquisa está alicerçada nos escritos de Hartog (2004), Ciro Flamarion Cardoso (2005) e em elementos trazidos por Semíramis Corsi Silva em sua tese de doutorado, defendida em 2014. Portanto, estamos entendendo como identidade cultural a representação de si, ou de um grupo, enquanto pertencente a um conjunto de pessoas com valores e características culturais compartilhadas que precisam ser reafirmadas a partir da alteridade (Silva, 2014, p. 18).

Consideramos, então, que a construção das identidades sempre perpassa a visão do eu/nós em oposição ao outro ou aos outros grupos (Cardoso, 2003; Said, 2007). Um exemplo disso é Alexandre ser lido como uma representação do eu/nós greco-romano, construído enquanto modelo identitário que produz efeitos sociais reais em um mundo romano, onde a identidade grega deve ser marcada em meio às conquistas dos imperadores romanos diante do Império Parto, aludindo às relações de conquista do Império Romano no momento vivido pelos autores propostos para análise, Plutarco e Arriano, como pretendemos demonstrar.

Além disso, cumpre destacar que estamos trabalhando com a ideia da existência de uma identidade greco-romana compartilhada pelas elites governantes do Império. De acordo com Greg Woolf (1994, p. 117), tanto as identificações em ser romano como ser grego encontravam similaridades visto o histórico de contatos e relações dentro da Península Itálica. Como isso, Woolf trabalha com a ideia de uma fusão cultural entre elementos latinos e elementos gregos no que tangia ao governo do Império Romano. Para Woolf, ainda, no Oriente imperial romano, de predominância cultural helênica fruto da antiga expansão macedônia, existiu um equilíbrio alcançado entre as culturas grega e romana em interação com as culturas locais. Assim, para Woolf, ser grego no Império Romano era uma forma de também ser romano, como diz o título de seu texto: *Becoming roman, staying greek*. Sendo grego, afirmava-se ser parte do Império Romano e da elite que o governava.

Já para Andrew Wallace-Hadrill (2008, p. 5), essa identidade greco-romana não era algo étnico propriamente, isto é, herdado de uma descendência e de um passado em comum, mas sim fruto de elementos culturais e de poder compartilhados. Assim, a cultura em comum dos membros das elites não era dada pelo nascimento propriamente, mas pela educação, pela fusão da defesa dos costumes ancestrais romanos (*mos maiorum*) com a *paideia* grega.

A partir disso, em nossa visão, respaldados por Greg Woolf (1994), Wallace-Hadrill (2008) e também pelos estudos de Semíramis Corsi Silva (2014), Plutarco e Arriano, enquanto gregos buscaram na valorização do seu passado (isto é, na figura de Alexandre) um recurso de afirmação da *paideia* e de seus atributos dentro do Império Romano, dentro das relações de poder romanas, “em um jogo de negociações por *status* e posição social” (Silva, 2014, p. 17).

Nos propomos, também, a pensar questões de fronteira, mas aqui no âmbito cultural, refletindo sobre construções de identidade e alteridade que envolvem cultura, a organização da sociedade e o poder. Como já tratado anteriormente, aproximamo-nos das propostas de Hartog (2004) que, ao escolher analisar personagens que empreendiam viagens pelo mundo antigo, percebeu a criação de diferentes “nós” e “eles” que permeavam o entender “civilizacional” da Antiguidade. Um desses personagens é o próprio Alexandre. Hartog não chega a elucidar muito bem a categoria de homem-fronteira, porém, em nosso entender, esse é um conceito útil e chave, já que nos ajuda a entender Alexandre enquanto personagem que articula: 1) Romanidade/ Helenidade *versus* Barbárie; 2) Modelo de governante ideal (*optimus princeps*) *versus* Homem portador de vícios (*pessimus princeps*); 3) Poder absoluto *versus* Poder do Senado e 4) Homem viril dentro do modelo de virilidade esperado *versus* Comportamentos e padrões de gênero negativos.

Sabendo dos principais conceitos a serem trabalhados, em termos metodológicos propriamente, a proposta para leitura de nossas fontes visa realizar uma análise tanto externa quanto interna dos documentos. Os aspectos externos de análise se constituem no estudo da tipologia das fontes, o lugar de origem, datação, o contexto histórico e o lugar social e político dos autores. Em relação à crítica interna do documento, trataremos sobre as características linguísticas de cada um, os conceitos usados e, por fim, faremos o cruzamento de informações do texto com elementos da análise externa, tal como proposto por Pedro Paulo Funari (1995, p. 28).

APRESENTAÇÃO DOS CAPÍTULOS DESTE LIVRO

Este livro se divide em três capítulos, cada um deles divididos em dois subcapítulos. No primeiro capítulo buscaremos apresentar o entorno de nossos autores. Sendo assim, nosso enfoque direto será em Plutarco e Arriano. Quem foram? Onde

nasceram? Quais suas formações educacionais? Como foram suas carreiras políticas? Quais seus envolvimento tanto com o mundo grego como romano da época? Quais suas produções literárias? entre outras perguntas. Cada um dos autores analisados recebe um subcapítulo acerca de sua vida, carreira, obras e morte.

Seguindo essas narrativas, buscaremos analisar no segundo capítulo quais eram os elementos de gênero e identidade que definiam o *vir* romano em termos de virtudes e de virilidade. Em nossa visão, esses padrões de moral e de comportamento estariam, da mesma forma que a presença ou não de virilidade, diretamente ligados ao *status* social do indivíduo e à sua reputação frente à sociedade. Tais comportamentos tidos como ideais estariam presentes ainda enquanto elemento legitimador do *princeps* romanos, fato esse que é nosso foco na segunda metade desse capítulo ao discorrermos acerca do *topos* literário do bom *princeps*.

Por fim, no último capítulo, traremos as análises das fontes alexandrinas escritas por Plutarco e Arriano já previamente apresentadas na introdução e nos subcapítulos do capítulo 1. Sendo assim, tanto o Alexandre de Plutarco, como o Alexandre de Arriano entram em foco ao lado de todas as virtudes, mas também vícios e elementos negativos, provavelmente colocados ali pelo queronês e pelo nicoméδιο a fim de construir um exemplo (*exemplum*). Alexandre deve ser imitado em suas virtudes e virilidade, assim como deve ser visto como instrumento do que acontece quando esses mesmos comportamentos ideais não são observados.



CAPITULO 1

**EM TORNO DE
PLUTARCO
E ARRIANO**

O FILÓSOFO PLUTARCO: OBRAS, TRAJETÓRIA E INSERÇÃO POLÍTICA

E escrever sobre Plutarco de Queroneia não é algo fácil devido à quantidade enorme de material disponível. Sua vida, suas relações pessoais e, mais especificamente, suas obras vêm sendo amplamente estudadas, em especial após as traduções para as línguas modernas. Consequentemente, as mais diferentes temáticas a partir dos escritos de Plutarco foram e estão sendo reexploradas em pesquisas mais recentes. Tamanho interesse pelas obras de Plutarco é, entre outros fatores, decorrente das próprias preocupações do queronês que escreveu sobre diversos temas e questões que vão desde elementos do cotidiano até ensaios filosóficos mais aprofundados.

Para tentar exemplificar essa densidade de trabalhos em torno de Plutarco, basta folhear o livro intitulado *A companion to Plutarch*, editado por Mark Beck e publicado em 2014. Tal livro tem como objetivo reunir pesquisadores e pesquisadoras que desenvolveram estudos relacionados a Plutarco. A obra é dividida em quatro partes. A primeira seção é destinada a perceber Plutarco dentro de seu contexto, analisando suas relações com Roma, com o movimento da Segunda Sofística e com o papel da filosofia e dos filósofos na Roma Imperial. Já a segunda é destinada a pensar Plutarco através de seus ensaios e produções voltadas à moral, em especial aquelas encontradas em sua obra *Moralia*. A terceira seção envolve aqueles que pesquisam Plutarco em relação aos seus projetos biográficos. A quarta e última parte buscam apresentar os estudos que focam na recepção de Plutarco em outros momentos e movimentos históricos, como a Idade Média e o Renascimento, por exemplo. Cabe salientar que, cada um dos capítulos é sobre uma temática diferente acerca das obras de Plutarco que chegaram até nós. John Dillon, por exemplo, nos traz um capítulo acerca das relações de Plutarco com o platonismo, seguindo por um artigo de Jan Opsomer que analisa o autor e suas relações com os estoicos. Ainda na segunda parte, encontramos artigos que tratam dos pensamentos político-filosóficos de Plutarco, sua relação com a religião e o mito, a poesia e a educação, sobre o amor, casamento e até sobre a presença de animais em suas obras. Na terceira parte, vemos análises das obras de Plutarco, como *Vida dos*

Césares e Vidas Paralelas, assim como análises sobre os temas possíveis de serem estudados separadamente dentro desses textos, como a presença da tragédia e do herói em seus escritos ou também do sexo e do erotismo.

Após essa resumida visão da obra supracitada, talvez fiquem um pouco mais elucidadas a riqueza, a abrangência e a importância dos escritos plutarquianos. Não é para menos que os escritos de Plutarco tenham influenciado algumas figuras famosas da História. Nosso autor foi lido, admirado e imitado por figuras como Maquiavel, Montaigne, Carlos IX, Agrippa d'Aubigné, Henrique IV, Shakespeare, Voltaire, Rousseau, Foucault, entre muitos outros (cf. Pereira, 2013, p. 22; Beck, 2014, p. 1). Segundo Beck (2014, p. 1), com isso, Plutarco pode ser percebido enquanto o autor mais amplamente lido e influente da Europa e que, por séculos, funcionou como a principal janela pela qual o chamado Ocidente via o seu passado clássico¹.

Nesse subcapítulo não pretendemos ter a prepotência de tentar debater os mais diversos aspectos da vida, trajetória e obra de Plutarco de forma exaustiva. Aqui, portanto, nos focaremos em autores e autoras mais recentes da historiografia nacional e internacional que, a partir de seus objetivos de pesquisa, nos apresentam dados sobre o escritor de Queroneia.

Lucius Mestrius Ploutarchos (Λούκιος Μέστριος Πλούταρχος, em grego) ou simplesmente, Plutarco, como é comumente chamado e reconhecido, foi um filósofo, ensaísta grego e cidadão romano. Plutarco nasceu na pequena, porém famosa, cidade de Queroneia (em grego: *Χαιρώνεια*, em latim: *Chaeronea*) localizada no interior da região da Beócia, na província romana da Acaia. Tal cidade e região foi retratada mais de uma vez nos escritos do próprio Plutarco.

Queroneia aparece, inicialmente, como palco de uma das primeiras batalhas de Alexandre Magno que, então, teria acompanhado seu pai, Filipe II, em sua vitória decisiva sobre a Grécia, derrotando a coalizão entre Atenas e Tebas em 338 a.C. (*Alex. IX*, 1 – 5). Também na *Vida de Sula* (XV, 21), Plutarco nos relata a segunda Batalha de Queroneia, que ocorre em 86 a.C., quando o general romano Sula vence as tropas do rei de Pontos, Mitridates VI, durante as chamadas “*Guerras do Oriente*”, submetendo as pólis gregas ao poderio romano mais

¹ Plutarco, em toda a sua fama, foi colocado na posição de “educador da Europa”, ou mais especificamente, das lideranças ou líderes da Europa. Em um congresso realizado na Universidade de Coimbra, Portugal, no ano de 2002, foram debatidos os mais recentes trabalhos e apropriações sobre essa figura histórica. Ainda segundo Voltaire Schilling (2011, p. 15), “não houve um estadista ocidental de respeito que, em algum momento, não passasse os olhos sobre um ou outro tomo de Plutarco”, sendo citado o próprio exemplo de Napoleão que se inspirava nas façanhas de Alexandre tomando sua biografia como um verdadeiro manual de guerra.

uma vez. Nessa passagem específica, Plutarco demonstra um amplo conhecimento do que aconteceu na batalha, além de fornecer uma rica descrição topográfica da região (Beck, 2014, p. 3). Queroneia era um ponto estratégico por conta de sua proximidade com o desfiladeiro de Termópilas, que se configura enquanto uma passagem segura entre as partes ocidentais e orientais da Grécia. Bem localizada, por consequente, ficava relativamente perto do santuário de Apolo em Delfos e da cidade de Atenas, duas localidades importantes para, mais tarde, compreendermos a trajetória de vida de nosso autor.

Plutarco, ao longo de sua vida, produziu uma grande lista de textos e ensaios. Família, amizades, casamentos, finanças e relações sociais e políticas são alguns dos temas nos quais nosso autor irá se debruçar ao longo de sua trajetória, como já comentado anteriormente. Contudo, apesar de possuir uma grande produção literária e de escrever sobre a vida de tantos personagens importantes acerca da História grega e romana em sua obra mais lida e influente, as *Vidas Paralelas* (Beck, 2014, p. 1), Plutarco não é referenciado nos escritos de seus contemporâneos e nem de épocas posteriores (Silva, 2018, p. 148). Assim, segundo Silva (2018, p. 148), é através dos próprios escritos de Plutarco que encontramos a maioria das informações disponíveis para o conhecimento acerca de sua vida. Essas informações, entretanto, estão distribuídas de forma esparsa ao longo de seus ensaios. Por conta disso, as datações das suas obras, bem como de seu nascimento e morte são, apesar de alguns consensos historiográficos, ainda incertas.

Estima-se que Plutarco tenha nascido em 45 d.C. e morrido em 120 d.C., sendo que a data de sua morte ainda é discutida, havendo historiadores que colocam como 125 ou ainda 127 d.C. Segundo Christopher P. Jones (1966, p. 63), a última “notícia”, por assim dizer, de Plutarco é acerca de sua nomeação como procurador da Grécia, ocupação conferida por Adriano em 119 d.C., porém essa nomeação é discutível². Sobre Plutarco, sabe-se que era originário de uma família da nobreza beócia, bisneto de Nicarco, neto de Lâmprias, filho de Autóbolos e irmão de Timon e Lâmprias (Silva, 2012, p. 3), todos nascidos e criados em Queroneia.

Na *Vida de Demóstenes*, Plutarco assim escreve: “Nós habitamos uma pequena cidade que amamos ocupar, para que não se torne menor” (*Dem.* II, 2). Fica

² Seguindo os trabalhos de Jones (1971), Simon Swain (1991) e Giuseppe Zecchini (2002), o historiador Philip Austin Stadter dá pouca credibilidade à informação de que o imperador Adriano tivesse nomeado Plutarco procurador da Grécia. Embora, como salienta Stadter (2014, p. 20), “possivelmente isso possa se referir a algum tipo de supervisão não administrativa da província”.

evidente aqui a sua afeição pela cidade, assim como o seu cuidado com ela. Será na sua cidade natal, portanto, que Plutarco ira se casar com uma mulher chamada Timôxena, com a qual irá construir uma família com cinco filhos, dos quais apenas dois chegaram à idade adulta (Beck, 2014, p. 2). E será ali que, ao longo de toda a sua vida, Plutarco manterá uma residência (Biazotto, 2016, p. 154).

Silva (2012, p. 3) faz um compilado bem completo das referências de Plutarco acerca de sua família em vários momentos de sua extensa obra:

[...] por exemplo, em *Assuntos de banquetes*, cita o irmão Timon como organizador de um banquete (615C), [onde] registra conversas com seu pai Autóbolo (641F) e o irmão Lâmprias, que lembra o dito pelo avô (668D). Na biografia de *Antônio*, também registra histórias contadas por seu avô Lâmprias (*Vida de Antônio*, XXVII, 3) e por seu bisavô Nicarco (*Vida de Antônio*, LXVII, 7). Plutarco também faz diversas referências aos filhos Autóbolo, Plutarco e Soclaro em *A inteligência dos animais* (959A-985C). Seu filho Autóbolo é o personagem principal de seu *Diálogo do Amor* [...]. Por não se encontrar em Queroneia, em *Consolação à esposa*, uma carta consolatória enviada a sua mulher após a morte da filha com apenas dois anos de idade, Plutarco nos revela que era casado com Timôxena, que juntos tiveram uma filha com o mesmo nome e também perdera o seu filho Queron (609D). (SILVA, 2012, p. 3).

Segundo Beck (2014, p. 6), Plutarco foi ativo politicamente em Queroneia, servindo embaixadores e prôconsules, tendo aceitado alguns cargos políticos municipais e ficado com a tarefa de supervisionar construções de obras públicas. Tudo isso é concedente com o esperado para alguém com nascimento nobre dentro da localidade. Foi em Queroneia também que Plutarco desenvolveu seus estudos que o levaram, mais tarde, na tentativa de aprimorá-los, para a cidade de Atenas, onde o queronês deu os primeiros passos em sua carreira política para além dos limites de sua cidade natal.

Nosso autor tinha vinte anos de idade quando realizou esta viagem até Atenas, provavelmente por volta de 67. Lá estudou filosofia, retórica, física e demais disciplinas correlatas sob a tutela de Amônio de Lâmprias³. Novamente é através de suas obras que sabemos de todas essas informações. No ensaio *Do E de Delfos*⁴, Plutarco registra quem era seu mestre e o que fazia na cidade de Atenas. É através dessa

³ As informações sobre Amônio são escassas, pois apenas Plutarco, na obra *Moralia*, e um outro escritor chamado Eumópio, se referem a ele (Pinheiro, 2014, p.120). Seria originário do Egito e teria vindo para Atenas, onde acabaria por morrer. Foi, portanto, um filósofo egípcio vinculado à Academia de Platão e comandante hoplita (Contador, 2017, p. 41).

⁴ Em *Do E de Delfos*, Plutarco rende homenagem ao amigo Serapião e a outros amigos atenienses, oferecendo-lhes o tratado no qual discorre sobre o significado do “E” posto na entrada do santuário, por causa da usual curiosidade em torno da pertinência de se ter colocado o “E” em Delfos (Silva, 2012, p. 8).

obra, também, que temos acesso à visita do imperador Nero (54 – 68) em Atenas, por volta de 67/68, na ocasião dos Jogos Olímpicos realizados na Grécia. Nero é acompanhado por um séquito de cortesões e importantes figuras aristocráticas do centro do Império, como o futuro imperador Vespasiano (69 – 79), por exemplo.

Acredita-se que foi através de Amônio que Plutarco se aproximou da filosofia de Platão, tão referenciada em sua extensa obra (Silva, 2012, p. 4). Porém, não são apenas essas influências que podem ser percebidas nos escritos de Plutarco. A filosofia de Aristóteles, dos peripatéticos e dos estoicos também são notadas nos textos plutarquianos. Para Jan Opsomer (2014, p. 88), tal afirmação fez, por muito tempo, que os pesquisadores de Plutarco o vinculassem aos mais diversos tipos de escolas filosóficas ou afirmassem que Plutarco era “ecléctico” quanto à sua filiação filosófica. Porém, para o mesmo historiador supracitado (2014, p. 88), Plutarco é profundamente platônico se colocando “disposto” a incorporar elementos, técnicas e ideias “estrangeiras”, ou seja, de outras vertentes filosóficas que não o platonismo, apenas na medida em que essas concordassem com as ideias e práticas fundamentais de Platão, sempre as submetendo a essas últimas. Desse modo, como afirma Christian Froidefond (1987, p. 185-189 *apud* Silva, 2012, p. 16) não foi diretamente com o platonismo mais tradicional que Plutarco entrou em contato com seu mestre, mas sim, com a corrente já revisada, com o neoplatonismo ou um platonismo alexandrino (da cidade de Alexandria). Da inspiração aristotélica e peripatética, Plutarco aprendeu e usou a necessidade da filosofia estar presente constantemente nas vidas dos homens, os acompanhando durante sua trajetória, punindo seus vícios e coroando seus méritos (Opsomer, 2014, p. 91)⁵. Silva (2012, p. 16), seguindo os estudos da historiadora Barbara Puech (1992), nos conta que Amônio de Lâmprias, professor de Plutarco, possuía em sua filosofia noções de que toda a ação humana é precedida por uma conduta ética, inclusive em suas facetas negativas (Biazotto, 2016, p. 158) o que visivelmente influencia Plutarco. Já da inspiração estoica, sem uma visão aprofundada, valendo-se apenas pelos títulos das obras de Plutarco⁶, podemos pensar

⁵ Contudo, não podemos deixar de mencionar que retirar algumas coisas da filosofia estoica para os preceitos de Plutarco e “possuir ideias parecidas em relação ao propósito da vida política”, divergia muito do que os estoicos pensavam sobre a postura do governante ideal, fato esse que debateremos melhor no terceiro capítulo. Contudo, em resumo, ao contrário do ideal estoico, totalmente adverso às paixões, vistas como “doenças”, e que buscava o homem ideal naquele que é “inabalável”, Plutarco “acreditava que o líder político deveria se pautar buscando o caminho da moderação, levando em conta as circunstâncias” (Luz, 2013, p. 43-44).

⁶ Como por exemplo “Que os estoicos dizem coisas mais extravagantes que os poetas” (*Compendium argumenti Stoicis absurdiora poetas disere*) ou “As contradições dos estoicos” (*De Stoicorum repugnantes*) (Luz, 2013, p. 39).

que o mesmo não mantinha nenhuma relação a não ser de crítica com essa vertente filosófica (Opsomer, 2014, p. 90). Entretanto, nosso escritor retira alguns entendimentos estoicos como sobre as divindades.

Voltando ao período de Plutarco em Atenas, seu mestre Amônio, na época, gozava de grande privilégio e influência na Academia platônica de Atenas. Tal destaque o levou, possivelmente, a ter contato com o imperador Nero e com seus numerosos acompanhantes romanos. A presença do imperador em Atenas teria sido muito benéfica tanto para o professor como para o aluno. No caso de Plutarco, este teria recebido a cidadania romana com a intervenção de Méstrio Ânio Afrino (*Mestrius Annius Afrinus*) fruto direto dessa viagem, onde ele teria acompanhado Nero a Atenas (Stadter, 2002, p. 9) e, possivelmente, ali teria organizado a benfeitoria da cidadania a seu amigo, passando a ser nomeado Méstrio Ânio⁷. Plutarco, ao que tudo indica, acompanha seu tutor e conhece algumas dessas pessoas ilustres. Segundo Stadter (2002, p. 9), foi ali que se deu início a sua carreira política. A partir disso, o queronês parte em várias viagens pelo Mediterrâneo, passando pela Ásia Menor, Alexandria e por Roma.

Plutarco, como fazia desde sua juventude, se movimentou entre diversos círculos das elites, sempre desempenhando o papel de filósofo com aqueles que têm a chance de formar laços de amizade (*amicitia*⁸). Com isso, nosso autor irá acessar núcleos compostos pela mais alta aristocracia romana, parecida com aquela que ele teve contato em Atenas com a presença, por exemplo, de senadores e da própria casa imperial romana. Seria ainda na Grécia, ou talvez em Alexandria, já durante o período das viagens supracitadas, que Plutarco conheceu um de seus mais importantes amigos, Lúcio Méstrio Floro (*Lucius Mestrius Florus*) (Stadter, 2014, p. 14).

Floro, por sua vez, era senador romano e amigo próximo do imperador Vespasiano. Ele atuou como amigo e protetor de Plutarco, sendo através da influência desse amigo que Plutarco conseguiu a cidadania romana. Em homenagem a Floro, nosso autor adotou os dois primeiros nomes do amigo como seus, deixando de ser

⁷ Atitude essa imitada por Plutarco, como explanaremos a seguir.

⁸ “A *amicitia*, que poderíamos traduzir muito genericamente por amizade, sugeria diversas formas de envolvimento social. Ela significava uma relação entre os *amici*, na qual a afetividade vinha a se ligar às determinações pragmáticas da vida política. A *amicitia* não era somente um laço subjetivo de afeição, mas também uma ligação objetiva baseada na assistência mútua e na *fides*, isto é, na lealdade entre os *amici*” (Hellegouarc’h, 1972 *apud* Venturini, 2005, p. 146). “*Amicitia, amicus, fides, auctoritas* são termos que fazem parte do vocabulário político e, quando unidos, formam a base das relações políticas pessoais identificadas como Patronato [...], tendo o valor destas palavras dependendo do grupo social a qual o homem político estava associado” (Venturini, 2005, p. 146).

apenas um estudante provincial para se tornar um membro da ordem equestre e passando a acompanhar seu benfeitor em excursões diplomáticas fundamentais para sua carreira. A associação com Floro, portanto, foi um verdadeiro divisor de águas na vida de Plutarco e o possibilitou entrar em contato com outros senadores ganhando, assim, contato mesmo que indireto com o imperador (Stadter, 2014, p. 14).

As amizades foram um ponto essencial para a compreensão das trajetórias políticas de Plutarco e do porquê da escrita de suas obras. Stadter (2014, p. 16) salienta isso quando mostra que, da mesma forma que Plutarco apresenta uma descrição topográfica detalhada de Queroneia na *Vida de Sula*, como citamos no início desse capítulo, o autor também faz referência ao norte da Itália durante seus relatos na *Vida de Oto*. Plutarco só conheceu essa região pelas viagens que fez ao lado de seu amigo Floro. Plutarco também faz uma série de viagens a Roma⁹. Essas, segundo Stadter (2014, p. 14), seguem três grandes propósitos: “aumentar sua reputação enquanto filósofo e orador para a sociedade da capital; representar os cidadãos da Beócia ou de Delfos frente à corte¹⁰; e alargar seu círculo de amigos romanos”. Durante essas viagens, nosso autor efetua palestras públicas em grego na cidade de Roma, pois, como ele mesmo nos relata na *Vida de Demétrio* (II, 2), “eu não tive tempo livre para praticar a língua latina por causa de negócios políticos e pessoas vindo para a filosofia”.

Segundo Stadter (2014, p. 15), é visível que Plutarco tinha algum conhecimento, mesmo que prévio, de latim por conta do uso de historiadores latinos na obra *A vida dos Césares*, escrita em meados dos anos 70. A ampliação desses usos em outras obras, como nas *Vidas Paralelas*, só demonstra a facilidade do autor com a língua (Stadter, 2014, p. 15). Para o mesmo historiador, ainda, é através desse conhecimento do latim, ampliado durante as suas visitas a Roma, assim como através das conversas com seus amigos romanos, que deu ao queronês acesso a todo o espectro da cultura romana que ele provavelmente não teria na Grécia (Stadter, 2014, p. 15).

⁹ Uma das primeiras viagens a Roma foi feita por volta da década de 70. Segundo Stadter (2014, p. 16), Plutarco parece ter realizado uma viagem em 89 e outra em 92, possivelmente viajando em nome de Delfos ou como embaixador de sua cidade, Queroneia. O mesmo autor acredita que Plutarco se manteve longe da capital do Império por conta de sua idade (Plutarco teria mais de 50 anos após a sua última viagem a Roma) ou pela expulsão dos filósofos por Domiciano de Roma e da Itália, entre 93 e 94 (Stadter, 2014, p. 16).

¹⁰ Delfos teve uma atenção especial durante o principado dos Flavianos. Segundo Stadter (2014, p. 15), Vespasiano concedeu à cidade o direito de permanecer livre e autônoma, bem como de preservar outros privilégios. Seu filho Tito, por sua vez, foi homenageado em Delfos, sendo nomeado arconte ou magistrado-chefe durante os anos de 79 e 80, algo considerado uma grande honra para a cidade (Stadter, 2014, p. 15). Já Domiciano reformaria o templo de Apolo no ano de 84 (Stadter, 2014, p. 16).

Para Beck (2014, p. 3), o entrelaçamento de Plutarco, enquanto grego, com a cultura e a história romana, era tido como natural dentro de seu mundo durante toda a sua juventude e idade adulta e, explica, pelo menos em parte, o formato greco-romano das *Vidas Paralelas*. Acrescentaríamos a essas observações a constante presença de ensaios que pensam tanto a história e cultura grega quanto a romana em *Moralias*¹¹.

Stadter (2014, p. 17) afirma que para termos acesso a quem eram os amigos tanto romanos como gregos de Plutarco, precisamos recorrer aos seus diálogos, onde ele os apresenta como interlocutores, além de analisarmos as dedicatórias de suas obras. Peguemos os exemplos de Tito Avídio Quietos (*Titus Avidius Quietus*) e Aufídio Modesto (*Aufidius Modestus*) para elucidar essa afirmação. Plutarco teria se sentado à mesa, em banquetes, presumimos, com estes amigos em Roma durante o verão de 92 (Stadter, 2014, p. 16). Quietos foi homenageado em Delfos, onde conheceu Plutarco (Stadter, 2014, p. 16). Após isso foi nomeado cônsul em 93 e prôconsul da Britânia, posteriormente. Sabemos dessa amizade pelas dedicatórias das obras *Lentidão de Deus em punir* e *Sobre o amor fraterno*, sendo a última também dedicada ao irmão de Quietos (Stadter, 2014, p. 16). Já sob Modesto, um estudioso de literatura, Plutarco escreve a ele um comentário sobre a obra *Geórgicas* de Virgílio (Stadter, 2014, p. 16).

Plutarco sabia que as amizades romanas eram uma forma de se alcançar um *status* importante para sua visão filosófica de alcance educacional¹². Além de Floro, Quietos e Rústico¹³, podemos nomear outros cinco conhecidos de Plutarco que atingiram pelo menos o posto de cônsul (Stadter, 2014, p. 17). Um dos mais importantes foi Quinto Sósio Senécio (*Quintus Sossius Senecio*). É para ele que Plutarco dedica as *Vidas Paralelas*, assim como o tratado *Sobre o progresso da Virtude*. Segundo Stadter (2014, p. 17), Sósio teria compartilhado a mesa com Plutarco em várias ocasiões e, inclusive, teria tido uma relação muito próxima com sua família, tendo feito companhia para os filhos de Plutarco e até mesmo participado do casamento de um deles. Para Stadter (2014, p. 17), ainda, Plutarco o teria conhecido ainda jovem na época em que Sósio era questor (*quaestor*) na Grécia, durante os anos 80.

¹¹ Plutarco nos traz, em especial nas *Vidas*, uma preservação muito rica da tradição oral que se perpetuava na cidade de Queroneia e que ele, em sua juventude, ouvia de seu bisavô e avô sobre como esses, enquanto gregos de Queroneia, se relacionavam e entendiam o Império Romano.

¹² Brevemente, tratamos desse tópico no final desse subcapítulo e de forma mais ampla no capítulo três.

¹³ Júnio Rústico (*Iunius Rusticus*) foi um senador, cônsul e escritor que casualmente é comentado por Plutarco enquanto realizava uma de suas aulas de filosofia, que ele continuava a dar ainda em Queroneia ou já em Delfos. Plutarco admirava Rústico por sua contenção estoica. Porém, pelos seus escritos elogiando um crítico a Nero e autor de uma biografia de Cato, um dos opositores de César, foi executado por Domiciano em 92 (Stadter, 2014, p. 16).

Sósio, apesar da grande proximidade com a filosofia, seguiu carreira política, sendo nomeado cônsul por Trajano em 99. Acompanhou ainda o imperador nas guerras dácicas¹⁴ e ganhou seu segundo consulado em 107. Todas essas posições e a proximidade com Trajano fizeram desse personagem um dos amigos mais influentes de Plutarco e, ao que parece, para Stadter (2014, p. 17), o tipo ideal de leitor para o querônês, pois, ao perseguir uma ativa e significativa carreira, se preocupava em aplicar a racionalidade filosófica em sua vida. Era para homens como esse, bem como para seus muitos amigos gregos ativos no governo local e imperial, que Plutarco escreveu seus tratados.

Cabe destacar que todos esses homens atingiram o auge de suas carreiras durante o principado de Trajano (98 – 117) (Stadter, 2014, p. 17). Este é um momento que por muito tempo foi consolidado pela historiografia como o “ápogeu do Principado romano” ou ainda foi tomada como a “época de ouro do Império Romano”, mais precisamente relacionado com o contexto da dinastia Antonina, da qual Trajano e Adriano fazem parte (Gaia, 2020, p. 175). A grandeza do período, segundo Deivid Valério Gaia (2020, p. 175) pode ser percebida nas evocações de Plínio, o Jovem em seu já mencionado *Panegírico* ou ainda nos discursos de Élio Aristides, *Elogia a Roma*, da época de Antônio Pio (138 – 161).

Plutarco exerceu a maior parte de sua vida política e literária sob o principado dos Antoninos, porém o mesmo nasceu durante a dinastia Júlio-Claudiana, presenciando os turbulentos governos de Nero e posteriormente de Domiciano (91 – 96). Com isso, seguindo os estudos de Stadter (2002, p. 8), podemos dizer que “Plutarco teve uma longa experiência com os imperadores romanos”. Nosso autor teria tido alguma relação com os imperadores Vespasiano e Tito (79 – 81), visto sua amizade com Floro e as relações que ambos os *princeps* desenvolveram com Delfos. No campo literário, suas primeiras obras foram entregues em Roma ainda no governo de Vespasiano, como por exemplo, *Sobre a Fortuna dos Romanos* (Stadter, 2014, p. 15).

¹⁴ As Guerras Dácicas foram dois grandes movimentos e expedições militares do Império Romano contra o Reino da Dácia. A Primeira Guerra Dácica ou a “campanha dácia de Domiciano” foi uma expedição punitiva dividida em dois momentos, contra os dácios liderados por Décebal e que haviam invadido a província da Mésia em 86. A guerra durou de 86 até 88, se encerrando com um tratado de paz do qual a Dácia se tornou um estado cliente de Roma frente a uma indenização por parte do último. Já a Segunda Guerra Dácica ou a “campanha dácia de Trajano” tratou-se de duas expedições de conquistas ordenadas e lideradas pelo imperador Trajano em 101 – 102 e 105 – 106, resultando na morte do rei dácio Décebal e na incorporação da rica região da Dácia ao Império Romano. Para mais informações sobre as guerras, as fontes para estudo e suas consequências para o Império Romano, sugerimos o artigo de Andrea L. Rossi: “As guerras dácicas: uma leitura das fontes textuais e da coluna de Trajano (101 d.C. – 113 d.C.)”, que se encontra presente no livro *História Militar do Mundo Antigo*, volume II, publicado pela Editora Annablume em 2012.

Da mesma forma, Plutarco teve algum tipo de relação com Domiciano, sendo esse responsável por uma reforma no templo de Delfos. Porém, durante o governo de Domiciano, não se sabe exatamente como Plutarco teria escapado da perseguição de filósofos e sofistas encabeçada pelo *princeps*. Como era de se esperar, Plutarco tem uma visão crítica de Domiciano tendo, na *Vida de Públicola* criticado a extravagância do novo palácio de Domiciano no Palatino e do novo templo de Júpiter no Capitolino (Stadter, 2014, p. 19). Nenhum indício leva a alguma relação com Nerva (96 – 98), já com Trajano parece que foram próximos graças a seu amigo Sósio.

Já nas décadas finais de sua vida, por volta do ano de 90, Plutarco é escolhido como um dos dois sacerdotes do templo de Apolo em Delfos. Seu período de sacerdócio coincide, segundo Stadter (2014, p. 20), com um momento de auge do templo, quando uma extensa lista de benefícios foi construída e instaurada, desde aquedutos até bibliotecas. Logo, foi em Delfos, ou em Queroneia, que Plutarco faleceu.

No que concerne ao seu grande número de obras, só nos coube concordar com Biazotto (2016, p. 155) quando esse historiador afirma que a proficiência literária de Plutarco não encontraria nenhum par na Antiguidade por conta do material que temos disponível nos dias de hoje. Sabemos, como já mencionado na introdução deste livro, que foi um dos filhos de Plutarco o responsável por ter organizado o *Catálogo de Lâmprias*, no qual são atribuídas ao autor ao menos 227 obras das quais 130, infelizmente, não chegaram até nós (Biazotto, 2016, p. 155). O que nos resta foi dividido e organizado em dois grandes grupos: as *Obras Morais e de Costumes* e as *Vidas Paralelas*.

Em *Obras Morais e de Costumes*, ou simplesmente *Moralia*, pode ser definida enquanto uma coletânea de “trabalhos escritos em diversos gêneros (ensaios, diálogos, conversas familiares, cartas) e versam sobre os mais variados temas como: filosofia, política, ética, amor, amizade, educação, religião, entre outros” (Contador, 2017, p. 43-44). Já em as *Vidas Paralelas* é uma série de relatos em que são descritos “em números pares a vida de um grego ilustre e a vida de um romano ilustre cuja carreira apresenta alguns pontos semelhantes com o do primeiro, acrescentando, ao final, uma breve comparação entre os dois” (Harvey, 1998, p. 404). Estima-se que tenha sido escritas cinquenta pares de vidas dos quais apenas vinte e três chegaram

até nós, sem mencionar aquelas vidas que chegaram sem comparação¹⁵ (no final, como é o caso da vida de Alexandre – César ou, ainda, sem um par, como é o caso das *Vidas* de Galba e Oto (Pereira, 2013, p. 19).

Apesar de separadas, os dois grupos são frequentemente entrelaçados durante os ensaios de Plutarco. Ao longo da leitura de suas obras, pode ser percebido que elementos apresentados e pensados por ele em alguns de seus ensaios presentes nas obras da *Moralia* são revisitados nas *Vidas Paralelas* ou *vice-versa*, dependendo da ótica da análise. Para Pereira (2013, p. 42), tendo isso em mente, a sugestão é que se faça sempre uma leitura conjunta dos *Moralia* e das *Vidas* para, assim, ter uma melhor noção e interpretação dos textos e das ideias. “Aliás, os múltiplos trabalhos acadêmicos que os textos plutarquianos originaram não deixam de estabelecer pontes entre os dois grupos, pois a análise complementar das *Vidas* e dos *Moralia* ajuda a entender melhor o significado dos conceitos” (Pereira, 2013, p. 42).

Como já apresentamos, as datações das obras de Plutarco são incertas, porém existe um extenso debate sobre aquelas que foram escritas em sua juventude, durante seus anos de estudo em Atenas e durante o reinado dos primeiros Flavianos, e aquelas escritas posteriormente ao reinado do imperador Domiciano. Um levantamento realizado por C. Jones (1996 *apud* Biazotto, 2016, p. 155) considera que, provavelmente, a maioria da produção literária de Plutarco seja posterior a 96, com o autor já em idade avançada.

Contudo, acreditamos que as obras como: *Sobre a Fortuna e a Virtude de Alexandre Magno*, juntamente com os ensaios *Fortuna dos Romanos* e *Fortuna dos Atenienses* tenham sido escritas em sua juventude, mais ou menos, após o ano 60 e as *Vidas Paralelas*, entre elas a *Vida de Alexandre*, seja fruto da produção de Plutarco em idade mais avançada¹⁶.

As diferenças entre essas duas obras em análise e o enfoque deste livro não se limitam à questão da datação. Na verdade, quando se está em foco os escritos sobre Alexandre realizados por Plutarco são múltiplos às frentes de estudo, pois existem aqueles que exploram em seus trabalhos as diferenças entre os dois *Alexandres*

¹⁵ A *synkrisis*, comparação, não é uma técnica retórica exclusiva das *Vidas*, pois em *Moralia* podemos encontrá-la em vários tratados (Contador, 2017, p. 47).

¹⁶ Vale destacar que não se tem uma cronologia certa para as obras de Plutarco. Segundo François Hartog (2004, p. 258), a obra *Sobre a 'Fortuna' ou 'Virtude' de Alexandre Magno* teria sido escrita anteriormente a *Vida de Alexandre*, visto que a segunda teria um retrato mais intrigado e sofisticado, ao contrário dos entusiasmos tidos como juvenis no tratado moral cheio de elogios ao rei macedônio, percebidos na primeira obra (Biazotto, 2016, p. 156).

apresentados por Plutarco em ambas as obras. Ou aqueles que focam suas análises através do gênero literário em que as figuras alexandrinas foram retratadas. Analisemos primeiro os argumentos daqueles que diferenciam os dois *Alexandres* para depois nos determos nas questões dos gêneros de ambas as obras.

Liparotti (2017, p. 15-16) argumenta que a obra *Sobre a Virtude e ou a Fortuna de Alexandre Magno* é, na verdade, duas. Sendo dividida, então, sob dois títulos: *Sobre a Fortuna* e *Sobre a Virtude de Alexandre Magno*. Ziegler (2009, p. 56) corrobora essa divisão e nos relata que no primeiro ensaio temos um Alexandre “filósofo, modelo de *paideia* grega, cujas virtudes, mais do que a sorte (fortuna), são responsáveis por sua grandeza de alma e pelo sucesso das conquistas”. Já no segundo ensaio são exaltadas ainda suas virtudes, como a temperança, frugalidade e tenacidade no cotidiano e nas vitórias militares, assim como no trato dos inimigos, enfatizando o peso e a magnitude de suas ações e de como essas eram tomadas por um homem que possuía virtude, senso e inteligência (Ziegler, 2009, p. 56).

Esses discursos são escritos em um tom bem mais brando do que o presente na *Vida de Alexandre*, especialmente em relação aos aspectos negativos da figura alexandrina. Plutarco omite ou minimiza acontecimentos importantíssimos que posteriormente escreveu na *Vida de Alexandre*, confirmando um tom apologético no primeiro ensaio sobre Alexandre. A presença desse tom no discurso de Plutarco é, muitas vezes, tomada como resultado de um exercício retórico presente ainda em sua formação em Atenas (voltando aqui à questão da datação). Porém, como nos lembra Ziegler (2009, p. 57), talvez esses ensaios possam ser analisados em um contexto maior, enquanto parte de um discurso recorrente, presente no século I, e que encontra eco, segundo a historiadora, nos trabalhos de Dião de Prussa e no *Panegírico* de Plínio, o Jovem¹⁷.

Já o Alexandre representado nas *Vidas Paralelas* é mostrado com muito mais complexidade devido ao detalhamento dos acontecimentos por parte de Plutarco. Após as narrativas do nascimento divino ou humano de Alexandre e a preocupação dada à sua educação ainda na infância, Plutarco passa a narrar a extensa campanha de Alexandre contra os persas, usando de particularidades curiosas em

¹⁷ O historiador Konrat Ziegler (1951, p. 725 *apud* Silva, 2019, p. 261) “insere Plutarco no contexto literário imperial onde a retórica epidíctica, que tem como temática o elogio e a censura, a virtude e o vício, é um elemento marcante de sua produção literária”. O gênero epidíctico, também chamado de demonstrativo, é presente desde Aristóteles como um recurso de retórica (Guedes, 2014, p. 69). “O gênero epidíctico é aquele empregado pelo orador, com requintes estilísticos para ressaltar qualidades ou defeitos do que ou de quem lhe interessar”, além de ajudar a “promover a reflexão, não a discussão, de algo do interesse social” (Guedes, 2014, p. 69).

forma de prosa e nos contando os eventos mais importantes a fim de que com isso possa ilustrar as virtudes e os vícios de seu biografado. Vale salientar aqui, como nos lembra Richard Buckley-Gorman (2016, p. 5), que a *Vida de Alexandre - César* é longa, chegando quase ao dobro do comprimento médio dos demais pares dentro das *Vidas*, sem falar que é uma das biografias de Plutarco mais famosas e estudada.

Ainda segundo Ziegler (2009, p. 55), teríamos nesse ensaio um Alexandre mais humano, propenso a erros e acertos e com uma capacidade de arrependimento que Plutarco valoriza e ressalta ao longo de sua obra. Além disso, são descritos episódios onde Alexandre é tomado pela raiva, violência e bebida. Mesmo assim esses eventos são minimizados pelo autor, pois a tentativa de Plutarco era de que não se condenasse Alexandre, mas sim, que essas expressões e declarações, como espelhos, dessem a oportunidade de observar a mente do rei e, com isso, o leitor fosse convidado a rever suas próprias condutas (Stadter, 2014, p. 19), ganhando aperfeiçoamento moral (Buckley-Gorman, 2016, p. 6)¹⁸.

Retomando as diferenças entre os gêneros literários das obras em questão, Hartog (2004, p. 258) percebeu a possível origem da mesma quando se trata da *Vida de Alexandre* e *Sobre a Fortuna e ou a Virtude de Alexandre Magno*. Segundo esse historiador, a primeira seria marcada por um conteúdo de “exigência moral” e estaria mais relacionada com o “aperfeiçoamento de si” e voltada ao uso mais privado. Já a segunda seria uma versão retórica voltada ao discurso político, preocupada com a preservação da imagem e do reconhecimento coletivo de Alexandre Magno frente à sociedade e ao público leitor¹⁹.

Ironicamente, ao longo de muito tempo, a historiografia olhou as obras de Plutarco, em especial as *Vidas*, como “narrativas essencialmente biográfico-moralistas” (Ziegler, 2009, p. 33). Nas *Vidas*, Plutarco escreve uma obra do gênero biográfico. É isso que defendem historiadoras e historiadores como Geert Roskam (2002), Maria Aparecida de Oliveira Silva (2006), Venessa Ziegler (2009), Jason König (2009), Joaquim Pinheiro (2013), Mark Beck (2014), Philip Austin Stadter (2002, 2014), Thiago A. Biazotto (2016), Nathália Frazão José (2016), Ana Letícia Contador (2017), Felipe Aiala Mello (2019), entre outros. Mas, precisamos destacar que o que concebemos como biografia hoje não é o mesmo da época de Plutarco.

¹⁸ O debate sobre as diferenças entre os *Alexandres* descritos por Plutarco será retomado no capítulo 3, juntamente com as questões morais sobre Plutarco, sua concepção de virtude e virilidade, entre outros aspectos.

¹⁹ Hartog ainda deixa claro que, em algumas leituras de alguns comentaristas – os quais Hartog não menciona – há uma tendência em ignorar esse tratado em nome da “autenticidade histórica”, visto o seu viés retórico.

Sobre a biografia como gênero de escrita, seguindo os estudos de Momigliano (2004, p. 33), sabemos que a mesma tem origens arcaicas. Enquanto gênero, a biografia teria surgido por volta do século IV a.C. Nesse período, Isócrates escreveu a obra *Evágoras*, em que retratou a personalidade do rei de Salamina e Xenofonte escreveu a obra *Memoráveis*, tratando da personalidade de Sócrates. O fundamento de ambas as narrativas foi destacar os personagens biografados como grandes exemplos. Desse modo, podemos entender o gênero biográfico se apropriando de um tema negligenciado pela história tradicional herodotiana e tucidideana, os indivíduos, colocados, agora, em primeiro plano.

Em uma breve explanação, podemos diferenciar os estilos de biografias gregas e romanas²⁰. Para Momigliano (1993, p. 8), a origem das primeiras biografias se daria entre os séculos V e IV a.C. Porém, para Silva (2017, p. 35), as escritas dentro do gênero biográfico, ou que se utiliza de elementos narrativos desse gênero, podem ser percebidas anteriormente a esses períodos apresentados por Momigliano, se pensarmos a *Odisseia* como um modelo biográfico peripatético. Em geral, as biografias gregas se orientavam pela “análise de personagens na sociedade, suas atitudes, seus valores, seus méritos e suas falas” (José, 2016, p. 78).

Já as biografias latinas nascem dentro de uma tradição romana perpetuada dentro da aristocracia dominante (Mendonça, 2007, p. 75). Para Nigel Hamilton (2007, p. 11), “as raízes biográficas romanas encontram-se inseridas em sua autêntica tradição, as *laudationes* fúnebres e as *tituli*, que, por um longo período, ritualizaram a liturgia do poder da aristocracia”. Porém, enquanto literatura, a escrita do gênero biográfico latino começa com Varrão (116 – 27 a.C.) e Cornélio Nepos (100 – 24 a.C.). Ambos, mesmo influenciados pelas formas gregas de escrita, são os primeiros a inserirem as pautas da tradição romana em seus escritos (Silva, 2017, p. 35). Suetônio, mais tarde, insere os traços e as características físicas para os relatos dos indivíduos biografados (Rohrbacher, 2010, p. 93-96). Mas foi pelas mãos de Tácito, segundo Silva (2017, p. 36), que o gênero biográfico latino nasceu²¹.

Concordamos com a definição da historiadora Semíramis Corsi Silva (2014, p. 87), para quem “uma biografia é uma sequência cronológica de uma vida ou várias, no caso das biografias coletivas”, e que buscaria, do nascimento até o fim

²⁰ Cabe salientar, porém, que o termo biografia foi cunhado muito tardiamente pelo filósofo neoplatônico Nicolau de Damasco, por volta do século V (Momigliano, 1993, p. 8).

²¹ Através da escrita da biografia de seu sogro Germânico, escrita por volta do ano de 98 (Silva, 2017, p. 36).

da vida de determinado personagem, apresentar o seu caráter. Para nós, Plutarco escreve uma biografia de Alexandre nos seus dois escritos sobre ele, usados aqui como fontes, ainda que possa haver, como uma típica biografia antiga, “alguns elementos exagerados de ficção”²² (Silva, 2014, p. 98).

Na época de Plutarco e Arriano, temos um dos momentos de maior popularidade do gênero biográfico na Antiguidade, tendo em vista a publicação das obras *Vidas Paralelas*, e *As vidas dos Doze Césares*, de Suetônio. Além disso, devemos lembrar que Arriano, nosso segundo autor em análise e que se sucede cronologicamente ao período de vida de Plutarco, também esteve familiarizado com o gênero, pois escreveu as biografias de Dião de Siracusa e Timoleão de Corinto (Leme, 2011, p. 30).

Porém, por muito tempo, as biografias foram consideradas uma forma de escrita separada da História. Silva (2006, p. 47) identificou que, daqueles que escreveram e falaram sobre Plutarco, muitos negligenciaram o potencial historiográfico de seus escritos e outros, ainda, se agarraram nas próprias palavras que ele escrevia sobre *Vidas (Bios)* e não *Histórias (Plut. Alex. I)*. Diante disso, a obra de Plutarco teve por algum tempo pouco interesse como fonte histórica.

Nesta esteira, Biazotto (2016, p. 157) traz um importante compilado de alguns daqueles que não têm em alta as obras de Plutarco enquanto possíveis fontes históricas. Biazotto (2016, p. 157), Alan E. Wardman (1955) e J. R. Hamilton (1969) acusaram Plutarco de contar a vida de Alexandre com o desejo exclusivo de julgar o caráter do rei macedônio e, portanto, manipulando os episódios de sua vida para seu objetivo final. Na mesma esfera se segue os historiadores Tim Duff (1999) e Roger Kimball (2000). Ambos, conforme Biazotto (2016), enfatizam as preocupações morais de Plutarco em seus escritos sobre Alexandre. Para eles, tal preocupação estava relacionada ao momento de escrita das obras de Plutarco que coincide com o seu período como sacerdote de Apolo em Delfos. A preocupação moral do queronês é vista, assim, como uma possível razão pela qual as fontes usadas por Plutarco possam estar distorcidas ou até inventadas (Biazotto, 2016, p. 157).

O pertencimento ou não de Plutarco ao movimento da Segunda Sofística também ajuda na questão desse debate. A Segunda Sofística foi um movimento li-

²² Contudo, existem historiadores e historiadoras que os diferem, colocando o primeiro enquanto um exercício retórico e o outro, construído em cima de um estudo mais aprofundando, enquanto uma biografia consolidada. Nessa linha temos Hartog (2004), Buckley-Gorman (2016) e Liparotti (2017), argumentando sobre as narrativas diferenciadas das duas obras entorno da “missão”, ou seja, dos objetivos de Alexandre com sua expedição contra a Pérsia e de seu próprio caráter e comportamento.

terário cujo auge foi o século II, englobando autores de língua e escrita grega como Dião de Prussa (c. 40 – 120 d.C.) e Filóstrato (c. 170 – 250 d.C.), sendo esse último o responsável pela cunhagem do termo, pelo que chegou até nós. A eles são atribuídos desejos de retorno às estruturas tradicionais da escrita grega ática e uma grande preocupação com o aspecto retórico das obras, vistas como ferramentas de ensino moral²³ (Anderson, 1993, p. 8).

Para Biazotto (2016, p. 157), aqueles que ligam Plutarco à Segunda Sofística também estão dentro desse grupo que questiona a falta de autenticidade de seus escritos. Isso tudo seria visto, segundo Biazotto, como um quadro mais amplo da produção grega dentro do Império. Lieve Von Hoof (2014, p. 146) é um deles, para quem, relacionar Plutarco com a Segunda Sofística, justifica a escolha do beócio de tingir seus relatos com pigmentos hiperbólicos, com objetivo duplo: tanto o de gracejar mais seus leitores, quanto melhor instruí-los filosoficamente (Biazotto, 2016, p. 157).

Com o mesmo pensamento, Biazotto nos indica a ideia de Judith Mossman (1988), que defende que o impulso de Plutarco em redigir textos nos moldes da tradição grega tornou sua narrativa sobre Alexandre um exercício retórico, caracterizando pelas inúmeras analogias entre a carreira do conquistador e personagens como Aquiles e Dioniso. O primeiro representaria a virtude, enquanto o segundo, os vícios. Dissertar sobre Alexandre ao mesmo tempo em que traçava paralelos helênicos, facilitaria muito a inclusão de Plutarco nos círculos de leitura da aristocracia romana (Biazotto, 2016, p. 157).

Contudo, existem vozes contrárias a essa filiação e motivação dos escritos de Plutarco. Thomas A. Schmitz (2014, p. 29-31), por exemplo, pondera que o escritor de Queroneia estava deslocado do epicentro da Segunda Sofística, quer seja do ponto de vista espacial, Roma, quer seja do temporal. Na mesma linha de Schmitz, está a historiadora Semíramis Corsi Silva (2014). Para ela, Filóstrato cunha propositalmente e intencionalmente o termo Segunda Sofística em sua *Vida dos Sofistas* e, sendo assim, ordenou e classificou seus biografados com “intenções próprias de sua posição e contexto, querendo, dessa maneira, dar nome àquilo que afirmava” (Silva, 2014, p. 151). Dessa forma, Plutarco não é mencionado na *Vida dos Sofistas* por estar fora dos círculos e da linhagem desejados por Filóstrato.

²³ Para mais informações, consultar os escritos de Maria Aparecida de Oliveira, em sua tese de doutorado intitulada *Plutarco e Roma: o mundo grego no Império* (2007) e de Semíramis Corsi Silva, nas partes da introdução e capítulo três de sua tese intitulada *O Império Romano do sofista grego Filóstrato nas viagens da Vida de Apolônio de Tiana (século III d.C.)* (2014).

Segundo Schmitz (2014, p. 36), Plutarco estava ciente de que alguns de seus contemporâneos se autodenominavam “sofistas”. Contudo, para esse mesmo historiador, é perceptível nos trabalhos de Plutarco um alerta a seus leitores de que o termo sofista teria se tornado algo comum para denotar oradores e não necessariamente filósofos (Schmitz, 2014, p. 36). Sendo assim, por mais que consideremos que a Segunda Sofística tenha desempenhado um papel importante na formação de Plutarco, não o consideramos como um membro da Segunda Sofística. Tanto as distâncias temporais, cronológicas e ainda ideológicas, como apontam Schmitz (2014, p. 40), são fatores visíveis e importantes para distanciar Plutarco de tal movimento²⁴.

Por fim, acreditamos que Plutarco criou o seu modelo biográfico próprio. Seguimos aqui Maria Aparecida Silva (2017, p. 39), quando essa autora defende que a “biografia é um tipo de História, com outras formas, outro conteúdo, não menos investigativo, porém com um pouco mais de imaginação”. No entanto, entendemos que, assim como estava claro para Plutarco, as biografias não estão dissociadas da História e até se confundem. Assim, Maria Aparecida Silva (2007) foi responsável por defender que Plutarco não escreveu apenas biografias, mas um tipo de História, se justificando na busca do escritor por fontes e na realização de uma análise documental. Segundo a historiadora, Plutarco fez referência à grande parte das fontes que seleciona para seu relato e, em vários momentos, analisou essas fontes apresentando críticas e razões para discordar delas, caracterizando um procedimento similar ao de historiadores. A biografia, tendo cunho moral ou não, não está desassociada ao seu momento histórico e aos acontecimentos políticos, assim como, está intrinsecamente interligada à visão do autor sobre o seu tempo e sobre o passado.

Biógrafo ou historiador, é certo que nosso autor estava inserido em um contexto específico e que escrevia guiado por suas perspectivas filosóficas, com propósitos específicos e alvo pré-estabelecido. Com isso, em consonância com Silva (2007), Ziegler (2009) e Biazotto (2016), não se sustenta a hipótese de que

²⁴ Aqui nos cabe duas ressalvas. A primeira é referente a palavra movimento, para tratar a Segunda Sofística. Silva (2007, p. 38-51) nos apresenta um extenso debate sobre a Segunda Sofística e sua classificação enquanto fenômeno, movimento ou até um exagero retórico criado na Modernidade. Seguindo as historiadoras Bárbara Borg (2004) e Semíramis Corsi Silva (2014), entendemos a Segunda Sofística enquanto um sistema de valores e a afirmação de uma identidade grega que poderia ser expresso de diversas formas, dependendo do sofista em questão. Já a segunda ressalva é uma complementação às afirmações de Schmitz (2014), com quem concordamos. Para esse historiador, Plutarco estabelece sistematicamente sua própria forma de discutir e explorar questões filosóficas que estariam em total oposição ao modelo sofisticado de debate (caracterizado enquanto portador de uma contenção pedante e uma ambição pessoal ilimitada) (Schmitz, 2014, p. 40). Para Schmitz (2014, p. 40), ainda, essa forma própria de discussão deve ser entendida enquanto uma estratégia retórica de Plutarco a fim de criar uma voz autoral frente aos seus leitores e os levar a crer que suas discussões filosóficas eram exemplos úteis.

Plutarco não se debruçava sobre o quadro político e social do Império Romano em suas biografias. Historiadores como Duff (2005, p. 53) defenderam, por exemplo, que as obras de Plutarco eram de tom moral e deslocadas de uma utilidade mais política e/ou militar, ou seja, de uma utilidade pública. Ao contrário, Plutarco busca através da inspiração, da imitação, dos *exempla*, aos moldes ciceronianos, educar, com as obras alexandrinas²⁵.

Acreditamos, portanto, que o objetivo central dessas obras é a transmissão da *paideia* grega. Aquele que a possui ou a aprende, para Plutarco, receberia as qualidades necessárias para viver e liderar (Stadter, 2014, p. 21). Aquele, então, que possui educação – *paideia* – é possuidor das virtudes valorizadas pelo *mos maiorum* romano como justiça (*iustitia*), temperança (*temperantia*), prudência (*prudentia*) e coragem (*virtus*). Seus comportamentos serão pautados também no autocontrole, humanidade e razoabilidade (Stadter, 2014, p. 21). Ou seja, os moldes de educação grega se unem às virtudes, ritos e comportamentos romanos na busca pelo ideal do homem e do cidadão.

Apesar do desejo platônico de educar toda a sociedade (Ziegler, 2009; Roskam, 2014), Plutarco possivelmente sabia que isso era impossível visto a imensidão territorial do Império. Por isso, o queronês focou suas ações em um grupo específico. A política era um “papel” daqueles que possuíam uma excelência, uma *areté*, e para Plutarco tal excelência se encontrava nos mais educados, na elite. Plutarco atuou e participou ativamente de um Império Romano turbulento. Apesar das relativas manutenções de paz interna entre as províncias e, em especial, nas cidades gregas, nosso autor, a partir de uma perspectiva filosófica (Ziegler, 2009, p. 62), percebeu uma decadência no que diz respeito à atração pelos prazeres, corrupção, desordem nos ofícios e nos costumes, entre outras coisas, por parte dos romanos, que culminaram, em alguns momentos, proporcionando regimes de tirania em sua leitura (Moreau, 1972, p. 460 *apud* Ziegler, 2009, p. 62).

É a partir disso que “Plutarco pensa a educação e a filosofia como mediadores da virtude” e ações que “podem ser ensinadas aos governantes por meio das instruções filosóficas” (Ziegler, 2009, p. 63). É por isso que Plutarco escreveu suas obras, ou melhor, desenvolveu o que Geert Roskam (2014, p. 177) chama de “projeto de *paideia* geral”. Nesse projeto, Plutarco defendeu a educação moral do gover-

²⁵ Em sua obra *De Oratoria*, Marco Túlio Cícero (106 – 16 a.C.) nos relata, em alguns momentos, que a história seria a *Magistra Vitae*, ou seja, a “mestre da vida” e que seria através dos seus exemplos (*exempla*) que algo poderia ser ensinado, transmitido, emulado, imitado.

nante com duplo sentido: em um primeiro momento, o filósofo devia conduzir o governante à virtude por meio da educação. O segundo momento ou o outro lado do projeto de Plutarco é quando, o imperador, estando “educado”, deveria educar seu próprio povo (Roskam, 2014, p. 177). Nesse sentido, pegando as obras plutarquianas *Vida de Alexandre* e *Sobre a Fortuna ou a Virtude de Alexandre Magno*, vemos os exemplos concretos ocupando um lugar muito importante na educação moral do governante. “Eles mostram a teoria posta em prática, incitam à imitação e à emulação e dão esperança que o objetivo final pode de fato ser alcançado” (Roskam, 2014, p. 181), sendo esse objetivo final o alcance da virtude moral e da excelência de vida.

Plutarco, então, escreveu para uma elite, em especial para homens bem nascidos que tinham acesso aos estudos e, possivelmente, estavam engajados em atividades políticas e militares dentro da organização do aparato administrativo romano, servindo a sua cidade ou ao Império como um todo. Porém, talvez possamos relacionar os seus escritos, em especial as obras alexandrinas do queronês, com o imperador Trajano.

Apesar de Silva (2012, p. 4) afirmar que Plutarco e Trajano se conheciam por meio da amizade de Plutarco com Sócio, e de que teriam sido amigos, nunca sabemos qual foi a verdadeira relação entre ambos. Atualmente acredita-se que a dedicação de Plutarco a Trajano na obra *Vida dos Césares* é real, como defende Beck (2014, p. 169), o que demonstraria que, de alguma forma, Plutarco conservava uma relação direta de diálogo com a casa imperial, como manteve desde os Flavianos. Apesar de Trajano ser um “homem que aliava à sua capacidade militar um grande interesse intelectual, defendendo os valores da *paideia*”, como fica demonstrado em sua decisão de fazer regressar alguns mestres de retórica e filosofia que foram exilados por Domiciano, “não possuímos elementos suficientes para avaliar, por exemplo, a receptividade que o trabalho de Plutarco teve junto de Trajano” (Pereira, 2013, p. 32).

Entretanto, algumas relações de diálogo entre as *Vidas* de Plutarco e as campanhas militares de Trajano também são identificadas por alguns historiadores. Seguindo os estudos de Jesse Rufus Fears (1974), o historiador Biazotto (2016, p. 182) afirma que as relações entre persas e partos era quase uma associação unívoca, quando se percebe o entendimento greco-romano sobre os mesmos, sendo que os romanos usavam os termos *parthi* (parta) e *parsae* (persa) como sinônimos.

Assim, Biazotto (2016, p. 183) se pergunta “será possível que Plutarco descreve os persas de sua *Vida de Alexandre* à luz dos partas combatidos por Trajano?” Ou ainda, acrescentaríamos, será que Plutarco escreveu essas *Vidas* enquanto um

projeto político na tentativa de auxiliar o governo de Trajano nesse novo “Oriente” conquistado, legitimando suas campanhas contra os mesmos? Ficamos no campo hipotético sobre essas questões, mas consideramos as mesmas importantes de serem mencionadas e que, com certeza, demonstram a complexidade e a possibilidade de ampliação das problematizações referentes à análise do extenso *corpus* plutarquiano.

O MILITAR ARRIANO: OBRAS, TRAJETÓRIA E INSERÇÃO POLÍTICA

Arriano de Nicomédia (c. 90 – 146), no Brasil, ainda recebe pouca atenção por parte da academia. Seu redescobrimento, de forma geral, segundo a historiadora Leslie Lagos Aburto (2016, p. 32), é recente, sendo o historiador Johann Gustav Droysen, já citado na introdução, o primeiro a trazer Arriano aos trabalhos acadêmicos sobre Alexandre. Por mais que, nas últimas décadas tenha-se aumentado o interesse por esse escritor, em especial a partir das pesquisas mais aprofundadas de alguns historiadores²⁶, sua figura ainda é pouco conhecida e debatida; talvez, visto à inexistência no caso brasileiro, pelo que tivemos acesso, da tradução ao português de suas obras. Porém, ao afirmarmos isso, deixamos evidente um paradoxo. Sua obra estudada nesta dissertação — a *Anábese de Alexandre Magno* — é tida internacionalmente, e após as análises de Droysen, como uma das mais importantes fontes acerca da vida e expedição de Alexandre, ganhando a fama de ser a “mais confiável [...] entre aquelas da tradição textual da Antiguidade” (Biazotto, 2016, p. 186).

Tendo como objetivo central os relatos sobre Alexandre e sua expedição militar contra os persas, a obra de Arriano é tida como portadora de “veracidade” e “sobriedade” em sua narrativa, segundo Bosworth (1976, p. 117), sem se deixar cair nos riscos das passagens “fantasiosas”, como, por exemplo, o encontro com as guerreiras amazonas, algo que o escritor refuta e que está presente em outras narrativas sobre Alexandre, como em Plutarco (Biazotto, 2016, p. 187). Nicholas Geoffrey L. Hammond (1978, p. 136) acredita que os relatos bélicos da expedição de Alexandre são fruto das próprias vivências e experiências de Arriano, ao longo de sua

²⁶ Poderíamos citar Ettore Quaranta (2002; 2008), André Luís Leme (2011), Henrique M. Sant’Anna (2015), Thiago do Amaral Biazotto (2016) entre outros poucos.

trajetória²⁷, o que o torna um *expert* nos seus relatos. A exaltação é tanta que William Woodthorpe Tarn (1948, p. 135 *apud Biazotto*, 2016, p. 186) nos entrega a frase que resumiria a obra do nicomédio e evidenciaria sua importância e relevância: “qualquer restauração (da história de Alexandre) deve se basear apenas e tão somente em Arriano; é como uma regra inútil tentar inserir material de valor desconhecido oriundo de Diodoro e Cúrcio”²⁸.

Contudo, alguns historiadores mais recentes trazem alguns pontos relevantes e se colocam enquanto vozes dissonantes frente à obra alexandrina de Arriano. Andrea Zambrini (2007, p. 211) nos alerta para o “culto irracional” que Arriano pode ter sofrido pelos historiadores modernos na análise de suas obras. Na mesma medida, Claude Mossé (2004) chama a atenção para os elementos dúbios e para a narrativa ficcional ou “romântica” que a obra do nicomédio pode apresentar, se mostrando enquanto uma construção que serve a um propósito ideológico.

Acrescentamos aqui que estamos falando de um escritor cuja data de nascimento, morte e dos momentos de escrita e publicação de suas obras continuam em debate. Ainda, como salienta Aburto (2015, p. 5), as pesquisas sobre Arriano centram-se muito, especialmente no Brasil, em cima da obra *Anábise*. Através dela, estudam-se as conquistas, obras e personalidade de Alexandre. Entretanto, da mesma forma em que se pode alcançar inúmeras outras informações com a leitura do texto da *Anábise*, como descrições geográficas, de povos, técnicas militares, entre outros (Aburto, 2015, p. 5), nosso escritor não nos legou apenas tais escritos, sendo autor de outros que, felizmente, chegaram até aos nossos dias e que são, raramente, postos em diálogo²⁹.

Nosso objetivo aqui é, portanto, de forma não exaustiva ou conclusiva, apresentar os elementos e debates que cercam a figura — ainda tão nebulosa — de Arriano de Nicomédia e de suas obras, em especial a *Anábise de Alexandre Magno* e de como ele e seus escritos dialogam com o seu contexto. Apesar de “equilibrada” e “detalhada”, escrita por um dos “biógrafos” de Alexandre (Freeman, 2014, p. 367), pretendemos mostrar que tanto a *Anábise* como o comportamento, ou seja, as ações e condutas do rei macedônio ali contidas, tinham um propósito pedagógico e político pensado por Arriano, ele mesmo imerso nesse mundo greco-romano do século II.

²⁷ Fato que veremos mais adiante ainda neste subcapítulo.

²⁸ Tradução de Thiago do Amaral Biazotto (2016, p. 186).

²⁹ Infelizmente, aqui ficaremos apenas no caráter sugestivo dessas afirmações, não tendo tempo e/ou leitura suficiente para aprofundar essas questões.

Lucius Flavius Arrianus Xenophon (em grego: Λούκιος Φλάβιος Ἀρριανός Ξενοφών), ou simplesmente Arriano, foi um escritor, político, sacerdote e militar grego, nascido na cidade de Nicomédia, na província romana da Bitínia-Ponto. Para Daniel W. Leon-Ruiz (2012, p. II), Arriano é, inquestionavelmente, uma das principais figuras literárias e políticas do seu tempo, tendo deixado marcas na História muito além de seus escritos, o que sabemos por meio de menções de outros escritores e até mesmo de inscrições epigráficas³⁰. Porém, as informações que temos sobre sua vida são escassas e mal datadas, como dito anteriormente. É através da carreira do nicomédio, ou seja, de seu *cursus honorum*, que podemos estimar sua data de nascimento e morte; cabe ressaltar, porém, que isso não facilitou o relato sobre sua vida, pois este mesmo *cursus* é apenas parcialmente conhecido (Beltán Fortes, 1992, p. 172).

Stadter (1980) levanta o debate de que Arriano ou descenderia de uma família da ordem senatorial — e que, portanto, era cidadão romano desde seu nascimento — ou seria descendente de uma família da nobreza provincial, provavelmente da ordem equestre, sendo Arriano o primeiro a acessar os mais altos cargos do Império, chegando à ordem senatorial³¹ e ao posto de cônsul por volta de 129 (Biazotto, 2016, p. 188). Geralmente tal posto era ocupado apenas por cidadãos romanos com idade e experiência mais avançadas, girando em torno dos 40 anos de vida de alguém; assim sendo, Syme (1982, p. 183 *apud* Biazotto, 2016, p. 188) acredita que Arriano teria nascido por volta de 90. Bosworth (1972, p. 184-185 *apud* Biazotto, 2016, p. 188) discorda, colocando a data de nascimento quatro anos antes, ou seja, 86; já Rachel Gazolla (2002, p. 125), nos daria a data de 87. Stadter (1980), por fim, acredita que o ano correto é 89, mas salienta ainda para as possíveis datas de 85 e 92. Pierre Vidal-Naquet (1990, p. 13 *apud* Aburto, 2016, p. 24) sugere que Arriano teria nascido, pelo menos, sob a dinastia Flaviana.

Advindo de uma família da ordem senatorial (Stadter, 1980; Leme, 2009; Leon-Ruiz, 2012) ou de uma família da ordem equestre (Beltán Fortes, 1992; Aburto, 2016) Arriano começou desde cedo sua ascensão numa educação de qua-

³⁰ O escritor romano Luciano descreve Arriano como “o aluno de Epiteto” sendo assim mencionado por um de seus contemporâneos (Carlsen, 2014, p. 211). Acredita-se também de que uma epigrafia em grego dedicada a Artêmis por um próconsul bético que se autodenomina somente com *Arrianus*, descoberto em 1968, poderia se tratar do Arriano em questão aqui neste livro, mas, como lembra Beltrán-Fortes (1992, p. 172), as informações sobre essa epigrafia ainda são incertas e levantam debate até hoje.

³¹ Para mais informações ver Stadter (1980).

lidade proporcionada pela rica família na Nicomédia³². Cabe salientar aqui que a própria cidade de Nicomédia e a província da Bitúnia-Ponto estavam passando por um período de prosperidade e importância frente ao Império Romano na época de nascimento de Arriano.

Ainda em sua cidade natal, fica evidente sua posição de nobreza quando o mesmo assume o cargo de sacerdote das deusas Deméter e Perséfone, função que costumavam ser dada apenas aos cidadãos mais importantes (Stadter, 1980). Sua condição abastada ainda é visível em sua dedicação à caça e ao lazer, através da escrita de um tratado intitulado *Cinegética* que, eventualmente, seria usado enquanto uma estratégia de aproximação em seus relacionamentos sociopolíticos futuros.

Acredita-se que, por volta de seus 18 anos ou, ao menos, em algum momento antes do início de sua carreira política, Arriano teria viajado até Nicópolis, no noroeste da Grécia, para se tornar aluno do filósofo Epiteto³³. Stadter (1980) acredita que isso teria ocorrido por volta do ano 107 e que tal proximidade teria durado, no máximo, dois ou três anos. Apesar de pouco tempo de contato entre professor e aluno, esses anos deixariam marcas profundas na carreira e, mais especificamente e visivelmente, nos escritos de Arriano. É através de Epiteto que Arriano cria o que Beltrán Fortes (1992, p. 174) chama de ‘hobbies’ ou seja, a prática da escrita histórica e literária que o destacou em meio aos grupos de convívio do escritor. Além disso, é através de seu mestre que Arriano entra em contato com a vertente filosófica do estoicismo³⁴, tão marcante em seus escritos. A estadia, ainda,

³² Entre aqueles que defendem que Arriano advinha de uma família da ordem senatorial, Stadter (1980) nos relata que, possivelmente, o pai de Arriano ou algum membro de sua família teria se tornado cidadão romano e/ou senador antes de seu nascimento, talvez durante a dinastia Flaviana, o que implica a importância e a riqueza da família do nicomédio.

³³ Epiteto teria nascido em Hierápolis, uma cidade a seis quilômetros ao norte de Laodiceia, na Frígia, sendo, provavelmente, escravo de nascimento. Não se tem nada escrito ou mencionado acerca de sua infância ou de sua terra natal, sendo que começamos a ter informações sobre ele já quando está em Roma como escravo de Epafrodito, um libertos que ocupou vários cargos durante os principados de Nero e Domiciano. Não se sabe se esse foi ou não o único senhor de Epiteto, porém teria sido esse que permitiu Epiteto a estudar filosofia junto a Musônio Rufo, um respeitado filósofo estoico do seu tempo. Foi-lhe concedida, por fim, a liberdade em algum momento anterior ao ano de 93, ato que obrigou Epiteto a sair de Roma e se estabelecer em Nicópolis, por causa do decreto de expulsão dos filósofos baixado por Domiciano. A partir de 81, Epiteto passa a ensinar a filosofia estoica (García, 1993, p. 7-18).

³⁴ A corrente filosófica do estoicismo nasceu em Atenas no período helenístico, por volta de 300 a.C. Acredita-se que seu fundador tenha sido Zenão, um homem natural de Cítio, na ilha de Chipre. Ao chegar a Atenas, por volta de 312/311 a.C., Zenão teria entrado em contato com as vertentes filosóficas dos cínicos, megáricos e acadêmicos que deixaram importantes marcas em sua filosofia. Em linhas gerais, o estoicismo é dividido em três grandes momentos: o estoicismo antigo e médio, do qual só nos restam fragmentos e o estoicismo tardio, cujos principais representantes são o já mencionados Epiteto, Sêneca e Marco Aurélio. Porém, nenhuma obra que nos foi legada deixou definida a doutrina estoica, de modo que a pretensão de reconstrução dessas teorias são difíceis (García, 1993, p. 22-27).

com o filósofo estoico teria sido de valia para Arriano, segundo Biazotto (2016, p. 189), visto o contato com importantes figuras do universo greco-romano.

Através da perspectiva estoica, fica perceptível, dentro da *Anábase*, a mensagem de Arriano para se alcançar a perfeição moral e a felicidade. Para a corrente filosófica do estoicismo, a felicidade e a excelência moral dependem exclusivamente do exercício da razão (García, 1993, p. 26). As paixões, entendidas pelo estoicismo como “doenças” são todos aqueles sentimentos oriundos do “irracional”, tais como o ódio, o ciúmes, a inveja, mas também a piedade, a esperança e o amor, sendo que o ideal é construção do “homem inabalável”, apático, sem perder a “orientação centrada na vida em comunidade e na atividade política” (Luz, 2013, p. 40-42). Arriano, muitas vezes, critica algumas ações de Alexandre ligadas às ações não deliberadas, acessos de fúria e força de determinação impensada (Gazolla, 2002, p. 132), mostrando a presença de algumas considerações estoicas sobre o famoso personagem retratado por ele. Mesmo assim, sua narrativa tende a ser mais branda, analisando o todo para se chegar a um “juízo de caráter” de Alexandre³⁵.

Quanto à sua carreira política e suas relações de amizade, sabe-se que, por volta de 110, Arriano teria conhecido Avído Nígrio³⁶, um senador romano advindo de uma família que mantinha inúmeros laços e interesses com as questões gregas e a filosófica (Stadter, 1980). Possivelmente Avído entrou em contato com Arriano durante suas missões de pacificação e resolução de problema entre as cidades livres gregas e a província romana enquanto *imperial corrector*. É sabido que Avído, ainda, mantinha algum contato com o imperador Trajano e que isso teria sido bom para o começo da carreira política de Arriano (Stadter, 1980).

O historiador Stadter (1980) argumenta que Arriano tinha, talvez, servido Trajano nas Guerras contra os Partos enquanto um *Tribunus Militum* ou desempenhando algum alto cargo militar durante as campanhas. Arriano teria escrito mais de 17 livros de uma obra sobre as relações entre os romanos e os par-

³⁵ Trataremos melhor sobre isso ainda neste subcapítulo e ao longo do terceiro capítulo.

³⁶ Avído Nígrio ou *C. Avidus Nigrinus* foi um senador romano na época de Trajano advindo de uma família onde o pai, tio e primo teriam sido proconsules da Acaia e, ele mesmo, nomeado como *imperial corrector* na região, por volta de 110, sendo também nomeado governador da Dácia alguns anos depois. Seu pai e tio, muito provavelmente, teriam sido os irmãos para os quais Plutarco escreve seu tratado de amor fraternal (Stadter, 1980). O tio de Avído foi C. Avído Quieto, figura tão influente na época que, segundo Stadter (1980) era elegível ao trono imperial após a morte de Trajano e que, por isso, foi morto junto com outros proconsules por alguns dos que suportavam Adriano ao trono imperial por volta de 118 d.C. visto que Adriano ainda não havia retornado para Roma.

tos, intitulada *Parthica*, sendo dez deles dedicados ao imperador Trajano e suas campanhas (Stadter, 1980; Leme, 2009, p. 8). Porém, não se sabe ao certo o seu real envolvimento nestas ações militares.

Parece que o *cursus honorum* de Arriano continua a avançar e atinge seu auge após 117 com a ascensão de Adriano ao trono imperial romano. O historiador Antônio Bravo Garcia (1982, p. 12) argumenta que essa relação entre Adriano e Arriano teria dado ao nicomédio uma cadeira no senado romano justamente no ano de 117³⁷. Bosworth (1988, p. 21) argumenta que os dois já se conheciam e mantinham uma amizade desde a época em que Adriano, então *arconte eponimo*, visitou Atenas, entre 112 e 113; sendo a caça e o interesse mútuo em filosofia os pontos que os aproximara³⁸. Stadter (1980) ainda argumenta que, se Arriano realmente houvesse participado das Guerras Párticas, ali teria sido um bom momento para o estreitamento das relações com Adriano³⁹.

Uma vez iniciada a carreira política, Arriano exerce algumas magistraturas locais (Beltrán Fortes, 1992, p. 172) até se tornar *consul suffecto* por volta de 129/130, como dito anteriormente e, em seguida, por volta de 130 é nomeado *curator operum publicorum* (Beltrán Fortes, 1992, p. 173). Em 132 assumiu o posto de *Legatus Augusti pro praetore Cappadociae* (Leme, 2011, p. 12) e o mesmo foi desempenhado, interessantemente, por Arriano por um longo período, de 131 até 137 (Beltrán Fortes, 1992, p. 173).

Pouco existe de informação sobre Arriano após a sua saída do cargo de *Legatus* em 137, mesmo ano, vale destacar, da morte do imperador Adriano. Acredita-se que, ao invés de migrar para Roma e/ou voltar a sua cidade natal, Nicomédia, Arriano se assentou em Atenas, onde teria sido nomeado *arconte eponimo* entre os anos de 145/146 (Beltrán Fortes, 1992, p. 173), quando nosso escritor morreu, sua morte ainda é um mistério⁴⁰.

³⁷ Alguns outros historiadores como Stadter (1980), Leon-Ruiz (2012) e Jesper Carlsen (2014) também defendem que Arriano tenha chegado ao Senado, mas sem especificar o ano.

³⁸ É possível, ainda, segundo Bosworth (1988, p. 17) e Gazolla (2002, p. 133), que Adriano tenha estudado com o mestre de Arriano, Epiteto, e que ambos, Arriano e Adriano, teriam trocado cartas entre si.

³⁹ Sem mencionar a possível relação entre Arriano e o imperador Trajano, que pode ser percebida não somente pelos escritos de Arriano sobre a História do Império Parta, a obra *Parthica* que, segundo Stadter (1980) teria como início as campanhas de Trajano contra esse Império ocorridas entre 114 e 117, exaltando os feitos do primeiro imperador de origens provinciais, como também em algumas semelhanças entre o comportamento de Alexandre com os do *princeps* romano, em especial aqueles notadas pelos historiadores Sant'Anna (2015, p. 269) e Biazotto (2016, p. 223): a sede insaciável pela glória, o fato de ambos terem sido vencidos por nenhum inimigo e o apreço pelo vinho.

⁴⁰ Muito ainda se debate se Arriano teria sido nomeado para algum cargo na Síria ou na África romana (sobre isso, ver os debates presentes em (Beltrán Fortes, 1992, p. 174), ou ainda, talvez, procônsul na Bética (Stadter, 1980), sendo esses mais pontos nebulosos da vida do escritor de Nicomédia.

Com as informações que temos disponíveis, cabe destacar aqui que Arriano fez parte, até então, de um pequeno grupo de provinciais advindos das regiões orientais do Império e que, durante o governo de Trajano e Adriano, colocaram-se como “colaboradores e coparticipantes” da árdua tarefa de administrar o Império Romano (Goscó, 1990, p. 13 *apud* Beltrán Fortes, 1992, p. 173). Nesse sentido, Arriano se coloca em uma posição de destaque frente aos demais, tanto por sua carreira como pelos seus escritos, ocupando a maioria dos cargos conhecidos nas províncias orientais do Império, desde o governo da Capadócia até ser *arconte* em Atenas (Beltrán Fortes, 1992, p. 173).

Dissertando um pouco sobre todos esses pontos fundamentais em torno de Arriano, partimos para as suas obras, seu gênero de escrita e sua principal composição em questão nessa dissertação: a *Anábase de Alexandre Magno*. Segundo André Luiz Leme (2011, p. 16), pouco se sabe sobre o período em que a *Anábase* foi escrita, da mesma maneira que todas as demais obras que nos foram legadas pelo nicomédio. Nosso autor teria escrito, além da *Anábase*, sua obra *Parthica*, já mencionada anteriormente, e as obras *Indica* - um relatando detalhadamente sobre a expedição de Alexandre nas regiões que hoje compreendemos como a Índia), *Historia successorum Alexandri* - possível continuação da *Anábase* -, contando os eventos que se sucederam a morte de Alexandre e a *Bithyniaca* - história sobre a região da Bitínia até o momento da anexação romana) (Leme, 2011, p. 16).

Acrescentaríamos ainda as obras *Dissertações* (onde Arriano reúne os pensamentos de seu mentor Epiteto), *Manual* (a respeito das táticas militares), *Formação de batalha contra os Alanos* (de cunho militar, composta possivelmente durante sua estadia na Capadócia, frente à invasão desse povo aos territórios romanos) e as vidas de *Dião de Siracusa* e *Timoleão de Corinto*, sendo essas últimas, provavelmente, trabalhos biográficos (Leme, 2009, p. 8; 2011, p. 16; Biazotto, 2016, p. 190). A maior parte dessas obras está perdida ou em um estado de fragmentação que não permite a leitura, dificultando seu aspecto de datação. Seus nomes e a confirmação de que seriam obras de Arriano nos é dada pelo ensaio *Biblioteca* de Fócio I de Constantinopla (810 – 893)⁴¹ o qual o autor resumiu as obras que leu em sua vida e, a partir disso, temos conhecimento da composição da *Parthica*, *Historia successorum Alexandri* e *Bithynica* (Leme, 2011, p. 16, nota 59), estando essas duas últimas totalmente perdidas.

⁴¹ Patriarca de Constantinopla entre 858-867 e 877-886, canonizado mais tarde pela Igreja Ortodoxa como São Fócio, o Grande.

Entre aqueles que desafiam o tempo e pressupõem uma datação para as obras de Arriano podemos destacar Jean-Pierre Vernant (1984, p. 321 *apud* Biazotto, 2016, p. 190). Segundo esse historiador, as primeiras obras seriam as *Dissertações* e o *Manual*. As mesmas seriam seguidas por *Periplus Ponti Euxini* - cartas entre Arriano e Adriano publicadas posteriormente e *Acies Contra Slanos* ou *Formação de batalha contra os Alanos*, ambas publicadas durante seu posto na Capadócia. Arriano teria composto e publicado as obras *Tactica* ou *Táticas*, talvez em comemoração aos vinte anos de principado de Adriano e *Cynegeticus* ou *Cinegética*, acerca da caça, como já mencionado.

Tratando da obra *Anábese*, os historiadores que se debruçam sobre o tema tendem a seguir duas vertentes principais: aqueles que acreditam que a obra foi escrita no começo da vida de Arriano e aqueles que acreditam que ela foi escrita no fim de sua vida. Bosworth (1972 *apud* Biazotto, 2016, p. 191) considera que, a partir da ausência dos relatos sobre os postos político-militares que Arriano ocupou ao longo de sua vida e da falta de atenção e relevância para a região da Capadócia em seus relatos sobre Alexandre, esses historiadores atestaram sua escrita como precoce. Isto é, antes de assumir uma vida e carreira pública. Assim, após um bom tempo de pesquisas sobre Alexandre, historiadores como Stadter (1980, p. 184) e Vernant (1984, p. 321, *apud* Biazotto, 2016, p. 190-191) acreditam que apenas no final de sua vida, com o intuito de se dedicar a uma carreira literária para melhorar sua reputação Arriano teria se dedicado à sua obra mais conhecida.

O historiador Antônio Bravo Garcia (1982, p. 13), provavelmente influenciado pelas visões citadas acima, definiu que a data de publicação da *Anábese* seria entre os anos de 117 e 137. Esse problema está longe de ser solucionado, mas, se tivéssemos que escolher uma das duas vertentes, ficaríamos com a segunda, pois, seguindo Aburto (2016, p. 24), Arriano já teria consolidado suas relações com o imperador Adriano, ou seja, já exercia o serviço público dentro do Império no momento de escrita da *Anábese*, aspecto esse que, como nos lembra os historiadores supracitados, é importante para o entendimento da obra.

Podemos nos questionar, então, o que levou Arriano, em algum momento de sua vida, a escrever sobre Alexandre e como ele fez esse relato. Ou melhor, como pergunta Leme (2011, p. 17), “quais seriam as possíveis motivações do autor, Arriano de Nicomédia, para escrever sobre um personagem e um acontecimento específicos em determinada época de sua vida?”. Em concordância, os historiadores

Stadter (1980, p. 66), Bosworth (1988, p. 34-35) e Syme (1982, p. 206) afirmam que o ponto de partida é a admiração pessoal de Arriano à figura de Alexandre e por que ele mesmo se colocava, através de algumas de suas afirmações na *Anábase*, na condição de um novo Homero, escrevendo sobre um novo Aquiles.

Arriano, contudo, logo em seu Prólogo, ao citar os “demais historiadores de Alexandre” (ARR. *Anab.* I), nos deixa claro a existência, no seu tempo, de uma gama de escritos sobre o rei macedônico e nos fornece pistas de que, muito além da admiração pessoal, poderia existir, também uma visão metodológica de Arriano ao escolher Alexandre como seu tema central de escrita. Para Zambrini (2003, p. 566) a obra *Anábase* seria a tentativa máxima de Arriano de, ao ler e reunir as demais obras existentes sobre Alexandre escreve aquela que seria a versão mais “melhorada do ponto de vista das fontes e metodologia”.

Além disso, seria pouco provável que Arriano não se beneficiaria com o momento de retomada e fortalecimento da escrita e da literatura grega existentes no século II (Aburto, 2016, p. 19). Segundo Gazolla (2002, p. 122), o tempo de Arriano era um “momento de grande cultivo dos textos gregos”, sendo, ainda, um período de retomada ou imitação (*mimesis*) no campo de literatura de modelos da tradição grega clássica (LEME, 2008, p. 12). Arriano nos mostra que o próprio Alexandre se preocupava com sua memória, ou melhor, com como seria reconhecido no futuro e como contariam sua história:

Dizem que Alexandre colocou um coroa sobre o túmulo de Aquiles e, segundo outros, também Heféstion colocou sob o túmulo de Pátroclo. Segundo se conta, Alexandre teria bem dito Aquiles por ter contado com Homero por ter deixado de herança uma perpétua recordação e, por isso, Aquiles podia ser tomado por Alexandre como o mais afortunado dos homens (ARR. *Anab.*, I, 12-13).

Nesse trecho evidencia-se Aquiles como uma das figuras que ocupavam destaque dentro da mente de Alexandre segundo Arriano e, da mesma forma, tal qual Homero, Arriano se preocupa em deixar claro que seu relato da expedição de Alexandre é digno de ser comparado com a *Iliada* e com a *Odisseia*. Seguindo esse fluxo de inspiração e/ou imitação dos grandes nomes da literatura grega, tem-se também a associação com Xenofonte, usado por Arriano enquanto um “alicerce retórico” para a escrita da *Anábase* (Leme, 2008, p. 12).

Sabe-se que o termo *Anábase*, em grego *Ἀνάβασις*, significa expedição realizada a partir do litoral em direção ao continente. A mesma obra também é o título da mais conhecida obra de Xenofonte (Leme, 2011, p. 27). Ambas, ainda, colocam

dois personagens da Hélade antiga em conflito direto com os persas. A *Anábase* de Xenofonte descreve a volta de mercenários gregos que marcharam para a Pérsia para lutar, ao lado de Ciro, o jovem, contra seu irmão Artaxerxes II, liderados pelo próprio Xenofonte. Apesar de Arriano dividir a obra em sete livros, tal como seu possível modelo grego, ele não deixa de colocar a expedição relatada por Xenofonte em um nível inferior àquela realizada por Alexandre (ARR. *Anab.* I, 12 – 13).

Arriano, portanto, assumiu a responsabilidade de narrar as façanhas de Alexandre através de uma grande realização⁴² – a escrita da *Anábase*. Como o próprio historiador coloca no Prólogo, deveria se nutrir pela tarefa, a qual ninguém havia realizado, em virtude da dificuldade e do respeito. por Alexandre: “Haverá quem se surpreenda porque, depois de tantos escritores o terem feito, tenha me ocorrido narrar a Anábase de Alexandre, gostaria que eles mostrassem sua estranheza depois de reexaminar seus testemunhos e confrontá-los com os meus (ARR. *Anab.* I)”

Tal falta de um relato digno de Alexandre e de suas façanhas permitiu que as realizações de Xenofonte fossem mais conhecidas do que as de Alexandre, sendo que essas últimas foram muito maiores, pelo menos para Arriano (Leme, 2011, p. 26-27).

Além de Xenofonte, com quem Arriano compartilha o nome⁴³ e os escritos⁴⁴, podem ser encontradas alusões ainda a Heródoto e a Tucídides nos escritos do nicomédio. Seguir tais modelos literários era algo incentivado pela Segunda Sofística⁴⁵. Elementos da Segunda Sofística, já tratada no subcapítulo anterior, são percebidos por alguns historiadores e historiadoras na obra de Arriano, vista sua busca no passado grego clássico tanto por inspiração, como para imitação, fato esse defendido pela historiadora Leslie L. Aburto (2016, p. 27). Porém, concordamos

⁴² Percebemos aqui também a presença da narrativa épica que não deixa de influenciar os escritos de Arriano.

⁴³ Para Syme (1982, p. 184 apud Biazotto, 2016, p. 188), os nomes *Flavius* e *Arrius* eram recorrentes nos primeiros séculos depois de Cristo, argumentando a existência de outro Lúcio Flávio, que teria sido cônsul em 33 a.C. Porém, a grande questão que atravessa o nome de Arriano é sua última nomenclatura, ou seja, o nome Xenofonte. Alguns historiadores como Stadter (1980, p. 2) acreditam que tal nome é legítimo da família de origem do nicomédio, se valendo de que muitas vezes os gregos mantinham um nome helênico após receber a cidadania romana. Já Bosworth (1988, p. 25) defende que Xenofonte teria sido um nome adotado posteriormente por Arriano, sem deixar de mencionar que isso poderia ter sido acoplado ao nome do nicomédio em favor de seus escritos. A questão fica um pouco mais complexa quando sabemos que o próprio Arriano se autodenominava enquanto Xenofonte (Leon-Ruiz, 2012, p. VIII).

⁴⁴ Além da *Anábase*, Arriano ainda mantém a obra *Dissertações*, já apresentada anteriormente, contendo semelhanças entre ele e Xenofonte. “Na vida e na escrita”, portanto, Arriano teria seguido Xenofonte, sendo ambos “caçadores, homens militares, estudantes de grandes filósofos e que escreveram os trabalhos de seus mestres por que eles não escreveram nada” (Leon-Ruiz, 2012, p. VIII). Arriano ainda imitaria o dialeto usado em Atenas na época de Xenofonte, ou seja, a mais de quinhentos anos antes da elaboração de suas obras (Leon-Ruiz, 2012, p. VIII).

⁴⁵ Para mais informações ver Müller (2016).

com Leon-Ruiz (2012, p. X-XI) na medida em que a relação entre a Segunda Sofística e Arriano é mais fraca do que se pode pensar em uma primeira análise, sendo o diálogo com a tradição, ou seja, com o *topos* literário do *exempla*, as reais vinculações de Arriano dentro do campo literário.

Entretanto, como nos chama a atenção Aburto, a intenção de Arriano não era somente preservar o passado grego, mas também fortalecer a cultura grega dentro do Império, sendo a *Anábasis* uma obra que pregava um pan-helenismo cultural no qual tanto a cultura grega ganharia um papel de destaque, como uniria os gregos a partir de algo concreto, real e viável dentro desse mundo controlado por Roma (Aburto, 2015, P. 88-89; Aburto 2016, p. 35). Desse modo, conforme Biazotto (2016, p. 193) e Aburto (2016, p. 27), é possível sugerir que Arriano elaborou sua *Anábasis* em momento propício para escritores da língua grega e, talvez, a obra tenha sido financiada e incentivada pela casa imperial através de Adriano⁴⁶.

Ressaltar essas influências e o momento de escrita se faz importante aqui, pois é a partir desse viés, ou seja, do modelo narrativo escolhido e seguido por Arriano e pelo papel social e pedagógico que adquirem seus escritos, que podemos responder à pergunta das motivações de Arriano em escrever sobre Alexandre em seu contexto. Para isso seguimos alguns historiadores e historiadoras, como Robert B. Steele (1919), Aburto (2015; 2016), Leon-Ruiz (2012), Biazotto (2016) e, em especial, Leme (2011, p. 17) que afirma que o interesse de Arriano com a *Anábasis* e o objetivo que ela almejava estariam intimamente relacionados ao modelo narrativo nela empregado intencionalmente.

Voltemos, novamente, ao prefácio da obra de Arriano, onde o mesmo expõe os seus interesses mais básicos com a obra de modo claro e objetivo:

O considero e transcrevo como verdadeiras todas aquelas histórias em que coincidem Ptolomeu, filho de Lago, e Aristóbulo, filho de Aristóbulo, ambos historiadores de Alexandre, filho de Filipe; mas daqueles que divergem, selecionei aquelas que me pareceram, na época, as mais confiáveis e interessantes de serem narradas. Outros já escreveram sobre Alexandre (não há, na verdade, ninguém sobre quem o tenha feito mais historiadores, ou de forma mais discordante entre si), mas Ptolomeu e Aristóbulo, em minha opinião, são os mais críveis; Aristóbulo, por ter participado da expedição junto com o rei Alexandre; Ptolomeu aliás, por essa mesma razão, não teria por que falsificar os fatos, sendo ele ainda rei, mais vergonhoso do que para qualquer outro. Por outro lado, dado que Alexandre já havia

⁴⁶ Aqui se tratando da possível “política filo-helênica antonina” (Aburto, 2016, p. 27).

morrido quando os dois escreveram, ambos estavam igualmente à margem de fazê-lo de uma forma diferente de como ocorreram os acontecimentos, por não serem autoconscientes ou esperarem qualquer recompensa dele. Há também uma infinidade de histórias sobre Alexandre compiladas por outros historiadores, que, por me parecerem dignas de serem narradas e não inteiramente incríveis, vou transcrever apenas como valor da tradição (ARR. *Anab.* I).

A partir disso uma série de elementos pode ser compreendida e destacada. O primeiro é que Arriano afirma a busca pela verdade. Isso é compreensível, uma vez que “a regra na qual repousava o modelo historiográfico estabelecido com Heródoto e Tucídides era atribuir ao historiador o dever de dizer a verdade sobre os acontecimentos que julgava dignos de relatar”, ou melhor, daqueles que mais se destacavam e estavam ligados à política e à guerra, mas que, contudo, possuíam veracidade, esta “considerada como um elemento constitutivo” desse estilo de narrativa (Cadiou; Coulomb; Lemonde; Satamaria, 2007, p. 19), aqui entendido como narrativa histórica.

De certo, tendo em vista essa preocupação de Arriano quanto à confiabilidade das informações que teria disponível e, portanto, a seleção das fontes, bem afirmadas e estabelecidas por ele dentro dos relatos de Aristóbulo⁴⁷ e Ptolomeu⁴⁸, podemos afirmar que nosso autor escreve dentro do gênero histórico e que sua obra *Anábase* seria um relato histórico-militar da expedição de Alexandre frente ao Império Persa. Logo, podemos assim chama-lo de historiador, como também defendem Gazolla (2002, p. 125) e Aburto (2016, p. 30).

A escolha de Aristóbulo e Ptolomeu não é por acaso. Ambos, como Arriano mesmo destaca, foram próximos do rei macedônio e participaram ativamente de sua expedição e dos eventos que sucederam a morte de Alexandre. Esse fator “proximidade” é destacado por Leme (2011, p. 20) ao afirmar que as noções de História e de verdade histórica estavam quase que diretamente ligadas aos testemunhos diretos, ou seja, através de uma presença durante o acontecimento. Seria pela visão

⁴⁷ Aristóbulo de Cassandrea é uma figura que ainda conhecemos muito pouco visto a escassez de informações. Teria acompanhado Alexandre em sua expedição e, da mesma forma que Ptolomeu, sabemos de seus escritos sobre o rei macedônio através de Arriano. Segundo Antonio Lórez Eire (2008, p. 18), sua obra apresentaria um Alexandre “soberano piedoso, moderado e protegido pelos deuses”.

⁴⁸ Ptolomeu Sóter (367 – 283 a.C.) foi um nobre macedônio ativo participante da expedição de Alexandre e que, após a morte desse último, assumiu as conquistas de Alexandre no que hoje compreendemos como o Egito, estabelecendo a dinastia Ptolomaica ou Lágida. Segundo Mossé (2004, p. 179), Ptolomeu escreveu a obra *História de Alexandre*, em Alexandria, durante o seu reinado. Sabemos de algumas partes dessa obra graças aos relatos de Arriano. Segundo a historiadora supracitada, a obra deveria ter um tom militar e apresentaria um Alexandre “realista” e “moderado” (Mossé, 2004, p. 179).

ou audição que os feitos deveriam ser relatados e descritos dentro da perspectiva historiográfica antiga. Como Arriano não viveu na época de Alexandre, ele se baseou em quem o fez e deixou seus relatos.

Ainda sobre as outras fontes que Arriano cita, todas são escolhidas pelo escritor e têm em comum o fato de não serem totalmente incríveis por não seguirem desejos fantasiosos dos escritores. Acreditamos que Arriano faz menção a Vulgata de Alexandre, que teria sido, segundo a historiadora Arminda Lozano Velilla (1992, p. 23), criada por Clitarco e, posteriormente, seguida por Diodoro, Quinto Cúrcio e Justino. Ao escolhê-la, enquanto embasamento para sua obra Aristóbulo e Ptolomeu, Arriano se distanciou desses que são considerados relatos mais “novelescos” acerca de Alexandre e sua expedição⁴⁹.

Tendo isso em mente e a seguinte frase do historiador Momigliano (2004, p. 55), em que ele afirma lhe parecer “ser tipicamente grego a atitude crítica com relação ao registro de acontecimentos, isto é, o desenvolvimento de métodos críticos que nos permitem distinguir entre fatos e fantasias”, nos parece que, mais uma vez, Arriano se coloca fazendo um trabalho semelhante ao de historiador. Se por um lado ele preserva a Vulgata, Arriano também teria o desejo de lhes fazer crítica e, talvez, completar lacunas deixadas, propondo opiniões, como ele faz em várias ocasiões ao longo de sua *Anábase*⁵⁰ (alguns exemplos: II, 12, 8; III, 3, 5; III, 18, 12; VII, 29, 2-4; 30, 1-3). Em resumo, portanto, para Aburto (2016, p. 30) existiam três grandes aspirações em Arriano ao escrever a *Anábase*: “escrever uma obra sobre Alexandre fiel aos fatos; consagrar-se como um historiador e, por último, deixar um legado”.

Por mais que possamos considerar que Arriano tenha mantido um olhar pragmático e acrítico para os relatos de Aristóbulo e Ptolomeu; colocando-os enquanto não desejosos de recompensas por parte de Alexandre, visto que este já estava morto e que Ptolomeu enquanto rei não poderia mentir por conta da vergonha que isso causaria a si e ao seu reinado; sabemos que Arriano tinha o sentido de veracidade e confiança que precisava para a escrita de sua narrativa alexandrina. Entretanto, como nos lembra Leme (2011, p. 21), “quando houvesse contrariedade e discordância” entre suas principais fontes:

⁴⁹ Cabe aqui mencionar o trabalho de Bogdan Burgia, intitulado *Arrian's preface to the anabasis Alexander and Plutarch's prologue to the life of Alexander* (2015), onde o autor defende e argumenta que Arriano critica essas obras e fala mal também de Plutarco. Contudo, não se tem comprovação das reais relações que Arriano possa ter estabelecido com Plutarco. Para mais informações e comparações entre as duas obras alexandrinas de Plutarco e Arriano, a *Vida de Alexandre Magno* e a *Anábase*, ver Martínez (2016, p. 88-89).

⁵⁰ Sobre os comentários de Arriano ao longo de sua *Anábase* ver Steele (1919, p. 147-157).

[...] Arriano assumiria a responsabilidade de buscar as informações aparentemente verdadeiras e interessantes. Desta forma, vemos que, na perspectiva do autor, o recurso às fontes escritas, desde que devidamente escolhidas e analisadas, possibilitaria sim o tom e a consciência histórica, em torno da verdade, dentro de um trabalho historiográfico (Leme, 2011, p. 21).

Sabe-se que esses trabalhos historiográficos, desde Tucídides, ganharam uma função social durante o Principado: os mesmos serviriam de amparo aos homens que, no presente ou no futuro, deviam lidar com situações semelhantes ou iguais àquelas ocorridas no passado (Leme, 2011, p. 22). Um exemplo similar é trazido por Leme (2011, p. 22) quando nos lembra sobre Políbio em *Histórias*, obra na qual o escritor ressalta a importância do paralelo passado/presente para que se possa ter uma melhor avaliação do ocorrido ou do momento em que se vive. Tudo isso também ressalva a importância e a utilidade, por se assim dizer, que o discurso histórico apresenta nessa sociedade.

Arriano, portanto, ao contrário do que foi pensado por Philip Freeman (2014, p. 367), em uma proposição citada no começo desse subcapítulo, não foi um biógrafo de Alexandre, por mais que não deixe de centrar seu relato histórico-militar na figura do rei macedônio⁵¹. Nesse sentido, Leme (2011, p. 29-30) nos ressalva essa atenção de Arriano ao orientar sua narrativa para os acontecimentos que envolviam no plano principal um único homem: Alexandre. Com isso, a *Anábese*, segundo o mesmo historiador, apresentaria uma “narrativa simples, mais lenta e com foco detalhado nos vários aspectos que cercam o cotidiano desse personagem, enfatizando o período no qual empreendeu sua expedição militar” (Leme, 2011, p. 29).

Arriano se afastaria, então, em alguns momentos das perspectivas historiográficas, ou melhor, do modelo de história tradicional tucidideana, uma vez que ao se centrar em um único personagem, ao longo de sua escrita Arriano se aproximaria do gênero biográfico. Essa visão ganharia fôlego uma vez que notamos a atenção dada por ele aos pormenores da campanha como, por exemplo, os diálogos realizados por Alexandre. Nesse sentido, concordamos mais uma vez com Leme (2011, p. 31) no sentido de que a *Anábese* é um constante entrelaçamento entre a escrita historiográfica e a escrita biográfica, sem mencionar aqui as influências dos relatos de Xenofon-

⁵¹ Questão essa que, como nos lembra Aburto (2016, p. 27), juntamente com a percepção de que o foco principal da *Anábese* era o militar, serviu, por algum tempo, como fator para a marginalização da obra de Arriano enquanto fonte histórica.

te, já explorados anteriormente⁵². Assim, podemos concluir que “o acontecimento da expedição dos macedônios contra os persas fora explicado em termos da ação de Alexandre; por sua vez, esse mesmo acontecimento revelou os traços singulares da personalidade do rei macedônio, capaz de torná-lo possível” (Leme, 2011, p. 31).

Biazotto (2016, p. 194) afirma que nosso escritor teria sido tomado também pela crença na *Historia Magistra Vitae*, ou seja, “na confiança de que o passado pode e deve ser usado para fornecer exemplos para o presente e o futuro”. Para Momigliano (2004, p. 38), esse enfoque se transformaria em um *topos* literário do qual Arriano seguia juntamente com uma série de autores gregos do Principado. Na prática, portanto, a *Anábase* é posta enquanto um discurso histórico que deveria cumprir um determinado papel pedagógico em sua sociedade e/ou no seu tempo e nos tempos futuros (Leme, 2011, p. 23). Esse papel seria o de servir aos homens enquanto uma forma de educação, ou melhor, de instrução, através dos exemplos ali contidos – aqui no caso os exemplos de Alexandre – podendo assim saberem o melhor comportamento, ação e fala adotados em certas circunstâncias (Leme, 2011, p. 23).

A *Anábase*, neste sentido, se coloca enquanto uma narrativa repleta de orientações, tornando-se útil ao seu tempo através de uma perspectiva educativa, servindo aos homens e mostrando um Alexandre enquanto exemplo de governante a ser seguido (Leme, 2011, p. 35) visto que, esta obra, foi pensada e direcionada aos grupos aristocráticos, tanto das cidades gregas como também das altas esferas da política romana. Desse modo, Arriano se coloca enquanto um conciliador, aquele que “busca a posição grega dentro do Império” (Aburto, 2016, p. 33), buscando na imagem de Alexandre e na *paideia*, um ponto de união entre gregos e romanos.

Com isso, as características e comportamentos de Alexandre, trazidos ao tempo de Arriano através de sua *Anábase*, funcionaram como um parâmetro que qualificou o bom e legítimo governante. Ainda segundo Leme (2011, p. 66), Alexandre apresentaria um conjunto de ações e comportamentos dignos e comprobatórios de sua posição tão relevante no poder. Ainda, mesmo se tratando de um personagem da antiga Hélade, Alexandre era construído dentro dos modelos referenciais de governo existentes na época do autor, em outras palavras, dentro do ideal de *princeps*. A obra estava, dessa forma, coerente com o universo mental senatorial e estoico que o próprio Arriano fazia parte (Leme, 2011, p. 67).

⁵² Por mais que, como lembra Aburto (2016, p. 167), a *Anábase* não seja uma biografia.

Arriano não escreve sobre a “infância” de Alexandre. Ao contrário de Plutarco, a escrita do nicomédio já começa no momento de ascensão ao trono do monarca e, a partir de então, segue até a morte do rei macedônio. Sua relação com seus tutores e, por consequente, sua educação inicial não nos é relatada por Arriano. Mas, isso não retira a presença constante da *paideia* nos escritos de Arriano. Alexandre, ao longo de sua expedição apresenta comportamentos, atos e até mesmo pensamentos guiados pela *paideia*, ou seja, pela preparação, desde a infância, por meio da filosofia e demais conhecimentos, para governar e liderar.

Alexandre era o melhor por sua *paideia*. Através dela o rei macedônio se colocava enquanto um homem autoconsciente e controlador de si mesmo das situações e circunstâncias que o rodeavam. Além disso, a *paideia* o fornecia a capacidade de raciocínio rápido, lhe permitindo ter grande capacidade de superação de obstáculos tanto de caráter militar como moral, se colocando enquanto um ser portador de temperança e virtude: um legítimo governante. O *exemplum* de Alexandre, através da *Anábase* de Arriano, é percebido até mesmo por seus inimigos, tal como fizera Dario ao reconhecer e admirar as capacidades de Alexandre não somente na guerra, mas na diplomacia e na piedade para com os vencidos, que o mostra controlado e não tirando vantagem ou sangue daqueles que eram inocentes (as mulheres de Dario capturadas após a batalha de Isso, entre elas a mãe, mulher e filhas de Dario, por exemplo) (ARR. *Anab.* II, 12-13).

A escolha de Alexandre enquanto modelo não é impensada por parte de Arriano. Ela se insere em um momento de refflorescimento da cultura grega (percebido pela própria ideia de Segunda Sofística), apoiado por uma dinastia que mantém intrínsecas relações com a *imitatio/comparatio Alexandri* e durante um período de intensa reflexão em torno do poder, na relação de sua prática e limites, mas especialmente em quem deveria assumi-lo e exercê-lo perante a sociedade (Leme, 2011, p. 69). O ideal do melhor e do mais bem preparado e educado para assumir o poder torna-se um elemento central na narrativa do nicomédio e que deveria, então, ser lembrado em sua época enquanto um conselho para o *princeps* em questão.

Novamente nos pegamos refletindo sobre as relações entre Arriano e sua *Anábase* com a casa imperial ocupada por Adriano. Sabemos que esse *princeps* mantinha inúmeras relações com as questões gregas, tendo se esforçado para criar Atenas como a capital cultural de um Império dotado de duas línguas: o latim e o grego (Gaia, 2020, p. 196). Segundo Paul Veyne (2005, p. 51), esse esforço teria

consolidado o que poder ser chamado de um Império greco-romano através da inserção de Adriano no Oriente e de seu chamado “filo-helenismo”. Adriano, com isso, fazia da cultura grega um projeto político pessoal, visto a emergência de um Império integrado (Gaia, 2020, p. 196). Mas nem tudo são louros e essa atenção dada pelo *princeps* à Grécia e ao Oriente foi algumas vezes retratada como problemática, pois tirava da capital, Roma, e do Senado, o foco de atenção e, até mesmo, certos recursos. Na *História Augusta*, segundo Gaia (2020, p. 196), Adriano teria recebido o apelido de “gregozinho” (*graeculus*), o que também poderia estar associado às suas práticas homoeróticas⁵³.

Adriano em si, como nos lembra Biazotto (2016, p. 195), manteve um respeito e uma admiração consideráveis por Alexandre, buscando até mesmo algumas semelhanças com o rei. Ambos, por exemplo, teriam compartilhado a anedota de terem abatido um leão com as mãos nuas. Outra analogia que se pode fazer, com o risco da superficialidade, é a de Antínoo em alusão a Heféstion e o cavalo Boristenes de Adriano e Bucéfalo de Alexandre. Ambos ainda teriam a fama de serem simples e de boa conversa com militares (os soldados em especial) (Biazotto, 2016, p. 195).

Isso nos faz pensar, qual era o interesse de Arriano com os exemplos dados por Alexandre, através de seus relatos escritos? Ou ainda, era politicamente e/ou culturalmente interessante a aproximação entre Adriano, *princeps* romano e Alexandre, o Grande? Quais eram as virtudes percebidas em Alexandre que serviriam ao *princeps* romano? E, ainda, o que Arriano, com a escrita da *Anábase*, ganharia com tudo isso? Acreditamos que a escrita dessa história de proporções grandiosas estava a serviço do poder imperial. Nela, Arriano, amigo próximo do imperador⁵⁴, após uma pesquisa minuciosa, disponibilizaria uma narrativa deveras confiável sobre a trajetória de Alexandre, fornecendo assim um digno manual de exercício de poder (Biazotto, 2016, p. 195), sem deixar de mencionar o seu papel enquanto fonte para estudos militares e de forte exaltação da cultura grega (Aburto, 2015, p. 21). Em contrapartida, Arriano apresentava um Alexandre/Adriano preparado para governar. Adriano era filho e neto de senadores romanos, obtendo, com isso, uma formação para a política que se iniciara desde o começo de sua vida, o colocando, portanto, dentro das exigências e das perspectivas dos grupos políticos da elite.

⁵³ Sobre o assunto ver Silva (2013), Azevedo (2018) e Carlan; Silva (2019).

⁵⁴ Vale lembrar que essa amizade, no entanto, não pode ser compreendida com o sentido que ela possui nos dias de hoje. A relação entre Arriano e Adriano se estruturaria dentro das condições de patrono/cliente, ou seja, “pressupunha também certo apoio e troca de favores no ambiente político” (LEME, 2011, p. 110).

Adriano não fora educado por Aristóteles, mas teve tutores tão dignos quanto, sendo dois deles Públio Acílio Atiano, prefeito do pretório, e o próprio imperador Trajano⁵⁵. Porém, após a sua ascensão, Adriano enfrentaria uma série de problemas, recebendo questionamentos do grupo senatorial. Adriano, com isso, teria iniciado uma campanha propagandística de fortalecimento dessa preparação em torno da *paideia* para o legitimar enquanto *princeps*. Alexandre, Arriano e Adriano se entrelaçam nas páginas da *Anábasis* (Biazotto, 2016, p. 220), o que, cabe lembrar, possui um vasto campo de análise.

Uma das propagandas mais importantes estaria nos aspectos ligados à legitimação do *princeps* romano que encontra similaridades com as do rei macedônio. Tanto Adriano, através das análises feitas da *História Augusta* pelo historiador Biazotto (2016, p. 221), como Alexandre, teriam passado por provações antes e depois de sua ascensão ao trono. Adriano teria ocupado inúmeros cargos e títulos (como *questor* em 101, *pretor* em 105 e *cônsul suffecto* em 108), além de ter lutado ao lado de Trajano contra os dácios e os partos, liderando tropas na Síria quando da morte deste último (Gaia, 2020, p. 193). Alexandre teria liderado tropas antes de sua ascensão e logo após, sendo questionado pelos gregos das cidades de Tebas e Atenas e pelos trácios, logo em seguida. Ambos, portanto, teriam tido pré-experiências militares e de governo, o que era tido como indispensável para um futuro bom governante (Biazotto, 2016, p. 221). Ambos também possuíam, com isso, bom histórico de relações com o exército.

Adriano, por sua vez, foi acusado de ter sido nomeado pela imperatriz Plotina⁵⁶. A resposta a tal contestação foi sangrenta. Segundo Leme (2008, p. 234), Adriano mandou executar quatro senadores de importante projeção política. Da mesma forma, Arriano, ao iniciar a *Anábasis*, disserta sobre as dificuldades que Alexandre teve ao ascender ao trono macedônio e de sua destruição da cidade de Tebas por uma revolta já mencionada⁵⁷. Uma das armas usada por

⁵⁵ Adriano era primo de Trajano, sendo descendente de uma tia do primeiro imperador hispânico chamada Úlpia, quem teria se casado com P. Élio Adriano Marulino. Ambos tiveram um filho chamado P. Élio Adriano Afer, o pai do futuro imperador Adriano. Tendo o pai de Adriano falecido por volta de 86 d.C., Adriano, então com dez anos, foi adotado por Trajano e P. Célio Atiano, um cavaleiro romano da Península Itálica. A partir disso, Trajano não só era parente como tutor de Adriano e as relações entre os dois não pararam por aí, tendo Adriano se casado com Sabina, sobrinha de Trajano (Gaia, 2020, p. 192).

⁵⁶ Para mais informações ver Gaia (2020, p. 192-198).

⁵⁷ Sobre a revolta de Atenas e Tebas, presente no Livro I da *Anábasis*, Arriano, contudo, deixa bem claro que as ações de Alexandre frente à destruição da cidade não foram motivadas por seu comando, mas sim pelo comportamento excessivo, não somente pelas tropas macedônias, tomadas pela cólera, mas também por seus aliados. As ações em Tebas resultaram em revesses para as ações de Alexandre que são mencionados por Arriano posteriormente (ARR. *Anab.* I, 8-10).

Alexandre durante sua ascensão foram as tropas (ARR. *Anab.* I, 1, 1-2), também utilizado por Adriano, ao contrário de seus predecessores Nerva e Trajano (Leme, 2008, p. 17-18).

Contudo, sendo escrita antes ou depois da ascensão de Adriano, ou ainda não se tratando do último imperador, mas sim fazendo alusão a Trajano, probabilidade destacada por Biazotto (2016), nada abalaria o produto maior da *Anábase*: com algum objetivo em mente, seja ele mais específico – servir de instrumento dos *princeps* Trajano e Adriano –, ou mais abrangente – pensar o exercício do poder e o Principado enquanto instituição –, a obra de Arriano manteria sua importância histórica, nem mesmo se fosse limitada a mais uma das infinitas histórias acerca de Alexandre.

Cabe salientar que, em tal momento, as críticas a Alexandre não haviam cessado. O próprio Arriano acaba condenando vários daqueles que maldiziam o conquistador dos persas, visto que quando se olha o todo da trajetória do macedônio, seus erros recebem uma funcionalidade, sendo parte do plano formativo/educacional que a *Anábase* tem como um de seus objetivos. A bebedeira e a libertinagem de Alexandre seriam, por exemplo, citados por Arriano, mas como em segundo plano, de menor relevância, sendo exaltados apenas por aqueles que não teriam um nome de peso entre os que escrevem e narram as façanhas de Alexandre.

Entretanto, através da *comparatio* Alexandre/Adriano, possibilitada pela construção narrativa de Arriano, como defendemos aqui, “[...] pode e deve ser considerado um paralelo realmente benéfico para esse *princeps* – um mecanismo que intencionalmente resgatava, aos olhos senatoriais, uma tradição assimilativa e transformada por eles, a qual certamente vinha a qualificar e legitimar o poder pessoal” (Leme, 2011, p. 110). Assim sendo, ao trazer essa figura histórica e mítica que é Alexandre, Arriano cria sua própria teoria política, adequada ao seu presente, fornecendo possíveis ideias e ações no âmbito da prática e do exercício do poder, apoiado na História (Leme, 2009, p. 9).

Ao retornar ao passado e escrever a narrativa histórico-militar de Alexandre, Arriano legaria ao seu presente, ao seu tempo, um manual que teria como objetivo instruir e orientar os homens em suas escolhas, ações e comportamentos. Tendo o desejo ou não de afirmar sua identidade grega em um momento em que a literatura da Hélade era outra vez protagonista. Assim, Arriano se valeu da figura de Alexandre vista, novamente, com bons olhos em especial por duas figuras ilustres do alto

escalão do governo romano: Trajano e Adriano. A imagem de Alexandre é usada por Arriano como uma ponte, uma ligação, entre gregos e romanos funcionando, acima de tudo, como um exemplo comum a ser seguido em suas virtudes e evitado em seus vícios. Já a *Anábase*, como um todo, muito além de sua funcionalidade militar, também possuía um caráter educacional voltado a mostrar, aos romanos como e por que Alexandre dominou e manteve os seus povos conquistados e como e por que foi um líder virtuoso e seguido até os confins da terra.



CAPÍTULO 2

**CONSTRUINDO O
GOVERNANTE IDEAL**

O VIR ROMANO: ELEMENTOS GERAIS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO CIDADÃO POR EXCELÊNCIA

Estudar sobre os padrões de masculinidade no contexto do Principado é mergulhar em questões complexas, que envolvem elementos de poder presentes no horizonte da cultura greco-romana, em especial das elites governantes. Bem como, perceber que esses mesmos padrões são muito diferentes dos nossos padrões contemporâneos. Neste subcapítulo temos como objetivo, de forma geral, apresentar de qual maneira o homem aristocrata romano, possuidor da cidadania, era representado em seu tipo ideal, o que significava ter uma postura viril/máscula. Um bom caminho para começarmos é compreendendo, rapidamente, os termos modernos e os termos latinos que envolvem o debate acerca da masculinidade e virilidade nos dias de hoje e na Roma dos séculos I e II.

A palavra masculinidade, segundo Oliveira (2004, p. 14), deriva do termo latino *masculinus*, que só passou a ser utilizado em meados do século XVIII em um momento que se “realizavam uma série de esforços científicos no intuito de estabelecer critérios mais específicos de diferenciação entre os sexos”. Com isso, podemos perceber que a masculinidade, assim como a feminilidade, são elementos culturais socialmente construídos, “originários de arregimentos sociais, que possuem imbricações em outros estados, formas e sistemas simbólicos do social e que tem o poder de definir, entre outras coisas, juízos perceptivos, cognitivos e estéticos” (Oliveira, 2004, p. 14). Tendo em vista essa noção de masculinidade, enquanto um lugar simbólico/imaginário de sentido estruturante, de significação social culturalmente elaborado (Oliveira, 2004, p. 14), podemos afirmar que o que era viril/másculo para a sociedade romana dos séculos I e II envolvia inúmeros fatores comportamentais, sociais, sexuais, de status, entre outros que, não necessariamente, correspondem ao mesmo tema nos dias atuais.

O termo grego para a virilidade é *andreia* (ἀνδρεία)¹. Para os gregos, segundo Maurice Sartre (2013, p. 20-21), essa era a característica dos homens no sentido

¹ Também pode ser traduzida como coragem. A *andreia*, ao lado da *sofosine* (σωφροσύνη), moderação ou equilíbrio, e da *dikaosine* (δικαιοσύνη), justiça são os conjuntos de virtudes gregas que formavam um cidadão relevante, útil e perfeito.

de “macho”/viril, encontrados nos campos de batalha e na política, sendo a sociedade grega uma “sociedade agonística”, ou seja, uma sociedade de disputa. Já a palavra latina para homem era *vir*, que, ao longo do tempo, passou apenas a descrever o homem de elite e o cidadão romano por excelência. Contudo, tal palavra também formou a raiz de dois substantivos extremamente importantes: *virtus* e *virilitas*. A primeira significava virtude e coragem, já a segunda pode ser traduzida por virilidade, adquirindo mais tarde um sentido de masculinidade (Vigarello, 2013, p. 12 *apud* Campos, 2021, p. 3). Observando essas palavras que fazem parte do universo linguístico e mental romano, já podemos perceber o tipo de conduta esperada dos homens romanos, em especial daqueles das elites².

Um *vir* romano tinha que corresponder a uma série de expectativas, tais como: sucesso na carreira militar; bravura e riqueza; envolvimento político e controle de sua casa; garantia da reprodução, virtude, piedade e justiça; respeito aos deuses e rituais, entre outras características (Walters, 1997, p. 29-43; Williams, 2010, p. 151-153; Thuillier, 2013, p. 71-124; Campos, 2021, p. 3). Além disso, deveria possuir postura viril frente aos demais. Contudo, é através das “linhas e entrelinhas”, como coloca o historiador (Campos, 2021, p. 3), ou ainda, “pelo explícito e implícito da cultura material e da literatura”, sabemos que, no âmbito da realidade, tais expectativas eram raramente cumpridas, sendo consideradas muito mais um “ideal inatingível”.

Apesar da masculinidade ou virilidade romana ser algo extremamente difícil de se precisar por ser idealizado (Sartre, 2013, p. 19 *apud* Campos, 2021, p. 3), para nós, ela pode ser sustentada em três grandes pilares, ou melhor, por três grandes grupos de práticas que devem ser observados pelo cidadão romano: as práticas sexuais, as práticas sociais e as práticas comportamentais.

As práticas sexuais podem ser resumidas na atividade sexual do homem, isto é, na ação de ser aquele que penetra no ato sexual, exaltando assim as características de dominação, força e controle necessários e esperados. Já nas práticas sociais, o homem romano deveria ter atenção quanto ao seu comportamento frente à sua casa (*Domus*) e à sua cidade (*Vrbe*), pois, segundo Alexandre Cozer (2018, p. 38), a masculinidade dependia quase que exclusivamente do modo de se compor-

² Vale ressaltar, como nos lembra Walters (1997), que a maioria dos trabalhos sobre masculinidade romana toma como fonte textos jurídicos, narrativas históricas, textos retóricos, literários e educacionais escritos e voltados, segundo Mennitti (2014, p. 45) às elites romanas.

tar em público³. Nas práticas individuais, destacamos o cuidado de si necessário e esperado pelo grupo aristocrático. Esse cuidado ultrapassa a questão dos trejeitos viris ou efeminados, chegando a questões mais complexas como a vestimenta (simples ou luxuosa, por exemplo) e a pilosidade (o ato de ter ou não ter pelos em determinadas áreas do corpo).

Vale salientar que, durante a época imperial, segundo Foucault (1985, p. 49), foram intensificadas e valorizadas ao máximo as relações de cuidado de si, chegando àquilo que esse pesquisador chamou de uma verdadeira *cultura de si*. Esse fenômeno, segundo o filósofo, foi uma construção histórica que vinha desde os gregos e que atingiu seu apogeu com os romanos. A ideia de uma *cultura de si* parte do princípio de que havia uma necessidade extrema, por parte de alguns homens, em “ter cuidados consigo”. Esses cuidados advinham da busca, através da prática da filosofia e dos conhecimentos da medicina, de uma forma de se viver plenamente, de um modo de ter relações saudáveis sobre si mesmo através da máxima de que uma existência racional e, portanto, virtuosa, não poderia se desenvolver sem cuidados com a saúde.

Estamos falando de uma sociedade que, pelo menos pelo que podemos ver nos textos dos primeiros séculos da era comum, aparece voltada a debater questões de moral e comportamento, cada vez mais preocupada na “insistência sobre a atenção que convém consigo mesmo”, sendo solicitada uma constante vigilância nos atos e ações de cada indivíduo, acalmando assim “os distúrbios do corpo e da alma através de um regime austero” (Foucault, 1985, p. 46). Esses mesmos distúrbios eram observados no excesso nos atos de comer, beber e manter práticas sexuais. Observando esses três pilares, ou esses três grandes grupos de práticas que precisavam ser observadas por parte do cidadão romano, podemos perceber que a virilidade romana era algo a ser alcançado, como nos apresenta a historiadora Marilyn B. Skinner (1997, p. 18). Além disso, podemos perceber que esses três grandes grupos de práticas estavam interligadas entre si. Ainda segundo Skinner (1997, p. 17), “existia uma conexão vital entre as construções de honra pública e prazer sexual”, ou seja, as práticas e comportamentos sociais e comportamentais, inevitavelmente estavam ligados às práticas e aos desejos sexuais, assim como os desejos sexuais impactariam na imagem

³ Aqui discordamos do autor pois, em nosso entender, algo que defenderemos mais adiante, em relação aos *princeps* romanos, para o universo mental e organizacional de Roma as práticas e ações, tanto públicas, como privadas, não eram bem delimitadas e separadas assim, sendo que, o que se fazia no privado também importava no âmbito de julgamento das práticas sociais no âmbito da vida pública de um cidadão.

e na reputação (honra) do convívio social. Longe de ser apenas definida, portanto, pelas práticas sexuais, como hoje em dia é mais costumeiro de ser feito, a masculinidade romana era uma questão de controle, ou melhor, alto-controle/domínio de si (Williamns, 2010, p. 155).

Uma historiografia mais tradicional divide a História de Roma em três momentos: “1) a Roma arcaica, aldeã e pobre, portadora dos verdadeiros padrões tradicionais romanos; 2) a Roma republicana, rica e conquistadora, porém portadora dos primórdios dos vícios e 3) a Roma imperial, tempo de perversão, desmoralização, tendo o cristianismo como causa de redenção final” (Feitosa; Silva, 2009, p. 216). Tal noção, vale frisar, é baseada em um endossamento, por parte dos historiadores, em especial do século XIX, da visão carregada de retórica trazida pelas próprias fontes romanas, funcionando apenas como uma reprodução de determinados escritores romanos que enxergavam seu tempo de forma decadentista. Cada uma dessas noções traz consigo sua própria postura moral diferenciada, isto é, uma noção própria de quais eram os papéis de gênero pré-definidos para os homens e mulheres romanos que valeriam, de forma geral, para todos os indivíduos (Feitosa, 2008, p. 81).

Segundo essa historiografia mais tradicional, em um primeiro momento, ou seja, nos primórdios da Roma antiga, teríamos o homem romano arcaico e másculo, o homem viril e modelo, exemplo a ser seguido. Este homem romano arcaico é guerreiro e aldeão. É responsável pela sua casa (*Domus*) e pela sua cidade (*Vrbes*). É simples em vestimenta e ações. É esposo, pai e provedor (Thuillier, 2013, p. 75). Em resumo, é um homem ativo em suas atividades sociais, militares e sexuais. A mulher é o seu grande oposto, assim como o homem efeminado é sua versão corrompida, pois, respectivamente, a mulher é o ser passivo/receptor por excelência, reclusa ao lar e às atividades familiares⁴. Já o homem efeminado é aquele que abdica de sua masculinidade, ou seja, do seu “direito” de ser homem e modelo a ser seguido (Mennitti, 2014, p. 52). A passividade, tanto social quanto sexual, é o que define e diferencia o homem, o *vir* romano, do restante, ou seja, das mulheres e dos “não homens”.

Tratamos, nas páginas a seguir, sobre cada um desses três grandes pilares que sustentam a virilidade romana. Iniciaremos pelas práticas sexuais e sociais e pelo complexo universo daquilo que é permitido ou não ao cidadão romano, o *vir*. Em seguida, abordamos das práticas de comportamento individual, focando nas questões

⁴ Contudo vale ressaltar que, segundo Salles (1987, p. 183), “as mulheres romanas de nascimento livre, diferente das gregas, circulavam muito mais livremente em público”.

de vestimenta e pilosidade, ambas demonstrativas individuais da presença ou não de virilidade, em nossa leitura. Neste sentido, no campo das práticas sexuais, argumentamos aqui sobre a existência, dentro da organização social, política e sexual romana, de um protocolo que definia os homens como penetradores impenetráveis. Esse protocolo, chamado de “padrão sexo-gênero mediterrânico” por Judith P. Hallet e Marilyn B. Skinner (1997), correspondia a “padrões sociais de dominação e submissão” e reproduzia “diferenças de poder entre parceiros na configuração de gênero atribuídos por critérios nem sempre coincidentes com o sexo biológico” daqueles envolvidos (Skinner, 1997, p. 3).

Para ambas as historiadoras supracitadas existia umnexo entre a presença de virilidade, a inviolabilidade do corpo e a proeminência, ou seja, o *status* social ocupado pelo indivíduo (Skinner, 1997, p. 5). Esse padrão mediterrânico de sexo-gênero, como nos coloca o historiador Jonathan Walters (1997, p. 30), deixa claro até que ponto gênero estava, para a cultura romana, entrelaçado com outras categorias de *status* social, sendo que “alguns homens, por causa de seu *status* inferior na hierarquia social, não eram homens plenos e, portanto, careciam do elemento viril, característica essa da inviolabilidade corporal”. Como mostra Feitosa (2008, p. 132), podemos perceber de forma clara o que foi dito anteriormente através dos escritos do autor romano Sêneca, quando esse afirma que “a passividade é crime para os livres, fatalidade para o servo e obrigação para o liberto” (Sêneca, *Des Controverses*, IV, 10).

Portanto, é perceptível a presença na literatura latina antiga e na historiografia mais tradicional de uma dicotomia na atividade/passividade que permeava as relações de poder no mundo romano. Essa mesma dicotomia colocava o homem romano enquanto ativo tanto nas relações sociais como nas relações sexuais, sendo que nessas últimas não importava quem fizesse o papel de passivo. Segundo Pierre Grimal (1984, p. 67-68):

Quando um romano, ainda no tempo do Império, fala de *virtus* (a palavra da qual deriva ‘virtude’ e que significa, propriamente, a qualidade de ser um homem, *vir*) refere-se menos à conformidade com valores abstratos do que à afirmação em acto, da qualidade viril por excelência, ao domínio de si – atribuindo, não sem desdém, à fraqueza feminina, a *impotentii sui*, a incapacidade de dominar a natureza.

Muito mais que a masculinidade ser transpassada pelo comportamento sexual ativo ou passivo, existia ainda a questão do desejo, do controle e do descontrole

do homem romano. Craig Williams (2010, p. 17) afirma que longe de existir uma distinção entre heterossexual e homossexual, como no discurso moderno, na verdade o que pode ser encontrado entre os romanos é uma “distinção entre papéis de ‘ativo’ penetrando e ‘passivo’ penetrado, que estruturaria, fundamentalmente, tanto o discurso grego como o romano”.⁵ Porém, é importante perceber que tal dicotomia, basilar na historiografia sobre a sexualidade no mundo antigo⁶ de matriz foucaultiana, “apresenta um modelo rígido e assimétrico da sexualidade, em grande parte por endossar o ponto de vista das fontes utilizadas” (Leite, 2019, p. 25).

A dicotomia ativo/passivo (insertivo/receptivo) é chamada, entre outras formas, dependendo do historiador ou historiadora, de *penetration model*, *penetrative paradigm* ou ainda *paradigma priápico*. Segundo Diogo Leite (2019, p. 25), esse modelo e/ou paradigma trata de uma “forma bastante restritiva e monolítica” da “sexualidade” romana, devendo ser revisto na medida em que “outros pesquisadores se debruçam sobre o tema e incluem novas fontes em suas abordagens da questão”. Como exemplo disso, temos os trabalhos de Fabrício Sparvoli Godoy (2015), análise da obra *Satyricon* de Petrônio, e o de Lourdes Conde Feitosa (2008), com sua análise das inscrições de Pompeia⁷. Inclusive, Godoy (2015, p. 50-51) fez uma crítica ao modelo de impenetrabilidade do corpo do aristocrata romano, defendida, segundo ele, pelos seguidores das proposições pensadas por Michael Foucault, em especial, Paul Veyne, Géraldine Puccini-Delbey e Jonathan Walters.

Ao criticar o *penetration-model* ou o *subject – verb – objetc – model* (Richlin, 1993a), através da análise do *Satyricon* de Petrônio, Godoy (2015, p. 57) mostra que as relações entre Ascilto, Encólpio e Gitão, personagens principais da obra de Petrônio⁸, eram marcados por transições e/ou arranjos de papéis sexuais constantes,

⁵ Williams faz também uma distinção sobre como chamar o homem romano que penetra e o que é penetrado, os denominando insertivo (ativo) e receptivo (passivo), respectivamente.

⁶ O historiador Renato Pinto (2011, p. 175) já nos alerta que “qualquer estudo moderno não pode se desvencilhar das ideologias que lhe são contemporâneas ou limitações de seu tempo”. No entanto, visando evitar anacronismos, chamamos atenção para a utilização de alguns termos modernos como sexualidade e homossexualidade e sua substituição neste trabalho por práticas sexuais e homoerotismo. Acreditamos que “sexualidade” se trata de um termo moderno, criado a partir do século XIX, da mesma forma que “homossexualidade” e “heterossexualidade” são termos também modernos que denotam um sentido de categorização do indivíduo, fato esse que não era relevante no universo mental greco-romano como acontece na modernidade (PINTO, 2011, p. 175).

⁷ Craig Williams (2010) também é um dos que ressalvam, como forma de crítica, que esse paradigma foi algumas vezes defendido em termos muito fervorosos ou aplicado muito rigidamente, quando na prática havia mais flexibilidade nas relações do que o modelo pode demonstrar.

⁸ A obra *Satyricon* foi escrita provavelmente entre os anos de 62 e 64 por *Petronius Arbiter*, ou simplesmente Petrônio, um importante membro da corte do imperial de Nero. A obra chegou até nós em fragmentos, restando apenas

mostrando que, em vez do modelo rígido entre o ser ativo penetrante e o ser passivo penetrado, na verdade, existia o que ele chama de “homossexualidades masculinas diversas” e que essas são mais “complexas e não necessariamente assimétricas” como pensam os defensores do modelo/paradigma ativo/passivo, pois, para Godoy, a dicotomia “ter prazer virilmente ou dar-se servilmente” (Veyne, 2010), “na realidade, para muitos não era tudo” (Godoy, 2015, p. 58)⁹.

Como mostraremos no decorrer deste trabalho, concordando com a visão de que, embora no mundo romano tenha sido construído um universo de representações do que é masculino e do que é feminino e, ainda, “embora a ética sexual fosse exigente, complexa e múltipla” (Feitosa, 2016, p. 139) não podemos sugerir que havia um único padrão de homem romano, mas sim que havia “modelos de existência, subjetividades e masculinidades variadas” (Pause, 2018, p. 50). Desse modo, como não havia “um único código regendo o comportamento sexual” (Feitosa, 2016, p. 139).

Entretanto, segundo Feitosa (2016, p. 139), a representação de padrão masculino mais frequente na literatura romana foi aquela que colocava o cidadão romano exercendo a função de ativo, o que vemos também em nossas fontes. Na época, a Grécia era uma província romana, assim, mesmo sendo de origem grega, Plutarco e Arriano - escritores da elite - fizeram parte da mesma, sendo ela o seu público e interlocutor. Por uma série de fatores, os escritores se relacionavam com outros homens da elite romana, provinciais ou da capital, com quem mantinham mais do que o contato por correspondência ou envio de seus livros, mas também com quem compartilhavam uma cultura comum pautada por uma educação linguística e retórica tradicional, o que lhes permitia “falar a mesma língua” e defender os pontos de vista, os discursos e as representações dessa elite¹⁰.

Assim sendo, o modelo de virilidade romano compartilhado por tais escritores era pautado no comando social e no autocontrole emocional e sexual que

partes os livros XIV, XVI e todo o livro XV, que retrata o conhecido episódio do banquete de Trimalquíao. *Satyricon* é uma obra importantíssima para os estudos das experiências homoeróticas e heteroeróticas.

⁹ No entanto, cumpre ressaltar que “o mundo romano não era mais ‘liberal’, comparado aos nossos dias atuais. A prática sexual de cada um e cada uma, dentro do universo romano de sociabilidade, não estava desconexa da moral, do *status*, da construção de uma figura pública e de uma autoimagem frente aos seus semelhantes” (Pause, 2018, p. 50).

¹⁰ Acreditamos que a defesa da virilidade romana enquanto ponto central do *vir*, se insere, durante os dois primeiros séculos da era cristã, junto ao movimento de “transformação” espalhado por todo o Mediterrâneo a partir de Roma, percebido na cultura material e intelectual e que pode ser lido enquanto uma “expansão integral e um instrumento de religamento de identidades e construção de poder da sociedade romana”, encabeçado por essa elite, a principal beneficiadora disso, visto que a defesa desse discurso, do *mos maiorum*, da *paideia*, da *humanitas* e da virilidade consolida o poder dessa mesma elite na sociedade imperial (Wallace-Hadrill, 2008, p. 10).

garantiria ao aristocrata a ação de penetrar. Segundo Williams (2010, p. 155), essa mesma virilidade romana não era, então, uma questão de prática sexual e/ou algo que levava em conta, necessariamente, o sexo biológico do parceiro, mas sim um problema e uma questão de controle do homem romano. E essa relação estava de acordo com o nexa entre inviolabilidade e *status*, visto que, entendendo essa relação de poder e dominação a partir de uma perspectiva mais ampla, “aqueles de alto *status* social”, ou seja, não necessariamente por serem homens e/ou dotados de força, eram capazes “de defender os limites de seu corpo de ataques invasivos de todos os tipos” (Walters, 1997, p. 30). O homem romano aristocrata, segundo esse modelo, estava ligado ao domínio, seja de si, seja dos que estavam hierarquicamente abaixo dele. Para a historiadora Amy Richlin (1992, p. 126), esse modelo representa a quintessência do castigo à sexualidade feminina e o elogio do homem, bem como a identificação da sexualidade masculina com o domínio¹¹.

Podemos dizer, em consonância com os estudos de Walters (1997, p. 30), que os romanos demarcaram e colocaram em um ponto de destaque o que corresponderia, atualmente, ao que chamamos de “atividade sexual”. Da mesma forma que ser ativo sexualmente e socialmente era uma demarcação de superioridade, domínio e controle/autocontrole, a passividade era uma demarcação de subordinação e de falta de controle. No latim, segundo Walters (1997, p. 30), quando um homem, por preferência ou qualquer outro fato, era penetrado sexualmente por outro homem, uma das maneiras de descrever tal ato era usando a expressão *muliebria pati*, se referindo à ideia de que esse homem penetrado teria tido “uma experiência de mulher”. O significado básico de *pati* e todos os seus correlatos linguísticos é “ser objeto de algum evento”, “fazer com que algo aconteça a alguém”, sendo que ainda poderia corresponder ou ter o sentido de “sofrer” (Walters, 1997, p. 30).

Não é de se espantar que o sujeito passivo, receptivo e/ou penetrado era associado com uma palavra ligada a sofrimento. Primeiro, como nos mostram Richlin (1992) e Williams (2010), a “sexualidade romana” se caracterizava enquanto agressiva e ativa. Segundo Walters (1997, p. 30), era difundido na maioria dos discursos públicos do mundo greco-romano a visão de que o ato sexual era uma “via de mão

¹¹ Richlin (1992, p. 126), ao analisar os poemas satíricos de Marcos Valério Marcial, escritor dos séculos I e II, nota que, em grande medida o ‘elogio’ e elevação do homem aparecem em comunhão à figura do deus itifálico Priapo, base de seus *Paradigma Priapico*. Priapo, divindade fálica e ameaçadora, é colocada na literatura satírica como uma espécie de metáfora do *vir* romano que penetra sexualmente e, assim, cumpre seu papel ativo penetrador, independente do sexo do parceiro. Da mesma forma como deveria ser o papel do homem ideal na guerra segundo os padrões da época imperial romana (Pause, 2018, p. 49).

única”, ou seja, de que uma pessoa, dotada de falo efetiva a ação, sendo que a “atividade sexual envolvia necessariamente penetração fállica”. O outro, o passivo, sendo homem ou mulher, estaria, nesses discursos, fadado a “estar lá principalmente para o uso do homem penetrante” (Walters, 1997, p. 31).

Tal aspecto levou a maioria dos autores contemporâneos, como alerta Pinto (2011, p. 183), a argumentarem que o sujeito passivo era apenas submisso e cristalizado na posição de inferioridade, sem possibilidade operante ou de prazer na relação sexual, o que, entretanto, era mais complexo do que isso, como bem mostra o já citado Godoy (2015). Para Skinner (2014, p. 281), “ser passivo não excluía ser ativo em outros momentos”. Alguns homens romanos percebidos nas fontes analisadas como “vilões”, poderiam ter “contaminado” todos os seus orifícios, ou seja, terem sido penetrados tanto de forma anal como oral e, mais tarde, serem acusados de “estupros criminosos de meninos e meninas”¹² (Skinner, 2014, p. 281).

O leitor deve ter notado até aqui que focamos, e focaremos mais ainda, no homem aristocrata e cidadão romano que teria de forma padrão, ser ativo tanto social como sexualmente. Ademais, notamos que em alguns momentos foi dito que “não importava quem ocupasse o papel de passivo” dentro da relação sexual. Pois bem, onde, então, entra a explicação de quem podia ou não ocupar esse papel de passivo/receptivo? E como são retratados os “não homens”, ou seja, aqueles que não possuíam a virilidade e, portanto, não eram homens em sentido pleno, como já exposto anteriormente? Em resumo: como, onde e de que forma as relações homoeróticas masculinas são entendidas no universo cultural romano e o que isso afeta na questão do homem viril, o *vir*?

Veyne (2008, p. 231-232) nos informa que, o que ele chama de “homofilia”, e que nós tratamos como relações homoeróticas masculinas, estava presente “por toda a parte nos textos gregos e também romanos”. Escritores romanos ainda do período republicano, como Catulo e Cícero, se vangloriavam de suas proezas com rapazes e nos relatam os beijos que ganhavam de seus escravos homens, por exemplo (Veyne, 2008, p. 321). Com isso, podemos afirmar com clareza que as práticas

¹² Durante o Principado não encontramos nenhuma lei que fale sobre estupros criminosos ou a delimitação do que seria um estupro apenas o eco da lei Escantínia (*Lex Scantinia*). Esta é uma lei romana do período republicano que penalizava os crimes sexuais (*stuprum*) contra os jovens do sexo masculino nascidos livres. Destinava-se a proteger os cidadãos contra o abuso sexual consentido ou não. Portanto, a lei não proibia o comportamento homoerótico como tal, desde que o parceiro passivo não fosse um cidadão romano. O uso principal da Lei Escantínia parece ter sido político, ou seja, para atacar adversários e a mesma parece ter caído em desuso durante o Principado (Richlin, 1992, p. 86).

homoeróticas em Roma existiam. Mas isso não quer dizer que não havia comportamentos ou restrições esperadas a essa prática, assim como determinadas consequências à moral e à imagem daquele que as praticava.

Como já dito anteriormente, não importava quem ocupava o papel de passivo em uma relação sexual, desde que em teoria o ativo fosse o cidadão romano. Poderíamos imaginar uma lista de seres penetráveis e não-penetráveis. Nessa lista, aqueles que poderiam ser penetrados eram em número maior por força de tradição, cultura e/ou lei, do que os não-penetráveis. Fora da lista de penetráveis estariam outros homens cidadãos jovens e adultos e mulheres aristocratas casadas ou viúvas. O violar dessas regras se configuraria em *stuprum* (Feitosa, 2016, p. 139-140).

Como penetráveis na lista ficavam os escravos, os libertos, os homens não cidadãos, jovens ou velhos, as mulheres não cidadãs, jovens ou velhas, casadas ou viúvas, abrangendo um leque de homens e mulheres de “domínio público, aberto ao uso sexual do homem na rua” (Walters, 1997, p. 36). Ou seja, aqueles, que não possuíam o *status* necessário, eram, de forma muitas vezes agressiva, levados à prática sexual por não terem direito de defenderem seu corpo de tais investidas (Walters, 1997, p. 36-37). Infelizmente não temos muitos relatos do que de fato acontecia com a população de status inferior, visto que a preocupação das fontes é com os membros das elites. Contudo, é de praxe pensar que a “relação penetrador – penetrado” envolvesse um indivíduo mais forte/poderoso”, o indivíduo viril, “e outro menos” (Walters, 1997, p. 31).

Longe de um “paraíso homossexual ou bissexual”¹³, o fato é que não existiu entre os romanos uma visão, ou um “olhar indulgente” frente ao que Veyne (2008, p. 229) coloca como “homossexualidade”. Para ele, a realização de tais práticas era um problema à parte. Acreditamos que o problema estava, sobretudo, na passividade. Em outras palavras, “não havia uma reprovação ao homoerotismo na Roma antiga, mas sim à efeminação e ao papel passivo” (Possamai, 2010, p. 82). Para Veyne (2008, p. 234), a passividade era um dos efeitos da falta de virilidade, sendo que essa falta era constantemente explorada e procurada em uma sociedade que valorizava sobretudo os comportamentos, gestos e até vestuário individual de seus cidadãos. Uma

¹³ “De fato, o termo ‘bissexual’ parece resolver o problema” das questões homoeróticas romanas para Paul Veyne, Eva Cantarella e Jean-Noël Robert. Porém, ele ainda reflete uma realidade do mundo contemporâneo pois não está desligado da dicotomia homo/hetero que, como vimos, não era importante no mundo greco-romano” (Possamai, 2010, p. 81).

mostra, um deslize, uma contradição em um dos comportamentos esperados ao padrão *vir* seria motivo de fraqueza e de associação com o feminino, não importando seus gostos sexuais individuais (Veyne, 2008, p. 234).

É possível reconhecer até aqui como as diversas práticas e atos sexuais estavam associados a valores morais e simbólicos que eram de diferentes formas, capazes de delegar boa ou má fama a quem os realizasse. Da mesma forma, como as práticas sexuais dos romanos estavam ligadas à questão da cidadania (*status* e inviolabilidade do corpo) e da virilidade (Cavicchioli, 2014, p. 153). De fato, linguisticamente, a ideia de penetração anal de um homem estava ligada à penetração vaginal de uma mulher, esta hierarquicamente inferior ao *vir* (Walters, 1997, p. 31). Da mesma forma, quando a mulher é descrita sendo penetrada sexualmente de forma anal, ela é comparada a um *puer* (geralmente traduzido como menino) (Walters, 1997, p. 31). Compreendemos que, em ambos os casos, o parceiro passivo/receptivo não é descrito enquanto um homem pleno, mas sim enquanto uma mulher ou um garoto. Tal ideia estaria de acordo com o padrão/dicotomia/paradigma ativo-passivo acerca do único papel possível do homem aristocrata, o de ativo, e o papel passivo era designado para todos aqueles que estavam hierarquicamente abaixo dele, todos associados com o feminino.

De modo igual, o termo *vir* não estava sozinho quando se buscava descrever os homens como agentes sexuais penetrativos. Para Williams (2010, p. 184), tais rótulos estavam “marcadamente despreocupados” com o sexo biológico do parceiro, dando foco na prática sexual específica que estava sendo realizada. “Existia um conjunto obscuro de substantivos que colocava um homem no papel de alguém que realiza um ato sexual específico: *futuere* (penetração da vagina), *paedicare* (penetração do ânus), *irrumare* (sexo oral) (Williams, 2010, p. 184)¹⁴. Entretanto, se o termo *vir* romano é associado ao sentido de “homem de verdade” (Skinner, 2014, p. 280), portador do privilégio da penetração que acompanha o seu papel de gênero masculino (Skinner, 1997, p. 14), nem todas as práticas descritas acima poderiam remeter boa fama a esse mesmo *vir*. Na verdade, tanto as preferências sexuais, aqui entendidas, como os locais e/ou orifícios que poderiam ser penetrados por esse *vir*, assim como questões como a vestimenta e, até mesmo a pilosidade, ou seja, a presença ou não de pelos em determinadas áreas do corpo, foram elementos definidores da virilidade do homem romano.

¹⁴ Vale destacar aqui que é sempre um falo sendo introduzido, e que, para Williams (2010, p. 184), a preferência de determinado orifício era uma questão de gosto.

Para desqualificar moralmente um personagem, no universo das sátiras latinas e escritos greco-romanos, quanto à preferência em determinadas práticas sexuais, existia uma escala de humilhação, voltada em especial para a elite romana, observada inicialmente por Holt N. Parker (1997, p. 49), com a qual Feitosa (2014, p. 142) compartilha. Segundo os estudos de Parker e interpretações e traduções de Feitosa (2014), a escala de humilhação foi definida tanto pelo agente envolvido como pela prática. A menos vexatória era a penetração vaginal (*futuere*). Tal prática era parte do casamento romano entre um homem e uma mulher e, através dela, colocava-se a mulher hierarquicamente inferior ao homem; logo após viria a penetração ou inserção anal (*paedicare*) e, por fim, a prática do sexo oral ou a penetração pela boca (*irrumare*).

Portanto, como podemos ver, o problema não estava no *vir* penetrar tanto um homem como uma mulher, seja pela vagina, pelo ânus ou pela boca. Esses eram papéis passivos/receptivos, destinados a escravos, libertos e mulheres. Apesar da penetração anal e oral carregarem um sentido de “práticas não naturais” na literatura latina (Skinner, 2014, p. 281), sendo inclusive preferível ser passivo em uma relação do que praticar a felação (Veyne, 2008, p. 235). Assim, a preferência pelo orifício da penetração não era um definidor do homem romano. O problema estava no desejo de ser penetrado e de servir ao outro, mais uma vez, portanto, na passividade por parte do homem livre.

A literatura latina mostra que existiam aristocratas que se desviavam de seu papel de ativo/penetrante. Esses eram comumente considerados *impuducus* (Veyne, 2008, p. 234). Ao se associarem com as práticas de submissão, seja por se deixarem penetrar no ânus ou praticarem a felação, esses homens estavam se colocando na mira do ridículo e do desprezo (Williams, 2010, p. 18). Isso não significava, no entanto, que, necessariamente, na vida cotidiana e familiar, o discurso que visava representar publicamente o pensamento da elite fosse acatado por todos (Feitosa, 2014, p. 142).

Ser viril/másculo, na Roma dos séculos I e II, era adquirir um status, o de *vir*. Da mesma forma que esse status era incompatível com uma série de comportamentos sexuais, era fortemente ameaçado por possíveis desvios nos âmbitos sociais e de comportamento individual. Até agora já conseguimos ter uma visão de que por *vir* romano podemos, de forma geral, entender aquele que é cidadão (Pause, 2018, p. 63), aquele que “trata de assumir a toga viril”, ou seja, aquele que adentra em idade e

comportamento entendido como a fase adulta (Thuillier, 2013, p. 77). “Do vocábulo latino *vir*, o termo caracterizava um homem aristocrata em sua plenitude e demarcava uma diferença de outros termos usados para apresentar indivíduos, do sexo masculino, mas de idades e *status* sociais diferentes” (Feitosa, 2014, p. 142), como *puer* ou *iovenis*, usados para filhos de aristocratas, e *homines* para homens adultos, porém escravos, libertos, não cidadãos ou cidadãos de estamentos mais baixos (Walters, 1997, p. 30). “*Vir*, portanto, não denota simplesmente um homem adulto, refere-se especificamente aos homens adultos que são cidadãos romanos nascidos livres em boa posição, aqueles no topo da hierarquia social romana” (Walters, 1997, p. 32).

Para cumprir esse papel, também havia outros elementos corporais, comportamentais e morais a serem seguidos. Dois exemplos podem ser observados na questão da vestimenta e da pilosidade¹⁵. Para a historiadora Kelly Olson (2017, p. 1), os ornamentos e as roupas são formas pelas quais o corpo se articula socialmente. Além disso, Olson também acredita que, no que tange a experiência romana, a questão da pilosidade e da vestimenta estavam intrinsecamente interligados se tornando ambas formas que tornam o corpo humano “culturalmente visível” (Olson, 2017, p. 1).

Vestir-se, para um romano, significava muito mais do que apenas roupas, misturava-se com elementos de cuidado do corpo, ou melhor, “preparação do corpo” (Olson, 2017 p. 4). Os dois termos mais encontrados para vestimenta no latim, segundo Olson (2017, p. 4), são *habitus* e *cultus*. Ambos refletem noções de “estilo de vestir”, “traje” e “estado de ser”, conspexões essas que levam Olson (2017, p. 4) a crer que na convicção romana “as roupas (com algumas exceções) exibiam o caráter interior de uma pessoa”. O *vir* romano, portanto, além de cuidar de sua postura sexual e social, devia ainda cuidar de sua vestimenta e de seu corpo, parte essencial de sua autoapresentação no convívio público. A roupa e os pêlos, portanto, eram elementos de preocupação e tinham o poder de fortalecerem e refletirem a masculinidade (ou falta dela) do homem romano.

Thuillier (2013, p. 94), ao nos trazer o retrato físico do homem viril, apresenta alguns códigos que deveriam ser respondidos pelo mesmo. O primeiro deles é o cuidado com o corpo, em especial com a sua coloração. “É com uma pele e um corpo bronzeado que se apresenta o homem romano”, sendo que, mesmo coberto

¹⁵ Trabalhamos aqui esses dois exemplos propriamente por, em nossas fontes, a questão das vestimentas serem amplamente tratadas, tanto por Plutarco como por Arriano, em uma determinada “mudança” de conduta moral e comportamental de Alexandre após adotar as vestimentas e os ornamentos persas. Tal discussão estará presente no Capítulo 3.

pela toga sua “aparência” ainda era perceptível. A brancura da pele, por consequência, é tida como sinal de feminidade, percebida ainda desde a época dos etruscos¹⁶. Tal coloração “bronzada” era adquirida através de um histórico de atleta, das práticas de exercícios físicos - como a realização de esporte ao ar livre, entre outros elementos exigidos pela educação e pelo convívio social ao homem romano (Thuillier, 2013, p. 96).

O segundo elemento trazido por Thuillier (2013, p. 104) é a “virilidade do pelo”. Para esse historiador, com o qual concordamos, o pelo era um sinal de virilidade, sendo que a barba, por exemplo, teve um papel central na questão da pilosidade romana. A barba marcava quando um adolescente chegava a idade adulta, quando eles tinham a primeira barba raspada e oferecida aos deuses do lar em um ato religioso (Thuillier, 2013, p. 104). Ao se tornar adulto, portanto, o homem romano adentrava no mundo da virilidade e é, a partir daí, que ele não podia mais se entregar aos desejos de outro homem, ou melhor, assumir o papel de passivo em suas relações sociais e sexuais. O sistema piloso romano, contudo, acompanha o homem romano ao longo de sua vida. Thuillier (2013, p. 105-111) faz uma lista de áreas passíveis de depilação e outras não: o homem aristocrata deveria depilar as axilas, narinas e barbas, contudo o ato de depilar as pernas e, em especial, as nádegas era veemente condenado.

Novamente, segundo Olson (2017, p. 137), a estética, aqui entendida como a vestimenta, os adornos individuais adotados, assim como a pilosidade, era ligada à moralidade, sendo que “o desvio do masculino nos códigos de vestimenta (e pilosidade) em Roma poderia levar à censura social”. Catherine Salles (1987, p. 179) nos adverte que a “economia” e a “austeridade” eram valores fundamentais para compreendermos os discursos da elite romana ainda no período do Principado. O luxo, portanto, descrito muitas vezes como os belos espetáculos e a ostentação percebida na vestimenta, era representado pelos literatos latinos como algo grego, visto com maus olhos pelos romanos. Era “indecente e perigosa essa ostentação da própria fortuna (e, quanto maior a fortuna, tanto mais a parcimônia será considerada uma virtude!)” (Salles, 1987, p. 179).

Vestir-se, portanto, da forma mais simples possível era o ideal. A toga viril, assim, assumia um papel de controle visto que, ao adotá-la, o cidadão romano abria mão dos luxos e adornos das roupas tidas como orientais e efeminadas. Tal questão

¹⁶ Segundo Thuillier (2013, p. 94), é possível notar nos afrescos etruscos a diferença de cor entre os homens, geralmente pintados com uma cor vermelho-tijolo e as mulheres, geralmente pintadas uma cor muito mais clara.

também era válida para as mulheres romanas. A roupa das mulheres prostitutas, por exemplo, era diferenciada das mulheres de nascimento livre. As primeiras, chamadas por Salles (1987, p. 183), de “mulheres públicas” eram obrigadas a vestir uma túnica escura, que faria sua profissão ser identificada por todos. Já a matrona romana vestia-se com longas túnicas brancas, geralmente bordadas (Salles, 1987, p. 183). Chamamos atenção aqui, que mesmo sendo permitido o adorno, ou melhor, o bordado nas túnicas das mulheres de elite, o mesmo devia ser discreto, mínimo

Roupas largas e coloridas; que surpreendem o escritor romano Plauto¹⁷, segundo Salles (1987, p. 183), por apresentarem tecidos leves e transparentes, de coloração verde ou amarela, bem como uso de perfumes e dos cabelos encaracolados; eram vistos como elementos efeminizantes e que, ao lado da pilosidade e de uma série de outros comportamentos (como o caminhar lento, por exemplo), levavam a crer que tal sujeito desejava ser penetrado de forma anal.

O grande oposto do termo *vir*, o homem em seu sentido pleno, era o termo *cinaedus*, o “não homem” por excelência. O *cinaedus* era aquele que se voltava aos modos “efeminados” de ser e agir, adotando os trejeitos femininos, em especial associados a uma vida luxuosa (SKINNER, 2014, p. 280). Ao assumir o feminino e o ato de “se entregar” à passividade, esses homens eram descritos como tendo uma “falta de força de vontade”, ou melhor, possuíam uma “falência da vontade e da coragem” (Skinner, 2014, p. 280).

Os romanos, segundo Skinner (2014, p. 208), pegaram emprestado o termo grego *kinaidos* (κίναϊδος) que, em seu sentido mais literal, significaria aquele que “se permitiu entregar de forma anal”. Em um sentido mais amplo, ainda poderia significar aquele que era incapaz “de refrear o apetite [sexual] com a razão” (Skinner, 2014, p. 280). Em sua versão latinizada, o *cinaedus* representava, quase sempre, um homem em posição de inferioridade frente a um homem aristocrata, podendo significar um escravo de luxo, destinado desde muito cedo, ainda jovem, a ser tomado objeto para fins sexuais (Richlin, 1992, p. 135).

Cinaedus, a partir dos estudos de Skinner (2014, p. 21), também era, juntamente com *pathicus*, um termo depreciativo e acusatório usado na literatura latina para descrever homens adultos que prefeririam ser penetrados de forma anal em uma relação sexual. Esses mesmos homens eram vistos como ansiando pela próxima relação sexual constantemente (Skinner, 2014, p. 21), quase não ligando para a

¹⁷ PLAUTO, *Aul.* V. 489-93; 505-35.

degradação moral que poderiam sofrer por tais atos. Ainda segundo Skinner (2014, p. 281), para Célio Aureliano¹⁸, um médico do século V, os *molles*, termo também associado ao *cinaedus*, sofriam de uma “aflição mental (*curruptae mentis vitia*) que se engendra desejo ilimitado sem esperança de satisfação”. Ou seja, sofriam de algo que os modificava. A expressão direta dessa “anormalidade”¹⁹ seria a adoção de vestimentas e os trejeitos femininos, a depilação de pernas e nádegas (ou até mesmo do corpo inteiro), chegando a um ponto em que esses mesmos homens “não conseguiriam mais ser ativos” (Skinner, 2014, p. 281)²⁰.

Em um universo cultural em que a virilidade era considerada algo que devia ser alcançada (Skinner, 2014, p. 271) e que, até certo ponto “o homem aristocrata romano teria sido condenado a uma vida de masculinidade” (Cantarella, 1992, p. 2020), Richlin (1993) chega a provocar que poderia existir um grupo de homens que violassem as prescrições de comportamento viril, sendo que, muito distante de como o *cinaedus* era representado nas sátiras latinas (objeto de estudo de Richlin), os mesmos poderiam fazer parte da pequena minoria, segundo Veyne (1985, p. 48). Ou seja, aqueles que abertamente assumiam terem preferência por um determinado gênero, aqui no caso, homens que gostam de homens. Para Williams (2010, p. 232-233), o *cinaedus* era um “desviante de gênero”, ou melhor, um indivíduo que ultrapassava as fronteiras pré-definidas entre masculinidade e feminilidade.

Contudo, como ainda afirma Williams (2010, p. 187), isso não é um reforço e uma defesa da dita “homossexualidade romana”, mas sim a defesa de que, longe de uma identidade de orientação (hétero ou homo), o que se encontrava eram padrões e “tipos sexuais” (Parker, 1997; Corbill, 1997 *apud* Skinner, 2014, p. 18)²¹

¹⁸ Nascido em meados do século V na cidade de Sicca, na Númídia, foi um médico romano que também se dedicou a escrita de tratados médicos sendo fortemente influenciado pelo médico Cláudio Galeno (129 – 199).

¹⁹ Conforme Veyne (1991, p. 69), o “antinatural” para os antigos não queria dizer uma coisa monstruosa, mas sim algo que era contra as normas vigentes ou algo falsificado, artificial. Também Kenneth James Dover (1994, p. 235), tendo estudado o texto pseudo-aristotélico *Problemata*, nos relata que, considerava-se esses mesmos homens, que tinham desejos de penetração, “sofriam de uma distorção e tinha um desejo num lugar diferente do da ejaculação procriadora. Por esse motivo, eles eram insaciáveis, assim como as mulheres” (Possamai, 2010, p. 80).

²⁰ Por mais que, como nos lembra Richlin (1992, p. 135), o termo *cinaedus* estava quase sempre associado a um escravo de luxo, geralmente jovem, destinado desde a tenra idade à essa condição, o mesmo também poderia ser aplicado a homens adultos e nascidos livres que, se colocavam nessa posição por inúmeros fatores. Os estudos de Richlin (1993, p. 542-43) e Rabun Taylor (1997, p. 339), a partir de estudos sobre os casamentos homoeróticos de Nero e Heliogábalo, trazem a suposição sobre um real estilo de vida efeminado e da conjectura real da existência e inserção social dos *cinaedus* (Skinner, 2014, p. 327).

²¹ Para Parker (1997) e Corbill (1997), ao contrário das afirmações de Foucault, os comportamentos homoeróticos desempenhados pelos cidadãos funcionavam enquanto uma definição de indivíduo. Não nos mesmos moldes que hoje entendemos a dicotomia hetero/homossexualidade, mas enquanto tipos sexuais, ou seja, poderiam demarcar

caracterizados pelo “o que ele [o homem aristocrata e cidadão] prefere fazer?”, isto é, quais são as atividades preferidas observadas por esse *vir*?

Com isso, a partir das fontes que sobreviveram até os dias atuais, perceberemos uma Roma pautada em tradições que tinham claramente que o comportamento homoerótico masculino e aquele(s) homem(ens) que o(s) praticava(m) não era(m) condenado(s) *per se*. Ou seja, de que um cidadão do sexo masculino podia, em certos, “curtos contextos” e períodos ter experiências sexuais com outros homens “sem medo do ridículo e/ou de represálias” (Williams, 2010, p. 17). Mas que determinados protocolos, como por exemplo a aparência física, a vestimenta e a pilosidade, deviam ser cumpridos para que a má fama não se abatesse sobre esse mesmo cidadão.

Tais protocolos, apresentados a seguir, servem como resumo de tudo o que comentamos até aqui. Os mesmos estavam muito mais ligados à manutenção de uma imagem, de uma representação de como o *vir* deveria ser visto em público e, assim comentado na sua grande rede de sociabilidade romana, sendo que o que ele fazia entre quatro paredes era assunto seu, até que por um deslize fosse compartilhado. Em um primeiro momento, segundo Williams (2010, p. 18), o homem romano que se preze devia sempre parecer ocupar uma posição de ativo/insertivo, não importando o sexo do parceiro. Esse é a principal diretriz dos protocolos de elite, pois “penetração é subjugação e masculinidade é dominação” (Williams, 2010, p. 18). Já em um segundo momento, era preciso ter cuidado quanto ao *status* do parceiro. “Tirando sua esposa, os romanos nascidos livres, tanto homens como mulheres, eram oficialmente parceiros sexuais ilegais para o homem romano” (Williams, 2010, p. 19). Escravos, não cidadãos, prostitutas (femininas e masculinas) eram, desde que mantido o papel ativo, o alvo das relações extraconjugais aceitas na moral romana.

Por fim, em um terceiro momento, o homem romano respeitava uma “tendência”, como Williams (2010, p. 19) chama, por ser mais do que um protocolo em si: o desejo pelos corpos jovens e lisos. Tanto as meninas (chamadas de *puellae*) como os rapazes ou meninos (*pueri*, *adulescentuli* ou *iuvenes*) eram, frequentemente, colocados na literatura romana como o alvo de desejo do homem romano, ou seja, eram representados como “o tipo de parceiro que normalmente desperta os desejos dos homens” (Williams, 2010, p. 19). Entre os doze e quatorze

aqueles que prefeririam apenas homens e aqueles que prefeririam apenas mulheres. Tais afirmações entram em consonância com as provocações de Richlin (1993), também usada no decorrer desse subcapítulo, sobre a categoria dos *cinaedus* poder mostrar que existem homens que abertamente violam as prescrições de comportamento viril (Skinner, 2014, p. 1997).

anos, até os vinte, os meninos e rapazes, mais até que as meninas, estavam no auge de sua desajabilidade (Williams, 2010, p. 19). Por mais que as fontes literárias romanas (e alguns historiadores e historiadoras modernos) atribuam esse costume à influência grega, fato é que, como nos mostra Plutarco (*Quest. Rom.* 101, 288a), os jovens nascidos livres deviam usar a *bullā* (colar), que atestava o *status* de futuro cidadão aos demais, em especial aos homens mais velhos, para que, assim, eles não fossem abordados e incomodados com sugestões de cunho sexual (Walters, 1997, p. 36)²². Essa última questão, vinculava-se às próprias questões de pilosidade que o homem romano deveria observar, sendo que muitos deles ou se depilavam para se aproximar e para manter sua imagem pueril ou por desejarem corpos que ainda manifestassem essas características.

O *vir* romano era, portanto, nas palavras de Skinner (2014, p. 280), um “equilíbrio precário em uma ladeira escorregadia” em que inúmeros fatores podiam levar a “perda da masculinidade”. O corpo inviolável da elite se entrelaçava com um projeto, com um discurso, com uma representação mais ampla, que tinha a ver com a própria imagem que se queria passar do Império como um todo, aquele portador de um “espírito resoluto e indomável” que sempre subjugava (penetrava) seus inimigos e nunca era subjugado (penetrado) por eles.

É exatamente esse discurso que escritores como Plutarco e Arriano desejaram reafirmar em seus escritos de forma especial aos próprios membros das elites do Império. O papel de construção/reafirmação desse discurso, dessa moral romana, baseada nos costumes ancestrais (*mos maiorum*) de conduta, tanto social como sexual. Ou seja, era através das sátiras, da poesia lírica e épica, das biografias e histórias que vinham o exemplo a ser seguido. Era a partir da leitura desses exemplos que o homem romano cidadão recebia sua educação e a reforçava ao longo da vida.

Logo, em nossa visão, era exatamente isso que Plutarco e Arriano desejavam apresentar em seus escritos sobre Alexandre. Ao colocarem os comportamentos, atos e até pensamentos do rei macedônio em destaque, acreditamos que nossos dois autores buscavam deixar claro as virtudes, assim como os vícios, de Alexandre. Ao funcionar como exemplo do que se devia ou não ser feito, Alexandre acabou se

²² Por mais que “tais gostos entre os romanos devem ter sido influenciados, em certa medida, por tradições pederásticas gregas, eles devem também ser entendidos nos contextos de valorização da juventude e dos corpos jovens ligados a uma preferência estética por barbas e rostos macios; afinal de contas, ambos *puella* (menina) e *puer* (menino) poderiam ser usados para se referir ao objeto sexual de um homem, independente da idade dele ou dela, e também ao seu escravo” (Williams, 2010, p. 83).

tornando, a partir desse escritos, um manual de conduta acerca de comportamentos viris desejados à elite. Tais condutas exemplares norteavam os comportamentos dos *princeps* Trajano e Adriano, assim como, o afastavam daqueles comportamentos que desfavoreciam suas imagens enquanto *princeps*.

O TOPOS LITERÁRIO DO *OPTIMUS PRINCEPS*

De governantes considerados bons ou maus, a História está repleta de exemplos. No mesmo sentido, também está cheia de estudiosos de política e até de pessoas comuns que, a partir de estudos e análises (os primeiros) ou, muitas vezes, de seu próprio senso comum (as segundas) definem, classificam e apontam quem é bom ou mau no exercício do dever público e nas lutas e disputas de representações. Fato é que a política já existia antes mesmo de existir o termo “político” e que sempre o cargo político ocupado, seja governando uma aldeia, cidade, reino ou república, foi utilizado a fim de servir ao povo, mesmo que, em alguns casos da História, essa tenha sido a menor preocupação de alguns líderes e de muitos regimes.

Da mesma forma que inúmeros governantes anteriores e muitos outros que os seguiram ao longo da História, os imperadores romanos foram classificados como bons ou maus governantes (*optimi* ou *pessimi princeps*) por uma tradição textual que chegou até nossos dias. Dentro da vasta literatura greco-romana, alguns exemplos de escritores que pensaram sobre o governo imperial em seus escritos, seja a instituição do Principado, seja o papel do Senado dentro desse novo regime, os limites ou a falta de limites frente ao poder imperial, entre outros assuntos ligados ao universo político romano. Tudo isso de forma direta ou indireta, ou seja, como crítica aberta (ou ao menos de maneira clara, mas sem atacar diretamente) ou oculta (se servindo de pseudônimos, metáforas e escritos dúbios que não deixam certo quem a obra crítica e a quem é endereçada)²³.

Tal proposta de crítica aos governantes romanos é entendida nesta dissertação enquanto uma tradição literária que se utiliza de inúmeros recursos retóricos para pensar, classificar e definir o governo e a figura pessoal do *princeps* como bom

²³ Em nosso Trabalho de Conclusão de Graduação, intitulado “Sexo, gênero e humor na Roma do Principado: rindo da passividade e da efeminação masculina com os epigramas de Marcial (séculos I – II d.C.)” (2018), por exemplo, mostramos como Marcial, que escreve e publica seus poemas durante o governo de Domiciano (81 – 96), se utiliza de elementos figurados para criticar o que não concorda em relação às atitudes desse imperador, acusado por Tácito de ser um tirano e um perseguidor de seus críticos (Tácito, *Histórias*, LXXIV, 1, 2).

ou mau, de acordo com uma série de valores e comportamentos esperados pelos grupos das elites romanas, em especial pela elite senatorial de Roma e a tradição criada a partir dela. Em outras palavras, reconhecemos a existência de um *τόπος* – *topos* recorrente dentro da literatura greco-romana que é o fato de “os autores não conseguirem fugir da classificação binária dos governantes em bons ou maus a partir de sua aproximação ou afastamento dos interesses difundidos pelo grupo senatorial” (Gonçalves, 2001, p. 22). Tal elemento ultrapassa os gêneros de escrita unindo biógrafos, poetas, historiadores, etc., a partir de um ideal de governante.

Para trabalhar o tema desse subcapítulo compreendemos ser importante, primeiramente, discorrer um pouco sobre o que foi essa tradição literária romana, ou melhor, sobre esse *topos* literário em relação ao modelo imperial. *Topos*, no singular, e *topoi*, no plural, é um “lugar ou assunto comum lançado mão por determinado autor com determinada finalidade” (Sant’anna, 2020, p. 17). Para Massaud Moisés (2007, p. 37),

[...] os *topoi* são clichês linguísticos de circulação universal, onde existe uma concentração em só um aspecto, geralmente da área cultural, isso é, existe um enfoque analítico compartilhado dentro da obra de um determinado autor ou de determinados autores.

Assim, cada autor greco-romano, dentro de seu gênero de escrita, encontrou motivações para se preocupar com determinados *topos* – que nesta dissertação é do *optimus* ou *pessimus princeps* a partir do recurso retórico do *exemplum*. Nas fontes greco-romanas, o *exemplum* sempre aparece junto aos mitos e aos grandes fatos/feitos, modos e exemplos, sejam eles realizados pelos deuses ou pelos grandes homens do passado. Estes eram registrados ou contados de geração em geração e possuíam uma função didática (Carbonaro, 2005, p. 38).

Para João Paulo Coelho e José Pereira Melo (2013, p. 2), o *exemplum* se configurou como um auxílio pedagógico que promoveu a maior compreensão e assimilação dos conceitos expostos, que aqui entendemos como o *mos maiorum* romano. Assim, a partir do *exemplum*, um modelo a ser seguido, que “eram transmitidos aos cidadãos romanos os valores pelos quais eles deveriam pautar suas ações com a família, os deuses e, sobretudo, com o Estado” (Carbonaro, 2005, p. 38).

Os *exempla* tinham a capacidade de demonstrar como era possível alcançar o *mos maiorum* e o que deveria ser evitado, aquilo que abstraiu os homens dos comportamentos e valores ideais, visto que esses deveriam ser “repetidos, imitados

e emulados” (Carbonaro, 2005, p. 38). Era na História que esses exemplos eram encontrados. Seguindo Cícero, em sua obra *De Oratoria*, percebemos a visão de que no passado podia ser encontrado a emulação desejada no presente e de que seria fundamental para a formação do varão, do homem aristocrata romano, o estudo do passado. Essa tradição é utilizada por uma gama de autores greco-romanos como Sêneca, Suetônio, Tácito, Diodoro Sículo, Marcial, Plínio, o Jovem, entre outros e, evidentemente, por Plutarco e Arriano.

Outro importante recurso retórico que os escritores greco-romanos utilizaram amplamente para moldar o *topos* literário do bom e do mau imperador foi a *aemulatio*. Seguindo o *Oxford Latin Dictionary*, como *aemulatio* estamos entendendo “o desejo de se igualar ou sobressair aos outros, emulação, ambição” (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 64 *apud* Freitas, 2014, p. 15). O protagonista dessa aspiração é o *aemulus*, aquele que emula (Freitas, 2014, p. 15). Esse, por sua vez, se apresenta caracterizado como uma pessoa que está se “esforçando para igualar ou exceder outra, alguém acionado por rivalidade, um emulo, um rival” ou “um igual em habilidade, um par” (Hornblower; Spawforth, 1996, p. 64 *apud* Freitas, 2014, p. 15).

Nessa direção, compreendemos que para haver bons imperadores, foi preciso que que maus imperadores existissem. Assim, a historiadora Semíramis Corsi Silva (2017, p. 131) afirma que temos um modelo retórico que caminha ao lado dos bons imperadores e que, por sua vez, focou na imagem dos maus imperadores nos textos greco-romanos, entre eles estariam Calígula, Nero, Domiciano, Cômodo e Heliogábalo, por exemplo.

Mas de onde viriam os valores de tom senatorial alicerçados nesse modelo de imperadores? Também segundo Silva (2018, p. 207), o historiador Aloys Winterling nos explica que uma espécie de “pacto” foi realizado entre a aristocracia senatorial com o imperador Augusto (27 a.C. - 14 d.C.) visando à construção e manutenção de seu governo e do próprio regime imperial. O mesmo possibilitou o entendimento de que a República teve uma continuidade perceptível na permanência da instituição senatorial. Mas no campo administrativo o poder imperial se sobressaia acima dos demais. Assim sendo, de acordo com Winterling (2012, p. 11-10 *apud* Silva, 2018, p. 207), esse pacto esperava que o imperador se comportasse como um senador, vivesse e governasse de forma moderada, honrando o Senado e garantindo a divisão de poderes com homens das ordens superiores.

Dessa forma, conforme Silva (2018, p. 208), o governo de Heliogábalo, por exemplo, foi um caso de quebra deste “pacto” segundo a visão dos escritores que escreveram sobre ele, literários ligados à aristocracia, que enxergaram no imperador Heliogábalo “a imagem do governante corrupto romano ligada à ideia de deterioração, alteração e negação das tradições (*mos maiorum*) e, portanto, à depravação”.

Assim, esse *topos* literário era a visão da elite senatorial mais tradicional e dos que a seguiam, mesmo que não fossem da ordem senatorial propriamente, foi a visão daqueles que disputavam poder com o próprio imperador. No entanto, em nossa visão, na medida em que o Senado perdia em termos de poder político, conservava um enorme poderio intelectual e, com certeza, amplo poder moral. Como nos relatou o historiador João Victor Lanna de Freitas (2015, p. 54), “as práticas intelectuais aristocráticas continuaram a ser fortemente conectadas ao caráter privado, permitindo a manutenção de certos padrões de comportamento”. Acrescentaríamos à análise de Freitas que: tais padrões também estariam fortemente conectados ao caráter público, pois consideramos que o que acontece no privado reflete no público. Desse modo, os romanos não tinham linhas de público e privado demarcadas, especialmente no que tangia aos governantes.

Fato é que os anseios e desejos da elite senatorial continuaram a ser amplamente difundidos e defendidos pelas obras literárias dos primeiros séculos do Principado. O historiador supracitado nos lembra também que, levando em conta que as fontes literárias foram escritas, em sua maior parte, por aristocratas ou sob o patrocínio dos mesmos, podemos afirmar que houve certa homogeneidade entre a elite intelectual e política sob o Império (Freitas, 2015, p. 54). Dessa forma, segundo (Freitas, 2015, p. 54):

[...] por mais que outros grupos sociais – como escravos e libertos – se aproximassem do poder através de laços com a casa imperial ou se tornassem tão ricos como senadores, a educação perpetuava uma série de práticas sociais e culturais que, aliadas ao poder da tradição, tornavam as barreiras ainda maiores para a aceitação desses “novos ricos” em grupos sociais mais elevados.

Por isso, podemos afirmar que a aristocracia senatorial, mesmo tendo seus poderes reduzidos com a instituição do Principado, ainda tinha grande influência, especialmente na produção da memória social e na reprodução e divulgação de padrões éticos (Freitas, 2015, p. 55)²⁴. Assim,

²⁴ No entanto, não deixamos de considerar que o Senado continuava a ser um parceiro importante por deter poder, mesmo que subordinado, tanto como instituição, quanto com suas atribuições específicas, assim como pelo poder

[...] dessa maneira, essa elite senatorial também era uma elite intelectual, que construía suas representações, orais e escritas, gerando certo consenso, um *locus*, que permitia controlar o acesso a tradições específicas, e promover modelos de comportamento mais ou menos comuns (Freitas, 2015, p. 55).

Dessa forma também, o principal público leitor desses textos era a elite, mas isso não quer dizer que não interessasse a população de forma geral e que a mesma não tivesse acesso ao que estava sendo escrito e debatido. Para Raymond J. Starr (1987, p. 215; p. 223), apesar do expressivo cenário de analfabetos na chamada Antiguidade, as obras registradas em suporte escrito eram declamadas em público, o que facilitava que valores, como a ideia do bom e do mau imperador, fossem difundidos pelos diferentes grupos, ainda que a forma que tal mensagem era recebida fosse diferente²⁵. No entanto, nosso foco aqui, pela natureza de nossa documentação e objeto de pesquisa, é nos grupos de elite, mais especificamente em um discurso tradicional, e nesse modelo retórico. Assim sendo, consideramos que: “Ao entendermos esse público, torna-se mais fácil compreender as motivações e os questionamentos levantados nas diversas obras literárias” (Freitas, 2014, p. 9). Em outras palavras, ao recorrermos ao contexto e às vidas individuais de cada autor, vemos que esses homens vinham dos grupos das elites provinciais do Império e esses intelectuais²⁶ acessavam algumas das mais altas ordens romanas, a elite senatorial ou equestre, mantendo, muitas vezes, contato, mesmo que indireto, até com o imperador. Dessa maneira, portanto, “estavam autorizados a produzir o discurso de seu grupo” (Ziegler, 2009, p. 67).

Sabendo disso, da existência de elementos retóricos e de onde viriam as bases para esse *topos* literário, corroborando Freitas (2014, p. 9), percebemos como tal modelo é produto de um padrão feito com a intenção de educar, visto que a

individual de seus membros, que monopolizavam as principais magistraturas civis e militares do Império (Joly; Guarinello, 2001, p. 133-152). Apesar disso, não podemos ignorar que a figura do *princeps* mudou radicalmente a política romana, subordinando o poder dos senadores na gestão do Império (FREITAS, 2015, p. 55).

25 No entanto, o historiador Dario Sánchez Vendramini (2013), ao estudar os *Contorniatos* produzidos e difundidos pelo Império Romano na Antiguidade Tardia, uma espécie de moeda souvenir sem valor monetário propriamente, mostra que houve alguns construções de memórias sobre imperadores que sofreram *damnatio memoriae* como, por exemplo, Calígula, Caracala e Nero frente à população romana, um pouco diferentes da tradicional visão negativa deixada pelos textos literários de cunho aristocrático. Ou seja, houve valores e memórias positivas sobre tais *pessimi princeps* criados e cultivados fora do ambiente de elite.

26 Seguindo o que propõe Francisco Miro Quesada (1966, p. 59 *apud* Silva, 2012, p. 129): “os intelectuais são todas aquelas pessoas cuja principal atividade é o devotamento sistemático ao conhecimento. O pesquisador, tal como concebe nossa cultura ocidental, é um intelectual porque suas disciplinas de trabalho são eminentemente cognitivas”.

literatura greco-romana tinha um sentido pedagógico propriamente. Assim sendo, evidentemente, através de uma escrita moralizante e que buscava formar o *ethos* cívico dos homens governantes, escritores greco-romanos se mostravam como agentes políticos e sociais dentro de seu contexto.

A escrita durante o Principado esteve diretamente ligada às relações de poder enquanto um ato de participação ativa na sociedade. Seguindo o raciocínio da historiadora Andrea Lúcia Dorini de Oliveira (2001, p. 53), ao analisarmos a literatura latina produzida entre os principados de Augusto até Trajano (98 – 117), podemos ter um vislumbre de um grande número de autores engajados, simultaneamente, em produzir e espalhar o que a historiadora chama de “ideologia imperial”. Segundo (Oliveira,2001, p. 53), assim,

[...] o engajamento sugerido deve ser entendido à luz dos significados que as obras literárias têm enquanto veículos das mensagens necessárias à formação de opinião pública romana, entendendo-se por pública, neste caso, o conjunto de representações políticas ligadas à imagem do poder de Roma.

Ou seja, escritores como “Petrônio e Sêneca, que viveram ao longo dos governos de Tibério, Cláudio e Nero”; “Plínio, o Velho, que viveu sob os governos de Nero e Vespasiano”; “Plínio, o Jovem, Estácio, Tácito, Suetônio, Juvenal” e Marcial, que “viveram durante toda a época dos Flávios e durante os governos dos primeiros Antoninos” (Ziegler, 2009, p. 69), todos, em conjunto, vivenciaram como testemunhas a “realidade social concretamente vivida, as peripécias do Principado desde a sua origem” (Oliveira, 2001, p. 54) e, por ser o Principado uma forma de governo em que o imperador dizia manter os valores republicanos, mesmo estando à frente do governo de forma absoluta, os intelectuais estiveram o tempo todo refletindo sobre tal poder.

Embora nem todos os autores escrevessem sobre seu tempo propriamente, todos imprimiram em suas obras as representações do real, a visão de sua própria época e dos imperadores que governavam em seu tempo. Ou seja, mostraram como eles classificavam, ordenavam e entendiam a sociedade em sua volta. Plutarco e Arriano não ficam de fora dessa lógica, pois a valer que os mesmos escritores dialogaram com o grupo que escreveu, pensando junto com eles.

Em relação aos escritos de Plutarco e Arriano, apesar de terem estilos próprios já trabalhados anteriormente nesta dissertação, eles representam um pensamento coletivo, ou seja, a representação de um grupo que segue o tradicional mo-

delo retórico do bom e do mau imperador quando o tema é a vida e os feitos dos governantes. O teor de quase todas as obras dos autores supracitados e, em destaque, os discursos plutarquianos e os escritos de Arriano sobre Alexandre, fundamentam-se na ideia de virtude e na educação dos governantes (Ziegler, 2009, p. 68). Nesse sentido, elas assumem uma postura pedagógica e moralizante que tinha alvo e destino certos e se relacionava diretamente com os anseios de *status* e privilégio do cidadão aristocrata romano. Portanto, era a educação e a tradição que definiam e que se apresentavam como grande diferenciador social de *status* e de identidade no mundo romano, seja dentre as camadas sociais do Império, seja em relação ao chamado mundo bárbaro. Por tradição, como já comentado, acreditamos que os romanos seguiam o que pode ser traduzido livremente como “costumes dos ancestrais”, os *mores maiorum*.

Apesar dessas regras jamais terem se transformado em um código de leis escrito, percebemos na literatura republicana e do Principado a manutenção das mesmas enquanto uma ética que deveria ser observada pela nobreza e que legitimava e disciplinava as ações, tendo como objetivo a orientação da política e das práticas religiosas (Lemos, 2012, p. 2). Notemos que esses costumes eram de suma importância e estavam diretamente ligados, portanto, à educação. Tal perspectiva já se encontra no período republicano, fato esse que destacamos, pois é quando o *mos maiorum* ganha a forma e a relevância que continuará exercendo posteriormente.

O termo *educatio* é latino e pode ser traduzido pelo que chamamos atualmente de educação. Num primeiro momento, *educatio* implicaria a ação de criar e se aplicaria tanto a animais como a plantas. Para Gilda Barros (2002), “o próprio verbo *educio* significa criar, nutrir, cuidar de, tratar, formar, instruir, produzir”. Para os romanos, “*educatio* era o exercício de tornar a criança pronta para viver na sociedade” (Neves, 2018, p. 8). “A *educatio* no começo da República cabia às famílias, mais especificamente aos *pater familias*” (Neves, 2018, p. 8). O foco era a transmissão do *mos maiorum* e estava diretamente ligado aos anseios de autores como Cícero, propondo que a aristocracia deveria ser educada Lemos(, 2012, p. 2). Ao final de seu processo de formação educativa, o cidadão romano, muito mais que receber a *toga civilis* (por volta dos dezessete anos), deveria ser portador da *virtus* (excelência enquanto guerreiro e integridade na vida cívica), da *dignitas* (possuir prestígio, influência e mérito), da *gloria* (confiança frente à multidão ligado a *fides*²⁷ e ser dig-

²⁷ *Fides* e *amicitia* são palavras que indicam o laço de união do homem político aquele que dele depende. A *fides*

no de honrarias – *honor*) e da *gravitas* (firmeza, austeridade e ponderação) (Lemos, 2012, p. 1). A historiadora Amanda Cristina Neves (2018, p. 8), ainda acrescenta à essa lista a *pietas* (piedade) perante os deuses tradicionais do panteão romano.

Tal conjunto era visto como a base da grandeza romana e garantia o sucesso da manutenção do regime republicano e das elites romanas juntamente com um amplo processo de conquistas e expansões. Tal base moral e comportamental continuava se fazendo presente no universo mental romano do Principado e, de forma especial, legitimando tanto a aristocracia senatorial como o *princeps*. A falta deste conjunto de virtudes definia o legítimo tirano, modelo de mau governante, bem como suas posses fazia o modelo do bom imperador. Era através da educação, portanto, que o homem ideal e assim, conseqüentemente, o governante ideal era formado.

Como já comentamos, de forma geral, sabemos que Augusto foi o primeiro dos *princeps* e também o primeiro dos *optimi princeps*²⁸. Sua dinastia, a Júlio-Claudiana, porém, renderia dois *pessimi princeps*: Calígula e Nero. Somando-se aos *pessimi princeps* está Domiciano. Sendo esses três os que receberam a *damnatio memoriae*²⁹ por parte do Senado romano até o momento de escrita de Plutarco e Arriano. Se seguíssemos com a lista, encontraríamos Cômodo e Heliogábalo, isso para nos deter apenas do período do Principado.

Augusto, ao introduzir o Principado, que a historiadora Norma Musco Mendes (2006, p. 24) chama de “modelo romano de poder pessoal”, reformula as estruturas sociopolíticas romanas e garante a tão sonhada paz interna após longos períodos de guerras civis. Contudo, no âmbito moral, Augusto se volta aos tempos da Roma arcaica e republicana para buscar as qualidades pessoais que legitimam o *princeps* a assumir a posição de primeiro dos homens. Preocupado com a mudança dos costumes, atribuída por alguns de seus contemporâneos como a res-

comporta um conjunto de obrigações recíprocas, ou seja, os *officia*, se constituindo no fundamento da atividade política romana (Venturini, 2011, p. 178).

²⁸ Salientamos que o primeiro e único imperador romano a receber o título de *optimus princeps* foi Trajano, contudo aqui, de forma didática, nos utilizamos desse título para classificar Augusto como o primeiro dos bons imperadores retratados, de forma geral, pela literatura greco-romana.

²⁹ *Damnatio memoriae* pode ser entendida como a condenação da memória, ou seja, a retirada de determinado indivíduo da história oficial como forma de condenação. O mais comum dessa prática era a destruição das apresentações materiais como bustos, estátuas, inscrições epigráficas e moedas, além de a retirada do nome da pessoa dos documentos, histórias e relatos oficiais. Tal desonra deveria ser aprovada pelo Senado e, geralmente, era destinada a traidores e, em alguns casos, a maus imperadores que traziam descrédito ao Estado romano. Porém, cumpre mencionar que o termo *damnatio memoriae* em si não foi usada pelos antigos romanos (Varner, 2004, p. 2; Friedland; Sobocinski; Gazda, 2015, p. 669).

ponsável pelos desvios e pela decadência no final do regime da República (Salles, 1987, p. 170), o imperador Augusto inicia um movimento que buscava estimular a moralidade da época.

Dessa maneira, criou uma legislação sobre a religião, a família, o matrimônio e a agricultura, na busca pela restauração do *mos maiorum* (Silva, 2011, p. 8). A ideologia de Augusto se projeta na tentativa de conservação dos valores tradicionais dos romanos e na ideia da grandeza de Roma. Dessa forma, Augusto utiliza das leis, da religião, da arquitetura e da literatura para tal finalidade³⁰ (Silva, 2011, p. 8). Ao reposicionar a aristocracia romana, da Península Itálica e das províncias (essa última através da concessão de cidadania e de cargos junto à corte imperial), unindo cada família particular à grande família romana, Augusto assumiu o título de pai da nação (*pater patriae*) (Mendes, 2006, p. 25).

Percebemos, então, um *princeps* que, ao mesmo tempo, busca a centralidade de poderes e de decisões, ampliou a participação política para as províncias e se manteve em consonância com o Senado, em especial no âmbito moral, delegando ao *mos maiorum* o papel chave de legitimação. Augusto se colocou, por fim, como o melhor executor dos comportamentos e valores, garantindo, assim, um bom governo, de paz externa e interna, economia próspera, etc. Como o próprio Augusto teria relatado: “Promulgando novas leis pus novamente em vigor muitos dos antigos costumes, que caíram no desuso: eu mesmo ofereci aos vindouros exemplos de muitos hábitos a serem imitados” (Augusto, *Res Gestae Divi Augusti*) (Silva, 2011, p. 8).

Com Augusto cria-se, então, o modelo do bom imperador e, a partir disso, vários escritores escrevem visando a valorização desse modelo. Freitas (2014, p. 14-15) cita a imagem de Augusto em vários desses autores, tais como: o historiador Veleio Patérculo que, na obra *História Romana*, realçou as qualidades do primeiro *princeps* e exaltou sua capacidade de trazer paz ao Império; Sêneca, o Jovem, que, ao escrever e tentar aconselhar Nero, usou o exemplum de Augusto, realçando suas qualidades, em especial a moderação (*moderatio*) e a clemência (*clementia*), virtudes inerentes a Augusto³¹; Plínio, o Jovem, que escreve já no período Antonino, e o classifica

³⁰ Em relação às leis, Augusto “colocou a família como instituição sobre a proteção pública” (Grant, 1987, p. 221). “Na qualidade de censor e tribuno, Augusto promulgou – ou apenas fez passar na assembleia – várias leis, de que hoje não conhecemos precisamente a sequência e datação corretas, visando consolidar sua política de restauração moral, fidelidade, casamento e vida simples” (Silva, 2010, p. 8).

³¹ Tanto que, para realçar estas qualidades, conforme Freitas (2015, p. 14-15), Sêneca conta que, quando o imperador Cláudio acessou o mundo divino após sua morte, é Augusto quem foi julgá-lo, ocupando, assim, um papel divino.

como um governante justo e moderado, que sempre agiu em prol do Estado e, por fim, Suetônio que, de maneira dúbia e um pouco diferente dos escritores anteriores, apresentou um Augusto dividido entre uma imagem cruel e ambiciosa e outra generosa, justa e moderada, que trouxe a paz sem tirar a libertas dos cidadãos romanos.

A partir do que vimos, é possível perceber que o primeiro imperador deixou um manual de como ser um governante em termos de aceitação pelo menos aos grupos das elites. Augusto ainda escreveu e publicou uma espécie de autobiografia, chamada de *Res Gestae Divi Augusti*, distribuída por todo o Império. Nessa obra, ficou estabelecido uma espécie de guia de comportamento aos imperadores e foram solidificadas as características basilares da conceituação dos governantes durante os séculos I e II, tais como: *libertas, fides, pietas e concordia* (Zanker, 1989, p. 285-288). Essas, somadas à *virtus, clementia e iustitia*, são reunidas e chamadas, pelo historiador Thiago David Stadler (2008, p. 249), de “Virtudes Augustas”³².

As noções de *virtus* (virtude) e *mos maiorum* estavam em consonância e ambas consentiam ao seu portador a *auctoritas*, ou seja, davam-lhe autoridade para atuar publicamente Venturini (2011, p. 175). “A *virtus* era vista como uma qualidade interior a quem a possuía e garantia ao indivíduo a capacidade de ser viril na guerra, de respeitar o *mos maiorum* e de desempenhar todos os seus deveres frente ao Estado” (Gonçalves, 2001, p. 23). A *virtus* dava ao homem a capacidade de se sacrificar pela comunidade, que lhe agradeceria como a “imortalidade” pelo reconhecimento de sua glória e de sua honra. Inicialmente, “a *virtus* romana era expressa principalmente mediante ações bélicas”, mas com “a influência helenística, essa qualidade também passou a ser medida através do caráter que o homem demonstrava ter em suas ações cotidianas junto à sua família e ao Estado” (Carbonaro, 2005, p. 38). Conforme Alex Aparecido da Costa (2016, p. 17), seguindo Cícero (*Da República*, XXI), a *virtus* era uma virtude exigida para o homem político, que deveria abdicar de seus interesses pessoais e priorizar sua atuação a serviço do Estado, pois mantinha viva a ideia republicana de que primeiro o homem se preocuparia com a condução de sua pátria, depois com as necessidades de sua família e, por fim, com os seus anseios pessoais.

³² Além das virtudes romanas, vale destacar a noção de *Humanitas*. A ideia de um homem que, através da boa educação, entendida aqui como os saberes da retórica, da filosofia, da oratória e da gramática, entre outros, adquiria os valores da moderação, amabilidade, piedade, brandura e simplicidade, era aquele que teria alcançado a virtude da *humanitas* (Luz, 2013, p. 53). De acordo com Veyne (1992, p. 289), a noção de *humanitas* teria surgido na Grécia, ainda do século IV a.C. sob o nome de *philantropia*. Aquele que a possuía seria um homem não arrogante, que fazia apenas o estreitamente necessário e nada, além disso, ou seja, moderado e civilizado (Veyne, 1992, p. 283). A *humanitas*, contudo, segundo Camila Santígado Luz (2013 p. 53-54), era um mérito adquirido e não excluía as demais virtudes romanas (o *mos maiorum*).

A *clementia* (clêmença), por vez, é citada, segundo Gonçalves (2001, p. 23), no texto da *Res Gestae Divi Augusti*, como uma das qualidades que alicerçava a *auctoritas* de Augusto (*Res Gestae Divi Augusti*, 46). A prática da *clementia* aproximava os homens dos deuses, pois poupando homens da morte, o governante demonstrava sua grande tolerância Gonçalves (2001, p. 24). Com a concentração de poderes nas mãos dos *princeps*, um controle mais do que simbólico sobre a vida e a morte de seus súditos passou a ser realidade e era reservado apenas às divindades. Diante disso, os escritores greco-romanos elogiaram os *princeps* que perdoaram seus inimigos, mas sem perderem sua autoridade sobre eles (Gonçalves, 2001, p. 24).

Já a *clementia* e a *iustitia* (justiça) eram virtudes fundamentais para a demonstração da não tirania, evitando que o governante perdesse a noção e a medida de seus atos, ultrapassando a linha da equidade (Gonçalves, 2001, p. 24). Sendo uma característica inerente ao governante o ato de julgar, por isso o *princeps* precisava sempre estar bem aconselhado e saber interpretar os presságios divinos para tomar a decisão de acordo com a justiça. Aqui também ficava a carga do imperador buscar sempre pelas leis mais justas. Como nos lembra Ana Teresa Marques Gonçalves: “[...] todo bom príncipe deveria ter condições de produzir leis certas, seguras e eficazes para o seu povo, transformando-se num bom e justo legislador” (Gonçalves, 2001, p. 24). Logo, a *iustitia*, em resumo, era percebida nos julgamentos da ordem moral, política ou jurídica feitos pelo imperador como aquele que possuía o poder maior (Gonçalves, 2001, p. 24).

Quanto à *pietas*, essa não somente abarcava o sentido de piedade para com os demais, mas também o respeito à ordem estabelecida, bem como aos deuses (Luz, 2013, p. 55). A *pietas* era a virtude daquele que demonstrava ser devoto e piedoso, sendo percebida pelo sentimento de obrigação com aqueles a quem o indivíduo estava ligado naturalmente, como seus pais, filhos e parentes de forma ampla (Gonçalves, 2001, p. 24). A *pietas* ainda compreendia um amplo conjunto de relações dos cidadãos com o Estado e, principalmente, com o imperador, sendo considerada a partir do momento em que o governante assumia a função de *pai da pátria* (Gonçalves, 2001, p. 24), pois era a *pietas* a virtude que levava a obediência de um filho a seu pai (Grimal, 2008, p. 90). Assim, o soberano piedoso era aquele que cumpria seus deveres com os deuses, com a família, com seus súditos e com a pátria. Por fim, a *fides* corrobora, segundo Camila Santiago Luz (2013, p. 56), com a manutenção da cidadania, ou seja, essa virtude garantiria o respeito aos compromissos, tratados e contratos e, principalmente, a solidariedade para com os demais.

Ao incorporar tais tradições, o *princeps* mostrava possuir as virtudes necessárias para governar (Venturini; Costa, 2013, p. 34). Isso demonstra que, durante o Principado, a legitimidade do governante se assentava, sobretudo, em suas qualidades pessoais e que, as mesmas deveriam buscar o entendimento entre a aristocracia e o príncipe tal como, em teoria, fez Augusto. Importava para essa mesma aristocracia que o imperador tivesse a dignidade para ocupar tal posição e, para isso, era preciso que seu comportamento e ações estivessem pautados nos valores ancestrais, o que lhe colocaria no nível de aprovação senatorial (Venturini; Costa, 2013, p. 33-34).

Contudo, como nos lembra o historiador Myles McDonnell (2003, p. 238 *apud* Luz, 2013, p. 56), as virtudes romanas eram, inicialmente, identificadas com os valores guerreiros de valentia e coragem, atribuídos às proezas bélicas e, portanto, ao masculino. Ao pensarmos na etimologia do termo *vir*, trabalhado no subcapítulo anterior, e que tem como significado básico a ideia de homem/varão, o mesmo advém da palavra latina *virtus* que, segundo Thuillier (2013, p. 73) teria o significado tanto de virtude, como de coragem e valor viril, como vimos. Ser virtuoso, portanto, era ser masculino, possuidor de virilidade. “A virilidade, significando uma soberania sobre si, é uma virtude do cidadão, uma virtude cívica” (Mennitti, 2012, p. 5).

O *princeps*, portanto, deveria acima de todos, possuir uma conduta viril admirável. Enquanto portador ideal de todas as virtudes romanas, era esperado que o imperador se portasse enquanto um verdadeiro “macho romano, um guerreiro, um chefe dominador” (Thuillier, 2013, p. 118). A ele, portanto, cabe possuir o maior cuidado quanto a sua conduta e não se permitir cair em libertinagens e vícios, em especial aqueles de caráter social e sexual. O homem público, ou seja, que se mostra ao público, que transita nas ruas de Roma e que tem algum tipo de relevância e poder social, é aquele que, segundo Thuillier (2013, p. 119), devia ser a metamorfose concluída do homem viril, vestindo-se adequadamente (*Togatus vir*), assim como possuir pudor frente aos seus sentimentos.

O controle de si, portanto, passa pela virilidade e pela moderação (*sophrosyne* - Σωφροσύνη). Para Pierre Grimal (1984, p. 67) o critério essencial da *virtus* romana era o domínio de si. Essa maestria e esta contenção são para Tito Lívio (34, 2, 2) e Tácito (*Annales* 1, 4) algo que diferencia o homem romano simultaneamente das mulheres e dos bárbaros Thuillier (2013, p. 120). O *vir* romano não se deixava levar pelos excessos. Plutarco ao refletir isso em seu tratado *A um governante sem*

instrução (Ad principem ineruditum) destaca que “quem governaria o que governa?” A resposta a isso, segundo o queronês, seria o autogoverno, o governo de si, que é apenas alcançado através da instrução/educação.

Tanto Plutarco quanto Arriano, em nossa visão, buscaram apresentar um Alexandre que adquire a virtude por meio da educação. Segundo Ziegler (2009, p. 73), a educação é responsável não somente pelo refinamento de um indivíduo, como também aponta a conduta correta que o indivíduo deveria seguir em sociedade. Luz (2013, p. 58) nos demonstra que a relação virtude – educação foi evidente no pensamento plutarquiano através do ensaio *A virtude pode ser ensinada*. E, em Arriano, percebemos a mesma preocupação na própria *Anábise*.

Era através da educação, da *paideia*, que o homem ideal era alcançado. Esse termo foi originalmente cunhado para designar um tipo de ensino ministrado pelos sofistas, que englobava disciplinas de política, matemática e retórica, mas passou a ser entendido como educação. *Paideia*, portanto, significa o aprimoramento do espírito por meio dos estudos de música, literatura, retórica, política, filosofia e ciências naturais Silva (2007, p. 197-202). O cidadão virtuoso é formado através do hábito, pelo treinamento e pela emulação/exemplo.

Assim, a construção de um bom imperador (*optimus princeps*) estava ligada diretamente à legitimação do mesmo e esta achava-se em direção ao que os autores escreviam sobre o imperador. Num primeiro momento, por qual motivo aqueles que faziam registros sobre o imperador geralmente eram pessoas inseridas no grupo senatorial (como o senador Plínio, o Jovem que escreveu o famoso Panegírico de Trajano) ou ligados a este grupo (como Plutarco, por exemplo, que claramente mostrava o apoio que recebia daqueles para quem escrevia). Além disso, como mostra Robert Flacelière (1987, p. XCII *apud Luz*, 2013, p. 58), a aquisição das virtudes, bem como a sua prática, se configurava a um objetivo primordial dos moralistas gregos.

Num segundo momento, por qual motivo se criava uma espécie de “moralidade compartilhada” sobre quem se escrevia, ou seja, eram seladas as relações de proximidade, amizade (*amicitia*) ou de clientela com o imperador virtuoso, o qual, automaticamente, o autor também garantia para si. Segundo Renata Lopez Biazotto Venturini e Alex Aparecida da Costa (2013, p. 36), “a *virtus* do príncipe também reconhecia e se afirmava na *virtus* de sua clientela, reafirmando, assim, a relação do patronato que mantinha a coesão do regime e do Império”.

Dentro do *topos* literário do *optimus princeps* geralmente são construídas imagens de um governante afável, humilde, clemente, generoso, casto e corajoso. Respeitando o *mos maiorum*, ele era portador de extrema moderação, contrário aos luxos excessivos e cumprimento de seus serviços militares de proteção e manutenção do território romano. “Ao assumir o posto de *princeps* e, aceitando as suas responsabilidades, caberia a ele exprimir sua *virtus* em campos variados, de maneira que a excelência de suas ações se equalizasse em elevação e harmonia” (Venturini; Costa, 2013, p. 35). É, portanto, a partir dessa visão construída de valores e comportamentos, expressos no *mos maiorum* e no legado de Augusto, na matéria de execução do *mos maiorum* e nas virtudes essenciais a um governante, entre elas a conduta viril/máscula, que foram definidos os parâmetros para um imperador ser bom ou ruim.

Plutarco e Arriano, como dito no começo deste subcapítulo, se inserem no grupo de autores que pensam e buscam o príncipe ideal em seus escritos. Contudo, ambos não se utilizam diretamente da imagem augustana, mas sim da figura de Alexandre, o Grande, com uma perspectiva pedagógica e moralizante. Ambos constroem, em suas obras sobre o rei macedônio, manuais de conduta e virtudes a partir da *exempla* de Alexandre. Famosa figura helênica, este que é apresentado com condutas e virtudes ajustadas a servir de modelo para Trajano e Adriano, como defendemos neste trabalho.

Sobre o uso da imagem de Alexandre enquanto *exemplum*, isso começou logo após a morte do macedônio. De acordo com Ana Begoña Martínez (2016, p. 256), “a figura do rei macedônio foi usada já pelos Diádocos referente ao tipo de comportamento e exemplo a ser seguido”. Esses comportamentos e exemplos serviram de modelo para várias figuras ao longo da História mediterrânea antiga e, em Roma, os imperadores buscaram até mesmo superar o modelo a ser imitado. Para melhor compreensão do tema, a historiadora supracitada classifica os possíveis usos do *exemplum* de Alexandre em três categorias: *Imitativo (imitatio)*; *Alexandre filia* e *Personagem Superior* (Martínez, 2016, p. 257).

A *Imitatio*, segunda ela, seria a colocação daqueles personagens que, “quando retratados pela literatura greco-romana tentam parecer com Alexandre, o imitando, seja em suas ações, desejos ou glórias” (Martínez, 2016, p. 257). Tais imagens estavam diretamente ligadas à imitação militar, ou seja, eram desenvolvidas nas descrições das ações bélicas e tinham grande respaldo durante o período republicano Martínez (2016, p. 258). Para Vizentin (2007, p. 3), os maiores exemplos imitativos

de Alexandre nos textos do Principado seriam o de Cipião, o Africano na obra de Tito Lívio (*Histórias*, XVIII, 39), Pompeu na biografia de Plutarco (*Pompeu*, 19; 22), Marco Antônio, também nas biografias de Plutarco (*Antônio*, 24) e Júlio César nos escritos de Plutarco, Suetônio, Apiano e Dião Cássio.

Já a *Alexandre filia* é classificada por Martínez enquanto o desejo, quase sempre sem sucesso, de imperadores que tentavam ser iguais a Alexandre em seus comportamentos e virtudes. Tal proximidade pode ser percebida nas tentativas de Calígula e Nero, por exemplo (Martínez, 2016, p. 259), classificadas pela literatura antiga como “caricatural e extravagante” (Vizentin, 2007, p. 4).

Por último, teríamos a tentativa de ser superior a Alexandre, chamada de *Personagem Superior* por Martínez (2016, p. 261), sendo uma forma de superação das virtudes e conquistas originais de Alexandre, segundo a estudiosa, transpassando os próprios períodos da História romana e encontrando sempre novos adeptos a fim de tentar recuperá-la.

Em nossa visão, a *imitatio* reuniria os três modelos de *exemplum* dissertados pela autora no momento em que cada governante tenta, por admiração pessoal ou interesse político e de propaganda, se associar ao rei macedônio, seja na tentativa de ser igual ou de superá-lo. Durante o Principado, por compartilharem das virtudes e dos comportamentos positivos de Alexandre, os *princeps* estariam aptos para governar e a ter um bom governo aos olhos daqueles que construíam Alexandre enquanto modelo. E as obras de literatura estavam ali para lembrá-los e guiá-los ao *exemplum* de Alexandre.

Ao afirmarmos isso, podemos concluir que os *exemplum* eram um instrumento didático voltados a educar. Através desta prática antiga dentro do imaginário e da educação romana, baseando-se em exemplos passados como fonte de inspiração para o presente/futuro, que se garantiria ao homem romano, em especial ao aristocrata, a capacidade de poder se afastar de uma vida desregrada, não virtuosa e não viril.

Logo, Alexandre, o Grande, também foi caracterizado como um *topos*, ou seja, possuidor de sua própria tradição literária dentro dos escritos greco-romanos, visto sua constante presença e seu uso como instrumento de *exemplum* enquanto modelo de educação, governo e virilidade. Na sequência, analisaremos os *Alexandres* de Plutarco e Arriano na tentativa de demonstrar como cada um desses escritores construíram o seu modelo de bom imperador a partir de uma representação de Alexandre.

CAPÍTULO 3

ALEXANDRE MAGNO COMO HOMEM-FRONTEIRA EM PLUTARCO E ARRIANO



O ALEXANDRE DE PLUTARCO

“**M**estre dos desejos, escravo dos impulsos”, esse é o Alexandre de Plutarco, como observa o historiador Biazotto (2016), ao analisar o personagem de Alexandre desenvolvido pelo escritor de Queroneia. Para o historiador supracitado, “o semblante de Alexandre oferecido por Plutarco é variado, difuso, por vezes ambíguo e transitando entre triunfos e vicissitudes” (Biazotto, 2016, p. 162). Porém, devemos observar que, quando se trata de Alexandre, a obra plutarquiana tem um tom em geral bastante positivo, é muito branda e até mesmo compreensível com os impulsos do macedônio.

Já discorremos anteriormente sobre as diferenças entre as duas obras de Plutarco que tratam sobre Alexandre. Porém, cabe lembrar que, enquanto um exercício retórico ou, como um pintor de um quadro biográfico (Plut. *Alex.* II, 3), o queronês faz um recorte da realidade a partir de sua ótica e, desses recortes, escolhe os mais significativos, definidos por ele como aqueles “sinais reveladores da alma” (Plut. *Alex.* III). No seu discurso *Sobre a Fortuna ou a Virtude de Alexandre Magno*, Plutarco produz desse rei um:

[...] desenho seletivo, como faz o escultor que da sua obra seleciona as melhores peças para uma exposição e, com muita cautela e critério, separa as que possuam menos imperfeições, aplicando nelas um polimento, para que se lhe acentue o brilho e diminuam as impurezas (Liparotti, 2017, p. 31).

A noção de um rei virtuoso é evidente, pois, ao compararmos o discurso *Sobre a Fortuna ou a Virtude de Alexandre Magno* com a *Vida de Alexandre*, é incluído, nesse último, outros episódios menos louváveis que, talvez, sejam intencionalmente ocultados no texto anterior. No discurso laudatório *Fortuna ou Virtude de Alexandre Magno*, Alexandre é desenhado como um rei idealizado e excepcional, portador de “magnanimidade (μεγαλοψυχία – *megalopsychía*), inteligência (νόος – *nóos*), temperança (σοφροσύνη – *sôphrosýnê*) e coragem (ἀνδρεία – *andreía*)” (Plut. *De Alex. fortuna*, 327, IV). Já na biografia, o Alexandre de Plutarco é retratado como um personagem ambíguo, dividido entre o que poderíamos chamar de bem e mal, ou melhor, entre a filosofia e os vícios.

A partir disso, entendemos o Alexandre de Plutarco enquanto um *Homem-Fronteira*. Ao construir um Alexandre virtuoso e viril, Plutarco se preocupa em dife-

rencia-lo de seus próprios erros e vícios apresentados, em especial, na segunda metade de sua obra biográfica *Vida de Alexandre*. Esses elementos negativos estão sempre correlacionados ao grande “outro”, ou seja, ao bárbaro e, conseqüentemente, com elementos extravagantes, luxuosos, fracos, impulsivos e efeminados. O Alexandre de Plutarco é, ao mesmo tempo, uma fronteira entre a excelência das virtudes greco-romanas e os vícios que permeiam o universo bárbaro como também é um exemplo do que acontece quando um homem virtuoso ultrapassa o limite e se deixa levar pelos vícios e pelos desejos.

Os comportamentos virtuosos de Alexandre: sua educação grega, sua virilidade no campo de batalha e sua temperança frente aos desejos e impulsos são, nos escritos plutarquianos, projetados enquanto elementos identitários da cultura greco-romana que deveriam servir como exemplo aos governantes romanos. Sendo assim, ao longo de nossa escrita buscamos destacar alguns dos elementos que vinculam Alexandre a Trajano. É sabido que o autor de *Queroneia* mantinha relações próximas com a elite senatorial romana e, conseqüentemente, com a casa imperial em si. Também sabemos, através dos estudos de Whitmarsh (2002, p. 175-176), que a partir da ascensão de Trajano a figura de Alexandre passou a ser retomada em alta estima pela elite governante romana.

Não fica difícil crer assim que talvez Plutarco estivesse tentando usar a figura do rei macedônio enquanto um instrumento pedagógico para chegar ao *princeps*. Ou ainda, usasse a tão admirada figura de Alexandre enquanto um meio de justificativa das ações do *princeps*, relacionando ou mesmo elogiando as ações de Trajano através da biografia.

Sendo como for, é com destaques nas virtudes encontradas por Plutarco em Alexandre que iniciaremos esse subcapítulo. Nosso objetivo aqui é, portanto, mostrar uma narrativa constante do querônês que, ao construir um Alexandre virtuoso e senhor de si, portanto viril/másculo, constrói também um modelo a ser seguido, ao mesmo tempo em uma fronteira que não deve ser cruzada enquanto ideais identitários perceptíveis, por exemplo, na indumentária do rei¹. Quando Alexandre cruza tal fronteira, perde seu lugar enquanto um rei moderado, um filósofo, um conquistador e passa para o lado do bárbaro.

Iniciamos ressaltando, em primeiro lugar, a construção dos aspectos físicos de Alexandre assim como as questões referentes à sua nobreza e à sua ancestralidade.

¹ Tomamos as narrativas plutarquianas aqui como nos apresenta Silva (2007, p. 56), enquanto uma “manifestação cultural-identitária”.

Para nós, Plutarco, tanto na descrição das feições e do corpo de Alexandre como do relato de determinados elementos mitológicos que possivelmente aconteceriam anteriormente ao nascimento de Alexandre, imediatamente, vincula o mesmo a elementos e personificações viris. Plutarco fornece poucas informações sobre os aspectos físicos de Alexandre. Sabemos logo de início que Alexandre seria um “rei excelente e um forte lanceiro” (Plut. *De Alex. fortuna*, 331, X, c), o que já o caracteriza como alguém que possui grande força física. Plutarco, ainda, nos deixa claro que apenas o escultor Lisipo seria responsável por representar o rei (Plut. *De Alex. virtude*, 335, b-c). Esse mesmo tinha uma forma bastante comum e que continuaria a inspirar os retratos do rei macedônio após a sua morte: “inclinação do pescoço pendendo ligeiramente sobre o ombro esquerdo, e vivacidade no olhar” (Plut. *Alex.* IV, 2). Lisipo ainda, segundo Plutarco, era o único que conseguia configurar “no bronze o caráter de Alexandre e lhe exprimia nas suas linhas a sua virtude” e, todo aquele que tentava imitar “não lhe salvaguardada a expressão viril e leonina” (Plut. *De Alex. virtude*, 355, b-c).

Plutarco ainda faz algumas menções quanto a pele e a altura de Alexandre. Sobre a coloração da pele, o querônês chama a atenção por ela ser muito branca, mas que enrubescia com facilidade (Plut. *Alex.* IV, 3). Tal ressalva é importante visto que a pele branca, na cultura greco-romana da época de Plutarco, mas já no tempo de Alexandre, era associada às mulheres e aos adolescentes, que encontravam contraste frente às peles amorenadas dos homens que tinham suas atividades ao ar livre, expostos ao sol. Com isso, não é de se espantar, como nos relata a historiadora Claude Mossé (2004, p. 96), de que no célebre mosaico representando a Batalha de Isso, Alexandre seja construído com a pele mais escura. Já sobre sua altura, de novo Mossé (2004, p. 96) nos traz que Alexandre não deveria ser muito alto, pois é rotineiro as passagens que mostram que ele teria lutado com alguém maior em altura. Contudo isso é tudo o que sabemos.

Partindo para as questões sobre o nascimento e a infância/juventude do rei macedônio, segundo Maria de Fátima da Silva (2012, p. 3), a maioria das fontes antigas passa longe desse debate. Essa preocupação plutarquiana, em nossa visão, está correlacionada ao desejo do querônês em nos apresentar a educação – a *paideia*, que o jovem príncipe macedônio recebeu logo na sua dita infância. Plutarco assim, diferentemente dos demais escritores alexandrinos acredita que essa mesma educação deva ser algo a ser introduzido no futuro governante e/ou cidadão desde a

tenra idade. Ao dar atenção redobrada a esses fatos, Plutarco traz, inclusive, alguns elementos mitológicos para sua narrativa. Alexandre, de forma geral, fora ligado a duas divindades olímpicas, Zeus e Dioniso, e a um herói grego, Aquiles.

Sua ligação com o deus principal do Olimpo vem de sua descendência paterna, sendo os reis da Macedônia e, portanto, seu próprio pai Filipe II, descendentes de Hércules, filho de Zeus, realizador dos famosos Doze Trabalhos, com uma mulher mortal. Sobre o pai “terreno” de Alexandre, Filipe da Macedônia, desde o início das narrativas plutarquianas, ele é ligado a figuras viris, conquistadoras e portadoras de autoridade, Hércules e Zeus. A estratégia dos macedônios de se relacionar com possíveis origens divinas, por mais que já estivesse em desuso, já nos tempos de Alexandre, era ainda aceita e usada, segundo Mossé (2004, p. 79), pelos cidadãos de Atenas e pelos reis de Esparta. A ligação a elementos mitológicos consistia, portanto, em um recurso retórico de legitimidade que, continuaria a ser usado mais tarde pelos romanos, como podemos perceber nos poemas do escritor romano Marcial que em seus epigramas vincula o imperador Domiciano a Júpiter (Zeus) e a Hércules (Cairolli, 2011, p. 73-76).

Filipe ainda é mostrado enquanto um precursor bélico de Alexandre e um modelo de virilidade a ser seguido, quando ele mesmo, segundo Plutarco confessa a seus amigos e companheiros mais íntimos temer não haver nada mais a conquistar frente às sucessivas vitórias militares de seu pai (Plut. *Alex.* V, 4-6). Aqui vale lembrar que, assim como para os romanos, também para os gregos, a vitória militar era conquistada através da excelência moral e de caráter, muito mais do que apenas pela estratégia militar. O caráter bélico e o significado da vitória no campo de batalha eram, portanto, uma demonstração da presença de virtude e de virilidade.

Contudo, na *Vida de Alexandre*, Plutarco relaciona Alexandre diretamente ao que podemos chamar de seu pai “divino”: Zeus. No relato biográfico de Plutarco temos o episódio onde Olímpia teria sido atingida por um raio na barriga representando, assim, que o verdadeiro pai de Alexandre era Zeus e não Filipe.

Pois bem, a noiva, antes da noite em que ambos se encontraram na câmara nupcial, acreditou que um trovão ou que um raio caía sobre seu ventre e que do golpe se ascendia um grande fogo, que depois se fragmentaria em chamas direcionadas a todos lados e que terminava se extinguindo (Plut. *Alex.* II, 3).

Num segundo momento, logo após esse relato, Plutarco nos conta de um sonho tido por Filipe, em que ele marca com ferro fervente o ventre de sua própria esposa com um Leão. Ao contar isso aos adivinhos, Filipe teria sabido que seu filho seria valoroso, corajoso e teria a natureza própria do animal (Plut. *Alex.* IV, 1 – 5). A figura do Leão está, geralmente, ligada à força, coragem, magnanimidade e ao poder em si. Ao vincular essa figura a Alexandre, vemos a construção de uma imagem virtuosa e, portanto, viril, que nascia portadora de grandes qualidades que o colocavam no caminho certo para um destino grandioso. Vale lembrar que, mais tarde, Alexandre é “acusado” de matar um leão², fato esse que não só o liga a história mitológica de Hércules, mas também que, vencer um Leão, o tornava mais forte, valoroso e corajoso do que aquele símbolo.

Sobre Dioniso, as comparações são múltiplas. Plutarco nos leva a entender, algumas vezes, que Alexandre imitava esse deus por ser seu filho ou não, através da expedição de conquista da Índia e das cerimônias báquicas que ele realizou naquele território. Esta narrativa foi aceita, mais tarde, pela dinastia dos Lágidas, que seriam responsáveis pela criação de um “novo Dioniso” através da figura de Alexandre (Mossé, 2004, p. 89). Dioniso é ligado diretamente à mãe de Alexandre e, nos relatos plutarquianos, ao bárbaro e ao Oriente, se vincula com o luxo, ou melhor, com as práticas exageradas e que deixavam “estupefatos os homens” (Plut. *Alex.* II, 9). Sua mãe, Olímpia, era acusada de participar de orgias em homenagem ao deus (Plutarco, *Alex.* III). A mãe de Alexandre, portanto, foi entendida por Plutarco como aquela que introduz no filho um gosto pelo luxo e pelo bárbaro, algo que tratamos em outros momentos ainda neste livro. Dioniso, por fim, através dessas associações, pode ser entendido, segundo Liparotti (2017, p. 47), como símbolo da fraqueza e da decadência de Alexandre. Isso pode ser visível nesse exemplo a partir do debate de Plutarco que, na trajetória de Alexandre, tanto o “atentado contra Clito, que cometeu em estado de embriaguez, como também o abandono dos macedônios, que na Índia recusaram-se a segui-lo, deixaram como imperfeitas sua expedição e sua glória, tudo isso atribuía ele [Alexandre] ao ressentimento e à vingança de Dioniso” (Plut. *Alex.* XIII, 4). A figura de Dioniso, assim, coloca-se enquanto antagônica a de Aquiles, “o melhor dos Aqueus”.

² Retratado em um mosaico que atualmente se encontra em um museu na cidade macedônia de Pela. Outras informações sobre ele podem ser encontradas em: BIAZOTTO, T. do A. Alexandre Magno, caçador de leões: Mosaico de Pela e a doação de Crátero em Delfos. *Figura: Studies on the Classical Tradition*, v. 8, n. 2, 2020, p. 71-117.

Ademais, sua ligação com o herói homérico Aquiles vem de sua descendência materna. De possível origem divina, a família Eácidas³, que reinava em Épiro, descendia da deusa Tétis que, ao se relacionar com o mortal Peleu, teria sido mãe de Aquiles, o herói épico por excelência. Ao vincular Alexandre a Aquiles, Plutarco está preocupado em discutir o conceito grego de educação por meio dos poemas homéricos, a *Iliada* e a *Odisseia*, livros esses que marcam a trajetória de Alexandre e que o acompanham em sua expedição frente aos persas (Plut. *Alex.* XXVI, 1-2). Como nos traz Mossé (2004, p. 96), hoje sabemos, através das escavações de Vergina⁴, que a corte macedônia era “muito brilhante e tingida de cultura helênica” e de que ainda, na busca por origens gregas por parte da realeza macedônica, era “natural que os poemas homéricos fossem ensinados aos jovens príncipes”.

Alexandre, assim, mesmo que apenas no começo, pode se ligar mais uma vez com Aquiles e enxergar sua expedição como uma “nova Guerra de Troia” (Mossé, 2004, p. 97). Fato esse visível quando Alexandre, ao chegar à Ásia deposita uma cora de flores no túmulo de Aquiles, e Heféstion no túmulo de Pátroclo (Plut. *Alex.* XV, 7 – 9). Segundo Juliana Cristhina Murari, Roseli Gall do Amaral e José Joaquim Pereira Melo (2009, p. 9854), a *Iliada* e *Odisseia* possuíam uma perspectiva didático-pedagógica, que buscava apresentar em seus relatos mitológicos “personagens de extrema bravura, honestidade, sabedoria e um elevado senso de justiça”. Essa perspectiva se mantinha, então, nos relatos de Plutarco, onde heróis, como Aquiles convertiam-se, portanto, em modelos a serem seguidos.

Desde pequeno, o homem grego aristocrata era incitado a buscar as virtudes modelares desses heróis, tais como a honra, a coragem e a amizade; além disso, aprendia a respeitar os deuses e a crer em seus mitos, particularmente naqueles contidos na *Iliada* e na *Odisseia*. Deveria também mostrar-se superior aos seus pares na força, na beleza, na habilidade com instrumentos musicais ou ainda na nobreza de sua linhagem. Todos estes atributos deveriam ser desenvolvidos ao máximo, para que esse jovem pudesse atingir a excelência, a *areté* heroica (Murari; Amaral; Pereira Melo, 2009, p. 9854).

Portanto, por parte de pai e por parte de mãe, Alexandre podia acreditar ser o descendente distante, por parte de Hércules, de Zeus e por parte de Aquiles, da deusa Tétis (Mossé, 2004, p. 80). Plutarco retoma esse artifício retórico de uma pos-

³ Casa real de Épiro, da qual descendia Olímpia, mãe de Alexandre.

⁴ As escavações na pequena cidade de Vergina, no norte da Grécia, já duram décadas. Tendo sido iniciadas em 1939, o auge das descobertas foi na década de 1970.

sível origem divina de Alexandre frequentemente nos discursos laudatórios *Sobre a Fortuna ou a Virtude de Alexandre Magno*, como podemos perceber nesse pequeno trecho a seguir: “Esta arte herdou-a dos Eácidas e de Hércules [...]” (Plut. *De Alex. virtude*, 334, d).

Contudo, muito mais do que realmente acreditar em tais elementos mitológicos, fato esse que não está em questão aqui, fica claro que com essas histórias Plutarco realçava a nobreza enquanto um importante elemento definidor de caráter em seu Alexandre. Ou seja, “a natureza e as virtudes do herói estavam ligadas à sua ancestralidade, sugerindo que sua grandiosidade derive de sua ascendência divina e nobre [...]” (Ziegler, 2009, p. 111). Desse modo, por meio dos personagens e do ideal que elas incorporavam, o monarca era instruído, ou melhor, colocado diante de determinados modos de ser e viver que se constituíam como instrumentos essenciais para a formação do homem (Murari; Amaral; Pereira Melo, 2009, p. 9854). Zeus, Hércules, a figura de um Leão e Aquiles, então, representariam as figuras de virilidade e masculinidade que, a partir do universo mitológico e de personalidades disponíveis realçam a postura máscula de Alexandre, que encontra em suas origens nobres e divinas a inspiração para virtude e para a excelência.

Diante do que foi exposto até aqui, é preciso observar que Plutarco escrevia para membros das elites romanas, em especial para a elite senatorial e para a casa imperial. Destacar a nobreza de Alexandre enquanto portador de virtudes, neste sentido, pode ter sido essencial aos olhos de Trajano, que vem de uma família nobre, porém provincial, gerado para ser imperador pela mais alta esfera romana, o Senado, a partir de sua adoção pelo melhor dos senadores escolhido *princeps*, o imperador Nerva (96-98). Indo um pouco mais além, nos escritos de Plínio, o Jovem, em especial seu *Panegírico A Trajano*, obra essa a qual o autor tece elogios a Trajano, também há uma associação do *princeps* com Zeus e a Hércules. Algo que, em nossa visão, além de realçar a posição de Trajano como “maior e melhor”, através do título de *Optimus* concedido pelo Senado, também busca criar uma imagem imperial viril.

Mas, apenas a descendência não era o suficiente tanto para Trajano, como para Alexandre⁵. Segundo Plutarco, tais elementos foram somente o solo fértil onde,

⁵ Gaia (2021) nos lembra que existe uma espécie de propaganda realizada pelos Antoninos da escolha “do melhor”, que definiria quem deveria assumir o trono imperial romano. Ao ser iniciada por Nerva com a adoção de Trajano, esse tipo de escolha do mais capacitado continuou até Marco Aurélio, que teria escolhido seu filho. Cômodo, quebrando assim a tradição que, segundo Gaia (2021, p. 180) é defendida por muitos historiadores como a chave para o sucesso da dinastia Antonina. Contudo, segundo esse mesmo historiador, tal “propaganda” é falsa, visto que também é falso que “os Antoninos rejeitaram a transmissão do poder hereditário e que primaram pela “adoção do

com o auxílio da *paideia* – educação –, a virtude (*ἀρετή* – areté) poderia ser cultivada e, assim, o homem virtuoso e, portanto, viril, assim como o bom governante estaria assegurado. Novamente percebemos essa preocupação de Plutarco com a educação de Alexandre muito antes de trabalhar suas virtudes, quando o escritor faz questão de nomear todos os tutores responsáveis pela educação de Alexandre. Os primeiros teriam sido Leônidas, parente de Olímpia, tido como alguém ríspido e de conduta austera, e Lisímaco, indivíduo oriundo da Acarnânia e que se auto intitulava Fênix, em alusão ao mestre de Aquiles (Plut. *Alex.* V, 5). Ambos são sucedidos pelo famoso Aristóteles⁶.

Além disso, sabe-se que a educação de Alexandre, ainda na corte de Filipe, era voltada para a perspectiva de suceder seu pai. O querônês ainda nos deixa claro que consistia aos pais se preocuparem com a educação de seus filhos e, muito mais do que lhes dar ordens, deveriam persuadi-los e os “conduzir através da razão a seus deveres” (Plut. *Alex.* VII, 1-2). Plutarco, assim, reflete sobre quem deveria governar. Ao apresentar seu Alexandre, seja pelas preocupações políticas, expansionistas ou culturais de Filipe, ser educado aos moldes gregos através do convite, ou melhor, da coerção⁷, da vinda de Aristóteles para a corte macedônia insere Plutarco dentro de “uma longa tradição de escritores que intentaram educar os romanos à moda grega” e que para isso usaram “em suas obras um ideal de paidéia capaz de gerar governantes virtuosos” (Silva, 2007, p. 183).

Plutarco nos conta que Alexandre se dedicou, sob a então tutela de Aristóteles, aos estudos da moral, da política e das ciências profundas e secretas (aqui entendidas como práticas de cura):

Parece-me que foi também ele, Aristóteles, mais do que nenhum outro, que fixou em Alexandre a afeição pela medicina. E não só o

melhor”. “A adoção do melhor”, da forma como foi concebida, só pode ser aplicada para o caso de Nerva quando adotou Trajano. A adoção foi uma regra, sim, mas não necessariamente a do melhor. [...] Nesse caso, essa tese não se sustentou, pois a adoção tem que ser vista mais como um recurso a um meio artificial para manter uma linhagem de poder, que deveria administrar o Império e dar continuidade aos projetos, e não como um projeto proposital de se escolher “o melhor” para governar Roma. [...] O sistema continuou muito parecido com o de Augusto dentro da *Domus Augusta*, pois de Trajano a Cômodo, os escolhidos pertenciam à *Domus Imperial* centrada em um *princeps* que também era *dominus*” (Gaia, 2021, p. 179-180).

⁶ Aristóteles foi um filósofo que nasceu por volta de 384 a.C. e, como muitos jovens de sua época, viajou para a cidade de Atenas a fim de seguir os passos dos sofistas. É possível que ele tenha sido discípulo de Isócrates, mas sua maior formação se deu na Academia de Platão. Terminada essa formação, Aristóteles foi embora de Atenas e se instalou na corte do rei Hérmiades de Atarneia, depois foi para a capital da Macedônia, Pela, voltando a Atenas tempos depois, em 335 a.C., onde fundou o Liceu, local em que ensinou até seu exílio pouco antes de sua morte, em 322 a.C. (Ziegler, 2009, p. 113).

⁷ Filipe II teria prometido a Aristóteles a reconstrução de sua cidade natal, Estagira, destruída por ele mesmo no passado, em troca da oferta de formação do jovem príncipe (Ziegler, 2009, p. 112-113).

interessava a teoria, como também atendia aos seus amigos enfermos e prescrevia tratamentos e regimes como pode-se perceber em sua correspondência (Plut. *Alex.* VIII).

É durante a sua infância e, portanto, ainda sob os ensinamentos de Aristóteles, que Alexandre começa a dar seus primeiros sinais de um amplo desejo por conhecimento e curiosidade, assim como mostra o desejo de possuir um autodomínio de si e a temperança. Percebemos esses primeiros sinais em dois episódios específicos. Um deles é quando Plutarco relata a emblemática visita de uma comitiva persa que chega à Macedônia na ausência de Filipe II. Durante o banquete, a comitiva fica espantada com as perguntas do jovem príncipe que se preocupa em entender as histórias e a geografia do Império Persa muito mais do que com banalidades e infantilidades que seriam esperados de alguém de sua idade.

Estando Filipe ausente, chegaram embaixadores do rei da Pérsia; Alexandre os acolheu, fez amizade com eles e, em certo momento, os subjugou por sua bondade e por não fazer nenhuma pergunta infantil ou sem sentido – ao contrário, se informava do comprimento e dos caminhos e da forma de viajar que faziam no interior da Ásia, assim como dos comportamentos guerreiros de seu rei e da coragem e força dos persas – que os embaixadores ficaram surpresos e sentiram que a tão célebre habilidade de Filipe não valia nada comparada ao brilho e grandeza de visão de seu filho (Plut. *Alex.* V, 1-3).

Outra cena que ainda ocorre na infância do macedônio é a sua primeira grande conquista, mas dessa vez não em um campo militar, mas durante a doma de seu famoso cavalo, Bucéfalo.

Alexandre respondeu: “- Pelo menos este iria lidar com isso melhor que o outro.” “- E se você não tiver sucesso, que castigo você está disposto a aceitar por sua imprudência?” “- Para Zeus”, disse Alexandre, “- pagarei o preço do cavalo”. Houve risos e logo a aposta entre eles foi formalizada. Ao mesmo tempo, Alexandre correu para o cavalo, agarrou as rédeas e virou-o para encarar o sol porque, ao que parece, ele havia notado que o animal estava perturbado ao ver sua própria sombra projetada acenando à sua frente. Por alguns momentos, ela estava andando ao lado dele e acariciando-o, enquanto o via furioso e ofegante. Com um salto que ele estava firmemente montado em sua garupa. Puxando um pouco do freio com as rédeas, ele conseguiu desacelerá-lo sem bater ou rasgar a boca; Quando viu que o cavalo estava adotando uma atitude ameaçadora e que estava ansioso para correr, afrouxou as rédeas e se lançou com um grito já mais ousado e o chutou para frente. A princípio, Filipe e sua família ficaram sem palavras de preocupação, mas quando ele se virou e voltou a eles livremente, orgulhoso e feliz, todos começaram a aplaudir; e diz-se que

seu pai chorou de alegria e que, quando desmontou, beijou-o na testa e disse: “- Meu filho, encontre um reino para você governar, porque a Macedônia é pequena demais para você” (Plut. *Alex.* VI, 1-5).

Bucéfalo era tido como arisco e até mesmo perigoso pelo pai de Alexandre, no entanto, o garoto não se deixa abater e enfrenta o animal. Alexandre não usa nem de força nem de rapidez, nem cordas ou qualquer outro utensílio, mas sim, segundo Plutarco, de sua inteligência e do seu autodomínio. O cavalo, por fim, tinha medo de sua própria sombra e, ao ser levemente conduzido em direção ao sol, os seus “medos” são quebrados pelo príncipe que o recebe de presente do pai e, a partir de então, o acompanha ao longo de quase toda a sua expedição contra os persas⁸. Segundo Whitmarsh (2002, p. 180), é a paidéia de Alexandre que quebra o mal comportamento, o comportamento “sem educação”, não adestrado do cavalo. Ao ver isso, Filipe teria creditado em seu filho o autocontrole filosófico de Alexandre, ou seja, dado pela educação que Alexandre recebera, quase que predizendo sua capacidade de dominar seu futuro grande império.

A partir dos dois exemplos acima, em nossa visão, fica, como desfecho, as demonstrações de astúcia, coragem, destreza e domínio de si que Alexandre, provavelmente, teria herdado de suas ascendências nobre e divina, demonstradas ainda na infância durante a lapidação por meio da paidéia grega recebida por Aristóteles. A paidéia, tema central da cultura helênica é aqui, também, um dos temas principais de Plutarco ao descrever seu Alexandre, perpetuando como um exemplo de comportamento. Temos aqui o terreno fértil para um bom governante, dotado por sua descendência e educação de qualidade capaz de, no futuro, desempenhar bem suas funções, tomando decisões acertadas no campo político e militar.

O Alexandre de Plutarco é muito apegado a seu mestre, chegando até mesmo a “amá-lo mais que a seu pai”, isso porque teria sido Aristóteles que deu a Alexandre os motivos para ele ter uma “vida honrada” (Plut. *Alex.* VIII, 4). Mesmo depois de um afastamento entre mestre e discípulo a “paixão pela filosofia, que se havia implantado nele desde o princípio e crescido com ele, nunca desapareceram de seu espírito” (Plut. *Alex.* VIII, 5). Influenciado por Platão, Plutarco cita, em outro de seus escritos, chamado *Maxime cum principibus philosopho esse disserendum*, que ser

⁸ Além disso, em especial com o episódio do cavalo Bucéfalo, ficam demonstradas, também, as influências platônicas nas narrativas de Plutarco e na forma em que o mesmo liga Alexandre ao *topos* do rei filósofo (Whitmarsh, 2002, p. 180). A forma de com que o macedônio adestra o equino aparece quase como um comentário ao *Mito da Caverna* de Platão (Whitmarsh, 2002, p. 180).

filósofo é ser capaz de entender as necessidades da comunidade sem requerer para si fama, dinheiro ou poder, como já observou Ziegler (2009, p. 113), a partir da análise do trecho 776b da obra citada. Indo mais além, fica demonstrando que o filósofo, para o queronês, deveria estar sempre associado ao governante quando esse mesmo não fosse um filósofo, o que era o caso de Alexandre, o instruindo em suas virtudes e comportamentos, o que garantiria não só um bom e legítimo governante, como também o bem estar entre o governante e os governados.

Se no começo da biografia Plutarco apresenta um Alexandre rústico e teimoso (Plut. *Alex.* VII, 1-2), no final o retoma dentro dessas características ao apresentá-lo longe da influência de filósofos e da filosofia como um todo, cercado por aduladores e pelo luxo oriental. Entretanto, na maior parte do tempo, Alexandre foi colocado sob a máscara do “rei-filósofo”. Ele foi, segundo Plutarco, educado para tal empreitada, preparado por uma educação aos moldes gregos e acompanhado pela literatura homérica ao longo de sua expedição (Plut. *Alex.* VIII, 2). Cercado por esses elementos Alexandre é o mais preparado, muito mais até que seu pai Filipe, para governar não somente a Macedônia, como todas as suas demais conquistas. Acreditamos que, com isso, Plutarco esteja mirando Trajano para seguir Alexandre.

Do conhecido Diógenes aos gimnosofistas brâmanes, Alexandre se mostra portador de uma “alma de filósofo” ao “amar a sabedoria e admirar, sobretudo os sábios” característica essa, segundo Plutarco, “inerente a Alexandre mais do que em qualquer outro rei” (Plut. *De Alex. fortuna*, 331, X, e). No entanto é com Diógenes que fica evidente o apressado e a importância que Alexandre daria, segundo Plutarco à filosofia:

Enquanto muitos políticos e filósofos se aproximavam dele para parabenizá-lo, Alexandre confiava que Diógenes de Sinope, que então estava em Corinto, faria o mesmo. Mas, como ele não se importava nem um pouco com Alexandre, esse foi pessoalmente visitá-lo, encontrando-o deitado ao sol. Diógenes sentou-se um pouco diante de uma avalanche de homens quando ele estava vindo em sua direção e encarou Alexandre; Ele o cumprimentou e perguntou se ele precisava de alguma coisa. “- Afaste-se um pouco do sol”, disse ele. Dizem que diante de tal resposta e sinais de desdém, Alexandre era tão admirado pela arrogância e grandeza desse homem que, quando voltou, sua família riu e zombou do filósofo, ele disse: “- Bem, pelo que ele faz comigo, se não era Alexandre, de bom grado seria Diógenes” (Plut. *Alex.* XIII, 3).

Nessa passagem também fica compreendida, simbolicamente, que existe um problema na vida de Alexandre, pois o mesmo quer ocupar dois postos tidos como antagônicos: “um rei que ambiciona conquistar o Oriente e um filósofo cuja aspiração se resumia a gozar dos raios do sol” (Liparotti, 2017, p. 44). No entanto, por ser seguidor de Platão, para Plutarco, essas trajetórias não se antagonizavam, pelo contrário, elas se encontravam na formação de um rei filósofo (Liparotti, 2017, p. 45).

Plutarco considera Alexandre um filósofo que não fica apenas na teoria, mas parte para a prática, ou melhor, opta por uma filosofia prática:

“Se não fosse Alexandre, seria Diógenes” isto é, se não tivesse em mente unificar os bárbaros com os helenos e, percorrendo todo o continente, não pensasse em civilizá-los, se investigando os confins da terra e do mar, não tencionasse estender as fronteiras da Macedônia até o oceano, se não objetivasse difundir a Grécia no mundo e disseminar em todas as nações a justiça e a paz, não me sentaria num trono inútil de luxo, mas imitaria a frugalidade de Diógenes (Plut. *De Alex. fortuna*, 332, b).

Muito mais do que escrever tratados filosóficos, Alexandre mostra que a filosofia acontece na prática, muito mais que ensinando em escolas ou Academias, é a partir do exemplo que ele ensina:

Nem estes filósofos se ocupavam de guerras de tal dimensão, nem iam pela terra a civilizar chefes bárbaros, nem a fundar cidades helenas entre populações selvagens, nem a ensinar a lei e a paz a tribos desregradas e ignorantes; pois apesar de tempo livre, deixaram aos sofistas a missão de escrever. De onde lhes vem então o reconhecimento como filósofo? A partir daquilo que disseram ou a partir do modo de vida que praticaram ou a partir daquilo que ensinaram. Sob esses critérios, portanto, há de se julgar também Alexandre: a partir do que disse, do que fez, do que ensinou é que ele pode ser considerado um filósofo (Plut. *De Alex. fortuna*, 328, b).

Para Plutarco, Alexandre foi o “mais filósofo” entre os filósofos (Plut. *De Alex. fortuna*, 328, d-e). Ele era responsável enquanto rei, mas também enquanto filósofo, de ensinar:

[...] aos hircanos o casamento, aos aracósios a agricultura, aos sogdianos o cuidado de alimentar seus pais em lugar de matá-los, aos persas o respeito por suas mães, aos citas o enterrar de seus mortos em lugar de comê-los, aos indianos a se prosternarem diante dos deuses, a todos a ler Homero e a declamar as tragédias de Eurípides e de Sófocles [...] semeou a Ásia com magistraturas gregas e, assim, superou seu modo de vida selvagem e animalesco. Embora, entre nós, poucos

sejam os que leem as Leis de Platão, milhares de homens fizeram e fazem uso das leis de Alexandre. (Plut. *De Alex. fortuna*, 328 d-e).

Tendo dito isso, Plutarco ressalva que se julgássemos Alexandre teríamos que fazer “a partir do que disse, do que fez, do que ensinou” sendo assim considerado no final “como um filósofo” (Plut. *De Alex. fortuna*, 328, b). Indo mais além, é como um filósofo que Alexandre irá agir em todas as suas ações, e Plutarco nos deixa isso bem claro em suas narrativas.

Quando se apaixonou por Roxana, a filha de Oxiartes, enquanto essa entre as cativas dançava, não a violou, mas a desposou: “como um filósofo”. Quando viu Dario transpassado por um dardo, não realizou sacrifícios nem cantou o hino da vitória para indicar que uma longa guerra tinha acabado; despiu o próprio manto e lançou-o sobre o corpo como se escondesse a retribuição divina que espera cada um dos reis. “Como um filósofo” (Plut. *De Alex. fortuna*, 332, e-f).

Também como um filósofo:

[...] enquanto percorria uma carta confidencial de sua mãe, Héfestion, que por acaso estava sentado ao seu lado, simplesmente pôs-se a lê-la ao mesmo tempo; Alexandre não o impediu, mas colocou seu anel [ou o dedo] sobre a boca do amigo, selando o silêncio com um pacto de amizade (Plut. *De Alex. fortuna*, 332, f; 333 a; *Alex. XXXIX*, 8).

Ao longo de todas suas obras alexandrinas, Plutarco intenta nos apresentar uma filosofia prática. Ao mostrar um Alexandre que coloca em prática as lições de filosofia aprendidas ainda em sua infância, Plutarco visa refletir que o rei macedônio tomou as decisões corretas em matéria de governança, colocando-se frente as vicissitudes das ocasiões em que enfrentava. Com isso, certamente, Plutarco mira a aristocracia greco-romana, ou seja, aqueles que estivessem em posições de governo de uma cidade ou de um império. A eles, Plutarco conclama a excelência.

Percebemos, então, o papel da *areté* (ἀρετή – virtude) como ponto chave nos escritos plutarquianos sobre Alexandre. A *areté* era um elemento ligado à aristocracia educada e designaria, de forma geral, “o mérito ou a qualidade pelo qual algo ou alguém se mostra excelente” (Barros, 2002). Porém, muito diferente do que entendemos nos dias de hoje como virtude, a partir de uma concepção judaico-cristã ocidental, o termo *areté* não carrega consigo nenhuma ideia moral ou ética. A historiadora Gilda Naécia Barros (2002), nos mostra que, tanto para Platão como para Aristóteles, a justiça seria a maior das *aretai* (virtudes), por isso todo e qualquer

processo educacional grego deveria se propor a alcançar essa perfeição: o de ser justo, pois, “um homem injusto age em sentido contrário a excelência” (Barros, 2002).

No mundo grego, a *areté* estava ligada à educação que aspira realizar no homem a conquista da excelência, sendo que já no mundo romano esse ideal seria o de alcançar a *humanitas*, através da *paidéia*. Com isso, entendemos que, para Plutarco, o sucesso de Alexandre e seu prestígio foram alcançados por essa sua excelência, herdada não pela sorte (*tyché* – fortuna), mas por seu valor, sua educação e por sua excelência. Mesmo nas situações ruins e nos caprichos da Fortuna, a “violência da guerra e o prevalecer da força” revelam em Alexandre a sua “grande coragem unida à justiça”, em que a “notável temperança e a serenidade, acompanhadas de disciplina e inteligência”, mostrariam alguém que “com julgamento sóbrio e sensato praticou cada ação” (Plut. *De Alex. Fortuna*, 332, c).

Alexandre nunca contou com a sorte, entendida nos escritos plutarquianos como a deusa romana Fortuna. Em especial, a obra *Sobre a Fortuna ou a Virtude de Alexandre Magno* vem quebrar esse discurso conhecido como “Discurso da Fortuna” (Liparotti, 2017, p. 13). Existia uma dualidade, em que um grupo de autores como Quinto Cúrcio Rufo, por exemplo, que “ao serem avessos aos exemplos de autoritarismo baseados nas atribuições individuais e benéficas exclusivas aos reis”, tendiam em pôr “a responsabilidade dos feitos humanos sobre a Fortuna, uma divindade, os diminuindo” (Liparotti, 2017, p. 12-13). Tal corrente é entendida por Renan Marques Liparotti (2017) como uma corrente depreciativa que Plutarco, por meio desse discurso, tenta não seguir.

A resposta de Plutarco a essa tendência é realizada listando uma série de momentos os quais o rei é atingido por flechas e golpes que lhe deixam marcas, feridas, cicatrizes. Para Plutarco, essas listas de feridas são a prova de que a Fortuna, por inúmeras vezes, se colocou contra as ações do macedônio que só a venceu por seus próprios méritos e virtudes contidos na educação e na filosofia que recebera⁹. A filosofia, portanto, fornecida por Aristóteles e ampliada pelo próprio Alexandre ao longo de sua carreira militar, é o que o equiparou de “grandeza de alma, uma inteligência apurada, autocontrole e coragem viril” (Plut. *De Alex. fortuna* 342, a-b).

Para Plutarco, a maior virtude de Alexandre era a filosofia e dela derivava todas as suas outras qualidades e virtudes que o autor acreditava serem essenciais na

⁹ Voltamos ainda às questões das feridas e cicatrizes de Alexandre, sendo essas também demonstrações de coragem, ausência do medo e postura viril frente ao campo de batalha e aos homens que Alexandre liderava.

formação e nas conquistas de Alexandre, representante do governante justo e ideal. Era a filosofia que, para Plutarco, seria a maior e mais bela base sob as quais Alexandre equipou sua expedição e que lhe concedia as virtudes da “magnanimidade (μεγαλοψυχία – *megalopsychía*), inteligência (νόος – *nóos*), temperança (σοφροσύνη – *sôphrosýnê*), coragem (ἀνδρεία – *andreía*)” (Plut. *De Alex. fortuna*, 327, IV, e). Eram os “raciocínios filosóficos” tidos não apenas como teorias, mas postos em prática que levaram Plutarco a considerar justo o título de Alexandre como o maior dos filósofos (Plut. *De Alex. fortuna*, 329, a).

A filosofia e o comportamento filosófico de Alexandre ao longo de sua vida é o que lhe garante todas as qualidades e virtudes ideais e positivas apresentadas por Plutarco no trato com seus amigos, soldados, inimigos e família. Para Plutarco não era possível perceber nas ações de Alexandre o predomínio de uma ou de outra virtude que o rei possuía, mas sim de que:

[...] todas as suas ações parecem misturar todas as virtudes, pelo que confirma, assim, aquele dito estoico segundo o qual tudo aquilo que um homem sábio executa, fá-lo de acordo com todas as virtudes e, embora, uma virtude, quando parece, executa o papel protagonista de cada ação, na verdade ela invoca as outras e tendem juntas ao mesmo fim. Por isso, pode-se ver em Alexandre o guerrear humano, a serenidade corajosa, a parcimônia generosa, a cólera moderável, a paixão temperada, o relaxamento não ocioso, a dedicação ao trabalho não sem recreação (Plut. *De Alex. fortuna*, 332, IX, c-d).

Vemos, por conseguinte, um Alexandre que se afasta, nem que seja em um primeiro momento, daquilo que se caracterizava enquanto vício nos tempos de Plutarco: “a vaidade, a inveja, o desperdício de tempo, os excessos, o apego às coisas fugazes, o medo, a inconstância, a cólera, entre outros” (Miranda, 2008, p. 80). A paidéia de Alexandre o fazia um homem virtuoso. Alexandre é apresentado enquanto virtuoso, viril, respeitador das práticas e dos deveres, tendo disposição para com o inferior e subordinado, mostrando-se paciente e voltado ao bem comum, sendo reconhecido pelos seus por isso. Plutarco, assim, reveste seu Alexandre com os ideais do culto imperial romano, em especial aqueles ornamentados por Augusto (*virtus, voluntas, pietas, fides*). Ao fazer isso, o queronês se insere novamente dentre aqueles que, através da literatura, refletem acerca do governante ideal e do próprio sistema político do Principado.

Focaremos agora nas inúmeras virtudes analisadas, ao contrário do dito estoico citado anteriormente, de forma individualizada no Alexandre de Plutarco

antes de, rapidamente, apresentarmos o seu outro lado que, em certa medida, deveria servir de exemplo ao leitor. Aqui não podemos deixar de lembrar que as virtudes estão intrinsicamente ligadas à questão da virilidade. Ao construir um Alexandre virtuoso e afastado dos vícios, Plutarco também corrobora para a construção de uma imagem viril de Alexandre, ressaltando essa última virtude, a virilidade, nos episódios em que fica demonstrado em Alexandre sua “paixão temperada”, sua moderação e seu autodomínio (ἐγκράτεια – *enkráteia*/domínio de si).

Também ressaltamos que essas virtudes e elementos positivos de Alexandre estão relacionados diretamente e fazem parte da busca por construir, através da figura do rei macedônio, um governante capaz de unir os elementos culturais greco-romanos das elites governantes. O *Homem-fronteira* de Plutarco, percebido na sua construção do caráter (ἦθος – *ethós*) de Alexandre, é colocado, assim, interseccionando elementos de gênero e identidade cultural para se configurar como aquele que deve ser seguido e imitado em matéria de comportamento, educação e governança.

Acerca das virtudes, ou elementos positivos do caráter de Alexandre, destacamos, em primeiro lugar, a generosidade (χάρις – *cháris*). Esta qualidade segundo Mossé (2004, p. 105), é a mais frequentemente mencionada por Plutarco. Plutarco a realça como uma das virtudes romanas, a *Liberalitas* (generosidade) que, segundo Gonçalves (2001, p. 24), seria a virtude que coloca o homem “sempre disposto a auxiliar seus amigos e seus súditos, em troca de apoio político”. Apoio esse que, como veremos, é imprescindível para Alexandre. O mesmo precisa de seu exército¹⁰, assim como precisa daqueles que deixou para trás governando a Macedônia e a Grécia. A manutenção dos interesses da pátria requeria do *princeps* romano que ele fosse considerado, um “bom-general”. Esse bom-general era garantido através da “distribuição de benesses materiais” que lhe garantiria a “confiança das legiões e guardas romanos” (Gonçalves, 2001, p. 22). Dessa forma, pela demonstração de generosidade, atenção e cuidado para com as tropas e o restante da elite, estariam certas recomendações ao *princeps* romano.

Sendo assim, o Alexandre de Plutarco é descrito como portador de uma grande generosidade, garantida tanto na sua relação com seus soldados e amigos, quanto em sua relação com seus inimigos. Gregos, macedônios e persas (antes e depois de se tornar senhor da Ásia) receberam demonstrações de condescendência e benevolência por parte de Alexandre em determinados momentos. Tais ele-

¹⁰ Como podemos ver, por exemplo, em PLUT. *Alex.* XIX, 9-10.

mentos, segundo nossa leitura, são apresentados durante as narrativas cotidianas de Alexandre dentro das obras de Plutarco em uma tentativa de ressaltar o seu caráter e os seus comportamentos.

Plutarco chama a atenção de seu leitor para essa generosidade quando relata que, antes de partirem para a conquista da Ásia, Alexandre teria se preocupado com a condição financeira de todos os seus companheiros:

Agora, embora tenha saído com tão poucos e escassos recursos, ele não embarcou nos navios sem primeiro se informar sobre os assuntos de seus amigos, concedendo um campo a um, uma vila a outro, o aluguel de uma fazenda ou um porto ao de além (Plut. *Alex.* XV, 3-4).

Esses, ao lado da família e dos companheiros de Alexandre, foram, sem sombra de dúvidas, os mais beneficiados pelo rei. Nesse sentido, Plutarco conta que Alexandre sempre dividia os espólios com aqueles que estimava. Após a primeira batalha vencida contra os persas, ele teria mandado trezentos talentos aos atenienses, teria reservado algumas coisas para si e mandado o resto para sua mãe (Plut. *Alex.* XVI, 8). Já após a tomada de Tiro e Gaza, ele teria dividido os espólios entre sua mãe, Cleópatra e seus amigos (Plut. *Alex.* XXV, 6-7) e, na vitória em Gaugamela, teria presenteado com casas, riquezas e governos os amigos e colaboradores (Plut. *Alex.* XXXIV, 1). Da mesma forma, após a tomada de Susa e de Persépolis, Alexandre adquiriu consideráveis quantidades de ouro sendo esse dividido em benefício tanto dos amigos quanto como para os chefes de seus exércitos, sendo agraciado até mesmo os soldados mais simples, gregos e macedônios (Plut. *Alex.* XXXIX, 1-7).

Tanto distribuía para os outros que pouco ficava para si, sendo assim reprimido tanto por sua mãe, Olímpia, quando pelo filho de Maceo¹¹. Sua mãe o advertia, por meio de cartas. Uma dessas, que Plutarco transcreveu para nós, a rainha teria dito ao filho “[...] – se queres favorecer e exaltar a teus amigos, busca outro método, pois dessa forma está fazendo de cada um deles um rei em potencial e lhes está proporcionando numerosas amizades enquanto se isola a ti mesmo” (Plut. *Alex.* XXXIX, 7). Já o filho de Maceo alertava o rei dizendo “– Senhor, antes havia apenas um Dario, mas agora tu criastes muitos Alexandre” (Plut. *Alex.* XXXIX, 9).

Ele se mostrou generoso também com os persas. Percebemos isso no famoso relato de quando Alexandre, ao capturar a mãe, mulher e as duas filhas de Da-

¹¹ Plutarco não nos conta o nome do filho de Maceo, apenas relata que ele ou o próprio Maceo teriam sido figuras importantes na corte de Dario (Plut. *Alex.* XXXIX, 9).

rio, após a batalha de Isso, permitiu a elas enterrar quantos persas desejassem (Plut. *Alex.* XXI, 4), fato esse que se repete em outros momentos da narrativa. Também ao encontrar Dario morto, seu maior inimigo, “mandou cobrir o seu corpo com ornamentos reais e o enviou a sua mãe” (Plut. *Alex.* XLIII, 7). Toda essa condescendência e generosidade era entendida como parte da magnanimidade de Alexandre por Plutarco, que assim o concedeu o qualitativo de *megalodorôtatos*, que significa “o maior distribuidor de dons” (Mossé, 2004, p. 107).

Tal generosidade se encontrava aliada à piedade, humanidade (φιλανθρωπία – *philanthrōpía*) e à justiça do rei macedônio. Alexandre se mostra respeitoso frente aos deuses e as tradições, claramente demonstrando a virtude romana da *pietas* (piedade). O respeito aos oráculos (Plut. *Alex.* XXVII, 5), assim como do constante sacrifício aos deuses realizados antes e depois de suas batalhas e vitórias, se faz presente nos relatos de Plutarco acerca da expedição de Alexandre. Também os adivinhos participavam ativamente das decisões de Alexandre, segundo Plutarco (Plut. *Alex.* XXIV, 4-9). Após a vitória de Gaugamela, que de uma vez por todas dava a Alexandre o controle do Império Persa, o rei “ofereceu aos deuses sacrifícios magníficos e gratificou seus amigos com riquezas, propriedades e altos cargos” (Plut. *Alex.* XXXIV, 1).

Plutarco nos conta também que Alexandre não apenas perdoou, mas também salvou uma mulher que outrora fez parte de uma família inimiga de seu pai na cidade de Tebas:

No meio de tantos e cruéis sofrimentos ao invadir a cidade, os soldados da Trácia devastaram a casa de Timoclea, mulher importante e de conduta impecável, e enquanto eles saqueavam suas propriedades, o comandante a violou e a desonrou, perguntando-lhe mais tarde se tinha ouro ou prata escondido em algum lugar. Ela disse que sim, levou-o sozinha ao jardim e mostrou-lhe um poço, disse que ela mesma havia colocado seus pertences mais preciosos lá quando eles invadiram a cidade. E quando o trácio se inclinou para examinar o interior, Timoclea ficou atrás dele e o empurrou; então ela jogou uma chuva de pedras nele até terminar com sua vida. Quando os trácios a levaram a Alexandre, ficou imediatamente evidente por sua aparência e andar que ela era uma mulher espirituosa e digna, enquanto seguia os soldados que a guiavam sem demonstrar preocupação ou medo. Quando o rei perguntou quem ela era, ela respondeu que era a irmã de Teágenes, a pessoa que lutara contra Filipe pela liberdade dos gregos e caíra em Queroneia sob o comando do general. Alexandre admirou-se de sua resposta e sua ação, ordenando que ela fosse libertada com seus filhos (Plut. *Alex.* XII, 1-3).

O macedônio se mostra sábio e de forma justa julga os inimigos tendo plena consciência do poder que detém sobre a vida e a morte dos mesmos. Portador dessas virtudes, Alexandre estava fora de perigo de se tornar um tirano e, com isso, recebia a *auctoritas*, ou seja, o apoio e a legitimidade de governar, não só por parte de seus soldados e de seu exército, como também por parte de seus novos súditos e aliados. Alexandre é, aqui, novamente sinônimo de *Homem-Fronteira*, visto que ao se portar enquanto possuidor de virtudes, garantidas por sua educação e ascendência, fazia o oposto do tirano, se colocando na qualidade do melhor e mais preparado governante. Trajano, da mesma forma, teria recebido do Senado o título de *Optimus*, normalmente apenas reservado ao primeiro dos deuses, Júpiter.

A coragem (*ἀνδρεία* – *andreia*), símbolo imprescindível da virilidade, foi outra qualidade apresentada por Plutarco sendo em demasiada evidência nas obras plutarquianas. Desde o início do relato das duas obras de Plutarco sobre o macedônio, ele é colocado em situações nas quais sua tenacidade e habilidades foram postas à prova. Muito mais do que se colocar como um grande estrategista, Alexandre participa diretamente dos combates sem temer os golpes e contratempos impostos pelos inimigos ou pelo próprio meio-ambiente, arriscando assim, muitas vezes, sua própria vida.

A virtude da coragem é mostrada por Plutarco também, geralmente, acompanhada pela confiança (*πίστις* – *pístis*) em que depositava aos seus amigos e companheiros, assim como junto à coletânea de feridas que Alexandre conquistaria ao longo de sua expedição e batalhas. Desde a doma de Bucéfalo até suas primeiras batalhas contra o batalhão sagrado dos Tebanos (Plut. *Alex.* IX, 1-2), Alexandre demonstra a sua incrível sagacidade, que se junta a destreza em seus movimentos, o conhecimento frente ao inimigo e a sua inteligência. Tão jovem foi a coragem que o levou a controlar tropas mais experientes e a ter encontrado saídas inovadoras para os cercos e batalhas que ainda viriam a ser travadas, demonstrando um gosto pelo comando.

A coragem é a virtude contrária do vício do medo (*φόβος* – *phobos*), ou seria fazer algo mesmo com medo. Alexandre enquanto filósofo não se deixa dominar pelo medo. Plutarco cita Tucídides que diz que o medo “perturba a memória” a iniciativa, a ambição e o impulso, e que somente possuindo a filosofia, poderia evitá-lo (Plut. *De. Alex. fortuna*, 333, XII, c). Alexandre inicia sua campanha contra os persas passando por cima das tradições macedônias que proibiam a guerra em determinados meses do ano, tendo coragem assim de ir contra os maus presságios que sua expedição poderia carregar (Plut. *Alex.* XVI, 2-4).

Um dos episódios de maior coragem é quando Alexandre, mesmo com as advertências de seu general mais antigo e confiável, que havia lutado junto a seu pai Filipe, Parmênio, o alerta para não beber um unguento preparado pelo médico Filipe. Parmênio teria descoberto uma conspiração que tentaria matar o rei durante o tratamento médico. Sendo assim avisa Alexandre através de uma carta de que os persas teriam pago ao médico Filipe para envenenar Alexandre (Plut. *Alex.* XIX, 5). Ao ler a carta, Alexandre bebe o unguento e mostra a mesma ao seu médico para que ele possa lê-la. Logo após esse acontecimento, Alexandre fica curado e assim demonstra a seus amigos e companheiros a confiança que ele deposita sobre eles (Plut. *Alex.* XIX, 5-8).

Tal confiança era imprescindível a um bom governante, que devia sempre se cercar de bons conselheiros. Por mais que os companheiros de Alexandre sejam generais, nos parece que aqui Plutarco realça a necessidade do governante de se cercar de bons conselheiros, algo que já mencionamos anteriormente nas recomendações do *princeps* se portar enquanto um filósofo ou estar cercado desses para bem governar. Os bons conselheiros, aqueles que eram o oposto dos adulares, ajudariam o governante a produzir leis certas e a aumentar suas virtudes. Ao apresentar um Alexandre enquanto rei-filósofo, bom-general e corajoso/viril Plutarco busca representar um *princeps*, ou melhor, um governante, que não somente no campo de batalha demonstra as virtudes da coragem e da despreza, mas que também, por seus comportamentos e por suas virtudes detém a confiança das suas tropas e o bom governo de seu império.

“Não somente antes da luta, mas durante a ação em si que ele se mostra grande e firme por sua presença de espírito e confiança” (Plut. *Alex.* XXXII, 4); “Confiança em sua agilidade e habituado a incentivar os macedônios às suas próprias custas [...]” (Plut. *Alex.* XXIV, 11-12), assim Plutarco descreve Alexandre em ação. Contudo, em muitos desses ataques e investidas Alexandre é golpeado, seja pela espada, flecha ou investida do inimigo. Esses golpes geram feridas e, posteriormente, cicatrizes que já trabalhamos anteriormente. Entretanto, é importante voltarmos a elas, pois muito além de ser um recurso utilizado por Plutarco para fazer frente àqueles que defendem que as conquistas de Alexandre se deram através da Fortuna e não por sua excelência, mostram um rei que “supera suas dores e não hesita em expor-se ao perigo” (Mossé, 2004, p. 102), sendo assim, viril. Suas cicatrizes e feridas, ao lado de sua liderança que desperta e inspira seus homens,

quando esse “não hesita em acompanhar seus soldados com a água até o peito” (Plut. *Alex.* LX, 7) são, sem sombra de dúvidas a marca da coragem, da tenacidade e da virilidade de Alexandre, que Plutarco tanto exalta. Sendo assim, mais uma vez, o Alexandre de Plutarco se coloca enquanto um exemplo de bom governante a ser seguido. Além de demonstrar boas qualidades militares, o rei macedônio era viril, corajoso e um bom estrategista, demonstrando capacidade de bem agir nas horas difíceis (Gonçalves, 2001, p. 23).

Todavia, a coragem e a tenacidade de Alexandre eram apenas algumas das qualidades do seu caráter essencial, como nos aponta Mossé (2004, p. 103), e com a qual concordamos. Além delas, destacamos o domínio de si ou autocontrole (*ἐγκράτεια* – *enkráteia*) como uma qualidade “eminente filósofica” (Mossé, 2004, p. 103), pois era através desta que Alexandre refreava, ou até mesmo dominava suas paixões e vícios. Formado nos elementos da paideia helênica, Alexandre era educado, humano, generoso e possuía a moderação correta tanto nas relações amorosas quanto nos prazeres da comensalidade, além de sempre estar disposto.

Seu comportamento frente a comida e a bebida é corriqueiramente elogiado por Plutarco, símbolos esses de moderação e autocontrole. Segundo Plutarco, era “admirável sua atenção e cuidado a mesa para que a comida se repartisse de forma igual” (Plut. *Alex.* XXIII, 6). Aos que tinham o prazer de se sentar à mesa com Alexandre, encontravam um rei que “entre todos os reis é aquele com a companhia mais agradável sendo dotado de todo o tipo de encantos” (Plut. *Alex.* XXXIII, 7).

Mesmo frente à bebida, Plutarco ressaltava que Alexandre “era menos inclinado ao vinho (*οἶνος* – *oînos*) do que se parecia”, pois sempre estava envolto em conversas amplas. Plutarco realçava que “alguns acusavam” Alexandre de “intemperança no vinho e na embriaguez”, mas Plutarco rebatia que nos “assuntos de Estado” ele era sempre sóbrio, tanto do vinho como do extasiado “pelo comando e pelo poder, de que outros, tendo tido apenas uma pequena experiência ou simples aperitivo, se não puderam conter” (Plut. *De Alex. virtude*, 337, V, e-f)¹². Alexandre só se permitia assim, beber e comer em demasia, quando tinha tempo livre, ou melhor, quando esta-

¹² Aqui, novamente vemos uma mudança de discurso na narrativa plutarquianas. Na *Vida de Alexandre*, como veremos mais adiante, Plutarco faz referência a vários momentos onde podem ser visualizados os excessos com o vinho, comentado pelos críticos de Alexandre. Contudo aqui, no livro *Virtude de Alexandre Magno*, Plutarco os omite por motivos retóricos.

va no ócio, pois para Plutarco, quando Alexandre tinha coisas a fazer “nem o vinho ou o sono, nem os jogos, o amor e os espetáculos o retinham”, o que se era esperado de um “homem de armas” (Plut. *Alex.* XXXIII, 2)¹³.

Como vimos, o amor, os desejos, as práticas carnisais do sexo, eram vistos por Plutarco, se não de outra forma, como distrações. Assim, Alexandre tinha o dever de “governar bem um grande império que conquistou e geri-lo, sem se deixar abater com o peso e a magnitude dos afazeres” (Plut. *De Alex. virtude*, 337, V, e), pois segundo Gonçalves (2001, p. 22) no mundo romano o ato de governar era visto enquanto um duro encargo, algo que requeria sacrifícios e que deveria ser controlado e ocupado, para Plutarco, somente por um “homem que possuía virtude, sabedoria e inteligência” (Plut. *De Alex. virtude*, 337, V, e). Nesse caminho, acrescentamos aqui o domínio de si e a temperança.

A lista de pessoas com as quais Alexandre teria tido algum tipo de relação amorosa, afetiva ou simplesmente sexual é ampla, seja do lado feminino, seja do lado masculino. Aqui, contudo, necessitamos fazer uma ressalva, Plutarco, assim como Arriano, jamais descreveu Alexandre, pelo menos não diretamente, apaixonado¹⁴ ou tendo relações sexuais com nenhum outro indivíduo. Aquilo que sabemos sobre com quem Alexandre se envolveu amorosamente, sentimentalmente e, talvez, sexualmente nos é dado pelos biógrafos greco-romanos de Alexandre diretamente, ou pelo que compreendemos junto aos relatos dos autores estudados neste livro.

Daniel Ogden (2011, p. 124-173) se baseou em uma série de fontes que trabalham a figura de Alexandre para reunir, de uma forma geral, os personagens com que o rei macedônio teria tido algum tipo de relação amorosa, sentimental e sexual em sua vida. Esse mesmo historiador, realçamos, destaca tanto personagens do sexo feminino, como do masculino. Sendo assim, do lado feminino temos Roxana, Estatira, Parisátis, Barsine, Tais, Calixena e Campaspe¹⁵. Já do lado masculino, a lista inicia com Heféstion, Bagoas, Excipino e Heitor (Ogden, 2011, p. 124-173).

¹³ Segundo os escritos de Dião Cássio, em sua *História de Roma*, Trajano gostava muito de beber vinho. Se isso for verdade, não seria de se imaginar, como percebe Biazotto (2016, p. 184), que Plutarco, ao se preocupar com a questão do vinho de seu biografado, estivesse novamente aconselhando ao seu governante. Sabemos também que Trajano é fortemente associado na literatura latina enquanto um governante justo, corajoso e de hábitos simples. Talvez aqui Plutarco esteja tecendo um elogio indireto a Trajano que, da mesma forma que o rei macedônio, é visto nos textos como simples e moderado frente às suas ações, agindo com justiça e até mesmo frente à comida e a bebida, agindo de maneira simples.

¹⁴ Com exceção de Roxana “porque a amava” (PLUT. *De Alex.virtude*, 338, VI, d).

¹⁵ Aqui excluímos algumas outras como Olímpia de Épiro, sua mãe; Cleópatra, sua irmã; Cleópatra da Macedônia, madrastra de Alexandre; Timocleia, a tebana; Taléstris, a amazona; Cleófis, rainha indiana, entre outras (Rodrigues, 2020, p. 159).

No que concerne às mulheres, as quatro primeiras dessa lista são aquelas em que há um consenso de terem sido esposas de fato de Alexandre. Contudo como Nuno Simões Rodrigues (2021, p. 155) destaca que nem todas foram referidas por Plutarco em seus tratados. As citadas pelo queronês foram Roxana, Estaria, Barsine e Tais de Atenas. Rapidamente sobre as duas últimas, Barsine é citada por Plutarco como sendo, possivelmente a primeira e única mulher que Alexandre teria se aproximado e tido relações sexuais e de afeto, antes de se casar (Plut. *Alex.* XXI, 7). Já Tais de Atenas era a esposa ou uma das esposas de Ptolomeu, general de Alexandre e futuro rei do Egito, quem participou do episódio onde, excitados e bêbados, os macedônios e o próprio Alexandre colocam fogo em Persépolis em forma de vingança ao que foi sofrido pelos gregos nas mãos dos persas (Plut. *Alex.* XXXVIII, 1-4)¹⁶.

Roxana e Estatira merecem um pouco mais de atenção. Roxana é, segundo Plutarco, a primeira esposa de Alexandre. Ela era filha de um nobre iraniano chamado Oxiarte que, após aderir a Alexandre se tornou sátrapa da Bactriana, as terras mais orientais do Império Helênico. Na narrativa plutarquiana, Alexandre se uniu a Roxana agindo “por amor, pois a achou bela e na flor da idade” (Plut. *Alex.* XLVII, 7). Alexandre a teria visto pela primeira vez em um grupo de dança que performava para o rei e seus convidados após um baquete. Plutarco enfatiza, em tom de justificativa, que Roxana além de possuir as qualidades físicas ideias a Alexandre, também o servia a seus propósitos políticos, pois “os bárbaros, cuja confiança havia sido ganha pela união de um deles com o rei, devotaram a ele uma afeição extremada” (Plut. *Alex.* XLVII, 7-8). Plutarco ainda ressalva a temperança de Alexandre, afirmando que o rei não a quis tocar antes do casamento (Plut. *Alex.* XLVII, 8).

Aqui não nos cabe considerar se Alexandre realmente amou Roxana ou se realmente esperou o casamento para desposá-la, mas sim, cabe percebermos a construção que Plutarco faz de Alexandre. O rei foi descrito como moderado, mantendo seus desejos sexuais por Roxana restritos até a “desposar legalmente” (Plut. *Alex.* XLVII, 8). Senhor de si, dos seus desejos e impulsos, Alexandre ainda se preocupa em possuir uma esposa e, produzir nela um herdeiro legítimo que seria aceito, posteriormente, pelos seus generais e por seus soldados. Essa preocupação poderia estar correlacionada e articulada com a preocupação demonstrada pelo beócio quanto à questão da sucessão imperial romana. Se Nerva havia escolhido alguém bem preparado, com boa ascendência e educação, assim como tendo bom histórico militar que

¹⁶ O episódio do fogo de Persépolis será retomado posteriormente.

demonstrava não apenas a sua coragem e virilidade, mas o apreço pelo comando e pelo governo, assim teria de fazer também Trajano. Por mais que o exemplo de Plutarco parta aqui da sucessão hereditária, a adoção de alguém como filho e sucessor era importante para aqueles que pensavam o regime do Principado e buscavam a formação do governante ideal.

Entretanto, a forma controlada e viril com que Alexandre se portou com Roxana, em foco em nossa análise aqui, já havia sido presenciada antes com as mulheres da família de Dario. Já relatamos, anteriormente, que Alexandre, após a Batalha de Isso, capturou a mãe, a mulher e duas filhas solteiras de Dario. Vale ponderar aqui que Plutarco destacou que as filhas de Dario capturadas eram solteiras (Plut. *Alex.* XXI). Contudo, Alexandre é descrito enquanto generoso, humano e controlado frente a tais mulheres. Foi dado a elas “vestidos e ornamentos tomados no botim” lhes garantido que “não lhes faltasse nada do que tinham antes e ainda acrescentando mais” (Plut. *Alex.* XXI, 4). Plutarco deixa claro, logo depois dessa narrativa que, apesar da beleza e nobreza encontrada nas mulheres da família de Dario, em especial a mulher do rei persa, Alexandre as protegeu de si mesmo e dos demais, tendo um alto “domínio de si” não tocou em nenhuma dessas mulheres, seja por informações, seja para fins sexuais, “opondo frente a suas belezas sua própria temperança e continência, passando por suas frentes sem lhes dar à vista” (Plut. *Alex.* XXI, 10).

Estatira era uma das duas filhas solteiras de Dario capturadas por Alexandre. Todavia, como vimos, Alexandre a tratou com moderação, se casando primeiro com Roxana, sendo que somente depois, quando já estava em Susa, por volta de 324 a.C., que ele vira a se casar com Estatira. Segundo Rodrigues (2021, p. 156), “qualquer eventual ambiente romântico que poderia ter sido criado pelos autores antigos em torno de Alexandre e Estatira no momento do encontro foi totalmente ignorado, confirmando-se o desinteresse pelo aspecto amoroso e sensual” de ambos. A justificativa que o queronês dá para o casamento de Alexandre com Estatira esteve ligado à política: “casou-se por razões de poder e motivos políticos”, pois “era útil à mistura dos povos” (Plut. *De Alex. virtude*, 338, VI, d)¹⁷.

¹⁷ Plutarco, porém, nos dá amostras que talvez a História de ambas seja um pouco mais complexa do que aparentam as demais fontes de Alexandre, visto que, no final da biografia, o queronês nos relata que Roxana teria mandado matar Estatira e sua irmã Dripetis, a esposa de Heféstion (Plut. *Alex.* LXXVII, 6). Isso nos mostra, possivelmente, que essas duas mulheres eram rivais políticas e que Roxana teria tido um protagonismo maior após a morte de Alexandre.

Se Alexandre era ponderado frente às mulheres, como demonstrado por Plutarco sobre seu comportamento com duas de suas esposas¹⁸, o rei também era frente aos homens. Logo após o relato do comportamento de Alexandre frente às mulheres da família de Dario, Plutarco fez questão de nos relatar dois episódios onde meninos jovens e de certa beleza são oferecidos a Alexandre. Vale destacar, anteriormente, que esses foram os dois únicos momentos em que Plutarco escreveu de forma direta, relacionando Alexandre com a possibilidade de possuir ou ter em seus serviços jovens que, entre outras coisas, possuíam um cunho sexual na época de Alexandre como no contexto do Império Romano de Plutarco.

No livro *Sobre a Fortuna de Alexandre Magno*, Plutarco nos introduz a um certo general chamado Filóxeno, que representava as províncias marítimas do império de Alexandre, esse lhe escreveu uma carta informando que havia um menino na Jônia “cuja graça e beleza não tinham igual” e que este desejava enviá-lo ao rei (Plut. *De Alex. fortuna*, 333, XII, a). Já na *Vida de Alexandre*, a história é contada um pouco diferente. Filóxeno envia uma carta a Alexandre lhe informando que um tal de Teodoro de Tarento desejava vender a Alexandre dois jovens de extrema beleza para servirem ao rei. A resposta de Alexandre, contudo, nos dois casos é negativa, surpresa e irritada. No livro *Fortuna*, Alexandre é descrito respondendo: “Miserável, que torpeza desse tipo reconheceste tu em mim alguma vez, para me adulares com tais prazeres?” (Plut. *De Alex. fortuna*, 333, XII, a). Resposta semelhante foi dada na *Vida* onde, segundo Plutarco, Alexandre teria exclamado em voz alta frente a seus amigos “o quão mal Filóxeno poderia considerá-lo por lhe apresentar tal desgraça” (Plut. *Alex.* XXII, 1). Da mesma forma, em um segundo momento, Alexandre teria repreendido a Hagnón, que também lhe havia escrito dizendo que teria comprado e desejava levar a presença de Alexandre um jovem chamado Cróbilo, famoso na época em Corinto (Plut. *Alex.* XXII, 3). Contudo, esse último caso foi apenas descrito na *Vida de Alexandre*.

Com esses relatos percebemos que, para Plutarco, as matérias do amor e do sexo apareceram apenas como meros complementos da vida de Alexandre e não como tópicos ou elementos que definiam o caráter do rei (Odgen, 2011, p. 172; Rodrigues, 2021, p. 164). Quando Plutarco realçou essa moderação, esse controle dos

¹⁸ Segundo Mossé (2004, p. 73), os gregos consideravam ultrajante a possibilidade de um homem possuir um harém. Para essa mesma historiadora, tanto os gregos como os macedônios helenizados possuíam apenas uma mulher (Mossé, 2004, p. 73). Contudo, nem Filipe II, nem seu filho Alexandre, parecem ter respeitado esse costume, tendo o primeiro sete mulheres e o segundo ao menos duas.

desejos sexuais, amorosos e afetivos de Alexandre, seja por homens ou por mulheres, o querônês deixou claro em sua narrativa que vê o rei tomado pela filosofia e que, quando se envolve em relações de amor ou sexo, essas mesmas relações contribuem e ressaltam a virilidade de Alexandre.

Ao mostrar as respostas de Alexandre frente ao oferecimento de jovens meninos para seus serviços, Plutarco fala em “torpeza” (αἰσχρὸς – *aiskhrós*) e “desgraça” (ὄνειδος – *oneidízō*), mas também em “prazer” (ἡδονή – *hēdon*). Podemos assumir, portanto, que na visão de Plutarco as relações homoeróticas faziam parte do “catálogo” de opções que um homem poderia ter para suprir suas necessidades sexuais. Contudo, não era aquela recomendada por ele. Tendo isso em mente, exploramos agora dois personagens masculinos importantes na vida de Alexandre nos relatos de Plutarco: Heféstion e Bagoas.

Heféstion era advindo da nobreza macedônia e teria mantido contato com Alexandre desde sua infância. Plutarco confere a Heféstion um lugar de destaque ao lado do rei quando, por exemplo, relatou que Alexandre, ao ler uma carta enviada por sua mãe Olímpia, de cunho confidencial, Heféstion, que estava atrás dele, a lê, “Alexandre não tentou impedi-lo, mas tirando o anel do dedo, apô-lo como sinal de sigilo sobre a boca de Heféstion” (Plut. *De Alex. virtude*, 340, a). Heféstion foi descrito por Plutarco como aquele com quem Alexandre compartilhava tudo (Plut. *De Alex. virtude*, 339, VII, f).

Já Bagoas foi representado como um eunuco que fazia parte da corte de Dario e que Alexandre conhece na corte persa. Segundo Rodrigues (2021, p. 164), é possível saber mais sobre essa figura através das obras de Quinto Cúrcio Rufo em torno de Alexandre e que ali fica explícito que ambos tinham uma relação sexual/erótica. Ogden (2011, p. 167) também acredita nisso, classificando a relação de Alexandre com Bagoas de *erastes* e *eromenos*. Plutarco, por sua vez, falou quase nada sobre esse eunuco, visto que sua única menção foi quando Alexandre lhe deu um beijo após Bagoas ganhar um concurso de dança em meio a festividades na região da Carmânia. Esse beijo aconteceu por clamor dos macedônios que “começaram a aplaudir e a gritar ao rei que o beijasse, até que ele, abraçando o jovem, fez o que lhe pediam” (Plut. *Alex.* LXVII, 8).

Todavia, como nos ressalta Rodrigues (2021, p. 162), com o qual concordamos, não existe praticamente nenhuma evidência nos relatos de Plutarco que Alexandre e Heféstion teriam tido algum tipo de relação sexual homoerótica. Da

mesma forma, apesar de beijar o jovem Bagoas, ao contrário de Quinto Cúrcio, Plutarco não deixou claro qual tipo de relação ambos teriam. A situação de Bagoas é muito mais intrigante que a de Heféstion, apesar dessa última ser mais conhecida e retratada em filmes contemporâneos¹⁹. Bagoas, entretanto, foi um personagem que já fez parte da vida de Alexandre quando esse passa a adotar parte dos elementos persas e Heféstion foi aquele que acompanha Alexandre nessa transição.

Ambos, portanto, fizeram parte dos momentos de lazer e batalha de Alexandre, mais do que as mulheres e, vale destacar, Plutarco não condena em nenhum momento nenhuma atitude tida por Alexandre em relação aos homens que mantinham com ele relacionamentos estreitos de afeto, como se, por mais que existisse algo nessas relações, isso não manchava a virilidade de Alexandre e/ou não o teria feito cometer nenhum ato reprovável ou impulsivo como o jovem Hermolau, o enamorado do jovem Sóstrato durante a conjuração dos pajens²⁰. Ligando isso ao contexto de Plutarco, em análises já realizadas por Biazotto (2016, p. 184) acerca dos escritos de Dião Cássio, percebemos um Trajano que, diferente do apresentado por Plutarco em seu Alexandre, era atraído por jovens imberbes. Talvez, aqui Plutarco estivesse refletindo sobre sua própria realidade, condenando através do exemplo alexandrino as atitudes de seu imperador frente aos comportamentos sexuais, em uma tentativa de instrução moderada, visando, através do exemplo, guiar ao melhor comportamento. Contudo, da mesma forma que o Alexandre de Plutarco, isso não teria feito Trajano cometer nenhum ato espúrio ou reprovável na leitura de Dião Cássio.

Diante de tantas características positivas e de toda construção que engrandece o macedônio, fica difícil entendermos como ele acabou sendo mostrado com elementos negativos a partir da morte do rei persa Dario, em especial na *Vida de Alexandre*. Se, na obra *Sobre a Fortuna ou Virtude de Alexandre Magno* temos a apresentação de um Alexandre envolto em princípios filosóficos de ação e pensamento, sendo construído enquanto um rei virtuoso e viril do início ao fim, tal repre-

¹⁹ Como em *Alexandre, o grande* (1956), de Robert Rossen e *Alexandre* (2004), de Oliver Stone.

²⁰ A Conjuração ou Conspiração dos Pajens nos é descrita com mais detalhes por Arriano do que por Plutarco. Os pajens, função que ambos os jovens ocupavam na comitiva de guerra de Alexandre, tinham como objetivo atender ao rei em todas as suas necessidades e acompanhá-lo a todos os lugares, inclusive na caça. É durante uma dessas caçadas que, segundo Arriano, Hermolau teria matado um javali sem a autorização de Alexandre. Este, então, pune o jovem pajem que, em sua ira, inicia uma conspiração contra o rei (Arr. *Anb.* IV, XIV). É inclusive através de Arriano que sabemos que Hermolau era, na verdade, enamorado de Sóstrato e que ambos, ou apenas Hermolau, eram pupilos de Calístenes (Arr. *Anb.* IV, XIV). Plutarco, contudo, nos conta que foram eles que, através de tortura, teriam refutado até o fim a participação de Calístenes, mas que mesmo assim, Alexandre teria decidido punir a todos com a morte (Plut. *Alex.* LV, 6-8).

sentação perdura somente na primeira parte da biografia de Alexandre sendo que, já na segunda parte, ele se aproximou cada vez mais com a cultura persa e apresentou, diante disso, problemas de conduta e vícios. Percebemos assim que a aproximação com os persas exacerba o lado passional e de difícil trato de Alexandre. Ao ser apresentado envolto em elementos persas, como as vestimentas e a prática bárbara da genuflexão, somos levados a crer que o Alexandre de Plutarco atravessa o limite, a fronteira, do civilizado, do filosófico e do viril, para se portar enquanto bárbaro, impulsivo e efeminado. Tudo isso, talvez, venha como um alerta pedagógico de Plutarco, que chama atenção mais uma vez para a necessidade de uma boa educação que seja suficientemente trabalhada a ponto de permitir que o *uir* romano não se deixe, em nenhum momento de sua vida, sucumbir aos excessos.

Conforme Biazotto (2016, p. 164), para compreendermos a barbaridade de Alexandre nesse momento da obra de Plutarco, voltarmos para a infância de Alexandre, pois é lá, através da influência de sua mãe, Olímpia, que se encontram as raízes bárbaras, logo, a impulsividade e o desejo pelos vícios. Parece ser possível afirmar que a mãe de Alexandre teria funcionado como uma espécie de primeira condutora, iniciadora e incentivadora da atração que o filho irá demonstrar, posteriormente, pelos costumes bárbaros. O autor de *Queroneia* escreve sobre Olímpia quase sempre de forma negativa. Ela foi acusada de se deitar com cobras e de praticar magia, o que fazia até mesmo Filipe não dormir em seus aposentos (PLUT. *Alex.* II, 4), pois as serpentes, muitas vezes, escapavam de seu controle e causavam verdadeiro terror (PLUT. *Alex.* II, 6). De forma interessante, percebemos aqui um elemento de gênero em intersecção com a construção da identidade cultural de Alexandre, pois sua barbaridade vem justamente de sua mãe, o feminino.

Plutarco ressaltou em sua narrativa alexandrina que, ainda durante a educação de Alexandre, Leoninas, o primeiro educador de Alexandre, revisava e abria os cofres em que se guardavam os mantos e vestimentas do então príncipe, para vasculhar se sua mãe não havia colocado lá alguma peça de luxo ou supérflua (Plut. *Alex.* XXII, 10). Assim, “Olímpia poderia ser responsável pelos traços bárbaros da complexa personalidade de Alexandre” (Biazotto, 2016, p. 181), que nem mesmo a educação fornecida por Aristóteles havia conseguido afastar por completo.

Se por um lado os vícios de Alexandre são culpa de sua própria natureza e foram influenciados, em um primeiro momento, pela mãe, o ambiente cultural que se desenvolveu já no coração da Pérsia, em especial após a morte de Dario e de

seu contato íntimo com os persas, foi a combinação perfeita para os episódios tidos como negativos de Alexandre. No entanto, observamos que Plutarco não afirmou de forma direta que as mudanças de comportamento de Alexandre se dão a partir de seu contato com os persas. Porém, há uma mudança na narrativa sobre o rei macedônio percebida no momento desse contato e no que segue após tal situação.

Dois importantes elementos que deixaram claro para nós essa mudança na narrativa foram eles: (i) a adoção dos costumes persas e (ii) o excesso de bebida, seguidos de episódios de violência e morte. Nesses episódios, Alexandre ultrapassa a fronteira de homem de excelência e passa a se comportar enquanto um bárbaro, desmedido, fraco e efeminado. Ao quebrar a barreira do ideal, Alexandre deixou de ser considerado enquanto um herói grego, uma figura semidivina, passando a agir e se comportar enquanto o dominado, exatamente de forma contrária ao que exortava os seus homens a não fazerem (Plut. *Alex.* XXIV, 2). Os elementos de indumentária persa, dessa forma entendidos enquanto elementos de gênero e identidade cultural representaram o oposto daquilo que era ser grego e, por consequente, romano.

Além da língua grega e dos costumes, nos parece que outro elemento importante de diferenciação entre os helenos e aqueles que eles consideravam bárbaros era a vestimenta²¹. Alexandre adotou as vestimentas persas pela primeira vez na região da Partia, onde buscava descanso “De lá, ele se retirou na direção da terra dos partos, onde, adiando por um tempo, vestiu pela primeira vez a roupa bárbara, talvez por querer acomodar-se aos costumes vernaculares (Plut. *Alex.* XLV, 2).

Adotar as vestimentas persas ou o modo de vida bárbaro contraria o estilo educado, moderado, livre e repleto de virtudes tido como característico dos helenos e, posteriormente, dos romanos. A vestimenta bárbara também foi comumente associada, na literatura greco-romana, como algo ligado ao luxo, aos adornos e, portanto, ao feminino. Se antes Alexandre criticava seus amigos e companheiros por levarem uma vida de luxo e moleza, no final da biografia Plutarco pontuou que os macedônios passaram a adotar o modo de vida dos bárbaros (Plut. *Alex.* XXIV, 2) e, mais a frente em sua narrativa, passa a nomear personagens que regozijavam de um

²¹ Para Rainer Guggenberger (2021, p. 47), os macedônios não eram considerados nem gregos e nem bárbaros para Plutarco. Para esse pesquisador, precisamos pensar em uma terceira categoria classificatória para definir os macedônios. “Apesar de terem cometido atos bárbaros, os macedônios nunca são chamados de bárbaros na *Vida de Alexandre*. O mesmo valeria para o povo trácio, que parece pertencer à essa mesma terceira categoria de não bárbaros e não helenos” (Guggenberger, 2021, p. 52). Para Guggenberger (2021, p. 64-66) “o fato de os macedônios e Alexandre valorizarem ideias e interesses helenos servia como fator de identificação entre os macedônios e os helenos e contribuiu, provavelmente, para que os macedônios não fossem considerados bárbaros pelos helenos”, além da religião, outro ponto de união heleno-macedônio.

modo de vida extremamente suntuoso. Um exemplo disso é o comportamento de Hagnon de Teos que desfilava com pregos de prata em suas sandálias, e Leonato, que só se exercitava em caixas com areia importada do Egito (Plut. *Alex.* XL, 1).

Nesse sentido, se os outros companheiros de Alexandre sucumbiram aos vícios, Alexandre foi poupado de críticas mais severas como poderemos observar. Ao adotar elementos da vestimenta bárbara, Alexandre escolheu a persa e não a vestimenta dos medos, esses últimos “absolutamente bárbaro e estranho” segundo Plutarco (Plut. *Alex.* XLV, 2). O rei, ainda, faz uma escolha quase que consciente ao não adotar “as calças largas, nem roupas com mangas longas, nem a tiara”, mas sim uma “mescla acertada, a meio caminho por assim dizer entre o traje persa e o medo, algo menos faustoso que aquele mas mais imponente que este” (Plut. *Alex.* XLV, 2). Alexandre, ainda, não mostraria logo de cara ao seu exército essa adoção, mostrando primeiro aos bárbaros e, em seguida, durante uma cavalgada, aos macedônios e gregos (Plut. *Alex.* XLV, 3).

Rejeitar as calças era um grande símbolo, pois como nos lembra Mossé (2004, p. 72), as calças presentes nas representações dos bárbaros em várias ocasiões, inclusive na Guerra de Troia, representava um dos sinais mais visíveis de diferença entre bárbaros e gregos na tradição literária antiga. Alexandre recusava ainda a tiara e a capa, aditando o diadema e a túnica púrpura listrada, símbolo presente em uma descrição feita pelo também escritor grego Xenofonte, em sua obra *Ciropédia* (em grego: *Κύρου παιδεία*), analisada por Mossé (2004, p. 72). Nela, *Ciro*²² aparece “do lado de fora, em um biga, com uma tiara na cabeça, vestindo uma túnica de púrpura, com uma listra branca no meio – listra que só ele tem direito de usar [...]” (Xenofonte, *Ciro*, VIII, 3, 13).

Vale ressaltar isso, pois, para Plutarco, Alexandre justificou a adoção da vestimenta persa como um recurso político. O queronês realçou que Alexandre “considerava que a mistura e a comunidade da vida, obtidas com benevolência, eram melhores bases para seu império do que a força bruta, especialmente quando ele estava longe dali”. Sendo assim, ao adotar os elementos persas, ele fazia com que os bárbaros o aceitassem como rei, ao passo que fazia os macedônios se acostuma-

²² Alexandre é descrito tendo algumas relações com *Ciro*, o Grande, maior conquistador dos imperadores persas. Da mesma forma que Alexandre visita ao túmulo de Aquiles ao entrar na Ásia, onde podemos vê-lo sendo exemplo digno de emulação, Alexandre depara, no final de sua trajetória na terra, com o túmulo de *Ciro*, e das lições de sua lápide: “Eu sou *Ciro*, aquele que conquistou para os Persas o seu império. Não me invejes este palmo de terra que me cobre o cadáver” (Plut. *Alex.* LXIX, 3-5). “Nelas [nas lições da lápide de *Ciro*] Alexandre reconheceu como é, mau grado todas as vitórias, imprevisível, insegura e limitada à existência humana” (Silva; Brandão, 2019, p. 47).

rem com os persas. Da mesma forma, era sua intenção fazer com que os persas tivessem o mesmo respeito pelos costumes macedônicos (Plut. *Alex.* XLVII, 5). Tendo isso em mente, Alexandre realiza a escolha de mais de trinta mil jovens bárbaros para que estes “aprendessem as letras gregas e se educassem na milícia macedônia, designando para tal efeito um bom número de supervisores” (Plut, *Alex.* XLVII, 6). Logo em seguida aos fatos supracitados, segundo Plutarco, Alexandre se casa com Roxana. Outro elemento que, para o querônês, mesmo movido pelo amor, resultou em uma melhor aceitação, por parte dos bárbaros, de Alexandre, pois “os bárbaros se sentiram confiantes então pelo parentesco contraído por esse casamento e consideram um extraordinário amor por Alexandre”, reconhecendo nele temperança e virilidade ao não tocar em sua esposa antes das bodas, fato já relatado neste trabalho (Plut. *Alex.* XLVII, 8).

Contudo, Alexandre não foi o único a adotar as vestimentas e indumentárias persas. Heféstion seguiu Alexandre, fato demarcado por Plutarco, da mesma forma que Crátero “seguia fiel os costumes pátrios” (Plut. *Alex.* XLVII, 9). Ambos passam a ser indispensáveis para a comunicação de Alexandre, pois Heféstion se comunicava com os bárbaros e Crátero com os gregos (Plut. *Alex.* XLVII, 9). O primeiro era, assim, para Plutarco, amigo de Alexandre, já o segundo era amigo do rei “nutrindo um pelo outro uma certa antipatia”, sendo ainda que “eles discutiam com frequência” (Plut. *Alex.* XLVII, 10-11).

Percebemos, portanto, um Plutarco muito mais interessado em listar o que Alexandre não usava das vestimentas persas e medas do que aqueles utensílios que ele genuinamente teria adotado. Claramente, para Plutarco, o propósito da adoção das vestimentas persas era facilitar a adesão dos povos bárbaros ao comando de Alexandre e, com isso, submetê-los às leis que agora o macedônio trazia consigo. Talvez aqui Plutarco estivesse tentando nos dizer que seu Alexandre não ultrapassou a fronteira entre o bárbaro e o civilizado, mas sim flutuou entre ambos, por razões políticas e de governança, buscando se portar como rei de um “império universal”, tão defendido pelos preceitos filosóficos platônicos, encabeçados por Plutarco (Plut, *De Alex. fortuna*, 327, III, d). Seja como for, entretanto, para os bárbaros essas medidas renderam a Alexandre honrarias e aceitação, mas entre os macedônios e gregos, tais medidas não foram bem vistas²³.

²³ Indo um pouco mais além, aqui podemos também perceber um diálogo com elementos contemporâneos de Plutarco em sua escrita, pois, como sabemos, o imperador Trajano realizou campanhas contra os partos a partir do ano de 113. Estes últimos ocupavam as terras que eram do Império Persa e se configuravam como o “grande outro”

Assim, peguemos como exemplo o caso de Calístenes de Olinto, parente de Aristóteles, foi um dos homens que acompanhou Alexandre na condição de historiador oficial. Sua obra *Os feitos de Alexandre* cobriu as campanhas do macedônio até o ano de 330 a.C., sendo considerada uma das primeiras obras históricas sobre Alexandre. Plutarco nos relatou que, um pouco antes de suas travessias pela Índia (Plut. *Alex.* LVII), Calístenes desafiaria Alexandre durante um banquete entre os íntimos do rei, frente à uma prática que o rei macedônio tentava impor aos demais de seus seguidores: a prática da *προσκύνησις* – *proskynesis*:

[...] rejeitando vigorosamente e filosoficamente a prostração e dizendo abertamente, por conta própria, aquilo que secretamente ultrajou os melhores e mais abastados macedônios, ele salvou os gregos de uma grande desgraça - e mais ainda de Alexandre, afastando-o do idéia de prostração - mas ele buscou sua própria ruína, pois, com sua atitude, ele parece ter forçado o rei, em vez de convencê-lo. E Cares de Mileto conta que, após um banquete, Alexandre, depois de beber, ofereceu o copo a um de seus amigos; Ele pegou, levantou-se olhando para a lareira, bebeu, prostrou-se diante de Alexandre, depois o beijou e recostou-se em seu lugar. Todos os convidados, um após o outro, fizeram o mesmo, mas Calístenes pegou o copo no momento em que o rei não estava prestando atenção nele, já que ele estava conversando com Heféstion; e quando Calístenes, depois de beber, estava prestes a beijar o rei, o apelidado Fidón Demétrio disse: “- Meu senhor, não o beije, pois ele é o único que não se prostrou diante de você”. Então Alexandre se esquivou do beijo, e Calístenes disse erguendo a voz muito: “- Bem, então, vou sair daqui com um beijo a menos” (Plut. *Alex.* LIV, 1-4).

Como observa Ziegler (2009, p. 135), a prática da *proskynesis* foi mencionada em Heródoto (*Hist.* I, 134) e trata-se de uma prática secular onde alguém de um status inferior se prostraria diante de uma pessoa superior na hierarquia, sendo um gesto de culto que era realizado para os deuses. Muito mais do que o ato de não se prostrar diante de Alexandre, o mesmo foi desafiado moral e filosoficamente por Calístenes. É percebido também os adutores, na pessoa de Fidón Demétrio, que alertaram Alexandre da “falta” cometida por seu companheiro que, desdenha desse último e que acredita poder ainda contar com o melhor dos homens em Alexandre, fato que não se realiza. Apesar de a morte de Calístenes ter acontecido muito tempo

em relação a Império Romano no momento de Trajano. Com as conquistas da Mesopotâmia por parte de Trajano, talvez Plutarco aqui estivesse formulando estratégias de comando frente a esses bárbaros a partir dos exemplos de Alexandre.

depois desse ato, a animosidade entre os dois, Calístenes e Alexandre, se estendeu e sendo perceptível ao longo da narrativa de Plutarco que deixa a entender que Alexandre teria encomendado o seu assassinato (Plut. *Alex.* LV, 8)²⁴.

Outro elemento importante que podemos tirar do trecho supracitado é a bebida, que já era um fator recorrente nos banquetes de Alexandre. Por mais que Alexandre tivesse sido apresentado, inicialmente, como pouco inclinado ao vinho, a bebida tornou-se mais frequente nas cenas de violência durante a narrativa plutarquiana, regadas a bebidas quase sempre. Como exemplos podemos citar as mortes de Filotas e Parmênio (Plut. *Alex.* XLVIII, 4) e de Clito (Plut. *Alex.* L).

O filho de Parmênio, Filotas, é morto depois de ser torturado e após ser falsamente acusado, segundo Plutarco, de participar de uma conspiração realizada por dois jovens enamorados (Plut. *Alex.* XLIX; L). Toda a desconfiança que Alexandre passa a ter de seu antigo amigo foi criada durante momentos de embriaguez de Filotas como se fosse um precursor das demais atitudes regadas à bebida do rei macedônio (Plut. *Alex.* XLVIII, 5 – 6). Parmênio, um dos companheiros mais antigos de Alexandre, sendo o mais idoso do círculo íntimo do rei, que já havia lutado com Filipe II, envolveu-se na possível trama do filho. Alexandre se portaria de uma forma cruel, negando a Parmênio o direito a ser julgado por uma assembleia de soldados, deixando a crer que sua morte foi arbitrária (Plut. *Alex.* L):

Esses eventos fizeram Alexandre temível para muitos de seus amigos, e especialmente para Antípatro, que secretamente enviou emissários para concluir um pacto com os etólios; estes, de fato, temiam Alexandre por causa da destruição da cidade de Eneida (Plut. *Alex.* XLIX, 14-15).

Os relatos de Plutarco sobre os banquetes regados a vinho seriam o palco de cenas violentas e de atos pouco condizentes com a racionalidade e inteligência do rei filósofo. Para Tim Whitmarsh (2002, p. 186), a bebida “funcionaria como um contraponto entre a serenidade da paidéia aristotélica com a violência e a força às quais são associadas com o dionisíaco e o Oriente”. O fogo em Persépolis foi o auge da irracionalidade e da violência do homem bêbado, sem virtude:

Enquanto pronunciava essas palavras, os presentes começaram a aplaudir loucamente, e os companheiros de Alexandre o exortaram a competir entre si, de modo que o rei, arrastado por eles, pulou de

²⁴ Vale destacar aqui que, para fins de cronologia, as mortes de Filotas, Parmênio e Clito se dão antes da morte de Calístenes, contudo, para fins narrativos neste livro, se optou por antecipar alguns acontecimentos.

seu assento e carregando uma coroa e uma tocha, ele partiu primeiro. Os outros o seguiram no meio de grandes gritos e cercaram o palácio; Os macedônios que descobriram o caso também se apressaram em tochas e cheios de alegria, pois confiavam que a queima e a destruição do palácio eram a prova de que Alexandre tinha a mente voltada para o retorno, e não para habitar entre os bárbaros. Alguns autores dizem que foi assim que as coisas aconteceram, mas outros sustentam que o fogo foi premeditado; seja como for, o que todos concordam é que Alexandre se arrependeu muito em breve e ordenou que o fogo fosse apagado (Plut. *Alex.* XXXVIII, 1-4).

O fogo em Persépolis é movido tanto pelo vinho como pela mulher de Ptolomeu, Tais de Atenas. Percebemos, novamente, um elemento de gênero/virilidade na narrativa plutarquiana que liga uma mulher, um elemento feminino, como precursora de um ato bárbaro, impensado e impulsivo. Esta, ao fazer comentários lisonjeiros e brincalhões apropriados a Alexandre, “por causa do vinho”, segundo Plutarco, “ela veio pronunciar algumas palavras, sem dúvida de acordo com o caráter de seu país, mas em qualquer caso inadequado para uma mulher de sua condição” (Plut. *Alex.* XXXVIII, 2). Nessas palavras, Tais incentivou a todos a se levantarem e colocarem fogo na “casa de Xerxes” para que assim “o mundo inteiro soubesse que as mulheres que acompanhavam Alexandre haviam imposto aos persas, em vingança à Grécia, um castigo maior que todos os almirantes e generais de infantaria” (Plut. *Alex.* XXXVIII, 4). Ao colocar esse ato, tido por Plutarco como irracional, sob a liderança de Tais, nosso autor demonstra a perda de virilidade de Alexandre e seus companheiros que, sob efeito do vinho, marcham com tochas e colocam fogo em Persépolis.

Entretanto, outra questão importante a se destacar aqui é que vemos em Plutarco um Alexandre arrependido. Igual a cena de choro após a morte de Clito, aqui Plutarco descreve um Alexandre que reconhece seu erro, e busca em sua “consciência” o que fez de errado, tentando consertar sua falha seja por meio do suicídio por não poder viver em um mundo onde Clito não existia, seja pela percepção de que a queima de Persépolis é contrária aos ideais universalistas, defendidos por Plutarco, de que Alexandre pretendia criar um só reino para todos (Plut, *De Alex. fortuna*, 327, III, d).

Já no final de sua narrativa, na *Vida de Alexandre*, logo antes de narrar a morte de Alexandre, Plutarco o cerca de elementos pouco viris e virtuosos. Após um longo combate contra Poro, rei de Paurava, Alexandre ficou com dificuldades

em liderar seus companheiros e soldados para mais além, adentrando em território indiano. Era desejo de Alexandre transpor o rio Gangues, apesar de nunca ter chegado lá²⁵, verdadeiramente. Alexandre, entretanto, “considerava a retirada como uma confissão de derrota” (Plut. *Alex.* LXXII, 5). Somente após “as sensatas recomendações de seus amigos assim como os gemidos e gritos dos soldados que lhe suplicavam golpeando a sua porta [...]”, fizeram o rei mudar de ideia (Plut. *Alex.* LXXII, 6). O rei deixou mandar ali grandes e pesadas armas de guerra que eram demasiadamente pesadas para transportar, assim como ergueu altares aos deuses que, para Plutarco, ainda eram cultuados até os seus dias (Plut. *Alex.* LXII, 7-8).

Depois dali, Alexandre marchou até o “mar exterior”, o Oceano Indico (Plut. *Alex.* LXIII, 1). Foi nessas regiões que Alexandre, mais do que ordenar a construção de grandes frotas de barcos que futuramente seriam usadas para navegar pelo Eufrates e por “subir o Nilo e chegar na Líbia” (Plut. *Alex.* LXVIII, 1-2), entrou em confronto com filósofos indianos, chamados de *gimnosofistas*. Esses episódios nos mostraram um Alexandre que deixa de lado o seu comportamento filosófico e o apreço pela filosofia em si: “Os filósofos da região [da Índia] [...] lhe criaram [...] dificuldades [...] por isso, ele mandou enforcar grande número desses sábios” (Plut. *Alex.* LIX. 3-4).

Esses episódios são seguidos pela chamada “marcha festiva” que Alexandre iniciou ainda na região da Carmânia, por um intervalo de sete dias (Plut. *Alex.* LXVII, 1). Durante esse trajeto, “Alexandre se banquetearia sem cessar dia e noite”, o mesmo era seguido por “inúmeros carros, uns com vistosas capas tingidas de púrpura, outros com ramos sempre frescos e verdes para se fazer sombra, e neles vinham o resto de seus amigos e oficiais, com as cabeças coroadas com guirlandas e bebendo”, pois o próprio rei e seus mais íntimos eram carregados em um carro puxado por oito cavalos “em cima de um parquete pregado a uma base muito alta e visível” (Plut. *Alex.* LXVII, 1-3).

Plutarco destaca que, durante o trajeto, não se via “nem escudos nem cascos, nem lanças, somente vasos, os chifres para beber e os copos com que os soldados, ao longo de todo caminho, extraíam o vinho de grandes tonéis e crateras e brindavam entre si” (Plut. *Alex.* LXVII, 4). Eram seguidos pelo caminho por “uma incessante música de juncos e flautas, de cantos acompanhados com lira e

²⁵ Segundo Jorge Bergua Cavero e Salvador Bueno Morillo (2007, p. 107), os exércitos de Alexandre teriam se detido no antigo rio Hifasis (atual rio Beás, na Índia), estando esse a mais de 300 quilômetros de distância do Alto Ganges.

melodias báquicas entoadas por mulheres” (Plut. *Alex.* LXVII, 5). Essa marcha “desordenada e errante”, chamada assim por Plutarco, vinha “acompanhada por jogos de uma licença báquica, como se o próprio Dioniso estivesse ali dirigindo o cortejo” (Plut. *Alex.* LXVII, 6).

Alexandre, após tal marcha, chega a Susa, onde se reúne logo em seguida em um “banquete com um grande número de amigos e oficiais, e lhes propôs um concurso em que quem bebesse mais vinho sem mistura obteria uma coroa” (Plut. *Alex.* LXX, 1). É em Susa que Alexandre se casou com sua segunda esposa, Estatira, uma das duas filhas de Dario capturadas por ele muito tempo antes, na Batalha de Isso. Esse casamento, movido por motivos políticos, segundo Plutarco, não se acontece sozinho, Alexandre também une “as melhores noivas a seus melhores homens”, fato esse que descontenta os macedônios, pois tais noivas eram bárbaras (Plut. *Alex.* LXX, 3).

Também em Susa Alexandre reencontrou aqueles trinta mil homens que ele deixou sendo treinados em artes militares e literárias gregas. Ao ver o progresso dos mesmos, descritos com corpos modelares por Plutarco, os macedônios ficaram com medo de que seu rei os preferisse, fato esse que os levou a protestar contra Alexandre, dizendo que eles eram agora maltratados e usados, e que Alexandre os permitisse marchar de volta a Macedônia, pois agora que tinha esse novo pequeno exército de persas, eles já eram descartáveis (Plut. *Alex.* LXXI, 1-3). Alexandre teria se encolerado com esse protesto e, “proferindo quantidades de injúrias sobre eles, lhes expulsou de sua vista, confiando sua segurança aos persas e nomeou entre esses os seus guardas pessoais e ajudantes” (Plut. *Alex.* LXXI, 4-5).

O fato só se encerrou quando os macedônios, voltando atrás, passaram três dias suplicando à frente da tenda de Alexandre. Esse chorou ao sair, os repreendeu suavemente e os tratou com humanidade (Plut. *Alex.* LXXI, 7-8), talvez esse tenha sido o último ato de humanidade e temperança do rei que, nesse episódio, segundo Mossé (2004, p. 77), traía a lei (*nomos*) macedônia, compensando a falta de soldados com os persas e não defendendo mais o ideal universalista mencionado por Plutarco e, assim, se comportando de forma despótica. Após isso o ideal de rei filósofo e bom-general abandonar Alexandre. O rei como veremos se entrega novamente a momentos de descompensação, ira e bebida. A impulsividade, a violência e os festejos organizados por ele durante o final de sua vida marcaram um Alexandre que não estava destinado a herdar tudo o que conquistara, pois já não era um rei virtuoso e, portanto, merecedor de tudo aquilo.

Sendo assim, Alexandre se “entrega de novo a festejos e representações teatrais após ter chegado da Grécia mais de três mil artistas” (Plut, *Alex.* LXXII, 1). Contudo, essas mesmas festividades foram interrompidas pela notícia de que Heféstion estava doente. Alexandre respondeu a essa notícia de forma “irreflexiva e sem nenhuma moderação” (Plut, *Alex.* LXXII, 2). Alexandre teria:

Mandado barbear as crinas de todos os cavalos e mulas em sinal de luto, fez com que fossem derrubadas as muralhas das cidades dos arredores, mandou crucificar o desleixado médico [de Heféstion] e proibiu o acampamento, durante um longo tempo, o som de flautas e de qualquer outro tipo de música, já que lhe chegou uma mensagem do Oráculo de Amon para que lhe fizesse sacrifícios em honra a Heféstion e honrá-lo como um herói” (PLUT. *Alex.* LXXII, 3).

Alexandre ainda teria tido a guerra “como meio de diminuir sua dor”, buscando a quem combater “como quem vai à caça de homens”, massacrando “a todos os homens adultos”, agindo de forma que não se tratava mais de excesso de coragem ou destreza, mas sim de atos bárbaros e impulsivos que não engrandeciam em nada sua pessoa. Esses massacres nos foram relatados por Plutarco como tendo sido chamados de “sacrifício em honra a Heféstion” (Plut. *Alex.* LXXII, 4). E, por fim, o funeral desse último teria sido marcado por um gasto exagerado (Plut. *Alex.* LXXII, 5-8).

Após esses acontecimentos, Alexandre é descrito em uma jornada de punição a governadores e sátrapas rebeldes e injustos. Todavia, Plutarco também ressalta que Alexandre “já não confiava mais nas divindades e suspeitava de seus amigos” (Plut. *Alex.* LXXIII, 1). Episódios de raiva e temor, seguidos da violência do rei também foram relatados, sendo descrito, a partir disso, um Alexandre temeroso e supersticioso (Plut. *Alex.* LXXV, 1-2). Após o luto para com Heféstion, Alexandre volta a beber e a festejar, oferecendo um suntuoso banquete a Nearco²⁶. Entretanto, após esse banquete onde bebeu “toda a noite e o dia seguinte, começou a ter febre” (Plut. *Alex.* LXXV, 5). Plutarco realça aqui que alguns escritores colocam que teria sido por outros motivos que Alexandre teria morrido, na tentativa de esconder o “desfecho trágico e patético” de Alexandre (Plut. *Alex.* LXXV, 5). Seguindo Aristobulo, Plutarco contou que por causa da febre Alexandre bebia cada vez mais vinho, a ponto de chegar a delirar e assim morrer, por volta do dia 30 do mês Desio²⁷ (Plut,

²⁶ Nearco foi filho de Andrótimo, um dos oficiais de Alexandre, a quem ele confiou sua frota no Oceano Índico.

²⁷ Na verdade, Alexandre teria morrido dia 10 de junho de 323 a.C.

Alex. LXXV, 6). Plutarco levantou a hipótese se Alexandre não poderia ter sido envenenado (Plut. *Alex.* LXXVII, 1-5) ou doente, as fontes debatem sobre esse fato, entretanto não é nosso objetivo aqui discuti-lo.

Percebemos que Alexandre, nem que seja por um período de sua trajetória, foi o melhor dos homens para Plutarco. O mais virtuoso e, conseqüentemente, o mais viril. Contudo, ao longo da narrativa plutarquiana a construção de seu rei “filósofo” e do bom-general, ou seja, do homem virtuoso e viril, parece desmoronar, em especial na *Vida de Alexandre*, abrindo espaço para um homem temeroso, supersticioso e perturbado, entregue a festejos, bebida e luxo e que se vestia como um rei persa. Cabe lembrar aqui que é um *topos* comum na literatura greco-romana relacionar o bárbaro com o luxo, o medo, o vício e a covardia.

Portanto, para nós, o retrato que Plutarco fez é uma construção de seu tempo. Muito mais do que tentarmos desvendar o que seria verídico ou não na narrativa do queronês, o que devemos mesmo pensar foi a quem e para o que ela servia. As obras de Plutarco, dessa forma, por terem uma intenção moralizante trazem consigo discursos de gênero interseccionados com elementos identitários do mundo greco-romano que deveriam servir de guia para o público alvo do escritor: a elite imperial greco-romana. Seja enquanto um discurso laudatório, seja enquanto uma biografia, as obras alexandrinas de Plutarco não deixam de lado seu perfil político, pois se destinavam aos homens de poder, em especial às elites gregas e à casa imperial romana.

Ao trazer esse homem-fronteira em seu Alexandre e o apresentar de forma dúbia, portando ao mesmo tempo virtudes e defeitos, o objetivo maior do queronês era, como defendemos, que Alexandre servisse de exemplo de coisas positivas, especialmente em matéria de conduta virtuosa e viril. A escrita de Plutarco foi, assim, um veículo que, através do passado e de figuras que seu público leitor facilmente reconheceria e se identificaria, refletir sobre o momento presente. Fica visível a intencionalidade pedagógica dos textos plutarquianos que, ao trazerem Alexandre, buscam fazer dele uma figura imitável, fazendo jus ao *topos* recorrente da escrita bibliográfica e das concepções filosóficas de Platão, nas quais a emulação e a imitação eram tidas como fundamentais para a construção moral de um indivíduo.

A paidéia grega tem um papel ímpar na mensagem plutarquiana. As duas obras de Plutarco em análise nesta dissertação tinham como objetivo comum provar que a conquista do imenso império por Alexandre foram objeto não da sorte, nem causadas pela assistência divina, mas sim de suas virtudes e de sua educação. Assim

sendo, Plutarco destacou a educação recebida por Alexandre como um elemento chave e mostrou que quando o rei macedônio se afastava desses elementos e deixava a natureza rústica e bárbara de sua herança macedônia, teríamos sua queda.

A excelência (*areté*) de Alexandre foi dada por aquilo que sua educação lhe fornece: o senso de justiça e moderação/autocontrole. Ambas virtudes garantem que Alexandre não assuma a posição de tirano e, tanto no campo de batalha como em suas relações afetivas e sexuais, se comporte com temperança e domínio de si. É através desse senso de justiça e dessa moderação de Alexandre que Plutarco constrói a sua figura alexandrina dominada pela filosofia, pela paidéia e pela excelência helênica que, passa a ser referência a aqueles que leem suas obras, se inspiram, aprendem e emulam a figura de Alexandre Magno.

Para finalizar, não nos parece difícil presumir que em alguns momentos Plutarco não estivesse tentando colocar em pauta as atitudes de seu próprio imperador, dando-lhe instruções sobre como alcançar a excelência. Plutarco poderia ainda estar se valendo das afeições pessoais que Trajano possuía por Alexandre pois, como nos conta Dião Cássio (*Hist. Rom.* LXVIII, 26, 1), Trajano apenas não seguiu os passos de Alexandre por conta da idade²⁸. Visando à ascensão política de seu autor ou apenas buscando frisar o ideal platônico de acompanhar, na posição de conselheiro e filósofo aquele que governa, certamente as obras alexandrinas de Plutarco fizeram da figura de Alexandre alguém a ser lembrado até os dias de hoje, sendo leitura imprescindível a qualquer um que tente estudar a figura do conquistador dos persas²⁹.

O ALEXANDRE DE ARRIANO

Arriano escreve em sua *Anábise* a história de uma expedição militar realizada por Alexandre, o Grande, frente aos persas. Seus relatos foram muito ricos em detalhes e tinham como principal objetivo apresentar os aspectos militares da campanha de Alexandre de forma quase exaustiva. A narrativa enfatiza o número de soldados, as estratégias de cerco, as localizações geográficas, as descrições de terrenos e rios, entre outros elementos apresentados minuciosamente. Contudo, para Philip A. Stander (1980, p. 77), a história foi narrada para se enquadrar em um formato, ou

²⁸ Nos valem aqui das análises realizadas por Biazotto (2016, p. 184-185) sobre a obra de Dião Cássio.

²⁹ Mantemos essas indagações no campo especulativo e ansiamos por mais pesquisas na área.

seja, uma obra que possuía um intuito historiográfico “e mantém Alexandre constantemente no centro das atenções, pois tudo o que é relatado tem uma relação direta com ele”, colaborando, assim, com a exaltação das qualidades desse personagem. Qualidades essas que, em nossa visão, foram julgadas por Arriano de forma muito moderada. Após determinados acontecimentos durante sua narrativa, Arriano fez reflexões próprias sobre a conduta, as tomadas de decisão e as ações do rei macedônio. Ao fazer essas reflexões, Arriano tentou, intencionalmente ou não, apresentar pequenos os episódios tidos como polêmicos durante a vida de Alexandre, reforçando a ideia de que o que ele escreveu sobre o rei macedônio teria como finalidade criar uma espécie de cartilha destinada a apresentar um exemplo de conduta.

Em nosso entender, esse projeto de exemplo de Alexandre tem ampla ligação com as razões e leitores para os quais Arriano escreveria sua *Anábese*. Esse projeto de construção de um monarca ideal em Alexandre foi percebido quando nos atentamos para os padrões inerentes à narrativa de Arriano, ou seja, quando nos atentamos para os desejos constantes e intencionais do autor em destacar alguns elementos a fim de ter efeitos específicos em seus leitores/ouvintes (Leme, 2011, p. 71)³⁰. Com isso, acreditamos que Arriano procurou estabelecer em Alexandre um *homem-fronteira* que transita entre os elementos identitários greco-romanos, através dos ideais de virtude e virilidade, mas que, em determinados momentos se comportou como o grande outro, o bárbaro persa.

Seguindo os seus modelos de escrita, os gregos Xenofonte e Homero, Arriano procura em sua obra atrelar as ações de Alexandre a uma reflexão sobre a virtude de seu herói. O Alexandre de Arriano se transforma, assim, não somente em um modelo a ser seguido e imitado, mas também através de seus exemplos e de suas ações militares, em um elemento de comparação entre o civilizado e o não civilizado. Percebamos um Arriano que entendia e desejava projetar a cultura grega enquanto portadora de superioridade militar, política e de costumes percebidos na *Anábese* através das ações e comportamentos de Alexandre. A “educação dos não gregos [...]”, ou seja, “a sua helenização, poderia ser “dada” aos bárbaros por meio da guerra, conquista e exposição” (Aburto, 2015, p. 10)³¹. A

³⁰ Acreditamos serem os principais destinatários desse exemplo de conduta em Alexandre a elite romana e, em especial, os *princeps* romanos Trajano e Adriano. Ao longo de nossa análise, assim como fizemos com Plutarco ao ligar seus escritos alexandrinos a Trajano, estabeleceremos notas e comentaremos sobre as ligações presentes entre a narrativa alexandrina de Arriano aos *princeps* Antoninos.

³¹ A historiadora Leslie Lagos Aburto (2015, p. 5), em seus estudos sobre a obra *Anábese* de Arriano, busca mostrar a mesma enquanto um instrumento de fortalecimento da identidade grega em um mundo romano, tendo como objetivo estudar o processo de helenização da Ásia dentro da *Anábese*. Segundo essa historiadora, não existia “helenização” da Ásia dentro da *Anábese*. Segundo essa historiadora, não existia “helenização” da Ásia dentro da *Anábese*.

paidéia grega, portanto, tem um lugar de destaque na narrativa de Arriano e é um ponto chave para compreendermos sua obra alexandrina. Além de um relato militar, a *Anábase* traz consigo, portanto, questões morais e pedagógicas, como uma cartilha de comportamentos que deveriam ser seguidos e uma teoria política nova que, em nossa opinião, está de acordo com os projetos políticos dos Antoninos, os quais Arriano tenta se aproximar.

Entre todas as virtudes de Alexandre: coragem, astúcia, clemência, justiça, temperança, destacamos a construção de uma narrativa que apresenta Alexandre enquanto senhor de si e cheio de virilidade. Da mesma forma que nos escritos plutarquianos analisados no subcapítulo anterior, buscamos aqui, em um primeiro momento, as características positivas no Alexandre de Arriano, o que o faz ser exemplo de homem viril, portanto virtuoso e modelo de governante ideal, para posteriormente nos adentrarmos em questões dúbias do rei macedônio apresentados pelo escritor de Nicomédia. Vale destacar aqui que, diferentemente de Plutarco, Arriano não possui uma mudança de narrativa ao longo de sua escrita. Os episódios tidos como negativos e os vícios de Alexandre o acompanham ao longo de sua vida e de sua expedição, convivendo lado a lado com as virtudes e os episódios positivos.

Alexandre foi descrito por Arriano como sendo “o homem de mais belo corpo” e “o mais valoroso” entre os iguais (Arr. *Anb.* VII, XXVIII, 1). Ao descrevê-lo assim, Arriano tece elogios aos atributos físicos e morais de Alexandre. Ao dizer que seu corpo era belo, possivelmente Arriano pensou no corpo do homem greco-romano por excelência. O próprio Arriano, em muitos momentos, destacou um Alexandre que despreza o cuidado com o corpo. Geralmente esses momentos de “relaxamento” se ligam à insatisfação do rei e aos seus momentos de fúria descontrolada, ou seja, a seus momentos bárbaros, como em (Arr. *Anb.* IV, IX, 4). Se pensarmos assim, o cuidado do corpo é um elemento essencial para a imagem de um governante e está diretamente ligado com as questões de virilidade, como já debatido. Já o oposto disso, o descuido com o corpo ligava-se ao bárbaro, ao efeminado e ao desprezioso. Sua aparência ficava a cargo de ser representada em bronze pelo escultor Lisipo, que teria sido “o único candidato selecionado a retrata-lo” (Arr. *Anb.* I, XVI, 4-5).

nização” na Antiguidade, apenas a ideia e o significado de “helenizar” (Aburto, 2015, p. 6). Esse helenizar, para Aburto (2015, p. 6), é igual à transmissão da paidéia em Arriano. Ou seja, é através da ação de educar que nasce com a expedição de Alexandre, visível na preocupação constante de Arriano de relatar, através das práticas e atividades militares dos macedônios e gregos, as vantagens dos valores helenísticos frente aos bárbaros (Aburto, 2015, p. 8-9).

Segundo os demais biógrafos e historiadores de Alexandre, Lisipo seria o único que fielmente conseguia reproduzir os aspectos leoninos (esse elemento representativo de virilidade), a doçura de seus olhos e o encurtamento de seu pescoço³².

Arriano, ao contrário de Plutarco, pouco se interessou pela infância de Alexandre. Já nos primeiros parágrafos de sua *Anábase*, o nicomédio parte para as ações militares do macedônio. Logo no início, Arriano o colocou enfrentando dificuldades após sua, possível, coroação como rei macedônio. Alexandre foi assim descrito enfrentando a oposição dos povos Trácios e Ilírios, que o forçaram a marchar sobre eles (Arr. *Anb.* I, I, 1-8). Alexandre os derrota, assim como derrotou povos da região do Danúbio e territórios celtas mais ao norte demonstrando incríveis capacidades militares e de força pessoal frente ao inimigo. Contudo, muito tempo longe das terras gregas, Arriano relatou que teria surgido um boato de que Alexandre teria morrido. Esse rumor resultou em uma insurreição na cidade de Tebas (Arr. *Anb.* I, 7, 2-3). Esse episódio foi marcado como um dos primeiros momentos negativos de Alexandre e o tratamos mais adiante.

Todavia, por mais que Tebas carregue uma carga negativa na vida de Alexandre, talvez aqui, Arriano a vincule com a ascensão de Adriano e use o exemplo alexandrino de Tebas para justificar as ações de seu *princeps*. Como já mencionamos no capítulo 1, Adriano teve uma ascensão conflituosa. Sendo adotado por Trajano pouco antes de sua morte ou tendo a adoção forjada pela imperatriz Plotina após a morte de seu marido, fato foi que Adriano logo entrou em conflito com o grupo senatorial. Seja pela execução de quatro senadores opositores, seja pelas reformas realizadas logo após sua ascensão, Adriano deixou claro, logo no início de seu governo, que não hesitaria em romper qualquer privilégio do grupo senatorial na busca de se consolidar no poder, tal como Alexandre ao destruir a famosa e respeitada cidade de Tebas.

Adriano também mudou a política externa do Império ao fazer a paz com o Império Parto, o mesmo contra o qual o imperador Trajano havia morrido combatendo. Isso também não teria ajudado na imagem do novo imperador frente ao grupo senatorial. A postura “defensiva” mas não totalmente “pacifista” de Adriano, como nos lembra Leme (2013, p. 234), criou inevitavelmente uma lacuna na *auctoritas* de Adriano que precisava ser preenchida para consolidar sua permanência no

³² Segundo Garcia (1982, p. 162), isso está, inclusive, na novela histórica de Pseudo-Calístenes chamada *Vida e façanhas de Alexandre da Macedônia*, escrita já no século III.

poder. A escrita da *Anábase* vem, portanto, movida por esse interesse, o de legitimar politicamente e moralmente o *princeps*. Contudo, como vincular um grande conquistador com aquele que delimitou as fronteiras romanas e passou a integrar com maior força as diferentes partes do *orbis romanorum*? A resposta está na paidéia.

Se seguirmos os escritos de Plutarco, foi durante a infância que o então príncipe macedônio teve contato com a filosofia e com a educação aos moldes gregos, em especial através dos ensinamentos do filósofo Aristóteles. Esse contato inicial com a filosofia foi percebido, posteriormente, na narrativa de Arriano, em algumas passagens que mostram Alexandre enquanto possuidor de uma ampla curiosidade e admiração pelos sábios, como nos encontros com os sábios hindus e com o filósofo Diógenes de Sinope. Da mesma forma que na narrativa plutarquiana, seria a paidéia grega recebida por Alexandre e demonstrada nos seus comportamentos filosóficos ao longo de sua expedição que lhe garantiriam as qualidades e as virtudes ideais e positivas apresentadas por Arriano no trato com seus amigos, soldados, inimigos e família. Essas virtudes foram expostas através da generosidade (*ἀφειδία* - *apheidía*), humanidade (*φιλανθρωπία* - *philanthrōpía*), coragem (*ἀνδρεία* - *andρεία*), astúcia (*περιφροσύνη* - *periphrosyne*) e temperança/domínio de si (*σοφροσύνη* - *sôphrosýnê*) colocadas em Alexandre ao longo de sua narrativa.

Arriano constrói o melhor dos homens em Alexandre através de sua formação. Ser possuidor da paidéia era, portanto, o que fazia Alexandre ser virtuoso. Ao exaltar a paidéia grega em seu Alexandre, Arriano buscou duas coisas: exaltar a excelência das virtudes gregas, assim como propor uma teoria política nova que tinha como objetivo final a helenização. Assim, compreendemos a paidéia como uma espécie de fronteira entre o civilizado, que encontraria em Alexandre o modelo a ser seguido, e o não civilizado, aquele que permaneceria bárbaro. Ser o “mais capaz” era ser o educado, o preparado para assumir a posição de cidadão e/ou governante. Os exemplos dados por Alexandre, através das virtudes colocadas e construídas nele por Arriano, buscaram orientar os leitores da *Anábase* não somente em aspectos militares, mas também em questões morais.

Da mesma forma, segundo Aburto (2015, p. 18), Arriano propõe uma reflexão sobre a prosperidade do Império e sua governança. Reflexão essa, como acreditamos, destinada a Adriano e à elite senatorial. A paidéia, enquanto fronteira, enquanto elemento civilizador, poderia ser usada, como pretende nos mostrar Arriano através da expedição alexandrina, como instrumento de busca pelo apoio/

colaboração das elites locais. Ao permitir esse acesso à cultura grega pelos bárbaros, segundo Aburto (2015, p. 14), os romanos poderiam encontrar nesses últimos “cooperação”. Cooperação essa para a qual nos são dados exemplos em inúmeras ocasiões da *Anábasis*, quando Arriano se preocupa em nomear e mostrar as relações de Alexandre com seus nomeados sátrapa, tanto gregos/macedônios como bárbaros. Vale destacar que o momento de escrita de Arriano foi um momento de interação e incorporação das elites provinciais e seu ingresso na administração imperial e no Senado³³. Arriano assim, muito mais do que escrever uma obra estritamente militar, constrói um manual político, uma proposta política nova, destinada aos Antoninos, de como melhor gerir e governar as partes orientais do Império, entre elas a Grécia. Da mesma forma, conclama os governantes, a exemplo de Alexandre, a se portarem e adquirirem a excelência (*areté* – ἀρετή – *humanitas*) através da paidéia.

Voltando a explicar sobre as virtudes e os elementos positivos de Alexandre, iniciaremos pela sua generosidade (ἀφειδία - *apheidía*). Essa virtude é de longe, assim como na narrativa alexandrina de Plutarco, uma das mais mencionadas por Arriano. Se os relatos de envio dos botins conquistados em terras persas à sua mãe, família e aliados na Grécia são escassos, sendo percebidos apenas quando Alexandre ataca as terras Trácias (Arr. *Anb.* I, II, 1), o seu compartilhamento, assim como a divisão das riquezas e tesouros conquistados, com os seus companheiros, generais e soldados é constante. Após a Batalha de Isso, testemunhamos nos relatos de Arriano um Alexandre preocupado com os feridos e generoso com os sobreviventes. Arriano relatou que “no dia seguinte, apesar de ferido no músculo por uma espada, Alexandre visitou aos feridos e deu sepultura com o devido decoro aos mortos” (Arr. *Anb.* II, XII, 1). Honrou “a cada um de seus homens e adicionou uma compensação em dinheiro segundo o próprio merecimento de cada um” (Arr. *Anb.* II, XII, 1).

Alexandre, em um discurso relatado por Arriano, já no final de sua campanha, enfrentou recusas e a insubordinação do exército macedônio, dizendo nada possuir além da “púrpura e esta coroa”. “Nada”, teria dito Alexandre, “posso como particular, nada podem mostrar que possuo tesouros fora dessas possessões vossas e que por vós se guardam. Nenhuma razão há para que me reservem algo em privado, se como o mesmo que vós e durmo igual a vós” (Arr. *Anb.* VII, IX, 9). Nesse discurso, obviamente ampliado e retocado de retórica por Arriano, podemos ver um Alexandre que conquista aquele imenso império e suas riquezas para os seus. Era pelos

³³ Sendo o próprio Arriano um exemplo disso.

macedônios e em certa medida pelos gregos que Alexandre, segundo seu discurso narrado por Arriano, teria se apoderado de “muitos outros povos que voluntariamente se opuseram” a ele, e Alexandre os colocou então à disposição dos macedônios para que esses “colhessem os frutos desses” (os povos bárbaros conquistados). Da mesma forma, “todos os bens do Egito e de Cirene, conquistados sem se livrar de uma só batalha, passaram para vossas mãos. Síria Interior, Palestina e Mesopotâmia são possessões vossas, igual à Babilônia, Bactria e Susa, a riqueza da Lídia, os tesouros da Pérsia, as riquezas da Índia, assim como o Mar Exterior³⁴. Vós sois os sátrapas e os generais [...]” (Arr. *Anb.* VII, IX, 7).

Arriano, assim, constrói um discurso no qual seu Alexandre compartilha de modo igual com os seus companheiros, generais, oficiais e soldados suas riquezas e terras conquistadas, construindo retoricamente que esses últimos eram de fato os donos de tudo aquilo que Alexandre conquistara. O Alexandre de Arriano tem presente grande preocupação com suas tropas sendo sua real vontade nunca “expor a graves danos a nenhuma parte, por menor que fosse seu exército” (Arr. *Anb.* I, XX, 1). Da mesma forma para com seus soldados, Alexandre teria concedido aos pais e filhos dos mortos do seu lado “isenção de impostos sobre suas terras, assim bem como frente a outros impostos sobre seus bens ou serviços pessoais que tiveram” (Arr. *Anb.* I, XVI, 5).

O Alexandre de Arriano se mostrou generoso e justo também frente ao inimigo. Segundo Arriano, Alexandre teria, após a mesma Batalha de Grânico já citada, enterrado “também os generais persas, assim como os mercenários gregos que morreram lutando pelo inimigo” (Arr. *Anb.* I, XVI, 6), mandando os demais gregos irem trabalhar como escravos na Macedônia³⁵ (Arr. *Anb.* I, XVI, 6). Da mesma forma, durante a invasão da cidade de Mileto³⁶, Alexandre teria, “ao ver os refugiados na ilha³⁷ que estavam dispostos a lhe dar batalha, sentido compaixão destes homens

³⁴ Aqui sendo o Oceano Índico.

³⁵ Segundo a interpretação de Antonio Guzman Guerra (1982, p. 162) sobre esses personagens gregos na narrativa de Alexandre, logo após o ocorrido relatado por Arriano, o autor voltaria a falar dos mesmos quando “os atenienses enviaram, mais tarde, uma embaixada a Alexandre, intercedendo pela sorte dos seus cidadãos, solicitando a Alexandre que regressassem são e salvos a Atenas. Nessa ocasião não concedeu Alexandre o solicitado, mas prometeu fazê-lo quando as circunstâncias fossem mais favoráveis”. Esse elemento favorável só foi concedido quando Alexandre, segundo Arriano, já tinha o controle seguro da Pérsia e da derrota dos exércitos persas.

³⁶ Mileto (em grego: Μίλητος) é uma antiga cidade da Ásia Menor, no sul da Jônia, cuja região atualmente faz parte da Turquia, situada junto à foz do rio Meandro.

³⁷ Segundo Arriano, dentro da cidade haveria uma pequena ilha que fazia parte da cidadela e ali se refugiaram os últimos e valorosos combatentes de Mileto (Arr. *Anb.* I, XIX, 5). Na Grécia Antiga, a cidadela, que era chamada de

que ante ele haviam se mostrado valorosos e leais, e os propôs um acordo com a condição de que se unissem a seu exército”³⁸ (Arr. *Anb.* I, XIX, 6). Além desses homens valorosos, Alexandre ainda teria libertado aqueles que “sobreviveram ao assalto final da cidade e os concedeu o direito de ser livre” (Arr. *Anb.* I, XIX, 6).

Ressaltando a generosidade, aliada à gentileza, humanidade e justiça (δικαιοσύνη) de Alexandre, Arriano, assim acreditamos, não só escrevia uma estratégia pedagógica e política de como lidar com os povos conquistados, como também ressaltava que o relacionamento positivo com o exército era fundamental para um bom governante. Alexandre, portanto, tratou com justiça a todos os que por ventura são levados até ele³⁹, mas também puniu com veemência aqueles que por alguma razão se excedem ou executam mal suas funções. Quando o rei macedônio recebeu a comitiva da cidade de Sardes, localizada na região da Lídia (Turquia), composta pelo comandante da guarda da cidadela, de nome Mitrene, e outros cidadãos importantes da cidade, Alexandre mantém o comandante como refém e liberta os demais até averiguar se a cidade estava realmente disposta a se entregar. A Mitrene, contudo, Alexandre o manteve “em mais alta estima a aos sardinos e demais lídios lhes permitiu continuarem a ser regidos pelas antigas leis lídias, e os enviou na qualidade de homens livres” (Arr. *Anb.* I, XVII, 3-4).

Quanto aqueles que se excedem ou traem Alexandre, Arriano nos dá alguns relatos. No início do Livro III, Alexandre foi descrito enviando os tiranos capturados até suas cidades para serem ali justificados pelos seus cidadãos da forma que esses quisessem (Arr. *Anb.* III, II, 7). Da mesma forma, já no Livro VII, último em análise aqui, quando Alexandre retornou de suas campanhas na Índia até a cidade persa de Susa, o seu então nomeado Sátrapa de Susa, Abulites e seu filho Oxartres, foram executados após acusações de “abusiva gestão frente aos habitantes de Susa” (Arr. *Anb.* VII, IV, 1-3). Percebemos, assim, uma narrativa de Arriano que constrói um Alexandre virtuoso, portador das virtudes greco-romanas da justiça, piedade, clemência e *humanitas*, tal como o *topos* literário do bom imperador romano. Alexandre foi generoso para com os seus e justo frente a macedônios, gregos e bárbaros. A cada um julga de acordo com a sua própria lei e pelos seus próprios costumes buscando dessa forma “ensinar” as virtudes da justiça.

acrópole (literalmente “cidade alta”, em grego), era uma presença constante na vida do povo, podendo servir como local de armazenamento, local de santuários, locais de poder e também como refúgio em momentos de ataque.

³⁸ Se tratava, segundo Arriano, de um grupo de trezentos mercenários gregos (Arr. *Anb.* I, XIX, 6).

³⁹ Como, por exemplo, no tratamento gentil, humano e justo dado por Alexandre as mulheres da família de Dario, após a sua captura na Batalha de Isso (Arr. *Anb.* II, XII, 3-7).

Alexandre se porta muito mais do que apenas um rei, mas como um dirigente, ou seja, enquanto um líder preocupado com a paz comum, a *Koiné eirené* (Κοινή Ειρήνη - Koinē Eirēnē) (Aburto, 2015, p. 78-79) assim como Adriano buscava também se portar. Arriano sabia e se inseria, dessa forma, nos ditos planos filo-helenísticos de Adriano⁴⁰ e corroborava com os projetos de inserir e manter a cultura grega como parte da cultura identitária das elites do Império. Acima de tudo, também percebemos na narrativa de Arriano um Alexandre que em cada situação, seja de batalha, seja no trato diplomático ou cotidiano, se apodera de si e dos outros e resolve da melhor e mais justa forma possível cada situação. Esse autocontrole (ἐγκράτεια – *enkrátēia*) de Alexandre vem como um exemplo pedagógico dado por Arriano aos romanos, em especial à elite. Esse exemplo buscava mostrar aos romanos como Alexandre dominou e manteve os seus povos conquistados e como foi um líder virtuoso e seguido até os confins da terra.

Arriano entendia que “nem a força física, nem ser de família nobre, nem ter contínuos êxitos com o exército, até maiores que os de Alexandre, contribuiriam mais para a felicidade do homem, se não o ajudassem a ser o mais sensato e controlar-se a si mesmo”, qualidades essas que valeriam mais para Arriano do que ser “autor de grandes e magníficas façanhas” (Arr. *Anb.* IV, VII, 5).

O próprio Arriano, anteriormente, já nos havia dito que reconhecia em Alexandre um homem sem igual, visto que não teria existido “homem algum, nem grego, nem bárbaro, que tenha realizado tantas e nem tão grandes façanhas, seja em número, seja em magnitude” (Arr. *Anb.* I, XII, 4). Seria, inclusive por isso, que Arriano teria “encabeçado nesta narração [...]” (ARR. *Anb.* I, XII, 4). Seria, talvez, ainda por isso que durante seu reinado Alexandre era descrito por Arriano sendo classificado como “o mais valoroso” dos homens (Arr. *Anb.* VII, XXVIII, 1). Acreditamos que, assim como mostrado por Plutarco, foi pelas virtudes e pelos comportamentos exemplares que Alexandre se faz merecedor de suas conquistas. Conquistas estas embasadas em sua coragem, astúcia, destreza, ousadia, pensamento rápido e confiança em seus companheiros. Destacamos aqui ainda o controle de si, valorizado por Arriano, sendo que seria através dessa virtude (do domínio de si e da temperança) que se adquiria o comportamento ideal e viril.

⁴⁰ Para mais informações, indicamos o artigo: AZEVEDO, E. Adriano, *Graeculus* ou Filo-Helenista?. *Revista de Estudos Helênicos*, n. 5, 2018, p. 2-13.

A violência e as batalhas foram corriqueiras nos relatos de Arriano e é, principalmente, nessas situações que Alexandre, ao superá-las, demonstrou suas virtudes. Mas não é só assim que Alexandre vence. Ao se deparar com uma cidade bem posicionada geograficamente e com amplas defesas naturais e humanas, Alexandre reconhecia que “não estava preparado para um longo assédio por falta de tempo” (Arr. *Anb.* I, XXVII, 3). Com isso, o macedônio tratava a questão com diplomacia e, segundo Arriano, “estabelecia um acordo” (Arr. *Anb.* I, XXVII, 3). Logo em seguida, percebemos que o acordo foi extremamente vantajoso para Alexandre e, nesse momento, Arriano nos mostrou que foi o pensamento rápido, a destreza e a astúcia do rei que o fizeram vencer de forma categórica, sem o uso da força.

O desejo por glória o acompanha a todo momento, chegando a ser considerado por Arriano como um vício. Contudo, o nicomédio nos relatou, ainda no início de sua *Anábase*, um Alexandre que reconhecia quando não podia vencer. Ao discorrer sobre o fim da frota de guerra marítima de Alexandre, Arriano justifica essa escolha por dois grandes motivos: falta de dinheiro para a manter e reconhecimento de Alexandre por não ter condições de enfrentar com êxito os persas (Arr. *Anb.* I, XX, 1). Aqui, contudo, não se tratava de um Alexandre temeroso frente à marinha persa, mas, de novo, alguém que não desejava expor seus soldados a graves danos e reconhecia em seus bravos marinheiros pouca experiência contra a frota persa, essa formada por povos com maior experiência no mar, como os fenícios (Arr. *Anb.* I, XX).

Mesmo com toda essa força diplomática e essa inteligência nas negociações, o Alexandre de Arriano parece estar sempre em busca do perigo, movido justamente pelo seu desejo por glória. Contudo, para Arriano, essa busca pelo perigo e essa falta de medo de Alexandre frente às batalhas e aos desafios, muito mais do que refletir qualquer “excesso de arrogância” da parte de Alexandre, na verdade revelava suas virtudes e sua “confiança ante ao perigo”, não de forma soberba (Arr. *Anb.* III, X, 2). Mesmo quando era aconselhado contrariamente, o macedônio enfrentava o perigo e, muitas vezes, sofria as consequências diretas disso, muitas vezes ferido, por exemplo.

Alexandre foi descrito enquanto ousado e corajoso desde o início da narrativa de Arriano. Ainda no Livro I, Alexandre foi caracterizado atravessando em uma só noite o maior rio da Europa, que segundo Arriano era o Danúbio, para batalhar com o povo geta (Arr. *Anb.* I, III, 3). Da mesma forma, recorrentemente, o rei macedônio foi aquele que tomou a frente de seus companheiros e exército, dando mostras de seu valor e exortando aos que o seguiam para fazer o mesmo (Arr. *Anb.*

I, XIV, 6). O inimigo, ao ver que era Alexandre liderando o ataque, com poucas exceções, foi representado por Arriano tomado pelo medo e partindo em retirada⁴¹: “Foi ele [Alexandre] quem dirigiu o assalto aos muros da cidade. Ante o ataque, os bárbaros abandonaram os muros por não poder defende-los [...]” (Arr. *Anb.* IV, VI).

Dois momentos de coragem⁴², destreza e busca do perigo relatados por Arriano ainda merecem destaque. O primeiro acontece antes da Batalha de Gaugamela, quando Parmênio recomenda a Alexandre atacar os exércitos persas durante a noite, vendo Parmênio assim que a escuridão lhes traria vantagem. Alexandre, no entanto, negou tal atitude. Arriano justificou a ação do rei e nos apresentou um Alexandre que teria feito “um exato cálculo” de todos os pormenores daquela situação, analisado e criado cenários de vitória e derrota para ambos os exércitos e com isso, concluía Arriano, Alexandre agia de forma calculista (Arr. *Anb.* III, X, 1-2). Mesmo sendo “certo que, habitualmente, Alexandre se arriscava muito nas batalhas, o combate noturno continuava lhe parecendo muito perigoso” (Arr. *Anb.* III, X, 3-4).

Tais passagens mostram um Alexandre que desconhecia “o que era o perigo” (Arr. *Anb.* VII, XXVIII, 2), repleto de ousadia, coragem e bravura. Apesar de não fazer um catálogo de feridas, como Plutarco, Arriano também as faz presente em alguns momentos de sua narrativa. As feridas de Alexandre foram colocadas aqui como sinônimos de sua coragem, daquele que se expõe ao perigo ao lado dos seus, visto que era um desejo constante do rei “[...] colocar-se ele mesmo à frente de seus homens sem levar outra coisa que não as armas para o combate” (Arr. *Anb.* III, IX, 1). Em um de seus discursos, o próprio Alexandre teria exortado os seus soldados macedônios: “Mas, quem de vós está seguro de haver sofrido mais por mim do que eu por vós? E se não, que qualquer um de vocês, despindo-se, mostre suas feridas, que eu, por sua vez, mostrarei as minhas!” (Arr. *Anb.* VII, X, 1).

O segundo momento de coragem nos foi relatado quando Alexandre estava doente já na região da Cilícia. O conquistador teria sido acometido por fortes febres que lhe causavam convulsões e insônia, segundo as fontes que Arriano se

⁴¹ Aqui Arriano reforça o *topos* literário do bárbaro ligado à covardia.

⁴² A valorização da coragem de Alexandre, ao contrário de seus opositos, que seriam os vícios do medo e da ira, é destacada por Aburto (2016, p. 168-170). Ao destacar a *andreia* de Alexandre, Arriano, segundo essa historiadora, faz um contraponto aos bárbaros entendidos enquanto covardes. A valentia/coragem, nesse sentido, mantinha uma conotação ligada ao herói homérico por excelência, desde a época arcaica grega até o século II, que agora Alexandre encarnava na *Anábise* de Arriano.

utilizava em seus escritos⁴³. Arriano nos contou que, por causa dessa enfermidade, “os médicos acreditavam que Alexandre não sobreviveria” (Arr. *Anb.* II, IV, 7). Foi então que um médico, proveniente da Acarnânia⁴⁴, de nome Filipe, que acompanhava a comitiva de Alexandre e que “gozava de fama como homem entendido da medicina” e de bom comportamento no campo de batalha (Arr. *Anb.* II, IV, 8), foi chamado para dar fim à doença do rei. Num primeiro momento, segundo Arriano, Alexandre se colocou totalmente favorável ao tratamento imposto pelo médico (Arr. *Anb.* II, IV, 8). Porém, durante a preparação de uma infusão para tratar a doença, Alexandre recebera uma carta de Parmênio o alertando que Filipe teria sido comprado pelo dinheiro de Dario (ARR. *Anb.* II, IV, 9). A reação de Alexandre não poderia ser mais corajosa: “ele pegou o copo com a infusão e deu a Filipe a nota para ler, enquanto bebia a infusão” (ARR. *Anb.* II, IV, 9). Arriano relatou que o médico acertara no tratamento e que com isso:

Alexandre deu provas a Filipe de ser um amigo que dá crédito aos seus amigos, e deu também provas a seus generais de que confiava plenamente em seus amigos, inclusive em situações inesperadas, demonstrado, ao mesmo tempo, sua valentia frente à morte (Arr. *Anb.* II, IV, 11).

Aqui, além de tudo, temos uma das muitas provas de confiança que Alexandre tinha em seus companheiros. O rei dialoga como igual com eles, pelo menos no começo da campanha militar frente aos persas, segundo Arriano. Um dos primeiros momentos em que os companheiros de Alexandre aparecem nas tomadas de decisão, aconselhando o rei, foi quando esse último descobriu um complô contra si, organizado por um outro homem chamado Alexandre logo no começo da expedição na Ásia. Arriano nos relatou que, nessa situação, o rei macedônio teria “reunido, pois, a seus amigos submetendo as considerações dos mesmos o que se devia fazer com esse Alexandre” (Arr. *Anb.* I, XXV, 4).

Tal apreço pelos conselhos, companhia e presença desses companheiros fica evidente quando notamos que essa convocação de Alexandre de seus companheiros, generais e oficiais é constante ao longo da narrativa de Arriano (exemplos em: Arr. *Anb.* II, XXV, 2; ARR. *Anb.* III, IX, 3). Em especial o “Conselho de com-

⁴³ No início de sua obra, Arriano diz que toma como base os escritos de Aristóbulo e de Ptolomeu, filho de Lago (Arr. *Anb.* I, 1). Mas diz também ter conhecimento de outras fontes que falam de Alexandre e até “se diferem” dos relatos anteriores, sem citá-las (Arr. *Anb.* I, 1).

⁴⁴ É uma região localizada ao nordeste da Grécia, próxima a Épiro, à Etólia, à cidade Corinto e ao Mar Jônio.

panheiros” se destacava junto ao rei. Arriano nos fala que esses companheiros eram os “homens mais destacados por sua valentia, por sua presença corporal e outras virtudes” (Arr. *Anb.* VII, VI, 2-3). Muitos desses, exatamente por possuírem relações de confiança com Alexandre, receberam o controle de satrapias ao longo da expedição. Outros são membros de sua guarda pessoal.

Frente ao seu exército, Alexandre se mostrou um bom líder, de ampla coragem e que não agia de modo intransigente, sempre pensando na melhor ação militar a ser tomada frente às dificuldades do momento. Esses momentos de coragem e ousadia, portanto, colocados enquanto virtuosos, destacaram na figura de Alexandre o fato de ele não se portar como arrogante ou soberbo, mesmo frente às suas constantes vitórias⁴⁵. Todas essas passagens, onde Alexandre é descrito enquanto corajoso, virtuoso e senhor de si, realçam a imagem e a construção de um rei viril. A vitória no campo de batalha e o seu comando sobre suas próprias fraquezas, medos e impulsos, apenas corroboram para a imagem de Alexandre enquanto um ser de excelência. Da mesma forma, todos os obstáculos, naturais e de batalha, descritos até aqui, em nossa visão, foram compreendidos como demonstrações da construção de Alexandre enquanto um bom general e um legítimo governante. Arriano, da mesma forma que Plutarco, correlacionava o seu Alexandre à excelência grega e à virtude romana da *liberalitas* (generosidade).

Apesar de ser uma obra com um intuito militar muito forte, o Alexandre de Arriano não se comportava enquanto um exemplo de autocontrole e virilidade apenas no campo de batalha. Também no trato de homens e mulheres, assim como em seus comportamentos virtuosos, descritos anteriormente, percebemos um Alexandre senhor de si, cometido e possuidor de autocontrole, e que, assim, controlando suas paixões e impulsos, construía enquanto modelo de virtude e virilidade, um exemplo de bom governante. Três episódios na narrativa de Arriano deixam visível esse Alexandre senhor de suas próprias virtudes.

O primeiro deles, assim como em Plutarco, aparecia no tratamento recebido pelas mulheres da família do imperador persa Dario, após sua captura na Batalha de Isso. Logo após a Batalha de Isso, Alexandre se portou de forma generosa ao mandar relatar à mulher e às filhas de Dario que o mesmo não estava morto e que sim, escapara do combate (Arr. *Anb.* II, XII, 5). Mais tarde, quando o rei em pessoa foi até a tenda onde se encontravam essas mulheres, levou consigo Heféstion. Arriano relata

⁴⁵ Narrativa essa que muda ao final da *Anábese*, como veremos.

que, ao ver os dois homens e, não sabendo quem era Alexandre, a mulher de Dario teria se ajoelhado diante de Heféstion que recuaria um passo. A explicação que Arriano dá ao erro da mulher de Dario foi que Heféstion seria mais alto que Alexandre (Arr. *Anb.* II, XII, 6). Ao reconhecer o erro, ela “recuou também”, estando “totalmente envergonhada de seu equívoco”. Alexandre, porém, a consola dizendo que ela “não havia se equivocado, já que Heféstion era outro Alexandre” (Arr. *Anb.* II, XII, 6).

Arriano, então, elogiou Alexandre pelo seu comportamento frente às mulheres. Segundo Arriano, Alexandre as teria “concedido à atenção próprias de suas realezas e seus atributos, para além do tratamento regular”, visto que, para o Alexandre de Arriano, os enfrentamentos de Alexandre contra Dario “não se devia à uma inimizade pessoal” mas sim pelo “controle da Ásia” (Arr. *Anb.* II, XII, 3-8). Arriano ainda exalta a “compaixão” que Alexandre teria sentido por essas mulheres, assim como a “confiança e estima por seu companheiro”, que teria demonstrado em relação à Heféstion (Arr. *Anb.* II, XII, 8)⁴⁶.

Alexandre aqui se portou com virilidade e autocontrole. Se pegarmos os relatos de Plutarco, sabemos que as mulheres da família de Dario eram portadoras de certa beleza, além de serem mulheres do mais alto status social. O próprio Arriano, ao descrever Roxana, a primeira mulher de Alexandre, como veremos mais adiante, a descreveu como sendo a segunda mulher mais linda depois da esposa de Dario (Arr. *Anb.* IV, XIX, 5). Alexandre, contudo, tanto nos relatos plutarquianos, como aqui na *Anábese*, as mantém seguras e com seus *status* preservados e, como podemos perceber na passagem já citada anteriormente, da possível negociação feita em favor do povo Uixo pela mãe de Dario (Arr. *Anb.* III, XVII, 6), estas mesmas mulheres fizeram parte da comitiva de conquista de Alexandre. Fica claro o desinteresse afetivo e sexual frente a essas mulheres, pois, segundo Arriano, Alexandre teria se casado mais tarde com Estatira (chamada por Arriano, entretanto como Barsine), inclusive após já estar casado com Roxana, as famosas bodas de Susa, que tratamos mais adiante. Contudo, esse casamento se dá, segundo nosso entender através dos relatos de Arriano, estritamente por motivos políticos.

Arriano nos introduz Roxana em meio às batalhas travadas por Alexandre na região de Sogdiana⁴⁷. Segundo Arriano, “aqueles que serviam às ordens de Alexandre”, aqui provavelmente se referindo aos relatos de Aristóbulo e Ptolomeu,

⁴⁶ Entendemos essa confiança e estima, talvez, como um conselho de Arriano para o governante romano. Um governante sábio e virtuoso se cerca daqueles que são iguais a ele, mantendo sempre perto aqueles que lhe são leais, como talvez pretendia ser o próprio Arriano frente ao imperador Adriano.

⁴⁷ Região de Sogdiana ou Sogdia é a localização de uma antiga cultura iraniana.

“afirmavam que [Roxana] era a mulher mais linda que a Ásia já havia visto, depois da mulher de Dario. Alexandre, uma vez que a viu, se apaixonou por ela” (Arr. *Anb.* IV, XIX, 5). Arriano, além de elogiar a beleza de Roxana, seguindo os relatos daqueles que acompanhavam Alexandre, ainda nos informa que ela era jovem e ainda virgem (Arr. *Anb.* IV, XIX, 5). Alexandre, contudo, não a possuiu sexualmente falando antes do casamento sendo que, segundo Arriano, “ele não queria forçá-la a seus desejos, embora ela fosse sua prisioneira, mas considerou mais digno tomá-la por esposa” (Arr. *Anb.* IV, XIX, 5).

Da mesma forma que frente às mulheres da família de Dario, Arriano aqui também aprova a forma com que Alexandre agiu, assim como sua conduta, sendo essa, portanto “de modo algum censurável” (Arr. *Anb.* IV, XIX, 6). Mesmo sendo essa uma das mulheres mais belas, vistas por Alexandre, ele “soube se controlar”, segundo Arriano, mesmo sendo “jovem como o era” e estando no “auge de seu poder”, sendo esse o momento onde era mais fácil se dar a “intransigência” (Arr. *Anb.* IV, XIX, 6). Entretanto, Alexandre se portou de maneira controlada. Senhor de si, em ambas as situações, se utilizando de “uma boa dose de temperança e de um propósito” (Arr. *Anb.* IV, XIX, 6). Propósito esse político, que também margeia o casamento de Alexandre e Roxana, garantindo a Alexandre boa reputação (Arr. *Anb.* IV, XIX, 6).

Arriano continua o elogio a Alexandre, logo em seguida ao relato supracitado, relembrar algo que aconteceu após a Batalha de Isso e da captura das mulheres da família de Dario. Nos conta Arriano que, depois da batalha, um eunuco que pertencia à mulher de Dario teria conseguido escapar do acampamento de Alexandre e chegado até Dario (Arr. *Anb.* IV, XX, 1). Ao ver esse eunuco, Dario teria perguntado se sua mulher ainda lhe guardava fidelidade, o qual o eunuco teria respondido que sim.

Frente à resposta afirmativa do eunuco, Dario tornou a perguntar se ele não teria que ceder à intransigência dos desejos de Alexandre. Sob juramento, o eunuco disse: meu soberano, sua esposa está exatamente como você a deixou, e Alexandre é o melhor e mais moderado homem do mundo. Diante dessas palavras, Dario ergueu as mãos ao céu, suplicando: “Zeus soberano, com o poder de arbitrar os negócios dos reis entre os homens, preserva-me acima de tudo o poder sobre os medos e persas, já que você mesmo os deu. Mas, se não devo ser o rei da Ásia por mais tempo, não dê a nenhum outro mortal além de Alexandre meu poder” (Arr. *Anb.* IV, XX, 2-3).

Arriano não poupa ao descrever um Alexandre temperado, moderado, senhor de si e viril. O comportamento de Alexandre não era somente aprovado por Arriano como, em nossa visão parecia presente, era relatado dessa forma em seus escritos para servir de modelo pedagógico de conduta a aqueles para quem Arriano escrevia. Sendo Alexandre “o melhor e mais moderado homem do mundo” (Arr. *Anb.* IV, XX, 2-3) era a ele que, inclusive seus inimigos, desejavam entregar seus tronos se vencidos fossem.

As virtudes e a virilidade de Alexandre o fazem não somente o melhor dos homens, mas aquele que melhor governa, desde o campo de batalhas até os seus desejos e impulsos. O autocontrole assim, desenvolvido por Arriano, ressaltava a formação grega de Alexandre. Por mais que Arriano não mostrasse o momento de habituação ou treinamento de Alexandre durante sua infância, o que vemos em seus relatos era a conclusão desse processo, ou seja, um Alexandre já pronto, possuidor das virtudes dadas pela filosofia, via paidéia. O autocontrole de Alexandre é assumido por Arriano, assim como por Plutarco, como parte conquistada do caráter de Alexandre. Seja na batalha, seja na administração imperial ou nas necessidades corporais, o rei macedônio se coloca enquanto portador de uma *sôphrosýnê* invejável e exemplar para aqueles que lêem a *Anábese*.

Tal construção de Alexandre encontra seu oposto nos relatos de Arriano: o imperador persa Dario. Em dois momentos o autor de Nicomédia nos descreveu o caráter e os comportamentos do Grande Rei. O primeiro acontece antes da Batalha de Isso, já o segundo se dá após os relatos da morte de Dario. O imperador dos persas foi descrito como um homem que, “de bom grado se via atraído para a versão mais otimista das coisas” encorajado por aduladores (Arr. *Anb.* II, VI, 4). Longe da realidade, portanto, pelas falas de seus bajuladores, Dario é descrito por Arriano como não acreditando que Alexandre seguiria com suas conquistas, temendo o poderio numérico do exército persa. Mesmo sendo aconselhado por um grego traidor de Alexandre chamado Amintos, que lhe dava conselhos estratégicos sensatos, Dario preferia os conselhos que “era naquele momento o mais agradável de ouvir” (Arr. *Anb.* II, VI, 4-5).

No segundo relato de Dario, Arriano reflete sobre o homem que uma vez governou a Pérsia e agora era morto. A conclusão final de Arriano sobre Dario foi que ele teria sido “[...] um homem mais que nenhum outro, débil e pouco prudente nos assuntos militares”. Apesar de ele fazer nada mais que fosse “intransigente”, ou seja, passível de repreensão, Arriano acreditava que isso teria sido apenas “falta de

tempo”, visto que “o momento de sua ascensão ao trono coincidiu com o ataque macedônio e grego [...]”⁴⁸. Dario não pecou mais por que Alexandre não o permitiu. A vida do Grande Rei, termina o nicomédio, teria sido uma “ininterrupta de desgraças sem fôlego desde sua ascensão ao trono”. Contudo, Arriano realçava que sua morte possuiu “exequias reais” e que seus filhos teriam tido “uma educação, por desejo de Alexandre” tendo, inclusive, uma de suas filhas como esposa de Alexandre (Arr. *Anb.* III, XXII, 2-6)⁴⁹.

Ao compararmos as falas de Arriano, “o melhor e mais moderado homem do mundo” (Arr. *Anb.* IV, XX, 2-3), se referindo a Alexandre, e “[...] um homem, mais que nenhum outro, débil e pouco prudente nos assuntos militares” (Arr. *Anb.* III, XXII, 2), podemos traçar quem e o que era valorizado na sociedade e no pensamento de Arriano e o que e quem não era. Indo mais além, Alexandre aqui foi colocado, por suas virtudes, entre elas a posição viril de seus atos, seja na guerra, nas práticas militares, seja em seu compotramrnto temperado e de autodomínio, enquanto um modelo de governante ideal, enquanto Dario, apesar de poucos, representava o máximo dos vícios e do inexperiente governante, não preparado e ligado aos elementos efeminizantes bárbaros.

Fazendo um paralelo ao que foi analisado anteriormente, em especial à essa perspectiva do bárbaro enquanto ligado a elementos luxuosos (descontrole e feminino) e ao medo (covardes, não viris), trazemos um discurso proferido por Alexandre e narrado por Arriano no Livro II, antes da Batalha de Isso. Alexandre, ao notar uma certa apreensão dos soldados e generais macedônios por, em especial, ser a primeira vez que combateriam o Grande Rei e seu exército em pessoa, o rei, convocando seus companheiros, generais, comandantes de cavalaria e chefes aliados (Arr. *Anb.* II, VII, 3), exorta aos seus para que, frente à batalha que se aproximava se comportassem com “valor, confiando no êxito das situações de perigo já vividas e pelo fato de que o próximo combate seria entre eles já vitoriosos, contra quem já havia sido derrotado e que, a divindade combatia com eles como seu melhor aliado e estrategista, já que havia induzido Dario a parar suas tropas em lugares mais estreitos [...]”⁵⁰ (Arr.

⁴⁸ Dario III foi o último Xá do Império Aquemênida de 336 a 330 a.C. Seu antecessor foi Artaxerxes IV, que morreu assassinado e era seu primo. Ele era neto de Ostanes, irmão de Artaxerxes II.

⁴⁹ Dario, segundo Arriano, teria morrido com 50 anos de idade (Arr. *Anb.* III, XXII, 6).

⁵⁰ Lugar mais estreito esse que seria ruim, segundo o próprio Arriano, para mobilidade do grande exército de Dario. Essa questão do terreno é citada depois por Arriano, antes da Batalha de Gaugamela, pelos adúladores de Dario, dizendo que ele apenas teria perdido a Batalha de Isso por conta do local. Sobre a questão da Divindade e Alexan-

Anb. II, VII, 3). Esses mesmos homens que deveriam mostrar o seu valor eram, para Alexandre “homens livres” que lutariam contra “escravos” em um combate “corpo a corpo” (*Arr. Anb.* II, VII, 4).

Além de enfrentar aquele que, até então, estava perdendo, Alexandre exalta os seus dizendo que os macedônios que lutariam ali encontrariam no outro lado do campo de batalha “persas e medos, gente habituada desde antigamente à moleza [...]”. Em contraponto, os povos estrangeiros, que lutavam do lado macedônio, eram compostos por “trácios, ilírios e agrianes, os mais bravos da Europa e os mais combativos” em oposição “aos povos mais fracos e afeminados da Ásia” (*Arr. Anb.* II, VII, 4-7). Se era Dario “débil e pouco prudente nos assuntos militares” (*Arr. Anb.* III, XXII, 2) que comandava os exércitos fracos e efeminados, era um Alexandre “quem marchava a frente de suas tropas” (*Arr. Anb.* II, VII, 7). Para Arriano, isso tudo era fator decisivo para a vitória (*Arr. Anb.* II, VII, 7). Vitória essa que seria garantida por um bom exército, virtuoso e viril, igual ao seu rei, que, sendo um “bom chefe” animou “em tais circunstâncias de perigo a seus valorosos homens” que o retribuía “pedindo para que Alexandre se colocasse a frente deles” (*Arr. Anb.* II, VII, 9).

Virtuoso e viril, Alexandre e seu exército encarnavam aqui o civilizado *versus* o bárbaro, o viril *versus* o efeminado, o bom *versus* o mau governante, em uma clara mensagem de modelo sobre todos esses aspectos. Sendo assim, vemos claro aqui a construção de Arriano de seu *Homem-fronteira* através da figura de Alexandre. Ao vincular as características negativas do excesso, da lúxúria, do irracional, do efeminado e do fraco a Dario, Arriano nos mostrava o grande “outro”. Ao exaltar as qualidades e as virtudes dos macedônios e gregos que, no final, reconheciam sua própria origem nas virtudes e comportamentos do seu rei, Arriano aqui corrobora para também construir esse grande e idealizado “eu” ou “nós”. Dessa forma, o autor de nicomédia nos apresentava elementos de gênero interseccionalizados a elementos de identidade cultural greco-romanas que eram valorizados e esperados pela elite senatorial romana presentes em seu Alexandre e no exército, servindo de realce para a imagem ou como ensinamento ao *princeps* romano Adriano.

Entretanto, Arriano também nos dá a entender que esse grande “outro”, o bárbaro, precisava muito mais ser “educado” do que derrotado. Ou seja, da mesma forma que Alexandre devolve o poder aos conquistados como, por exemplo, ao rei

dre, Arriano sempre a coloca a favor de Alexandre, ao contrário de Plutarco, se entendermos aqui essa divindade enquanto a deusa Fortuna, segundo Leme (2008, p. 21).

Poros, também era preciso pensar em outras táticas de subordinação aos povos revoltosos do Império Romano, em especial na parte oriental. Essa foi uma mensagem possível que Arriano estaria passando, em nossa leitura.

A todos os bárbaros que voluntariamente desceram dos montes e se entregaram a ele, os permitiu regressar às suas pátrias. De outra parte, eximiu de culpa os habitantes de Celia, porque sabia que os mesmos haviam combatido ao lado dos persas obrigados pela força (Arr. *Anb.* I, XVII, 2).

Ao término de sua obra⁵¹, apesar disso, Arriano nos dá seu “relato de Alexandre” e é aqui que conseguimos visualizar o seu ideal de governante assim como o seu ideal de homem virtuoso e viril. Aqui Arriano nos apresenta o “eu”, o civilizado, o greco-romano por excelência. Aqui vemos o Alexandre fronteira representando o ideal, o *uir* romano.

Tal retrato, já no Livro VII, foi posterior à narrativa de suas últimas enfermidades (Arr. *Anb.* VII, XXV) e de sua morte (Arr. *Anb.* VII, XXVII). Alexandre, para Arriano, teria morrido com trinta e dois anos de vida, durante a realização da centésima décima quarta Olimpíada (Arr. *Anb.* VII, XXVIII, 1). A partir dessas informações, Arriano inicia um extenso relato onde expõe sua percepção, quase que íntimas, de quem teria sido Alexandre. Arriano inicia dizendo que o rei macedônio teria sido “o homem de mais belo corpo” e “o mais valoroso” entre os iguais (Arr. *Anb.* VII, XXVIII, 1). Teria sido um “amante da glória e dos perigos”, mas que também se comportava como “o mais piedoso frente aos deuses” (Arr. *Anb.* VII, XXVIII, 2). Era, dentro do campo militar, o “mais capaz de compreender o que era necessário no meio da maior obscuridade e o mais afortunado em projetar o verossímil quando era mais ou menos claro” (Arr. *Anb.* VII, XXVIII, 2). “Era também o mais experto em organizar, equipar e ordenar um exército”, sendo que se comportava “como ninguém” em “levantar o ânimo de seus soldados e preenchê-los de boas esperanças, assim como eliminar a sensação de medo dos perigos frente ao seu próprio desconhecimento do que era o medo” (Arr. *Anb.* VII, XXVIII, 2).

Arriano continua sua narrativa mostrando um Alexandre como “o mais nobre homem frente a todos os assuntos” (Arr. *Anb.* VII, XVIII, 2). Era merecedor de “total confiabilidade” e capaz de sempre “manter o acordado”, sendo ainda “o mais astuto em não cair nos truques dos trapaceiros” (Arr. *Anb.* VII, XVIII, 3). “Qualquer

⁵¹ Aqui desconsideramos, nesse primeiro momento, o Livro VIII, chamado de “Índia”.

coisa que tivesse que fazer em situações difíceis, ele as realizava de maneira ousada” quase sempre sendo o mais “capaz de antecipar-se, antes que ninguém pudesse temer que aquilo estivesse acontecendo” (Arr. *Anb.* VII, XXVIII, 3). Por fim, Arriano coloca Alexandre como “econômico ao máximo com o dinheiro investido em seu próprio prazer e muito generoso em beneficiar os demais” (Arr. *Anb.* VII, XXVIII, 3).

Ao escrever sobre Alexandre enquanto “o mais nobre homem em todos os assuntos”, Arriano conclui que Alexandre foi, ao longo de toda a sua vida, alguém virtuoso e de conduta irrefutável. Ao contrário de criticá-lo abertamente, como os demais escritores estoicos faziam ao falar sobre Alexandre, Arriano reconhece no rei macedônio uma figura repleta de curiosidade pelo conhecimento e admiração pelos sábios. Por mais que seu real ímpeto fosse para a conquista, movido por ações repletas de fúria e exagerada força de determinação, criticáveis pelo estoicismo (GAZOLLA, 2002, p. 126), estas são mascaradas por Arriano, colocadas até mesmo como virtudes do “segundo Aquiles”⁵².

Essa imagem que Arriano pinta de Alexandre, ao final de sua obra, foi seguida por uma opinião do nicomédio sobre seus próprios elogios, onde ele disserta sobre quais seriam os erros de Alexandre. Sendo assim, apesar de fazê-lo de forma branda, Arriano não omite por completo que esse guerreiro invencível e homem valoroso também tinham seus defeitos. É importante, em nossa visão, deixar bem claro que os elementos negativos e viciosos de Alexandre lhe acompanham ao longo de toda a sua expedição, pois isso também faz parte da construção “fronteiriça” de Alexandre. A todo o momento o Alexandre de Arriano transitou entre a virtude e o vício, entre a excelência e a barbaridade, entre o civilizado e o não civilizado, sendo o melhor e mais capaz em um determinado momento ou acontecimento e impulsivo, efeminado e descontrolado em outros. Em nossa visão, novamente, isso não anula tanto o sentido virtuoso e de modelo que Arriano tentava transmitir de forma pedagógica aos seus leitores, como a apresentação, por mais que branda, dos vícios de Alexandre, pois até esses deveriam servir de exemplo aqueles aos quais a obra era destinada.

De uma forma geral, os vícios de Alexandre, apontados por Arriano foram: sua inquietude (*πολυπραγμοσύνη* – *palypragmosýne*), sua tendência de sempre fazer prevalecer suas próprias opiniões (*δόξα* – *doxai*), seu excessivo desejo por glórias, a

⁵² Segundo o próprio Arriano, Alexandre teria um profundo desejo de imitar Aquiles, ao qual “desde criança sentia grande admiração” (Arr. *Anb.* VII, XIV, 4).

tradição oriental da genofleção (προσκύνησις – *proskynesis*), a adoção de costumes e idumentárias persas e sua deificação. Reunidos, esses vícios e elementos negativos seriam, para Gazolla (2002, p. 129), os responsáveis pelos “episódios bárbaros”, ou melhor, de conduta bárbara, não virtuosa e viril, de Alexandre, que o fazem “perder a coroa” e o *status* de herói na narrativa de Arriano.

Analisemos agora a caçada realizada por Alexandre ao traidor Besso. Dario, em fuga, encontra refúgio na Bactria, nas mãos do sátrapa da região chamado Besso. Contudo, Dario foi assassinado por Besso que se autoproclama sucessor do Império Persa⁵³. A partir daí a caçada de Alexandre a Dario muda de objetivo, passando a ir atrás do traidor. Fugindo da Bactria, Besso rumou para Sogdiana, onde, finalmente, foi capturado (Arr. *Anb.* III, XXX, 1-5). Arriano nos conta que, segundo Aristóbulo, Besso foi levado primeiro a Ptolomeu e esse levou o traidor para Alexandre. Já Ptolomeu teria relatado que este foi entregue diretamente ao rei (Arr. *Anb.* III, XXX, 1-5)⁵⁴. Após isso, Besso teria sido castigado duramente e depois levado para ser julgado pelo assassinato do rei Dario pela “assembleia de persas e medos” na região bactriana (Arr. *Anb.* IV, VII, 3).

Arriano nos relata que o castigo sofrido por Besso teria sido o corte da ponta de suas orelhas e o nariz. Esse castigo foi condenado por Arriano que classificou a punição como “extrema vingança” frente à pessoa de Besso, visto que “a mutilação das orelhas” foi tida por Arriano como “coisa própria de bárbaros e nada elogiável” (Arr. *Anb.* IV, VII, 4). Aqui também, Arriano nos apresenta um Alexandre diferente que, frente à punição de Besso se sentia “atraído a imitar o tipo de vida opulenta de medos e persas e os hábitos da realeza bárbara [...]” (Arr. *Anb.* IV, VII, 4). Bernardino (2015, p. 8), nos chama a atenção de que não pareceria ser imaginativo pensar em “uma vontade do rei macedônio em se aproximar da cultura oriental em algum momento, na medida em que se tornara senhor de seu território”.

Arriano nos relata de forma rica, possíveis cartas trocadas entre Alexandre e Dario após a Batalha de Isso, onde o Grande Rei dos persas pede pelo retorno das mulheres de sua família. Alexandre, segundo o nicomédio, teria achado que Dario não teria agido com a subserviência necessária para com ele, visto que agora, Alexandre reclamava para si os títulos de “senhor de toda a Ásia” e de “Rei de toda a Ásia”

⁵³ Na sequência, é interessante perceber em Arriano e Plutarco o grande pesar do rei Alexandre com a morte de Dario e o seu cuidado com o destino do cadáver (Arr. *Anb.* III, X; PLUT. *Alex.* 43).

⁵⁴ Importante ressaltar que aqui, como em outros momentos, Arriano nos apresenta um esforço analítico típico de um historiador.

(ARR. *Anb.* II, XIV, 8-9). Alexandre, nessas cartas, estaria disposto a receber Dario em sua presença de bom grado, a fim de receber sua rendição, e estava disposto a mantê-lo no trono se ele se sujeitasse a Alexandre. O próprio Arriano nos narra, que:

Alguns registraram que Alexandre estava planejando navegar pela Arábia, Etiópia, Líbia, em meio a tribos nômades para além do Monte Atlas, Gadeira, e pelo nosso mar, e tendo, assim, conquistado a Líbia e Cartago, finalmente, ganha o título de Rei da Ásia [*Basileus tes Ásias*], sabendo que os persas e medos, na visão de Alexandre, não haviam conquistado nem uma fração da Ásia (Arr. *Anb.* VII, I, 2).

Essa passagem nos deixa claro que, para o Alexandre de Arriano, a Pérsia era apenas um dos territórios passíveis de serem conquistados e que o rei macedônio desejava o controle total não somente da Pérsia, mas sim de todo o continente asiático⁵⁵.

A aproximação com os elementos desses povos bárbaros conquistados passou a se tornar um problema após a morte de Dario, visto que suceder, de alguma forma, o monarca Aquemênida, ia ao encontro com as antigas tradições macedônicas (Mossé, 2004, p. 37). Para os macedônios, a forma de poder alegadamente despótica exercida pelos reis Aquemênidas contrastava com as antigas tradições do povo macedônico. Se a indumentária persa adotada por Alexandre foi explicada por Arriano sendo “[...] um truque caro para os bárbaros para que seu rei não fosse completamente estranho para eles” (Arr. *Anb.* VII, XXIX, 4), da mesma forma ela também servia aos macedônios no momento em que “marcava um certo distanciamento da arrogância e das insolências próprias dos macedônios” (Arr. *Anb.* VII, XXIX, 4). Ou seja, garantiria maior subordinação desses, limitando seu acesso ao rei e às tomadas de decisão. Na visão de Bernardino (2015, p. 9), “na verdade, Alexandre estaria fundando, conscientemente, uma nova forma de monarquia, que ia além da sucessão do Império Persa e também da manutenção das tradições macedônicas. Para tanto, Alexandre precisaria harmonizar sua imagem, de modo a fazer com que tanto macedônios, quanto orientais se sentissem parte de um mesmo império”.

Dessa forma, a adoção de certos hábitos e vestimentas persas era fundamental para legitimar seu poder com seus novos súditos (Bernardino, 2015, p. 9). Após a Batalha de Gaugamela e das mortes de Dario e Beso, o Alexandre de Arriano passou a adotar diversos adereços persas que teriam essa função. Cada biógrafo ou

⁵⁵ O possível desejo de Alexandre em assumir a coroa persa é motivo de debate historiográfico. Para maior debate ver: BERNARDINO, D. C. *O diadema como insígnia real belenística: um estudo sobre a construção da monarquia pessoal de Alexandre Magno*. Dissertação de Mestrado em História defendida na Universidade Federal de Brasília, 2018.

historiador greco-romano os escolheu tratar de uma ou de outra maneira. No caso de Arriano, foram identificados a vestimenta dos medos (ἔσθητά τε ὅτι Μηδικήν) e a tiara (τιάρα), ou gorro pérsico (κίταριν τήν Περσικήν) (Arr. *Anb.* IV, VII, 4). Vale destacar aqui o que nos lembra Biazotto (2016, p. 199), de que Arriano, ao contrário de Plutarco, Diodoro Sículo e Quinto Cúrcio, é mais discreto em descrever os apanágios da coroa persa adotados por Alexandre. Ainda, segundo esse mesmo historiador (2016, p. 200), ao contrário dos demais escritores de Alexandre acima citados que “estão em harmonia ao tomar a passagem pela Partia como o ponto em que o macedônio teve seu caráter corrompido”, Arriano usa um ponto específico de sua narrativa, as mortes de Dario e Besso, e da consequente punição de Besso.

Concordamos em parte com o historiador supracitado visto que, ao trazer esse debate, Arriano realçou o desejo universalista de Alexandre. Esse império cosmopolitano que Alexandre desejava criar necessitava da coexistência de macedônios, gregos e persas e somente através da paidéia poderia se alcançar uma determinada harmonia. Contudo, esta mesma harmonia não se daria com a supressão de elementos culturais próprios de cada povo, como bem nos deixa claro as táticas de cooperação com os bárbaros realizadas por Alexandre, segundo Arriano. O novo governante dessa nova forma de monarquia precisaria ser, assim, um *Homem-fronteira*, ou seja, alguém que transitasse entre ambas as culturas e melhor governasse aqueles que estão subordinados a si. Contudo, o próprio nicomédio reprovava as ações de Alexandre: “De modo algum”, escreve Arriano “posso aprovar tão pouco, por um descendente de Hércules que seja que decidira trocar a vestimenta tradicional macedônia pela dos medos” (Arr. *Anb.* IV, VII, 4).

Sendo assim, acreditamos que a vestimenta estava para além dos costumes identitários toleráveis de assimilação pelo ideal greco-romano. Por mais que Alexandre, pelo seu respeito, permitisse a integração dos povos bárbaros conquistados, ele também deveria buscar essa cooperação através da paidéia e da adoção dos costumes greco-romanos. A vestimenta, como demonstramos no segundo capítulo, fez parte desse universo que delimita também o viril/ masculino do bárbaro e efeminado. Ou seja, abandonar a vestimenta luxuosa e efeminada, para o bárbaro, era um sinal de virilidade e virtude, caminho esse que Alexandre, de forma justificada ou não, toma na contramão.

Contudo, ainda sobre a questão do *homem-fronteira* como o governante ideal, mais uma vez podemos perceber uma relação dos escritos de Arriano com o *princeps* Adriano. Este último ficou conhecido enquanto um “imperador cosmopo-

litano” e ainda, de forma depreciativa ou não, chamado de “gregozinho” (*graeculus*) pelos escritores da *História Augusta* (Gaia, 2021, p. 193; p. 196). Seguindo os escritos do historiador Paul Veyne, Devid Valério Gaia (2021, p. 196) percebeu que Adriano teria feito de sua afeição pessoal pela cultura grega um verdadeiro projeto político para o Império Romano. Passando muito tempo na Grécia, em especial na cidade de Atenas, Adriano se esforçou para fazer dela, segundo Gaia (2021, p. 196) a capital cultural do Império. Envolveu-se também na administração das cidades gregas, aperfeiçoando o sistema jurídico e administrativo das mesmas. É durante o reinado de Adriano que o Império passa a falar e a escrever em duas línguas: o latim e o grego (Gaia, 2021, p. 196).

Voltando ao relato alexandrino de Arriano, em especial na questão da adoção da indumentária e dos costumes persas/bárbaros por Alexandre, temos o caso da oposição do experiente general Parmênio e de seu filho, Filotas. Parmênio, inclusive, seria, segundo Mossé (2004, p. 37), um daqueles que mais defenderia, ao lado de outro também grego chamado Calístenes, a prática do governo pelo costume, ou seja, pelas tradições macedônias. Calístenes era contrário, portanto, à adoção de elementos identitários e de governo por parte do soberano macedônio. O historiador Pierre Brian (2010, p. 95 *apud* Bernardino, 2015, p. 13) classifica a morte de Parmênio, Clito e Calístenes, como as “três catástrofes” que acontecem durante a expedição de Alexandre. Essas mortes de importantes figuras da corte militar e política de Alexandre, associadas à adoção de elementos de comportamento e indumentária persa, foram os episódios bárbaros de Alexandre para (Gazolla, 2002, p. 129).

Sobre a questão de Parmênio e seu filho Filotas, assim nos contou Arriano acerca de suas mortes, Alexandre sabia de uma conspiração, mas estava na região da Ária. Seguindo os relatos de Ptolomeu, Arriano ordena que Filotas se apresentasse diante dos macedônios e do próprio rei onde foi confrontado por esse último quanto a participar da conjuração, fato esse que Filotas teria negado (Arr. *Anb.* III, XXVI, 1-3). Porém, segundo Arriano, “os autores da denúncia se fizeram presentes, provando com argumentos irrefutáveis à culpabilidade de Filotas e de seus capangas”. Com isso, Filotas admite “ter conhecimento de que estava sendo preparada uma conjuntura contra Alexandre, e ficou provado igualmente que não havia informado a Alexandre, mesmo passando diariamente duas vezes diante de sua tenda” (Arr. *Anb.* III, XXVI, 3). Após essa confissão de conhecimento, mas não de participação, “Filotas e seus cúmplices foram executados por dardos macedônios” (Arr. *Anb.* III, XXVI, 3).

Parmênio se encontrava longe, estacionado com tropas na região da Média. Alexandre então teria enviado um de seus companheiros com mensagens aos generais que estavam junto a Parmênio (ARR. *Anb.* III, XXVII, 1). Essas mensagens continham ordens para que se matassem Parmênio e foi o que se realizou visto que:

Alexandre estimava que era um enorme risco que Parmênio, morto seu filho, seguisse com vida, tendo em conta a grande consideração de que Parmênio era merecedor frente a Alexandre e o resto do exército, não somente o macedônio, mas inclusive o estrangeiro, à frente de quem ele tinha realizado serviços brilhantemente em seu turno e fora de seu turno por ordem de Alexandre (Arr. *Anb.* III, XXVI, 4).

Tal comportamento racional, mas condenado por Arriano, encontrava eco com a morte de Clito. Esta se apresentou como um desfecho da crítica do desvio de Alexandre aos costumes e vestimentas bárbaras. Esse foi o momento em que Arriano discorreu acerca de um episódio que deflagra a insatisfação do exército frente à orientalização do rei e sua divinização, atestada já anteriormente no Egito e na visita do rei ao templo de Amon⁵⁶. Alexandre teria se reunido com seu exército na cidade de Macaranda (na província da Sogdiana) para um banquete (*συμπόσια* - *symposia*). Com o passar da noite, entretanto, segundo Arriano, Alexandre começou a se vangloriar de seus feitos militares e de conquista (Arr. *Anb.* IV, VIII, 3). Conta Arriano que, já nessas alturas, teria contraído Alexandre “o hábito de beber de maneira bárbara” (Arr. *Anb.* IV, VIII, 2).

Alexandre era cercado de adutores que o vangloriavam e realizavam uma verdadeira “orgia” de elogios ao rei, onde não era respeitado “nem mesmo a figura de Hércules”. Quando contrariados, os adutores respondiam que era por “inveja” que aqueles impediam “os vivos de serem pagos” e receberem “as honras que lhes são devidas pelos demais” (Arr. *Anb.* IV, VIII, 3). Clito, então, em desacordo, começou a retrucar a Alexandre e a seus adutores. Em oposição aos feitos de Alexandre, Clito evoca as vitórias de Filipe II, afirmando que essas teriam sido maiores que as de Alexandre e que as recentes conquistas do macedônio só teriam sido possíveis graças aos generais mais experientes, e não pela divindade de Alexandre, como queriam seus adutores (Arr. *Anb.* IV, VIII, 6).

⁵⁶ Sobre a origem divina de Alexandre, Arriano (*Anb.* VII, XXIX, 3) quase que confessa que considera essa busca um “grave erro” cometido por Alexandre e dá exemplos disso ao longo de sua narrativa. Durante seu próprio relato da visita ao templo de Amon, no Egito, Arriano diz que Alexandre buscava se igualar aos heróis Perseu e Hércules (Arr. *Anb.* III, III, 1-2). Ainda nas campanhas da Índia, o relacionamento entre o deus Dioniso e Alexandre é constantemente rememorado pelo nicomédio.

Por fim, alegando que Alexandre devia sua vida a ele, afirmou: “[...] Esta mão, Alexandre, salvou você!” (Arr. *Anb.* IV, VIII, 7). Vale ressaltar que Clito também estava sob os efeitos do álcool (Arr. *Anb.* IV, VIII, 4). Ao ouvir tudo isso, Alexandre teria se irritado profundamente (Arr. *Anb.* IV, VIII, 4). Alexandre já não aguentando mais a bêbada insolência de Clito, se lançou contra ele em um ataque de ira, sendo interrompido pelos companheiros da festa. Clito não cessava de comportar-se insolentemente, pelo que Alexandre requereu aos hipaspistas⁵⁷ para prendê-lo, mas ninguém lhe obedeceu. Então Alexandre exclamou: “Não tenho de rei nada mais que o nome!” (Arr. *Anb.* IV, VIII, 7).

Os companheiros não conseguiam mais conter Alexandre, até que ele deu um salto, pegou a espada de um dos seus guardas e “golpeia Clito com ela até matá-lo” (Arr. *Anb.* IV, VIII, 7)⁵⁸. Após o assassinato do experiente general, Alexandre teria ficado extremamente abalado. Nos relatos de Arriano ele, “segundo alguns”, tentou se matar em seguida, “não se considerando honroso de seguir vivendo depois de haver dado morte a um amigo abaixo dos efeitos do vinho” (Arr. *Anb.* IV, IX, 2). Segundo outras fontes, sendo elas “a maioria dos historiadores”, segundo Arriano, “dizem que Alexandre marchou até sua cama e nela se prostrou chorando, chamando o nome de Clito e de sua irmã Lanice, que o havia criado” (Arr. *Anb.* IV, IX, 3). Três dias de reclusão teriam sido realizados por Alexandre após esse acontecimento se recusando a comer e beber, “abandonando inclusive o seu cuidado pessoal” (Arr. *Anb.* IV, IX, 4)⁵⁹.

Arriano reprovou esses acontecimentos, mas tentou remediar Alexandre, chegando a elogiá-lo.

Eu reprovo com firmeza a Clito por sua insolência para com o rei, ao igual lamento o infortúnio de Alexandre, que se mostrou nessa ocasião dominado pelos vícios, a cólera e a bebida, por nenhuma das quais um homem sensato deveria deixar-se dominar. Mas deve-se elogiar Alexandre pelo ocorrido depois, ao reconhecer o honroso ato que se sucedera (Arr. *Anb.* IV, IX, 1).

⁵⁷ Hipaspista (em grego: Ἱπασπιστής) é um tipo de soldado da Grécia Antiga descrito primeiramente por Homero na *Iliada*. O termo fora revivido quando Filipe II chamava seus soldados que eram armados como hoplitas de hipaspistas diferentemente do resto dos pezeteros (falangistas).

⁵⁸ Essa versão, descrita até aqui, é dada por Arriano através dos escritos de Ptolomeu. Arriano ainda cita Aristóbulo que teria uma versão um pouco diferente, dizendo que Clito teria sido retirado da presença de Alexandre por Ptolomeu, mas ao retornar, se apresenta diante de Alexandre, que grita por ele e é morto pelo rei (Arr. *Anb.* IV, VIII, 7).

⁵⁹ Arriano, antes de narrar esses acontecimentos, nos relata que Alexandre teria decidido não celebrar a Dioniso, que naquele momento mereceria honras por se tratar em de uma data em honra ao deus. Após os acontecimentos da morte de Clito, Arriano nos conta que “[...] alguns adivinhos” consideraram o acontecimento como a “cólera de Dioniso ante à negligência de Alexandre” (Arr. *Anb.* IV, IX, 5).

Além disso, para Bernardino (2015, p. 10), o assassinato de Clito, próximo à execução de Parmênio, marcou um momento importante na trajetória de Alexandre:

Afinal, um de seus mais proeminentes generais havia perdido a vida pelas mãos do próprio rei, após uma discussão que envolvia os novos hábitos persas de Alexandre e a sua deificação. A relação entre Alexandre e seu exército, após a morte de Clito, certamente foi abalada. Pode-se deduzir que as acusações feitas por Clito contra o rei não passavam apenas pela cabeça do velho general, mas também por muitas seções do exército (Bernardino, 2015, p. 10).

Até o momento, destacamos as questões da bebida, da raiva e dos adúladores de Alexandre. Arriano, em sua condenação, parece repreender mais a Clito do que Alexandre, mas, vale destacar, ao lembrar que Alexandre está bebendo de forma imoderada (o que também estaria fazendo Clito), o nicomédio reforçou a questão do incontrolável, daquele que, ao beber, deixa de se assenhorar-se de si e dos acontecimentos ao seu redor. Ao somar-se a raiva/ira, Arriano classifica, mesmo de forma branda, o seu Alexandre em comportamentos bárbaros. E o nicomédio continua, dizendo que o momento de reclusão de Alexandre, ou seja, o seu luto, era uma qualidade positiva, pois esse reconhecimento de uma ação errada o colocava enquanto “o mortal que era” (Arr. *Anb.* IV, IX, 6). Contudo, novamente, um dos adúladores de Alexandre entra em cena e corrompe o momento de virtuoso reconhecimento do rei. “A prática de lisonjear e se envolver em elogios foi típica do bárbaro, inepto em agir com diligência” (Biazotto, 2016, p. 203-204).

Arriano nos relatou que o sofista Anaxarco foi chamado para consolar o rei. Segundo Arriano, teria justificado, de forma errônea, a ação de Alexandre. Anaxarco teria encontrado Alexandre em sua cama “gemendo” e disse a ele, segundo Arriano, a seguinte frase:

Não sabes por que os homens sábios de antemão consideram a Justiça companheira de Zeus? Assim é por que tudo o que parte de Zeus é levado ao cumprimento é executado com Justiça. Pois bem, de igual modo devem ser considerados justos todos os atos de um grande rei, em primeiro lugar por esse mesmo rei e, logo, por todos os demais homens (Arr. *Anb.* IV, IX, 8).

Essas palavras podem até ter consolado e tirado Alexandre de seu luto, mas Arriano acreditava também que isso “provocara nele [em Alexandre] um grande dano” (Arr. *Anb.* IV, IX, 8). Esse dano era “maior inclusive que a aflição que [Alexandre] sofria”, pois se era verdade que, com a fala de Anaxarco de que “não é obrigação

de um rei precisar adequar todas as suas ações à Justiça, mas sim que considerasse justo qualquer coisa executada por esse rei de qualquer modo” (Arr. *Anb.* IV, IX, 8), Alexandre passou a considerar “a sua opinião própria a de um homem sábio” (Arr. *Anb.* IV, IX, 8), acima da dos demais e livre de qualquer repreensão. Esta soberba induzida por Anaxarco é um equívoco para o nicomédio. Assemelhando-se a Dario, o exemplo de mau governante, Alexandre esquece sua paideia e sua virilidade, escolhendo ouvir aqueles que induzem a soberba e ao impulso. Cercar-se de bons conselheiros é algo essencial para o bom governante, assim percebemos Arriano “ensinar” nessa passagem. Contudo, Alexandre não escuta os bons conselhos dados pelos macedônios e cerca-se cada vez mais de atos e ações que estão além do limite da integração e da cooperação como bárbaro, transformando Alexandre em um novo Grande Rei.

Sendo assim, logo em seguida à narrativa supracitada, Arriano disserta sobre um Alexandre que se convenceu enquanto “partidário da *proskynesis*, por acreditar em sua ideia de que seu pai foi Amon e não Filipe” e, “de forma igual, começava a manifestar sua clara admiração pelas vestimentas persas e medas” e que, nesse período, “tampouco carecia de adutores pedintes em seu entorno como o próprio sofista “Anaxarco e o poeta épico Agis, natural de Argos” (Arr. *Anb.* IV, IX, 9). Frente à essa situação se opõe Calístenes. Esse companheiro de Alexandre foi descrito por Arriano como um homem que “havia assistido às aulas de Aristóteles e que era homem de caráter um tanto grosseiro” (Arr. *Anb.* IV, X, 1). Calístenes “não aprovava este proceder de Alexandre” se tratando do ato da *proskynesis*, posicionamento esse que era compartilhado por Arriano (Arr. *Anb.* IV, X, 1). O nicomédio nos conta que os sofistas, juntamente com os mais ilustres persas e medos, decidiram debater sobre o tema em uma de suas discussões. Ao contrário, “os macedônios, em sua maior parte irritados com a argumentação, guardavam silêncio” (Arr. *Anb.* IV, XI, 1). Tomou então a palavra Calístenes.

Para Calístenes, os homens em sinal de amizade se cumprimentavam com um beijo, mas à divindade era reservado o ato de prostrarem sendo que até mesmo entre as divindades haveria diferentes maneiras de culto e honrarias (Arr. *Anb.* IV, XI, 3-4). Era injusto para Anaxarco, segundo Calístenes, ocupando o cargo de conselheiro do rei, tomasse para si a campanha da *proskynesis*, pois o sofista deveria lembrar que não “comparece ou aconselha um Cambises ou a Xerxes, mas ao filho de Filipe, descendente de Hércules e Aeacus, cujos ancestrais vieram de Argos para a Macedônia, onde reinam sem interrupção desde então, não pela força, mas de acordo com leis justas” (Arr. *Anb.* IV, XI, 6).

Após Calístenes realizar seu discurso, Alexandre teria ficado fortemente contrariado, visto que, segundo Arriano, as palavras de Calístenes “causaram entre os macedônios especial contentamento” (Arr. *Anb.* IV, XII, 1). Alexandre, então, desobrigou os macedônios do ato de prostrar-se o que foi seguido por um grande silêncio apenas interrompido quando os anciões persas se levantaram e começaram a se prestarem diante de Alexandre (Arr. *Anb.* IV, XII, 2). Arriano reprova, novamente, tanto Alexandre como Calístenes. O primeiro por ter demonstrado arrogância, o segundo pelo desajeitado proceder, visto que, para o nicomédeo, “um homem deve saber se comportar a todo momento com decoro em sua conduta particular” (Arr. *Anb.* IV, XII, 6). Sendo assim, Arriano acreditava ter sido de todo “inconveniente a animosidade de Alexandre frente a Calístenes, movida pela importuna liberdade de expressão e arrogante necessidade de Calístenes” de expô-la (Arr. *Anb.* IV, XII, 7). Calístenes teria morrido, talvez, por suas ações supracitadas, em decorrência da conjuração dos pajens, das quais, sob tortura, os envolvidos teriam dito que ele era o mentor (Arr. *Anb.* IV, XIV, 3). Preso e morto por doença, segundo Aristóbulo, enforcado segundo Ptolomeu, fato foi que Calístenes morreu por ordens de Alexandre.

Através dessa conjuração, também foi inserido por Arriano a figura de Hermolau. Este teria, de fato, sido o iniciador da tentativa de assassinato de Alexandre. Ao ser julgado, discursa contrário a Alexandre e, em especial, à prepotência (ὑβρις - hýbris) de Alexandre, expressa nos assassinatos de Filotas e Parmênio e na execução de Calístenes, bem como no uso da vestimenta dos medos e em seu desejo de implantar a prostração (Arr. *Anb.* IV, XIV, 2). A sentença de Hermolau foi a morte.

Tanto as falas de Calístenes como as de Hermolau nos deixam claro uma questão: a construção do bárbaro enquanto o grande outro, selvagem, desmedido e não viril. Ao irem contra atos e costumes tipicamente bárbaros, como a prostração e a indumentária dos medos, ambos comparam o seu rei, Alexandre, com o Grande Rei persa Dario, em uma crítica aberta à coroa persa que governa através da força e da violência a seus escravos. Os macedônios, como atesta Droysen (2010, p. 62), se orgulhavam de ser um povo liderado não pela força, e sim pela persuasão. Contudo, como nos ressalva Biazotto (2016, p. 209), as críticas e os eventos de Filotas e Parmênio, Clito, Calístenes e Hermolau têm como protagonistas personagens isolados. Porém, como já atestado pelo próprio Arriano, o exército de alguma forma também refletia sobre essas questões e sofria impactos profundos por esses acontecimentos e tragédias. Todos esses dilemas e tensões, ligados ao processo de

divinização e orientalização de Alexandre, cada vez mais o afastavam do seu exército (Bernardino, 2015, p. 12). Esse afastamento das tropas macedônias e gregas de Alexandre pode ser percebido aqui como um aviso ao *princeps* romano sobre suas relações com o senado, os portadores e protetores da tradição política e cultural romana mais tradicional. Afastar-se demais dos modelos identitários greco-romano causaria sua imediata associação ao despótico e tirânico, ao bárbaro. Alexandre cruzou todos os limites dos vícios, se aproximando cada vez mais ao ideário bárbaro. O melhor e mais capaz dos homens deixou-se assim, por seu orgulho e juventude, como veremos a seguir, perder suas conquistas.

Um dos últimos momentos de crítica a Alexandre descritos por Arriano, e também um momento em que Alexandre se porta de forma exagerada, não sendo senhor de si e nem se comportando dentro do ideal de virilidade esperada por um governante, trata-se da morte de Heféstion. Narrada no Livro VII, pouco antes da morte do próprio Alexandre, Arriano nos relatou que Alexandre foi informado de que seu companheiro estava gravemente doente e, mesmo partindo imediatamente ao seu encontro, já o encontra morto (ARR. *Anb.* VII, XIV, 1). Segundo Arriano, os diversos historiadores de Alexandre nos relatariam, cada qual de sua maneira, a manifestação de dor que Alexandre sofreu. Contudo, todos coincidem em afirmar que a dor sentida pelo rei foi enorme (ARR. *Anb.* VII, XIV, 2). Se distinguem esses historiadores, pois, segundo Arriano, alguns afirmam que a dor de Alexandre e o seu comportamento frente a ela merecem elogios. Outros, no entanto, teriam dito que tal comportamento não seria digno de um rei, “muito menos de Alexandre” (ARR. *Anb.* VII, XIV, 3).

Por exemplo, segundo alguns, Alexandre permaneceu a maior parte daquele dia deitado sobre o corpo do amigo, chorando e sem querer apartar-se dele, até que seus companheiros conseguissem levá-lo dali. Outros dizem, porém, que Alexandre esteve ali todo o dia e toda a noite sobre o corpo de Heféstion. Afirmam ainda que ele mandou matar o médico Glúcias por haver se equivocado na administração de um remédio. Segundo outros, isso aconteceu pelo médico ter deixado Heféstion seguir bebendo, já que estava totalmente bêbado (ARR. *Anb.* VII, XIV, 3-4). Arriano relatou que “Alexandre teria cortado os cabelos sobre o cadáver de seu amigo, coisa que para o resto e na minha opinião não é censurável, e entendendo que o fez para imitar Aquiles”. Outros afirmam que Alexandre mandou demolir as fundações do templo de Asclépio, na Bactria, ato próprio de um bárbaro [...]” (ARR. *Anb.* VII, XIV, 5).

Muito mais verídico, para o nicomédio, era que Alexandre, encontrando uma comitiva de gregos que estavam vindo da Índia em direção a Babilônia levassem consigo, até o templo de Asclépio, uma oferenda e a seguinte mensagem: “Embora o comportamento de Asclépio não tenha sido nada benevolente, ao não salvar meu amigo, a quem mais que a mim mesmo apreciava” (Arr. *Anb.* VII, XIV, 6). Alexandre ainda celebraria sacrifícios em honra a Heféstion, já que este se “tratava de um herói” (Arr. *Anb.* VII, XIV, 7). O que todos os historiadores de Alexandre concordam novamente, segundo Arriano, é que Alexandre guardou três dias de luto, sem comer, beber ou cuidar de si mesmo, guardando silêncio, o que era interrompido por grandes gemidos (Arr. *Anb.* VII, XIV, 8). Alexandre teria ordenado que se levantasse uma pira em sua homenagem na Babilônia que teria custado dez mil talentos, sendo que “alguns teriam dito que era mais cara” (Arr. *Anb.* VII, XIV, 8).

pensava Alexandre celebrar jogos e musicais, que pelo número de participantes e nos gastos em ser realizados seriam muito mais brilhantes que todos os que já haviam sido celebrados até então. Com efeito, foram três mil o total de competidores, os mesmos precisamente que pouco depois participaram, segundo dizem, do próprio funeral de Alexandre (Arr. *Anb.* VII, XIV, 10).

Ao contrário da morte e enterro de Ceno, um dos companheiros de Alexandre que morreria ainda nas narrações do Livro VI, no qual o rei teria preparado “para seu enterro e funeral com toda a pompa que as circunstâncias permitiam” (Arr. *Anb.* VI, II, 2), ou seja, muito mais comedido, o enterro e o funeral de Heféstion foi narrado mostrando um Alexandre descontrolado, tal qual quando da morte de Clito. Movido por suas paixões, perde o controle de si, de seus sentimentos, de sua postura viril e se entrega ao luto, ao descuidado com a saúde e com o corpo, se entregando a ações e acontecimentos desproporcionais, regados de gastos e luxos.

Não sabemos ao certo, visto os problemas de datação da obra *Anábese* já mencionados no primeiro capítulo, se aqui Arriano mais uma vez vincula sua narrativa alexandrina aos acontecimentos de seu tempo presente e ao seu *princeps* Adriano. Contudo, os relatos de Arriano acerca da morte de Heféstion muito condizem com a morte do jovem enamorado de Adriano, Antínoo. Nascido por volta de 110 e 112 d.C., na região da Bitínia, o mesmo parece ter mantido, durante um bom período, a atenção do *princeps* em algum tipo de relação de afeto. Através dos estudos de Gaia (2021, p. 196), sabemos que a *História Augusta (Vida de Adriano, 4, 5)* nos conta que Adriano se envolvia com alguns dos jovens rapazes de Trajano ainda em

sua adolescência e idade adulta. Contudo, é Antínoo que, de alguma forma desperta o real interesse do imperador. Quando esse último morre⁶⁰, Adriano, “segundo o autor da *História Augusta* (*Vida de Adriano*, 14, 5) [...] “chorou como uma mulher”. “O desaparecimento de Antínoo foi uma grande perda para o imperador, que se recolheu em luto e consagrou um culto ao seu amado; fundou, no Egito, a cidade Antinópolis e mandou esculpir inúmeras estátuas de Antínoo que foram espalhadas por todo o Império” (Gaia, 2021, p. 197).

Para nós, essas atitudes efeminadas e desmedidas de Adriano encontram eco nas atitudes do Alexandre de Arriano. Bem como encontram eco nas relações homoeróticas de Aquiles e Pátroclo nos textos homéricos. Seja como for, tais atitudes são reprovadas por Arriano que, após sua narração, diz ser muito mais verdadeiro um Alexandre que age de forma comedida do que os demais relatos, o que diminui de alguma forma o impacto da associação do macedônio com o feminino e com o descontrolado e também, talvez, com as atitudes tomadas pelo seu *princeps*. Arriano tenta, dessa maneira, preservar a imagem viril de Alexandre e de Adriano, em nossa compreensão.

Mesmo assim, se Alexandre errou, ele foi, para Arriano, “o único rei do passado que sentiu arrependimento por seus erros, devido à sua nobre maneira de ser” (ARR. *Anb.* VII, XXIX, 1). Com efeito, na visão de Arriano, “parece que o único remédio quando se equivoca é reconhecer o próprio erro e manifestar o propósito de consertá-lo” (ARR. *Anb.* VII, XXIX, 2). Já percebemos esse arrependimento na morte de Clito, citada anteriormente, sendo esse o maior exemplo dos arrependimentos de Alexandre. Por fim, Arriano nos pede que analisemos a obra, ou seja, a vida de Alexandre, como um todo, não contando “somente as coisas censuráveis” (ARR. *Anb.* VII, XXX, 1).

Também nas linhas finais de sua *Anábase*, Arriano novamente justifica as ações de Alexandre. Seus vícios e elementos negativos seriam resultado de atitudes impensadas, ou melhor, refletidas muito rasamente pelo macedônio como, por exemplo, a sua persistência em “rastrear sua ascendência até a linhagem divina” (ARR. *Anb.* VII, XXIX, 3-4). Se Arriano escreve críticas mais pesadas ao longo de sua *Anábase* a esses comportamentos negativos de Alexandre, no final da obra justifica tudo isso da seguinte maneira:

⁶⁰ “Antínoo possivelmente faleceu afogado no rio Nilo, por volta de 130 d.C. No entanto, segundo Gaia (2021, p. 197) há também a hipótese de que ele tenha sido assassinado.

[...] mesmo que ele adotasse certos hábitos bárbaros devido ao excesso de orgulho, não considero grave, se tivermos em consideração sua juventude, seus sucessos ininterruptos e a comitiva que acompanha os reis pela lisonja, não para aconselhá-los no melhor e que sempre colaboram com eles para sua perdição (Arr. *Anb.* VII, XXIX, 1)⁶¹

Entretanto, Arriano critica aqueles que consideram Alexandre como um “personagem insignificante que se ocupava de coisas pequenas e era incapaz, inclusive, de por ordem a estas” (Arr. *Anb.* VII, XXX, 1). Para Arriano, parecia que não “havia povo, nem cidade atual, nem um só homem a quem não teria alcançado a fama de Alexandre” (Arr. *Anb.* VII, XXX, 2) e, para justificar isso, o autor se contradiz em sua própria visão anterior sobre a natureza não divina do macedônio, dizendo que “um homem assim, sem par nas linhagens humanas, não poderia ter nascido sem alguma intervenção divina” (Arr. *Anb.* VII, XXX, 2). Para Arriano, Alexandre gozava da “mais alta estima” frente aos homens, “bem como sua memória”, que ainda naqueles dias era lembrada, era algo “indigno de um mortal” para o nicomédio (Arr. *Anb.* VII, XXX, 2). Arriano confessa nas linhas finais ter um pessoal apreço pela figura de Alexandre e que, somente por isso, “para servir à minha verdade e servir de alguma utilidade para a humanidade” (Arr. *Anb.* VII, XXX, 3), teria escrito essa obra alexandrina. Sendo uma obra de perfil histórico, além do militar, Arriano desejava, voltado ao passado helênico, trazer os exemplos com que os cidadãos romanos, os homens que participam da vida pública e que estavam ligados ao governo no presente pudessem seguir. A construção de um Alexandre fronteira, que transita entre virtuoso e viril e o bárbaro e efeminado/descontrolado, em nossa visão, visa projetar Alexandre como um modelo de bom governante e merecedor de sua posição, passando a ser uma figura de legitimação por suas boas qualidades e exemplo mesmo em seus vícios. O desenho de um *ethos*, de um caráter, tendo ou não verossimilhança com o passado, foi o desejo de Arriano, por mais que em nossa visão ele não tenha escrito uma biografia.

Sendo assim, a paidéia tem um caráter fundamental na narrativa de Arriano. Garantida a boa educação, o ser que a possuísse era conduzido à virtude e o ser virtuoso visa à imitação. Somente através da paidéia que Alexandre, pelo menos em

⁶¹ Aqui cabe destacar a questão da juventude de Alexandre. A importância dada à idade talvez tenha suas relações, novamente, com o preparo do bom governante. Se a todo momento Arriano reforça sobre a boa formação através da paidéia grega, talvez seria somente após uma longa vida, com um bom grau de experiência, que o monarca, de alguma forma, ficaria menos suscetível a cometer falhas semelhantes as de Alexandre, em especial nas questões da bajulação e da orientalização.

um primeiro momento, era capaz de combater seus vícios, como a ira, a impulsividade e o excesso de bebida. Senhor de si, portador de autocontrole, o Alexandre de Arriano se autogoverna e assim garante sua postura máscula. A virilidade de Alexandre, demonstrada junto à suas demais virtudes, e mais visivelmente no Alexandre comedido e senhor de si, mostra-se ao lado da paidéia, uma qualidade essencial do governante que pretende ter uma boa imagem frente aos grupos senatoriais, principal grupo de oposição ao governo do *princeps* Adriano.

Se fica alguma grande lição a quem lê a obra de Arriano é que o autor esperava ver em Adriano o seu Alexandre. O macedônio foi líder, militar exemplar e bem formado pela educação helênica. Adriano era filho e neto de senadores e tinha recebido a educação necessária para substituir Trajano. Além disso, Trajano manteve Adriano a seu lado liderando tropas, o que demonstra a boa relação com o exército que Adriano tinha. Os obstáculos enfrentados por Alexandre são usados por Arriano não só para aconselhar o *princeps* com o qual mantinha relações, como também para buscar no passado, em seu Alexandre, exemplos que expressassem modelos a quem detivesse poder no presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de Plutarco e Arriano escreverem obras de gêneros literários opostos, objetivaram a mesma coisa em suas construções de Alexandre. Tanto as obras *Sobre a Fortuna ou a Virtude de Alexandre Magno* e *Vida de Alexandre* como a *Anábase de Alexandre Magno* constroem Alexandre a partir da visão dos autores, das escolhas, do formato literário e do ambiente externo que as rodeiam. Ou melhor, cada obra e, conseqüentemente, cada autor, constrói um caráter de Alexandre dando enfoque às suas virtudes e elementos positivos. Mas, tanto para Plutarco como para Arriano, as duas maiores virtudes de Alexandre estavam presentes em sua paidéia e em seu autocontrole/temperança.

Ambos os autores estão em comum acordo de que Alexandre, em um primeiro momento, era o melhor dos homens. Em parte disso porque Alexandre teria sido educado aos moldes gregos pelo filósofo Aristóteles e, com isso, esteve cercado pelos ensinamentos filosóficos e se portou no campo de batalha, nas relações pessoais e na administração do Império como um verdadeiro rei-filósofo, um bom-general, o mais capaz dos homens. Através disso, acreditamos que ambos autores visavam construir uma cultura comum entre gregos e romanos que deveria ser baseada, em primeira instância, na filosofia grega, adquirida por meio da paidéia helênica.

Para Roskam (2002, p. 172), Plutarco desejava criar um projeto de “paidéia geral” que levaria o governante a alcançar a excelência, ou seja, a conduta virtuosa e viril. Acreditamos, mais uma vez, que Arriano compartilhava desse mesmo objetivo. Ambos, portanto, com suas obras alexandrinas, visaram a construção de um projeto pedagógico voltado aos imperadores romanos, guiando-os, através do exemplo de Alexandre, à virtude. Ambos realçaram a importância da educação para o bom governo. “Dessa forma, a colaboração do governante e a filosofia levaria, finalmente, ao bem de toda a comunidade” (Roskam, 2002, P. 172).

Tanto através das obras plutarquianas como na *Anábase* de Arriano percebemos que o exemplo (*exemplum*) de Alexandre ocupa um papel central na educação moral do governante romano e da elite aristocrática romana como um todo. É através desse exemplo que a teoria foi posta em prática, ou seja, ficaria “palpável” ao

homem e, assim, esse estaria sujeito e instigado à imitação, a emulação daquele que era posto enquanto modelo. Assim, as palavras, “por vezes pequenas” (Plut. *Alex.* I, 2) e os atos de Alexandre deixaram de ser apenas parte de uma biografia e de um relato militar e passam a contribuir para uma melhor compreensão das virtudes morais ideais, auxiliando o leitor a moldar melhor sua própria vida “em conformidade com a excelência de seus nobres predecessores” (ROSKAM, 2002, p. 181). Educando o governante, não somente Arriano, mas em especial Plutarco, cumpriam o seu papel de filósofo, o de conduzir o governante à virtude. Com isso, se garantiria um governante virtuoso que assumia a tarefa de se portar enquanto modelo para o povo.

Ao destacar as várias virtudes de Alexandre, tanto Plutarco como Arriano corroboram para a construção de um Alexandre viril. Essa virilidade estaria presente nos momentos de coragem, destreza e ponderação do rei macedônio, tanto no campo de batalha como nas relações pessoais e afetivas que encontravam eco na postura viril esperada pelo *vir* romano. Possuir uma postura viril, assim acreditamos e pretendíamos demonstrar nesta dissertação, se inseria dentro de um tópico retórico/*topos* literário que, entre outras coisas, estava ligado com a questão da legitimidade e da potencialidade para assumir e manter o poder. Ou melhor, estava ligado com quem estava apto ou não para governar e a quem exerceria esse papel de forma exemplar.

Como nos mostra Campos (2021, p. 3), tanto Augusto como Marco Antônio são duas figuras que, através de suas ações, foram julgados quanto à sua postura viril/máscula, sendo essa uma característica central para se constituírem e se manterem no poder, segundo os textos literários. A efeminação, que poderia ser alcançada por meio de comportamentos e trejeitos tidos como femininos, como o ato de ser passivo sexualmente, ou ainda, através da vestimenta e da pilosidade, era uma característica, presente e recorrente na literatura greco-latina, como um elemento deslegitimador de poder e prestígio. Assim, “[...] a efeminação era um caso romano vinculado à esfera da desordem, do descomedimento sexual, da falta de controle e exercício do papel viril” que garantiria ao cidadão romano e, mais em específico ao *princeps*, a incapacidade de “[...] gerir a si mesmo” e a “*Vrbes*” (Campos, 2021, p. 5-6).

Por mais que Plutarco e Arriano não nos mostre Alexandre se relacionando explicitamente de forma afetiva e sexual com outros homens ou realizando a depilação de algumas partes tidas como impróprias do corpo, por exemplo, em seus momentos de cólera, como nos excessos de bebida, na adoção da indumentária persa, no descontrole na morte de Heféstion, no descuido com o corpo e nos momentos

de ira e reclusão, eram essas as situações em que o rei macedônio perdia sua postura viril e, com isso, não somente agia de forma viciosa, como também perdia sua legitimidade enquanto governante. Não é à toa que, nas obras alexandrinas aqui analisadas, as narrativas anteriores à morte de Alexandre convergem ao construir um rei que estava cada vez mais, quase que de forma irremediável, longe da cultura e das tradições greco-macedônias, como se isso, quase que sozinho, fosse o responsável pela sua morte e, conseqüentemente, pela perda de seu Império.

Ao se portar com coragem/virilidade (*andreía*), temperança (*sôphrosýnê*) e piedade/respeito aos deuses (*eusebia*), segundo Aburto (2016, p. 169), os *Alexandres* de Plutarco e Arriano encarnam as virtudes gregas de excelência (*areté*) que, no mundo latino, equivaleria à *humanitas* (Barros, 2008). Ao se portar de maneira corajosa, ponderada e virtuosa, os *Alexandres* de Plutarco e Arriano também se colocavam dentro das virtudes esperadas pela moral romana senatorial, ou seja, em consonância com o *mos maiorum* romano. O respeito às tradições e a educação levaram os *Alexandres* de Plutarco e Arriano à excelência, à virtude e à legitimidade enquanto um bom governante.

Contudo, Plutarco e Arriano, mesmo que de forma branda, não omitem por completo os vícios e os elementos negativos de Alexandre. Esses vícios e erros também serviram, em nossa visão, como exemplos. Dessa forma, tanto na narrativa plutarquiiana como na de Arriano, em certo momento, Alexandre foi caracterizado enquanto vaidoso, invejoso, alguém que se entrega ao ócio, ao excesso e ao luxo, à inconstância e à cólera, essas últimas ligadas à “prática bárbara da bebida” (ARR. *Anb.* IV, VIII, 2). No entanto, assim como na obra de Sêneca, como nos mostram os estudos de Marcos Vinícius Fernandes Miranda (2008, p. 82), tanto o queronês como o nicomédio não atacam o “viciado” em si, mas o vício. Tal estratégia nos parece que serve retoricamente para mostrar que Alexandre poderia, pelos elementos e virtudes anteriormente demonstrados, ser salvo e reconduzido, por meio da educação, à excelência.

Esses elementos negativos, ao lado de uma narrativa própria que descreve os bárbaros persas, em nossa visão, muito mais do que apresentar um contra modelo de mau governante, serviu para nos apresentar uma construção do *outro*. Seguindo Hartog (2004, p. 17), acreditamos que, da mesma forma que na Grécia clássica, ainda aqui, durante os séculos I e II, Plutarco e Arriano enumeravam, através dos elementos positivos de Alexandre, “referências de ordem geral” nas quais tanto gregos como romanos poderiam se identificar e criar o seu *eu*, ou *nós*, pensando a si mesmos enquanto alteridade.

Pegemos com isso, novamente, como exemplo a diferença do Alexandre bom governante e do seu grande oposto, o Grande Rei persa. O primeiro é um político, educado na filosofia e nos moldes gregos para melhor governar o povo livre da Grécia, povo esse que é o contrário da caracterização genérica criada ainda nos séculos VI e V a.C. do bárbaro (Hartog, 2004, p. 96). Esse último seria o cruel, o excessivo, o que não possui caráter (Hartog, 2004, p. 96) e o efeminado. Dessa forma, Alexandre, ao ser representado sob a máscara do rei-filósofo, do bom-general, do homem virtuoso e comedido e, portanto, viril, se configuraria como o oposto por excelência do despótico Grande Rei persa. Esse tirano, na visão dos gregos, era aquele que “incapaz de medida, abandona-se a todos os desdobramentos e entrega-se a todas as transgressões” (Hartog, 2004, p. 100), assumindo uma postura passiva frente aos seus impulsos e desejos. Dessa forma, incapaz de respeitar o *nomos*, ou seja, o conjunto de regras, leis, normas e tradições de sua própria cultura, o mesmo perde sua legitimidade para governar.

Entretanto, em resposta a isso, tanto Plutarco como Arriano constroem o seu Alexandre como *Homem-Fronteira*. Sendo aquele que vai, no sentido geográfico e de distância, até onde anteriormente apenas divindades teriam ido¹. Da mesma forma, Alexandre foi aquele que levou gregos e macedônios para além dos limites de sua *oikouménē*, para um território onde as estruturas de identidade e de percepção de si mesmo eram diferentes. O rei macedônio se configura enquanto um homem que “delineia os contornos de uma nova”, nos arriscaremos dizer, “identidade” criando novas percepções de si mesmo e sendo capaz de reformular a própria cultura original grega (Hartog, 2004, p. 19). Os persas, até então esse grande *outro* para o mundo grego clássico e para o então mundo romano, tinham sido derrotados por Alexandre. Sendo assim havia-se a necessidade da criação de um novo *outro*, assim como de um novo *nós/eu*.

Alexandre enquanto uma figura fronteira por excelência, não somente por ser portador do ideal (virtudes e virilidade) e do não ideal (os vícios) descumpre o conselho dado por seu tutor Aristóteles de “tratar os gregos como amigos e os bárbaros como inimigos” (Plut. *De Alex. fortuna*, 329, IV, b) e, com isso, integra bárbaros na administração imperial e na própria elite greco-macedônia através dos casamentos que ele mesmo contraiu. Mais uma vez trazendo Hartog (2004, p. 109; p. 177), esse mesmo historiador se pergunta: tal mistura ou integração foi um elemento positivo ou negativo de Ale-

¹ Como deixam claro Plutarco e Arriano ao relacionarem constantemente as viagens do deus Dioniso até a Índia.

xandre? Marcaria uma excelência do rei macedônio ou um sinal de decadência? Parece-nos que tanto Plutarco como Arriano; apesar de demonstrarem o descontentamento de gregos e macedônios quanto à adoção de costumes e da vestimenta persa por parte de Alexandre, assim como dos casamentos entre o macedônio e as mulheres persas e do recrutamento de soldados bárbaros; elogiam a atitude de Alexandre.

Porém, em nossa visão, ao construir Alexandre enquanto *Homem-Fronteira* por excelência, ambos os autores visam a se ligar, de uma forma geral, a um *topos* literário que pensava a administração do Império como um todo, em especial as instituições do Principado e a figura do *princeps*. Ambos ainda pensavam na integração do Império. Plutarco e Arriano, assim, tinham preocupação específica com os gregos. Da mesma forma, existia em ambos uma atenção quanto à governança e à manutenção das demais terras conquistadas durante o principado de Trajano como das terras que precisavam ser mantidas após a paz de Adriano.

Depois disso, [a morte de Alexandre] nem Aristóbulo, nem Ptolomeu continuaram seu relato, no entanto, outros historiadores aludem que os companheiros perguntaram a Alexandre a quem esse deixava seu reino, ao que ele havia respondido: “- Ao mais capaz” (Arr. *Anb.* VII, XXVI, 3).

Em nossa leitura, esse “mais capaz”, na visão do queronês e do nicomédeo, era o *princeps* fronteira, aquele que possuía a capacidade de unir elementos identitários culturais gregos em consonância com as tradições romanas expandindo, para tal, a paidéia. Somente um imperador educado aos moldes helênicos seria capaz de se portar de maneira virtuosa e viril e adquirir as virtudes do *mos maiorum* romano, sendo um verdadeiro possuidor da *humanitas* latina. Através da conduta virtuosa e viril (elementos esses culturais, de moral e de gênero) esse governante conduziria o seu próprio povo e, conseqüentemente, o Império como um todo, no caminho da virtude, como podemos perceber nessa fala de Plutarco:

[...] E penso ainda que, dentre os artistas daquele tempo, os melhores foram não na época de Alexandre, mas graças a Alexandre. Pois, assim como um bom clima e a leveza do ar produzem uma abundância de frutos, também a benevolência, a valorização e a humanidade de um rei favorece o desenvolvimento das técnicas e dos homens de talento (Plut. *De Alex. virtute*, 333, e)

Contudo, da mesma forma nos alerta Plutarco, sobre o que acreditamos que Arriano concordaria, que “pela inveja, pela avareza ou ambição dos reis” (Plut.

De Alex. virtute, 333, f) extinguir-se-ia todos os tipos de criações e virtudes que levam ao comportamento ideal e viril o que, em consequência, criaria um povo de subordinados, efeminados e não livres, elementos que tanto gregos como romanos deviam desprezar. Com todas essas lições, acreditamos que Plutarco e Arriano falavam aos seus imperadores e à aristocracia romana como melhor agir e governar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOCUMENTAIS

ARRIANO. *Anábasis de Alejandro Magno*. Libros I – III. Tradução de Antonio Guzmán Guerra. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

ARRIANO. *Anábasis de Alejandro Magno*. Libros IV – VIII (Índia). Tradução de Antonio Guzmán Guerra. Madrid: Editorial Gredos, 1982.

ARRIAN. *Anabasis Alexandri*. Books I – IV. Trad. Peter Brunt. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. The Loeb Classical Library, 1989.

ARRIAN. *Anabasis Alexandri*. Books V – VIII (Índia). Trad. Peter Brunt. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. The Loeb Classical Library, 1989.

CASSIUS DIO. *Dio's Roman History*. Vol. VIII. Traduzido por Earnest Cary. London/Cambridge: William Heinemann/Harvard University Press. The Loeb Classical Library, 1955.

PLUTARCO. On the Fortune or the virtue of Alexander. In: _____, *Moralia IV*. Trad. of Frank Cole Babbitt. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. London: Willian Hesnemau Ltd. 1936.

_____. Sobre la Fortuna o Virtud de Alejandro. In: _____, *Obras Morales y de Costumbres V* (Moralia). Introd. Trad. y notas por Mercedes López Salvá. Madrid: Editorial Gredos, 1989.

_____. *Lives Demosthenes and Cicero, Alexander and Caesar*. Trad. of Bernadette Perin. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. The Loeb Classical Library, 2004.

_____. *Vidas paralelas VI*. Introdução, Tradução e Notas de Jorge Bergua Gavero, Salvador Bueno Morillo e Juan Manuel Guzmán Hermida. Madrid: Editorial Gredos, 2007.

_____. *A 'Fortuna' ou A 'Virtude' de Alexandre Magno*. Tradução, Introdução e Comentários de Renan Marques Liparotti. São Paulo: Editora Annablume, 2017.

SÊNECA, *Des Controverses IV*, 10. Impudicitia in ingenio crimen est, in servo necessitas, in liberto officium.

BIBLIOGRÁFICAS

ABURTO, L. L. La Hellenización de Oriente em la Anábasis de Arriano de Nicomedia. Uma aproximação, *Revista Historica UdeC*, v. 2, n. 22, jul./dez. 2015, p. 5-30.

_____. *El helenismo em el siglo II d.C.* La cultura griega a través de la Anábasis de Arriano de Nicomedia. Tese de Doutorado em História defendida na Universidad de Concepción, 2016.

ALFÖLDY, G. A organização social do Alto Império. In: _____. *A História Social de Roma*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 110-169.

ALONSO TRONCOSO, V. La paideia del príncipe y la ideología helenística de la realeza, *Gerión*, Madrid, v.23, n. 9, 2005, p. 185-204.

ANDERSON, G. *The Second Sophistic: A cultural phenomenon in the Roman Empire*. London/ New York: Routledge, 1993.

BARROS, G. N. M.; Areté e cultura grega antiga, *Videtur (USP)*, v. 16, 2002, p. 25-36.

BARTELLA, V. *Alexander the Great and Iberioan Empire in the muslim Orient*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.

BECK, M. Introduction: Plutarch in Greece. In: BECK, M. (Org.). *A Companion to Plutarch*. Wiley: Blackwell, 2014, p. 1-9.

BERNARDINO, D. C. *Alexandre Magno e o exército macedônico: os motivos para a indisciplina do exército no ano de 324 a.C., após o anúncio da dispensa dos incapacitados*. Monografia de Graduação em História apresentada na Universidade de Brasília, 2015.

_____. *O diadema como insígnia real helenística: um estudo sobre a construção da monarquia pessoal de Alexandre Magno*. Dissertação de Mestrado em História defendida na Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

BIAZOTTO, T. do. A. *Sob o Signo do Grande Rei: a barbarização de Alexandre Magno em Diodoro Sículo, Quinto Cúrcio, Plutarco e Arriano*. Dissertação de Mestrado em História defendida na Universidade Estadual de Campinas, 2016.

_____. Construindo a helenização: interações culturais entre gregos-macedônios e autóctones nas obras de Droysen, Jouguet e Momigliano, *Cadernos de Clío*, n. 4, 2013, p. 111-131.

BOSWORTH, Albert. B. Errors in Arrian. *The Classical Quarterly*, v. 26, n. 1, 1976, p. 117-139.

_____. *From Arrian to Alexander: Studies in Historical Interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 1988.

BUCKLEY-GORMAN, R. "If Were Not Alexander". Na examination of the Political Philosophy of Plutarch's Alexander-Caesar. Tese de Mestrado em Estudos Clássicos defendida na University of Wellington, 2016.

CANTARELLA, E.; CORMA Ó. C. *Bisexuality in the Ancient World*. Yale University Press, 1992. *JSTOR*, <https://doi.org/10.2307/j.ctt1ww3vwr>. Acesso: 14 Jul. 2021.

CAMPOS, C. E. da. C. A masculinidade de Otaviano sob ataque: reações de poder e potencialidade para liderança de Roma, no século I AEC, *Revista História Unisinos*, v. 25, n. 1, jan./abr. 2021, p. 1-7.

CARBONARO, A.L. *Exempla Romanos: Homens de Gloria e Mulheres de Honor*, Centro de Estudos Medievais – Oriente & Ocidente, Portugal, 2005, p. 37-49.

CARVALHO, M. M. de. *Paideia e Retórica do século IV d.C.* A construção da imagem do imperador Juliano segundo Gregorio Nazianzeno. Annablume: São Paulo, 2010.

CARDOSO, C. F. Etnia, Nação e Antiguidade: um debate. In: NOBRE, C. K.; Cerqueira, F. V.; POZZER, K. M. P. (Org.). Fronteiras e Etnicidades no Mundo Antigo. *Anais de V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos*. Pelotas: Editora da ULBRA, 2005, p. 87-104.

CAIROLI, F. P. A imagem de Domiciano em Marcial e em moedas de seu tempo. In: MARTINS, P.; CAIRUS, H. F.; NETO, J. A. O. (Orgs.). *Algumas visões da Antiguidade*, v. 2. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora Ltda, 2011, p. 62-88.

CAVICCHIOLI, M. R. Fama e infâmia na sexualidade romana, *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 3, 2014, p. 153-166.

CHARTIER, R. O mundo como representação, *Estudos Avançados*, São Paulo, n. 11 (5), 1991, p. 173-191.

COELHO, J. P. P.; PEREIRA MELO, J. J. Vícios e Virtudes em Sêneca: as contribuições do estoicismo romano para a formação do homem latino. *Anais da Jornada de Estudos Antigos e Medievais*. Maringá, 2012, p. 1-13.

CONTADOR, A. L. “*Irrepreensível Alexandre*”: um estudo da Týchê de Alexandre em Plutarco (séculos I – II). Dissertação de Mestrado em História defendida na Universidade de Brasília, 2018.

COSTA, A. A. da. A integração imperial romana sob Trajano na concepção de Plínio, o Jovem, *Revista Tempos Históricos*, v. 20, 2016, p. 70-88.

COZER, A. *Os falos de Priapo e as masculinidades romanas: sexo, humor e religião na Priapeia (CIRCA Séc. I d.C.)*. Dissertação de Mestrado em História defendida na Universidade Federal do Paraná, 2018.

CUSTÓDIO, P. *Alexandre Magno: aspectos de um mito de longa duração*. São Paulo: Annablume, 2006.

DROYSEN, J. G. *Alexandre, o Grande*. Tradução de Regina Schöpke e Mauro Balad. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.

DUFF T. E. *Plutarch’s Lives. Exploring Virtue and Vice*. New York: Oxford University Press, 2005.

EIRE, A. L. La influencia de la retórica sobre la Historiografía desde el helenismo a la Antigüedad Tardía. *TALLA DIXIT* 3. 2008, p. 1-32.

FEITOSA L. M. G. C. Gênero e sexualidade no Mundo Romano: a Antiguidade em nossos dias. *História, Questões e Debates*, v. 48-49, 2008, p. 119-135,

_____. O amor entre iguais: o universo masculino na sociedade romana. In: ESTEVES, A. M.; AZEVEDO, K. T.; FROHWEIN, F. (Orgs.). *Homoerotismo na Antiguidade Clássica*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014, p. 124-140.

FORTES, B, J. Arriano de Nicomedia y la Bética, de nuevo, *Habis*, v. 23, 1992, p. 171-196.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade*. Vol. 3: O cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições GRAAL, 1998.

FUNARI, P. P. A. *Antiguidade Clássica: a História e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

_____.; GRILLO, J. Os conceitos de “helenização” e de “romanização” e a construção de uma Antiguidade Clássica. In: NEMI, A.; ALMEIDA, N. B.; PINHEIRO, R. B. (Eds.). *A construção da narrativa histórica, séculos XIX e XX*. Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP/Editora da UNIFESP, 2014, p. 205-214.

FREEMAN, P. *Alexandre, o Grande*. Barueri: Amarilys, 2014.

FREITAS, J, V. L. de. O historiador e o imperador: a(s) imagens de Augusto na obra taciteana, *Nearco*, Ano VII, n. 2. 2014, p. 7-31.

_____. “Mais feliz que Augusto, melhor que Trajano” (*Eutrópio, Breviário, VIII, 5, 3*): a construção do ideal de *optimus princeps* em Tácito e Plínio, o Jovem. Dissertação de Mestrado em História defendida na Universidade Federal de Ouro Preto, 2015.

FRIEDLAND, E. A.; SOBOCINSKI, M. G.; GAZDA, E. K. (Eds.). *The Oxford Handbook of Roman Sculptura*. Oxford: Oxford University Press. 2005.

BRAVO-GÁRCIA, A. Introdução In: ARRIANO. *Anabasis de Alejandro Magno*. Madrid: Editorial Gredos, 1982, p. 7-108.

GAIA, D. V. Os Antoninos: o apogeu e o fim da Pax Romana. In: OLIVEIRA, J. L. B. F. de. (Coord.). *História de Roma Antiga. Império Romano do Ocidente e Romanidade Hispânica*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra. Vol. 2, 2020, p. 175-215.

GAZOLLA, R. Anábase de Alexandre, de Arriano, *HYPOE*, n. 8. 1º sem., 2002, p. 125-133.

GODOY F. S. A impenetrabilidade do *uir*: uma análise a partir de Petr. *Sat. 9, Mare Nostrum*, n. 6, 2015, p. 49-60.

GONÇALVES, A. T. M. A figura do *optimus princeps* nos breviários históricos, *Revista Hélade*, v. 2, n. 2, 2001, p. 20-26.

GRAIGER, J. D.; *Alexander the Great. Failure the Collapse of the Macedonian Empire*. New York: Oxford University Press, 2014.

GRANT, Michail. *O Mundo de Roma*. Tradução de Jorge Sampaio. Rio de Janeiro: Editora Arcádia, 1987.

GRIMAL, P. *A civilização romana*. Lisboa: Edições 70, 1984.

GUARINELLO, N. L.; JOLY, F. D. Ética e ambigüidade no Principado de Nero. In: BENOIT, H.; FUNARI, P. P. (Orgs.). *Ética e Política no Mundo Antigo*. Campinas: IFCH-UNICAMP/FAPESP, 2001, p. 133-152.

GUARINELLO, N. L. Ordem, Integração e Fronteiras no Império Romano, *Mare Nostrum*, 2010, v. 1, p. 113-127.

GUEDES, R. M. Gênero Epidíco: ferramenta de argumentação jurídica, *Tradução em Revista*, n. 17, jul./dez. 2014, p. 69-77.

GUGGENBERGER, R. Nem bárbaros nem helenos: os macedônios do século IV a.C. como terceira categoria em Plutarco. In: SEBASTIANI, B. R.; RODRIGUES, J. R. F.; COSTA E SILVA, B. de. (Coords.). *Problemas de Historiografia Helenística*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021, p. 43-80.

HAMILTON, N. *Biography, a brief history*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

HARVEY, P. *Dicionário Oxford de literatura clássica grega e latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

HARTOG, F. *Memória de Ulisses: Narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *El intelectual, la realeza y el poder político*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1995.

HORNBLOWER, S.; SPAWFORTH, A. *The Oxford Classical Dictionary*, Oxford: Oxford University Press, 1996.

HUSKINSON, J. (Ed). *Experiencing Rome*. Culture, identity and power in the Roman Empire. New York: Routledge, 2000.

JONES C. P. Towards a Chronology of Plutarch's Works, *The Journal of Roman Studies*, v. 56, 1966, p. 61-74.

_____. *Plutarch and Rome*. Oxford: Oxford University Press, 1971.

JOSÉ, N. F. *Imagens discursivas sobre Augusto nas biografias e histórias do Principado Romano* (séculos I a.C. a III d.C.). Tese de Doutorado em História defendida na Universidade Estadual Paulista, UNESP/campus de Franca, 2016.

LEME, A. L. Ascensão e Legitimação de Alexandre, o Grande na Anábase de Alexandre Magno de Arriano de Nicomédia, *Revista Vernáculo*, n. 21 e 22, 2008, p. 9-27.

_____. Arriano de Nicomédia, Ideólogo do Poder: Considerações sobre os aspectos da formação do líder exemplar na Anábase de Alexandre Magno, *Revista Alétheia*, v. 2, jan/dez. 2009, p. 1-17.

_____. *A estratégia política no principado romano do século II d.C.: a comparação entre Alexandre, o Grande, e Adriano segundo a Anábase de Arriano de Nicomédia*. Dissertação de Mestrado em História defendida na Universidade Federal do Paraná, 2011.

_____. Resgate e construção da Imagem de Alexandre, o Grande: Arriano de Nicomédia e sua 'Anábase' de Alexandre Magno (século II d.C.). In: BIRRO, R. M.; CAMPOS, C. R. (Orgs.). *Relações de Poder: da Antiguidade ao Medievo*, vol. 1. Vitória: DLL/UFES, 2013, p. 217-247.

_____. *O pensamento político de Suetônio em "A vida dos Doze Césares" (século II d.C.): A crítica ao poder absoluto do príncipe romano*. Tese de Doutorado em História defendida na Universidade Federal do Paraná, 2015.

LEMOS, M. S. A elite senatorial, o mos maiorum e a fortuna do império romano nas crônicas do século IV d.C. *Anais eletrônicos - VI Encontro Estadual de História: povos indígenas, africanidades e diversidade cultural*, Ilhéus, v. 6, 2012, p. 1-10.

LEITE, D. M. Os epigramas homoeróticos de Marcial: estudo e tradução. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019, p. 24-29.

LEON-RUIZ, D. W. *Arrian, Alexander, and the Limits of the Second Sophistic*. Dissertação de Doutorado em Filosofia defendida na University of Virginia, 2012.

LIPAROTTI, R. M. Introdução. In: PLUTARCO. *A 'Fortuna' ou A 'Virtude' de Alexandre Magno*. Tradução, Introdução e Comentários de Renan Marques Liparotti. São Paulo: Editora Annablume, 2017, p. 9-57.

LUZ, C. S. *As vestes de Catão, o Jovem: Plutarco e o ideal de homem político*. Dissertação de Mestrado em História defendida na Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013.

MARTIN, T. R.; BLACKWELL, C. W. *Alexandre, o Grande: um homem e seu tempo*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: Zahar, 2020.

MARTÍNEZ, A. B. C. *La imagen de Alejandro en Roma: Desde los Escipiones a los Severos*. Tese de Doutorado em Pré-história e Arqueologia defendida na Universidad Autónoma de Madrid, 2016.

MENDES, N. M. O sistema político do Principado. In: SILVA, G. V.; MENDES, N. M. (Orgs.). *Repensando o Império Romano: Perspectivas Socioeconômicas, Política e Cultural*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2006, p. 21-53.

MENDONÇA, A. S. M. Introdução a Plutarco. In: PLUTARCO, SUETÔNIO. *Vidas de Cesar*. Tradução e notas de Antônio da Silvera Mendonça e Isis Borges da Fonseca. Estação Liberdade: São Paulo, 2007.

MENNITTI, D. O ideal de virilidade na obra de Marcial. *Anais do XXI Encontro Estadual de História - ANPUH - SP*. Campinas, 2012.

_____. A (des)construção do ideal de virilidade e o homoerotismo: compreendendo a(s) masculinidade(s) no principado romano, *Em Tempo de Histórias*, v. 1, 2014, p. 1-197.

MELLO, F. A. *Identidades e espaços: as representações de Cleópatra e do Egito em Vida de Antonio, de Plutarco*. Dissertação de Mestrado em História defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

- MOISÉS, M. A análise literária. São Paulo: Editora Cultrix, 2007, p. 25-39.
- MOSSÉ, C. *Alexandre, o Grande*. São Paulo: Editorial Estação Liberdade, 2004.
- MOMIGLIANO, A. *The Development of Greek Biography*. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- _____. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad. De Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.
- MÜLLER, S. Arrian, the Second Sophistic, Xerxes, and the Statues of Harmodios and Aristogeiton. 2016.
- MURARI; AMARAL; PEREIRA MELO, Objetivos e características da Educação Homérica: uma reflexão sobre o conceito de Areté. *Anais do IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE/III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia*, v. 29, 2009, p. 9854-9866.
- NEVES, A. C. A. S. *Mos maiorum* e a formação do cidadão ideal na República Romana, *Revista Historiador*, n. 11, ano 11, dez. 2018, p. 7-15.
- OLIVEIRA, A. L. D. *Princeps e Basileus nos Discursos de Dion Crisóstomo*. Tese de Doutorado em História defendida na Universidade Estadual Paulista, UNESP/campus de Assis, 2001.
- OLIVEIRA, P. P. de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Editora UFMG/IUPERJ, 2004.
- OGDEN, D. *Alexander the Great*. Myth, Genesis and Sexuality. Exter: University of Exter Press, 2011.
- OLSON, K. *Masculinity and Dress in Roman Antiquity*. London: Routledge, 2017.
- OPSOMER, Plutarch and the Stoics. In: BECK, M. (Org.). *A Companion to Plutarch*. Wiley: Blackwell, 2014, p. 88-103.
- PARKER, H. The Teratogenic Grid. In: HALLET, J. P.; SKINNER, M. B. (Eds.). *Roman Sexualities*. Princeton: Princeton University Press, 1997, p. 47-66.
- PAUSE, H. H. *Sexo, Gênero e Humor na Roma do principado*: rindo da passividade e da efeminação masculina com os epigramas de Marcial (séculos I – II d.C.). Monografia de Graduação em História apresentada na Universidade Federal de Santa Maria, 2018.
- PINTO, R. *Duas Rainhas, um príncipe e um eunuco*: gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e do feminino nos estudos sobre a Bretanha romana. Tese de Doutorado em História defendida na Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- PINHEIRO, J. J. S. *Tempo e Espaço da Paideia nas Vidas de Plutarco*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras, *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul/dez., 2008, p. 263-274.
- POSSAMAI, P. C. Sexo e poder na Roma Antiga: o homoerotismo nas obras de Marcial e Juvenal, *Bagoas*. Revista de Estudos Gays, v. 4, 2010, p. 80-94.

PRANDI, L. New Evidence for the Dating of Cleitarchus, *Histos*, v. 6, 2012, p. 15-26.

PRIETO, A.; ANTELA, B. Alejandro Magno em el cine. In: CASTILLO, P. KMPPSCHILD, S.; MORCILLO, M G.; HERROS, C. (Edts.). *Imágenes la antigüidade em las artes escanicas y visuales*. Logroño: Universidad de La Rioja, 2008, p. 263-279.

QUARANTA, E. *A Imagem de Alexandre na 'Anábase' de Arriano*. Tese de Doutorado em Letras Clássicas defendida na USP, 1998.

_____. Adriano Imita Alexandre: O Caminho Inverso. *Cordis - Revista Eletrônica de História Social da Cidade*, v. 1, 2008, p 1-9.

RICHLIN, A. *The Garden of Priapus*. Sexuality and aggression in Roman Humor. New York: Oxford University Press, 1992.

_____. Not Before Homosexuality: The Materiality of the Cinaedus and the Roman Law against Love Between Men, *Journal of the History of Sexuality* 3, 1993, p. 523-573.

RODRIGUES, N. S. Alexandre entre paixões femininas e masculinas: digressões plutarquianas pelo cinema. In: MARTÍN, C. A.; FERREIRA, L de N. (Coords.). *O sábio e a imagem*. Estudos sobre Plutarco e a arte. Coimbra/São Paulo: Imprensa da Universidade de Coimbra/Annablume, 2021, p. 153-172.

ROSSI, A. L. D. O. C. As Guerras Dácicas: uma leitura das fontes textuais e da Coluna de Trajano (101 d.C. – 113 d.C.). In: FUNARI, P. P. A.; CARVALHO, M. M. de; SILVA, E. C. M. da. (Orgs.). *História Militar do Mundo Antigo*. Vol. 2. São Paulo: Editora Annablume, 2012, p. 170-189.

ROSKAM, G. Philentrophy, Dignity, and Euergetism. In: BECK, M. (Org.). *A Companion to Plutarch*. Wiley: Blackwell, 2014, p. 516-529.

SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALLES, C. *Nos submundos da Antigüidade*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANT'ANNA, A. de S. O banheiro dos homens como metáfora do biopoder viril – disciplinar, *FAROL – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, v. 4, n. 5, abr. 2017, p. 256-295.

SANT'ANNA, H. M. de. *Alexandre Magno: a paixão da guerra*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2011, p. 6-14.

_____. Uma revisão crítica das fontes historiográficas para a história do Império Parto (247 a.C. – 228 d.C.): o caso de Apolodoro de Artenita e Arriano de Nicomédia, *História da historiografia*, n. 17, abr. 2015, p. 262-273.

_____. Entre o trono e o cálice: a embriaguez de reis macedônios como topos literário na historiografia helenística e nas fontes sobre Alexandre Magno, *História Unisinos*, v. 24, n. 1, jan/abr. 2020, p. 13-20.

SARTRE, M. Virilidades gregas. In: VIGARELLO, G. (Org.), *História da virilidade: A invenção da virilidade da Antigüidade às Luzes*. Vol. 1. Petrópolis, Vozes, p. 17-70

SAXE, F. N. Alexander de Klaus Mann: la construcción de uma tradición homoerótica clásica y sus proyecciones em la identidade gay. *Anais da III Jornada de Estudios Clásicos y Medievales*, 2007, p. 671-680.

SCOTT, J. Gênero. Uma categoria útil para a análise histórica, *Educação & Realidade*, jul./dez., 1995, p. 77-99.

SCHILLING, V. Plutarco, o educador dos estadistas. In: PLUTARCO. *Vidas Paralelas: Alexandre e César*. Tradução de Júlio Rosa Simões. Porto Alegre: L&PM, 2011.

SCHMITZ, T. Plutarch and the Second Sophistic. In: BECK, M. (Org.). *A Companion to Plutarch*. Wiley: Blackwell, 2014, p. 32-42.

SEYME, R. The Career of Arrian, *Harvard Studies in Classical Philology*, v. 86, p. 181-211, 1982.

SILVA, B. dos. S. Romanização e os séculos XX e XXI: a dissolução de um conceito, *Mare Nostrum*, n. 2, 2011, p. 57-75.

SILVA, F. N.; FUNARI, P. P. A. Adriano e a masculinidade, *Veredas da História*, v. 10, n. 1, jul., 2017, p. 104-118.

SILVA, M. F. Alexandre da Macedônia: um paradigma de excelência, *Imagens da Educação*, v. 2, n. 3, 2012, p. 1-10.

SILVA, M. F. Registro e Memória: Arriano e Plutarco sobre Alexandre. In: RAMOS, J. A.; RODRIGUES, N. S. (Orgs.). *Mnemosyne Kai Sophia*. Coimbra: CECH, 2018, p. 127-148.

SILVA, M. A. O. *Plutarco Historiador*. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. *Plutarco e Roma: o mundo grego no Império Romano*. Tese de Doutorado em História defendida na Universidade de São Paulo, 2007.

SILVA, S. C. O principado romano sob o governo de Otávio Augusto e a política de conservação dos costumes, *Revista Crítica e Debate*, v. 1, n. 1, jul./dez. 2010, p. 1-7.

_____. *Magia e poder no Império Romano: a Apologia de Apuleio*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2012.

_____. *O Império Romano do Sofista grego Filóstrato nas viagens da vida de Apolônio de Tiana (século III d.C.)*. Tese de Doutorado em História defendida na Universidade Estadual Paulista/campus de Franca, 2014.

_____. Barbaridade versus Humanitas no Principado romano: a política e a construção da imagem do imperador Heliogábalo (século III EC), *Revista Alétheia: Estudos sobre Antiguidade e Medievo*, n. 2, 2017, p. 114-136.

_____. A corrupção e os crimes de Heliogábalo: aspectos da governabilidade imperial romana e as práticas políticas do princeps sírio vista por seus detratores (século III EC). In: SILVA, S. C.; CAMPOS, C. E. da. C. (Orgs.). *Corrupção, crimes e crises na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Desalinho, 2018, p. 193-216.

- SHOHAT, E. Des-Orientar Cleópatra, *cadernos pagu*, n. 23, 2004, p. 11-51.
- SOUTHARD, R. *Droysen and the Prussian School of History*. Kentucky: Kentucky University Press, 1994.
- SPENCER, D. Alexander after Alexander. In: _____. *The Roman Alexander*. Exeter: University of Exeter Press, 2002, p. 205-218.
- STADTER, P. *Arrian of Nicomedia*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980.
- _____. (Ed.). *Plutarch and the historical tradition*. New York: Taylor & Francis e-Library, 2002.
- _____. Plutarch and Rome. In: BECK, M. (Org.). *A Companion to Plutarch*. Wiley: Blackwell, 2014, p. 13-31.
- STADLER, T. D. Amizade e virtudes na construção de uma imagem ideal encontradas no epistolário cruzado entre Plínio, o Jovem e o imperador Trajano (98 – 117 d.C.), *Revista Vernáculo*, n. 21 e 22, 2008, p. 243-251.
- STARR, R. J. The circulation of literary text in the Roman World., *The Classical Quarterly*, v. 37, n. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 213-223.
- STEELE, R. B. Curtius and Arrian: Part I. *The American Journal of Philology*, v. 40, n. 1, 1919a, p. 37-63.
- _____. Curtius and Arrian: Part II, *The American Journal of Philology*, v. 40, n. 2, 1919b, p. 153-174.
- STEWART, A. A. *Faces of Power: Alexander's Image and Hellenistic Politics*. Berkeley: University of California Press, 1993.
- SKINNER, M. B. *Sexuality in Greek and Roman Culture*. 2 ed. Oxford Blackwell Publishing Ltd. 2014.
- SWAIN, S. Hellenic Culture and the Roman Heroes of Plutarch, *The Journal of Hellenic Studies*. v. 110, 1990, p. 126-145.
- THUILLIER, J. P. Virilidades romanas: vir, virilitas, virtus. In: CORBIN, A. (et al.). *História da virilidade*. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 74-124.
- VARNER, Eric R. *Monumenta Graeca et Romana: Mutilation and transformation: damnatio memoriae and Roman imperial portraiture*. Leiden: Brill. 2004.
- VENDRAMINI, D. N. S. Los contorniatos: características, función e importância, *OMINI*, n. 6, abr. 2013, p. 85-97.
- VENTURINI, R. L. B.; COSTA, A. A. da. A *virtus* e o *mos maiorum* do Principado ideal no Panegírico de Trajano, *Oficina do Historiador*; v. 2, n. 6, jul./dez. 2013, p. 23-40.
- VENTURINI, R. L. B. Estoicismo e imperium: a virtus do homem político romano, *Acta scientiarum education*, v. 33, n. 2, 2011, p. 175-181.

- VERNANT, J. Flavius Arrien entre deux mondes. In: ARRIANO. *L'Anabase D'Alexandre Le Grand*. Paris: Le Belle Lettres, 1984, p. 311-394.
- VEYNE, P. A homossexualidade em Roma. In: ARIÉS, P.; BÉFIN, A. (Orgs.). *Sexualidades Ocidentais contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. Tradução de Lygia Araújo Watanabe; Thereza Christina Ferreira Stummer. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 39-49.
- _____. *Amor e Sexualidade no Ocidente*. Tradução de Ana Maria Capavilla; Horácio Goulart e Suely Bastos. L&PM, Porto Alegre, 1992, p. 60-67.
- _____. *Sexo e poder em Roma*. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- VIZENTINI, M. Primeiras imagens de Alexandre, o Grande em Roma. In: *XXIV Simpósio Nacional de História – ANPUH*. 2007, São Leopoldo. Anais ANPUH – Unisinos, 2007.
- _____. 'Espelhos contrapostos': Alexandre e o modelo de imperador romano, *Métis: História & Cultura*, v. 8, n. 15, jan/jun, 2009, p. 157-166.
- VON HOOFF, L. "Practical Ethics". In: BECK, M. (Org.). *A Companion to Plutarch*. Wiley: Blackwell, 2014, p. 135-148.
- WALLACE-HADRILL, A. Culture, identity and power. In: _____. *Rome's cultural revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 03-37.
- WALTERS, J. Invading the Roman Body: manliness and impenetrability in Roman Thought. In: HALLET, J. P.; SKINNER, M. B. (Eds.). *Roman Sexualities*. Princeton: Princeton University Press, 1997, p. 29-44.
- WATERFIELD, R. *Dividing the Spoils: The War for Alexander the Great's Empire*. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- WILLIAMS, C. A. *Roman Homosexuality*. Nova York: OUP, 2010.
- WINTERLING, A. Loucura Imperial na Roma Antiga, *História*, v. 31, n. 1, Franca, jan./jun., 2012, p. 4-26.
- WHITMARSH, T. Alexander's Hellenism and Plutarch's Textualism, *The Classical Quarterly*, v. 52, n. 1, 2002, p. 174-192.
- WOOLF, G. Becoming roman, staying greek: culture, identity and the civilizing process in roman east, *Proceedings of the Cambridge Philological Society*, 40, 1994, p. 116-143.
- ZAMBRINI, A. The Historians of Alexandre the Great. In: MARINCOLA, J. (Ed.) *A companion to Greek and Roman historiography*. New York: Blackwell, 2007, p. 210-220.
- ZANKER, P. *The Power of Images in the Age of Augustus*. Tradução de Alan Shapiro. Michigan: The Michigan University Press, 2008.
- ZIEGLER, V. *Plutarco e a formação do governante ideal no Principado Romano: uma análise de biografia de Alexandre*. Dissertação de Mestrado em História defendida na Universidade Estadual Paulista/campus de Assis, 2009.

SOBRE O AUTOR

Henrique Hamester Pause é Graduado em História (Licenciatura e Bacharelado) pela Universidade Federal de Santa Maria (2018), bolsista FINEP e Cnpq, Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2021), bolsista CAPES e, atualmente, é Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Maria onde desenvolve pesquisas em torno dos escritos homoeróticos e heteróticos em Catulo e Marcial. Este livro é fruto da Dissertação de mestrado defendida com o mesmo título, em 2021, orientada pela Prof^ª. Dr^ª. Semíramis Corsi Silva com financiamento de pesquisa pela CAPES. O autor ainda é membro do Grupo de Estudos do Mundo Antigo e Mediterrâneo (GEMAM) e outros grupos. Possui experiência na área de História, com ênfase em História Antiga.

Temos que nos alegrar com esta publicação que mostra um novo Alexandre, mais um entre os vários que despertaram interesses diversos e que nos falam tanto sobre o momento histórico em que são produzidos. Mas, diferentemente dos demais, este é um Alexandre a partir da ótica dos conceitos historiográficos mais atuais, com rigor metodológico e profícuas leituras acadêmicas sobre Império Romano, gênero e identidade cultural. Portanto, este livro torna-se uma referência necessária para interessados em História Antiga, em especial, mas também para aqueles e aquelas que querem pensar como as construções de identidades são interseccionadas com o gênero e como tais elementos são fundamentais para a estruturação do poder.

Semíramis Corsi Silva

Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU
e Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de
Santa Maria – UFSM

